

**MARISANGELA LINS DE ALMEIDA**

**“A GENTE TAMBÉM TINHA CORAGEM DE ENFRENTAR”: ANÁLISE DAS  
ATUAÇÕES POLÍTICAS DAS TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO  
CENTRAL DO PARANÁ (1980/1990)**

Irati

2015

**MARISANGELA LINS DE ALMEIDA**

**“A GENTE TAMBÉM TINHA CORAGEM DE ENFRENTAR”: ANÁLISE DAS  
ATUAÇÕES POLÍTICAS DAS TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO  
CENTRAL DO PARANÁ (1980/1990)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”, da Universidade do Centro – Oeste – UNICENTRO – PR.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Anselmo Olinto.  
Coorientador: Prof. Dr. Ancelmo Schörner.

Irati

2015

Catálogo na Fonte  
Biblioteca da UNICENTRO

A447g	<p>ALMEIDA, Marisangela Lins de. “A gente também tinha coragem de enfrentar”: análise das atuações políticas das trabalhadoras rurais da região central do Paraná (1980/1990) / Marisangela Lins de Almeida. – Irati, PR : [s.n], 2015. 215f.</p> <p>Orientadora: Profª. Drª. Beatriz Anselmo Olinto. Coorientador: Prof. Dr. Ancelmo Schörner. Dissertação (mestrado) – Pós-Graduação em História. Área de Concentração História e Regiões. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.</p> <p>1. Dissertação – História. 2. Sindicato rural. 3. Agricultura – agricultora. 4. Zenóbia Cedorak – memórias. 5. Mulher – mulheres. I. Olinto, Beatriz Anselmo. II. Schörner, Ancelmo. III. UNICENTRO. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 20 ed. 305.4</p>
-------	--



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH  
Área de Concentração – História e Regiões



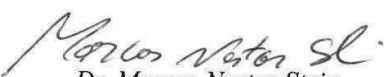
## TERMO DE APROVAÇÃO


**Marisangela Lins de Almeida**

**“A Gente Também Tinha Coragem de Enfrentar”: análise das atuações políticas das trabalhadoras rurais da região centro do Paraná (1980/1990)”**

Dissertação aprovada em 23/10/2015, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

  
Dr.<sup>a</sup> Marcia Maria Menendes Motta  
Universidade Federal Fluminense  
Titular

  
Dr. Marcos Nestor Stein  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Titular

  
Dr.<sup>a</sup> Beatriz Anselmo Olinto  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR  
2015

*Às trabalhadoras rurais, incansáveis guerreiras.*

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é o resultado de grande esforço conjunto. Nesse processo, minha família foi fundamental. Conteí com grande apoio de minha mãe, Zenair Lins, trabalhadora rural, uma mulher de *outro mundo*, que sempre me apoiou em meus estudos, de meu pai, José Moacir Campos de Almeida, trabalhador incansável que tudo fez, dentro de suas possibilidades, para que eu estudasse. Agradeço à minha tia, Rozane Lins, pelo apoio, conversas descontraídas, seu afeto foi essencial. Ao meu tio, Geraldo Chavaren e meus priminhos Lucas e João Marcos.

Agradeço à Zenóbia Cedorak de Godoy por despertar-me o interesse pelo tema, por aceitar participar dessa pesquisa: sem você ela não se concretizaria. E obrigada por lutar, ao lado de outras mulheres, por justiça social no campo brasileiro e igualdade nos espaços de poder.

A Osmano Soares dos Reis, pela incansável luta no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga. Obrigada por não recuar diante das injustiças sociais dessa região.

Agradeço à Professora Dr<sup>a</sup> Beatriz Anselmo Olinto pelo desafio de aceitar me orientar, pelo estímulo dado, pelas observações críticas sempre valiosas. Sua orientação foi fundamental para meu amadurecimento intelectual e pessoal.

Agradeço a Ancelmo Schörner, coorientador, pelas dicas de leitura sobre campesinato, o que me possibilitou explorar os melhores textos sobre o tema e enriqueceu-me intelectualmente. Agradeço pelas correções feitas em todos os momentos da escrita da dissertação, principalmente pela correção final.

Gostaria também de agradecer à Professora Márcia Motta, pelas imprescindíveis e valiosas observações na qualificação e defesa. Sua orientação foi fundamental para o andamento e conclusão da pesquisa. Eu aprendi muito. Obrigada por isso. Agradeço ao Professor Marcos Stein, suas minuciosas análises na qualificação permitiram um grande enriquecimento do texto.

Meu agradecimento a Valdir Machado Guimarães, amigo há um bom tempo, primeira pessoa a me incentivar e auxiliar na proposta de investigação. Meus agradecimentos a Rodrigo dos Santos, pela amizade, apoio e ajuda ao longo da pesquisa. Agradecendo-o, estendo também meu agradecimento aos colegas do mestrado.

Agradeço à Cibele Zwar por ser sempre solícita. Sua atenção, prestatividade e calma ajudaram-me muito.

*Eles não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles.*

*Da luta eu não fujo.*

*(Margarida Alves, 1983).*

## RESUMO

Esta dissertação apresenta uma discussão acerca das resistências dos sujeitos do campo e da atuação política de mulheres trabalhadoras rurais no contexto sindical rural do município de Pitanga, região central do Estado do Paraná, entre os anos de 1980 e 1997. O estudo baseia-se em documentos escritos e nos relatos das experiências e vivências de Zenóbia Cedorak, agricultora, sindicalista e professora. Utilizando-se dessas fontes o estudo examina os lugares socialmente construídos para as trabalhadoras rurais; escritas ou faladas, ambas apontam para esferas que designavam as mulheres ao lar, distantes do *fazer político*, espaço construído historicamente como lugar dos homens e que, por isso, sugere a invisibilidade das mulheres como sujeitos políticos. O sindicato rural, visto como um espaço de atuação historicamente masculino, apesar de uma política e de um trabalho de base para a inclusão das mulheres, acabava por reproduzir desigualdades de gênero. Por outro lado, ao adentrarem nesse espaço, as mulheres (agricultoras familiares, mulheres sem terra, arrendatárias, meeiras, tarefeiras) davam sentido às suas atuações, colocando em ação muitas de suas ideias sobre o mundo. Atenta-se para as minúcias, desveladas principalmente a partir das falas de Zenóbia, cujas reminiscências de suas memórias apontam para uma reedição das suas funções e papéis tradicionais nesse espaço. A relação das mulheres com os círculos bíblicos também é problematizada a partir das narrativas orais da entrevistada.

**Palavras-chave:** Trabalhadoras Rurais; Sindicato Rural; Mulheres.



## ABSTRACT

This text discusses the resistances of country people and the political actions of female rural workers in the context of rural unions at the municipality of Pitanga, in the central region of the State of Paraná, between the years of 1980 and 1997. The study is based on written documents and on the accounts of the life experiences of Zenóbia Cedorak, agriculturalist, unionist and teacher. Based on these sources, the study examines the places socially constructed for the female rural workers; written or spoken, both sources point to spheres that assigned women to the homes, distant from the political doing, a space historically constructed as a man's place and that, because of this, suggests the invisibility of women as political subjects. The rural union, seen as a space of historically masculine action, despite having a policy and a base work for the inclusion of women, ended up by reproducing gender inequalities. On the other side, upon entering such spaces, the women (agriculturalists, landless women, tenants, sharecroppers, piece workers) gave meaning to their actions, putting into action many of their ideas about the world. We call attention to the details, unveiled mainly in Zenóbia's speeches, whose memory reminiscences indicate a reedition of her functions and traditional roles in this space. The relation of women with the biblical circles is also discussed based on the oral narratives of the woman interviewed.

**Key-words:** female rural worker; rural union; women.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**ASSITEC** – Associação de Integração dos trabalhadores do Campo e da Cidade

**CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base

**CECAMO** – Centro de Capacitação de Agentes Comunitários

**CERIS** – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

**CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

**CPT** – Comissão Pastoral da Terra

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**FETAEP** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná

**FETAEP** – Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná Agricultura do Estado do Paraná

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**MASTECE** – Movimento dos agricultores Sem Terra da região central do Paraná

**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PT**- Partido dos Trabalhadores

**STRP**- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga

## LISTA DE MAPAS

1	Divisão política do Paraná no ano de 2010.....	122
2	Município de Pitanga e municípios limítrofes.....	122

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	13
<b>1. O entusiasmo dos anos 1980: a abertura política e o ressurgimento dos movimentos sociais</b> .....	39
1.1 A abertura política no Brasil: lenta, gradual e segura .....	39
1.2 Os movimentos sociais no contexto da ditadura: os sindicatos .....	44
1.3 O papel do mediador: a Comissão Pastoral da Terra, as CEBs e os Círculos Bíblicos.....	52
1.4 O <i>Novo Sindicalismo</i> no Brasil: a transição democrática e a ascensão da classe trabalhadora .....	62
1.5 “ <i>Eu acho que a mulher brasileira tem um papel fundamental na mudança de mentalidade</i> ”: mulheres mobilizadas no campo .....	73
<b>2. O conceito de camponês e os sujeitos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga</b> .....	83
2.1 Os mediadores e a constituição de identidades .....	84
2.2 Olhar teórico para identidade e campesinato: as denominações de reconhecimento....	86
2.3 Aliança operário-camponês e os boias-frias: o sindicato como representação legal e órgão de defesa da categoria trabalhador rural .....	100
2.4 Os trabalhadores sem terra: o olhar sindical para esta categoria .....	107
<b>3. A região socioeconômica: o sujeito social construído, as trabalhadoras rurais e o Sindicato Rural de Pitanga</b> .....	120
3.1 Os fios e as tramas: região geográfica e espaço praticado.....	120
3.2 Região da contestação: a concentração fundiária e suas implicações.....	125
3.3 O contexto socioeconômico de Pitanga: o (sobre)viver no campo nas últimas décadas do século XX.....	132
3.4 A constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga: os mecanismos discursivos da CPT e da CUT.....	140
3.5 As mulheres, o cotidiano e a utilização tática do espaço sindical rural: a busca por mudanças na distribuição de poderes .....	154
<b>4. A poética das esferas: relações de gênero no espaço sindical rural e a representação social das trabalhadoras rurais</b> .....	159
4.1 A constituição social das esferas.....	159
4.2 “ <i>Nos Círculos Bíblicos não se falava muito de mulheres, da violência que sofriam, era uma coisa que ficava em casa</i> ”: a relação dos Círculos Bíblicos com a atuação política das mulheres.....	160
4.3 “ <i>Nós muitas vezes dissemos: ‘nós não estamos aqui só pra lavar louças’</i> ”: a inserção das trabalhadoras no espaço de discussão sindical.....	163
4.4 “ <i>Ah, a trabalhadora rural era vista como uma pobre coitada</i> ”: a representação social das trabalhadoras rurais e a classificação a partir da categoria trabalho .....	177
4.5 “ <i>A gente sentia medo, mas tinha muita coragem de ficar ali</i> ”: análise da ocupação do Banco do Brasil a partir do recorte de gênero .....	184

<b>Considerações finais .....</b>	<b>193</b>
<b>Fontes orais.....</b>	<b>201</b>
<b>Fontes impressas.....</b>	<b>201</b>
<b>Referências.....</b>	<b>205</b>

## INTRODUÇÃO

Muitas mulheres, de diferentes categorias, mesmo que distantes das produções feministas acadêmicas demonstram através de suas lutas que são também feministas<sup>1</sup>, porque é no cotidiano que suas batalhas são travadas e as leituras de mundo produzidas. Estas mulheres aprendem a serem fortes desde cedo, não porque ser forte é uma escolha, mas por precisarem sobreviver. Zenóbia é uma dessas muitíssimas. Ela representa a força e a sagacidade de inúmeras mulheres, que, na batalha por um país melhor para grupos esquecidos pelo poder estabelecido, se empoderaram e ocupam espaços historicamente negados.

A expressão *mulheres*, no plural, utilizada ao longo do texto, indica que a categoria *mulher* não é um inteiro sólido e unificado, mas carregada de diferenças<sup>2</sup>. Audre Lorde, escritora popular, poetisa e ativista negra dos anos 1960, critica o feminismo branco e burguês por este focalizar estudos, valores e experiências apenas em mulheres ricas e brancas, esquecendo-se assim das vivências e opressões das mulheres negras e pobres. Ela insiste na leitura de que o feminismo branco deve desconstruir o seu racismo. Através de seus escritos sobre a teoria da diferença ela nos diz muito sobre as bases para a ação política, reconhecendo a diferença como uma força crucial. Lorde diz: “em nosso mundo, dividir e conquistar tem que se tornar definir e empoderar”. A sobrevivência conjunta não deve ignorar as diferenças ou lê-las como fragmentação.

Ouvir os ensinamentos de Zenóbia também me fizeram atentar para, ao menos, não desconsiderar as diferenças dentro das diferenças. Tentei, talvez de modo não tão eficaz como desejado, problematizar as opressões sofridas por mulheres trabalhadoras rurais dentro da categoria de classe. Ser mulher e ser pobre significa ser oprimida duplamente. Infelizmente, a abordagem não permitiu dar conta das múltiplas diferenças dentro desses segmentos, não porque desconsidero essas vivências distintas.

Aprendemos desde cedo a admirar algumas pessoas. Desde pequena vi em minha mãe, trabalhadora rural, uma fortaleza. Quando adulta percebi que para ela ser forte, além de um traço de sua personalidade era uma necessidade. Trabalhou incansavelmente para que

---

<sup>1</sup> Operamos com a categoria *feminismos*, pensando as diferentes vertentes, discussões e pautas destes. De modo geral, o conceito de feminismo é entendido a partir da concepção de Soares (s.d.) que parte do princípio de que o feminismo é a ação política das mulheres, englobando teoria, prática, ética e tomando as mulheres como sujeitos históricos da sua própria condição social, onde as mulheres transformam a si mesmas e ao mundo.

<sup>2</sup> Utiliza-se a categoria *mulheres*, em detrimento de *mulher*, considerando as diferenças dentro da diferença. Apropria-se das abordagens de Joana Maria Pedro (2005), para qual é necessário considerar as especificidades da categoria, respeitando pressupostos já consolidados das múltiplas identidades, diferenças e opressões.

nada faltasse aos seus três filhos. Em terras que não eram de sua propriedade ela encarou a labuta. Eu muitas vezes vi minha mãe voltar exausta após um dia inteiro de trabalho, roçando pasto, plantando, limpando, arrancando feijão, quebrando milho, apesar disso, nunca faltou tempo para que ela nos colocasse no colo. Mesmo sem dizer abertamente, ela me ensinou que a vida podia ser dura, injusta e às vezes até cruel, mas que era possível modificá-la, melhorá-la. Lembro-me da casa de varas e de chão batido, perto do rio, chão que não era nosso, mas que minha mãe cuidava como se fosse, passava barro com cinza para que tivesse um aspecto mais agradável. Lembro-me do medo, da insegurança e da agonia que a pobreza nos proporcionava, mas lembro ainda mais da força, da persistência de minha mãe para que ela nos afetasse o mínimo possível. A vida difícil, sofrida, tirou-lhe a saúde, mas não apagou o brilho nos olhos, a espontaneidade, a bondade e a alegria.

Quando se vive assim, esquecidos e à margem da sociedade, poucas mãos se erguem para ajudar. Mas os corações dos pobres são esperançosos, confiam. Do campo para a cidade as lembranças pouco mudam, lembro de minha mãe voltar para casa ao anoitecer com os ombros sangrando esfolados pelo trabalho pesado numa serraria. Na marmita fria que levava estava também a esperança de morar numa terra que fosse sua, nossa. Talvez por isso ela não se lamentasse. Essa terra veio, existe. Através da herança de meu avó e também do dinheiro guardado por ela com sacrifício, conseguiu comprar uma pequena propriedade. As dificuldades foram diminuindo. Entretanto, ela sempre diz: “quando morava em terreiro alheio meu terreiro não tinha uma folha, agora que é meu não consigo mais limpar”. O trabalho duro em terras de outrem tirou-lhe a saúde.

Ao escrever esse trabalho de pesquisa vejo-a nessas linhas. É ela e suas vivências que me moveram, desde o início. É a partir dela e das atividades que vi desenvolver que consigo compreender, por exemplo, quando Paulilo (1987. P. 7), em célebre texto intitulado *O peso do trabalho leve* afirma: “*trabalho leve* não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é ‘leve’ se pode ser realizado por mulheres e crianças”. As contradições presentes nas categorias de trabalho leve e pesado são remetidas às memórias de minha mãe numa empreita, à jornada dupla que ele teve e, de certo modo, ainda tem, remete aos acordos de trabalho de meu pai: “*eu pego a empreita e a mulher me ajuda*”. Ajudar era trabalhar lado a lado, às vezes mais; era chegar meio dia exausta e enquanto os homens descansavam cozinhar para eles e estar pronta para partir para a roça no mesmo horário. Ajudar significava que à noite, hora do descanso masculino, ela cozinhou, lavava roupas, cuidava dos filhos, entre outras tarefas. Ajudar significava receber uma remuneração menor, ou não receber nada.

Pois o trabalho é considerado leve, não pelas suas características, mas, como conclui Paulilo (1987), pela posição ocupada na hierarquia familiar de quem o executa. Se o trabalho é leve, a remuneração é baixa e a valorização é mínima. Minha mãe sabe disso e eu sei também, pela lente dos olhos dela.

Do chão batido da casa, chamado *rancho*, ao lampião à querosene as memórias da infância articulam-se à pesquisa que ora apresento. Pois sei que o esquecimento do poder político compromete e danifica o sentido prático de um viver digno e humano. Carolina Maria de Jesus (1960), através de seus manuscritos<sup>3</sup>, descreve sua luta contra a miséria e o preconceito racial na favela do Canindé, em São Paulo. Ela diz que a favela é o quarto de despejo de uma cidade e que os pobres são os *trastes velhos*. Talvez o campo tenha também uma *favela*, não aglomerada, onde os esquecidos habitam, escondidos e silenciados por forças que nem sequer compreendem. Felizmente, sou testemunha também que modelos políticos modificam existências e vivências neste mesmo campo e que o tempo opera mudanças.

Que as memórias sejam mais felizes.

Sei que as experiências de minha mãe não foram únicas na região, muitas outras mulheres vivenciaram problemas parecidos ou experimentaram obstáculos ainda mais duros. Mulheres pobres descobriram sozinhas as limitações e os percalços de uma marginalização dupla. Sabem o que significa estar duas vezes, ou mais, do outro lado do poder. Minha mãe não é o centro da pesquisa, mas é importante dizer que sua história serviu-me de estímulo e inspiração. A aposentadoria que quando chegou trouxe a ela o sentimento de dever cumprido e satisfação por seu trabalho forneceu-me curiosidade e questionamentos sobre o processo de luta para que tal direito fosse alcançado pelas mulheres e para as mulheres. Dizia-me ela: *“imagina as mulheres de antes, que trabalhava a vida toda e não tinha aposentadoria? Como viviam? Imagina, depender dos outros? Elas deviam passar necessidades!”*. Os questionamentos delas e os meus aproximaram-me da história de luta de Zenóbia Cedorak de Godoy. Soube, por esta, quando dizia orgulhosamente: *“Ah, a aposentadoria foi uma conquista nossa, das mulheres! Nós brigamos muito por isso”*<sup>4</sup>. Através destes e de outros questionamentos nossas histórias se conectam, entrelaçam-se. A história de vida de minha mãe, distante de qualquer militância política, por não ser essa uma opção disponível para ela

---

<sup>3</sup> Refiro-me principalmente à obra Quarto de despejo (1960). Entretanto, outras obras de Carolina, como Casa de Alvenaria (1961), Pedacos de fome (1963), Provérbios (1963), Diários de Bitita (1986), entre outros escritos e poemas, foram importantes para a compreensão do processo de exclusão e marginalização que sofrem mulheres negras pobres.

<sup>4</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

naquele momento, as experiências de luta e resistência de Zenóbia e a minha se atrelam. De modos diferentes desenhamos o enredo, o esboço que nesse texto se delinea.

Audre Lorde diz que, “quando as palavras das mulheres clamam para serem ouvidas cada um de nós deve reconhecer sua responsabilidade de tirar essas palavras para fora, lê-las, compartilhá-las e examiná-las em sua pertinência à vida”. Assim, encontrei nas memórias de vida de Zenóbia, cujas palavras tanto significam, um modo de reconhecer as lutas travadas por diferentes segmentos de mulheres do campo brasileiro nas últimas décadas do século XX. A partir de suas narrativas e da articulação destas com outras fontes o universo rural de Pitanga- PR e região, dos anos 1980 e 1990 é desvelado e, desvendando-se, revelam mulheres insatisfeitas com as duplas opressões, articulando-se, ocupando espaços políticos e buscando transformações amplas no espaço social vivido e inventado.

Zenóbia, além de minha mãe e outras tantas mulheres, representa a resistência. Mesmo diante das atribulações da vida e da luta ela continuou firme. Junto ao seu esposo, trabalhavam no campo na pequena propriedade que possuíam, era também alfabetizadora na comunidade rural de Pitanga onde residiam, denominada Rio Bandeira. É neste período e neste local que sua história e experiência comunitária e sindical rural adquirem um caráter público.

Hoje, Zenóbia é professora de língua portuguesa. A conheci no meio educacional do município de Pitanga (a escola é um lugar do político, das discussões, debates, das conexões e desconexões entre os indivíduos e grupos) e logo percebi que seu posicionamento sobre determinados pontos políticos divergiam da grande maioria. Defensora de métodos mais humanos e portadora de um grande conhecimento político e social, ela tornou-se para mim um refúgio. Conversávamos sobre quase tudo e logo desenvolvi grande admiração pela história de sua vida, por sua militância política na região. Ligada, ainda hoje, ao Partido dos Trabalhadores, que ela diz, orgulhosamente: “nós ajudamos a fundá-lo”<sup>5</sup>, ela participava, no período estudado, ativamente da associação comunitária de Rio Bandeira e do sindicato rural do município, candidatando-se, inclusive, para cargos políticos, como vice-prefeita.

O fato de ser também professora do ensino básico, aproximava-a mais dos trabalhadores(as) da comunidade em que em que residia. Saber ler e escrever, privilégio num universo marcado pelo analfabetismo, fez com que ela assumisse a função de *elo/ponte* entre a

---

<sup>5</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.



comunidade que morava e o sindicato rural, criado em janeiro de 1984. Ela entendia que esse privilégio poderia ser um mecanismo para atuar nas causas sociais.

[...] Eu, enquanto professora, trabalhava nessas questões comunitárias, sabe? Bastante. Quando surgia algo novo, algo em prol do trabalhador, a gente levava, né? Então, eu levava as questões para a comunidade, discutia. Eles, muitas vezes não tinham acesso à esses documentos, direitos, informações. A gente era *uma ponte* entre o sindicato e os trabalhadores, promovia reuniões quando chegava algo novo, porque na época ninguém tinha carro, andava de ônibus, para você pegar um ônibus era 6 quilômetros, 7 quilômetros, alguns andavam mais longe ainda. Porque assim, era raro as pessoas conseguirem chegar até na cidade, então era levado informação, né? Material e outras coisas (grifo nosso) <sup>6</sup>.

Porta-voz de informações, materiais, Zenóbia conectava vidas, histórias, acolava universos distintos, conectava o saber formal ao informal, traduzia concepções revolucionárias ao cotidiano distante das pessoas, pulverizadas na zona rural. Sob circunstâncias práticas que não favoreciam uma organização coletiva e organizada, cujos obstáculos eram tantos, a presença de Zenóbia era significativamente importante. Para esses trabalhadores que resistiam numa luta cotidiana silenciosa<sup>7</sup> e que operavam numa desvantagem estrutural intensa, a ação coletiva ligada à uma organização institucional tornou-se particularmente importante e eles utilizaram estrategicamente esse mecanismo de expressão e resistência. Zenóbia, enquanto ponte entre esses dois mundos consegue redimensionar as ações coletivas dos trabalhadores(as), tornando-se um dos braços do sindicato rural. Além disso, sendo mulher e inserida no meio social rural e sindical, ela consegue traduzir os limites das relações unificantes existentes nesse meio e a fragilidade das relações de solidariedade e mutualidade dentro do sindicato. Ela diz muito e suas palavras excedem o particular.

---

<sup>6</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>7</sup> James Scott (2002), cientista político norte-americano, adverte sobre a incomum atenção dos pesquisadores para as formas cotidianas de resistência e o forte apreço por movimentos institucionalizados. Ele assim define as formas de resistência camponesa cotidiana: “[...] ocorreu-me que a ênfase nas rebeliões camponesas estava mal colocada. Pelo contrário, pareceu mais importante considerar o que podemos chamar de formas cotidianas de resistência camponesa- a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. A maioria das formas que essa luta toma cessa ao serem coletivamente desafiada. Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer ‘corpo-mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe tem certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto- ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite [...]”. Formas cotidianas de resistência e formas institucionalizadas de resistência são diferentes no modo de atuação e nas formas de afetar a exploração que enfrentam. Estruturalmente em desvantagem e sujeitos à coibições diretas e violentas, muitas vezes, a forma passiva e silenciosa de resistir podem ser a única opção disponível.

Nesse sentido é preciso que algumas considerações sejam feitas sobre a metodologia de história oral. O entendimento é de que as entrevistas são resultados de produções, geradas, construídas no diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, conforme Ferreira e Amado (2006, p. XIV) ressaltam:

Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação

É nesse diálogo entre pesquisador e entrevistado que a fonte é produzida. Portelli (1997, p. 15) diz que a “História Oral é uma ciência e arte do indivíduo”. Ela diz respeito a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, aprofundado por meio de conversas com pessoas sobre suas experiências e memórias individuais. Entretanto, Thomson (1997, p. 57) alerta: “as histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem as nossas identidades e aspirações atuais”. O processo de recordar envolve o passado, o presente e o futuro<sup>8</sup>, nesse sentido, entende-se que as narrativas da entrevistada possuem um sentido dado pelo presente, pelas suas identidades atuais, o que são no momento e o que almejam ser são influenciados pelo sentido do passado sobre si e sobre os acontecimentos. Logo, o que ela relembra está sujeito às alterações sofridas por suas identidades pessoais.

A partir do que Thomson (1997) denomina de *reminiscências*<sup>9</sup>, ou seja, passados importantes compostos para dar um sentido mais satisfatório a quem recorda, as experiências de vida relatadas constroem um sentido para um passado ainda recente e permite vislumbrar determinados aspectos relacionados ao cotidiano das trabalhadoras e de sua participação no sindicato rural e em outras esferas políticas.

Contudo, é preciso atentar para o fato de que as lembranças da entrevistada, as reminiscências construídas, são compostas também por impressões sobre o mundo social que

---

<sup>8</sup> A utilização da memória como ferramenta de análise, ancora-se na capacidade de o indivíduo não apenas conservar certas informações, mas reinterpretar informações passadas e atualizar impressões, segundo Le Goff (2003), assim, a análise é construída, tendo em vista que o presente e o futuro afetam as lembranças passadas.

<sup>9</sup> As reminiscências da memória são representações do passado. Nesse sentido é preciso considerar a relação estabelecida entre a memória individual, os fatos e a representação dos acontecimentos e das percepções, a complexidade dessa tríade é analisada por Portelli (2006, p. 111), nas suas palavras: “Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações utilizam-se dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações”.

incorporam aspectos de discursos largamente disseminados no espaço sindical, esses discursos encontram-se entrelaçados às memórias da entrevistada. As lembranças pessoais impregnam-se, de maneira bastante vívida, de pressupostos políticos, de leituras do mundo social a partir da óptica sindical. O lido, dito e discutido no espaço político sindical, buscando, nas palavras de Bourdieu (2000), modificar a visão do mundo, manifesta-se na verbalização das reminiscências de suas memórias. A memória coletiva e as subjetividades inter-relacionam-se com tais reminiscências. A particularidade das lembranças e as experiências pessoais congregam um conjunto de significados construídos de modo mais amplo e de certo modo, fornecem um sentido do passado que excede o particular e aponta para um sentido coletivo deste.

Tais pressupostos são evidenciados nas lembranças das experiências pessoais de Zenóbia Cedorak, manifesto no processo de exploração e investigação dos significados subjetivos destas. O trabalho rural e as questões relacionadas às práticas das trabalhadoras rurais ligadas ao sindicato rural são os principais pontos explorados na fala da entrevistada.

Mas afinal, as considerações da análise de uma entrevista podem ser aplicadas a um contexto geral, no que se refere às trabalhadoras rurais? Alberti (2005) analisa a representatividade de uma experiência individual e considera a possibilidade de conhecer a estrutura de um grupo social a partir de um indivíduo comum<sup>10</sup>, entretanto é necessário cuidado, já que não é possível operar com a ideia de padrões, repetições no lembrado e dito. Todavia, é preciso atentar: as lembranças da entrevistada, das quais extraímos as representações do passado, possuem uma tendência coletiva sobre mulheres que, no passado, sensibilizadas por representações políticas do mundo social, desempenharam papéis constituidores e mantenedores de uma identidade coletiva de classe.

---

<sup>10</sup> Na perspectiva de uma micro-história, Ginzburg, em 1976, em “O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição” consegue, a partir do cotidiano, das leituras e das idéias de um moleiro, Domenico Scandella, adentrar e acessar um universo mais amplo. No prefácio à edição inglesa o próprio Ginzburg (2006, p.10) informa esse processo: “Emergiu assim um filtro, um crivo que Menocchio interpôs conscientemente entre ele e os textos, obscuros ou ilustres, que lhe caíram nas mãos. Esse crivo, por outro lado, pressupunha uma cultura oral que era patrimônio não apenas de Menocchio, mas também de um vasto segmento da sociedade do século XVI. Em consequência, uma investigação que, no início, girava em torno de um indivíduo, sobretudo de um indivíduo aparentemente fora do comum, acabou desembocando numa hipótese geral sobre a cultura popular - e, mais precisamente, sobre a cultura camponesa - da Europa pré-industrial, numa era marcada pela difusão da imprensa e a Reforma Protestante, bem como pela repressão a esta última nos países católicos”. Procurando compreender como esses pressupostos ocorreram e as representações sociais que afetaram a vivência das mulheres nesse espaço político e também no cotidiano rural, a utilização das reminiscências das memórias de Zenóbia Cedorak, ligada ao sindicato rural, no período, constitui-se numa possibilidade bastante efetiva na compreensão dos contextos sociais em que estes sujeitos inserem-se. Fundamental para a aproximação com grupos e movimento sociais, os relatos orais possibilitarão o entendimento da vivência das agricultoras em suas práticas individuais e/ou coletivas.

O ato de lembrar é afetado pela percepção pública e coletiva. O caráter de coletivo da memória individual, largamente discutido por Halbwachs (2003), é também enfatizado por Houso (2006, p. 94), para ele uma representação individual do passado, em uma determinada época e lugar, é afetada por uma coletividade, segundo ele: “[...] a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”. Sem a ilusão de explicar *o que realmente aconteceu*, a abordagem dos pressupostos das reminiscências do passado individual da entrevistada permite uma aproximação das representações da memória coletiva sindical.

Escolher trabalhar a partir da trajetória de uma única personagem não significa isolar esse indivíduo. Essa trajetória discutida a partir de redes ajuda a compor a trama social agrária do país nos anos em que os movimentos sociais rurais redescobrem seu poder mobilizatório e as mulheres se movem em diferentes regiões do país, na conjuntura de abertura política. O encontro com as memórias de Zenóbia possibilita que o ambiente local seja tecido e encontre legitimidade junto ao desenho agrário nacional. Os efeitos da grande concentração de terras e a exclusão social dos trabalhadores(as) rurais são reconstruídos por lembranças marcadas pela ousadia de uma mulher que enfrentou o latifúndio de um lugar social de privilégio masculino. Cuidadosamente, Zenóbia costura suas histórias e perspectivas à colcha de retalhos emblemática dos conflitos agrários do país. Assim como uma guardiã da memória, ela assume o papel de não fazer esquecer esse tempo vivenciado, consciente de que sua memória é uma arma. Porque as palavras vencem o silêncio e o esquecimento.

A partir dela é possível adentrar no universo que mobilizou muitos brasileiros e brasileiras naqueles anos na luta pela superação das desigualdades, assim como Rangel (2000), que apaixonadamente reconstrói a história das ligas camponesas tendo no centro dos conflitos a figura admirável de Elizabeth Teixeira, cujas memórias, marcadas pelo sofrimento e perdas, costuram-se a emergência da reforma agrária e dos conflitos camponeses nas usinas e engenhos do nordeste e às ligas camponesas. É possível que memórias pessoais consigam colocar em evidência questões agrárias localizadas em confluência com o cenário nacional. Isso não significa que privilegia a história oral em detrimento de outras fontes. Cruzar essas memórias com outras fontes de pesquisa ampliam as possibilidades de análise, alargam a leitura sobre os conflitos agrários. São essas múltiplas ações de superação, construídas na expectativa de um devir.

A pesquisa reporta-se às décadas de 1980 e 1990, enfatizando a primeira em virtude da visibilidade que se procurou dar ao processo constitutivo do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Pitanga- PR e o contexto da inserção das trabalhadoras nesse espaço. A primeira década propicia uma análise mais profunda sobre as relações de gênero no sindicato rural e permite analisar a influência dos Círculos Bíblicos na inclusão das agricultoras nas discussões políticas. Além disso, não sendo um fato isolado, esse processo relaciona-se ao momento político nacional, onde o regime militar dava seus últimos suspiros. A pesquisa conecta-se com o antes e o depois de 1980.

Entrelaçado à conjuntura marcada pela esperança e entusiasmo dos anos 1980 e inserido nas tramas das resistências camponesas, esse estudo analisa as práticas das mulheres trabalhadoras rurais no contexto sindical rural do município de Pitanga- PR e de alguns aspectos das relações sociais que permeiam o cotidiano familiar e social camponês. A partir de uma perspectiva de conjunção e confluência de temas procurou-se decompor essas representações no contexto societário, político e familiar, cujas intervenções realizadas no espaço sindical, tanto pelas mulheres quanto pelos homens, através de suas resistências intencionavam modificações nas posições das relações sociais e redistribuir os poderes no espaço político.

Constituído formalmente em janeiro de 1984, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga, doravante STRP, teve sua origem ligada ao campo religioso, tendo a presença de lideranças católicas como fundamentais no processo organizativo. Dos encontros religiosos na comunidade parte-se para a idéia de uma organização institucional. Zenóbia nos dá a dimensão e a disposição desse processo, relata como os Círculos Bíblicos<sup>11</sup> propiciaram discussões que estimularam a organização política dos trabalhadores(as) rurais:

[...] quem começou a organizar as comunidades foi a igreja, na verdade, com os Círculos Bíblicos, antes não havia um esclarecimento das coisas, nos Círculos Bíblicos a gente estudava e os estudos eram feitos a partir da bíblia, então vinha as questões para a gente refletir, sobre a vida do povo. Isso foi abrindo os horizontes até começar a se pensar em sindicato, em associações, as associações e o sindicato nasceram praticamente juntas, na verdade as associações davam sustento ao sindicato, mas os Círculos Bíblicos ajudaram a organizar os dois. No nosso caso, na nossa comunidade, começou uma organização muito boa, porque tinha o padre José Herdt [...] ele que começou, iniciou a organização no Rio Bandeira. Ele tinha essa ideia, sabe, de coletivo, de organização, ele que ensinou a comunidade, iniciou a comunidade, colocava essa ideia de pensar nos outros também<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Santos (2013, p. 26), no contexto do estudo sobre as Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais rurais em Guarapuava entre os anos de 1974 até 1986, diz: “Os Círculos Bíblicos caracterizavam-se como reuniões em que os fiéis encontravam-se para rezar, celebrar a palavra e discutir situações do cotidiano. Geralmente são realizados nas casas das famílias ou nas capelas”. Esses espaços de discussão, amparados ideologicamente pelos pressupostos da Teologia da Libertação, foram fundamentais para a organização política dos trabalhadores (as) da região de estudo.

<sup>12</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

As memórias da entrevistada evidenciam a importância dos padres, ligados à Teologia da Libertação<sup>13</sup>, a proximidade destes com os trabalhadores(as) possibilitou que o sentido de coletividade, comunidade, de ajuda fosse acolhido e fortalecido entre os agricultores(as), resultando na organização política desses. As associações comunitárias, pela maior proximidade com os trabalhadores(as), aparentemente sustentavam as práticas do sindicato rural, este por sua vez fornecia subsídios e ajuda para manter as diversas associações espalhadas na extensa região, inclusive, ajudando a manter roças comunitárias, levando máquinas de descascar arroz, entre outros suportes.

Seja através da organização das associações rurais ou do próprio sindicato, a gênese da mobilização dos trabalhadores(as) rurais na região encontra-se vinculada as discussões nos Círculos Bíblicos<sup>14</sup>, nesses espaços é que se desenrolarão as reflexões e a tomada de consciência coletiva de suas condições. As discussões bíblicas, sempre relacionadas aos anseios dos trabalhadores(as) rurais possibilitavam debates sobre as suas vivências cotidianas, não eram somente momentos de oração, mas de tomada de consciência de sua condição de oprimido. Segundo os apontamentos de Corso (2013, p. 89):

(...) para a CPT deveria haver uma leitura comunitária e não individual da bíblia. Na leitura comunitária praticava-se a democratização da interpretação. Não era mais o padre ou o pastor que interpretava, mas o povo [...] A forma de interpretar a bíblia era estruturada a partir do pobre

Esse espaço dos Círculos Bíblicos fornecia apoio à organização comunitária, debatendo e discutindo as diversas situações do cotidiano e as dificuldades enfrentadas por esses homens e mulheres do campo; fornecia, portanto, um espaço para reflexão dos problemas comuns dos trabalhadores(as). Nos Círculos Bíblicos suas identidades emergem. Eles trarão a semente das mobilizações que terão a questão agrária como elemento norteador

<sup>13</sup> Segundo Valério (2013, p. 147), “a Teologia da Libertação se autodefiniu e assim geralmente é compreendida como um amplo movimento social de ruptura com o catolicismo tradicional, originado na base, defensor de uma igreja popular, voltada aos pobres e aberta ao leigo, distante do verticalismo hierárquico institucional, como teologia enraizada na práxis, de caráter periférico, social, progressista e, originalmente, latino-americana”. Segundo ele, porém, essa autodefinição da Teologia da Libertação exige uma desconstrução das representações discursivas construídas pelo movimento. Sua análise aponta para a negligência do caráter intelectual da Teologia da Libertação e sua ligação com a alta hierarquia da Igreja Católica, que forneceu estímulos para que os teólogos produzissem escritos críticos e inovadores, para Valério (2013, p. 149; 153), “na América Latina, todo processo de discussão produzida pelos teólogos sobre a necessidade do comprometimento cristão com a mudança social em favor dos pobres, excluídos e oprimidos, deu-se institucionalmente e viabilizado pela estrutura da Igreja [...] Desse modo, podemos concluir que o discurso construído pela literatura militante da Teologia da Libertação a respeito de uma Igreja organizada de baixo para cima não inclui a significativa participação das mais altas esferas institucionais da Igreja Católica em seu desenvolvimento e apaga a característica intrinsecamente intelectual da Teologia da Libertação [...] Podemos, então, dizer que a Teologia da Libertação foi, antes de qualquer coisa, um movimento intelectual, transnacional, levado a cabo por intelectuais religiosos ligados predominantemente à Igreja Católica na América Latina e suas instâncias de poder institucional”.

<sup>14</sup> Pedido de ajuda ao CERIS - Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais. **A História da caminhada do Sindicato dos Trabalhadores de Pitanga**. 01 de novembro de 1984, p. 1. Disponível no STRP.

de suas ações. O discurso bíblico será o elemento fundamental de aglutinação e ação desses indivíduos, pois justificava as ações da Comissão Pastoral da Terra e dos próprios trabalhadores (as). Atravessada pelas concepções da Teologia da Libertação, que contribuiu com a construção de uma Igreja Católica voltada à luta contra a opressão social, a CPT demarca, no Brasil e na América Latina, um modelo discursivo voltado aos pobres e oprimidos.

Para Palmeira (1989), a presença da Igreja Católica, ao longo da década de 1980, seria bastante importante, passando de suporte as formas tradicionais de dominação à suporte de contestações camponesas. É importante frisar que, ao longo da escrita dessa dissertação, o cristianismo é percebido, na qualidade de instituição religiosa, como força que orienta e articula a obediência do homem, enquanto ser humano, dirigindo sua consciência para o conformismo, porém, ao utilizar-se da expressão *Igreja Católica*, não considera-se a mesma como um todo coeso, unânime, e sim à grupos ou agentes religiosos que vinculados à instituição desenvolveram ações voltadas à resistência camponesa, chamados aqui de *progressistas*. Esses setores progressistas foram fundamentais para a organização dos grupos em uma entidade política legal na região Centro do Paraná, da qual Pitanga faz parte. A aproximação da Igreja foi estrategicamente utilizada como meio de expressar essas insatisfações e revolta. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é o resultado manifesto do descontentamento dos diferentes segmentos rurais com a exclusão, a marginalização e o esquecimento político. E é no agenciamento coletivo (de classe) que se abriu caminho para a reflexão de atores particulares: as trabalhadoras rurais.

As datas são pontas de icebergs, escreveu Bosi (1992, p. 19), os fatos são sinais sensíveis de uma cadeia de sentidos. Datas e fatos são ápices de processos. Apesar de constituído legalmente como instituição representativa em 1984, o STRP consistia no resultado material de discussões iniciadas anos antes. Ao tratar do contexto que culminou na sua fundação, o mesmo sindicato, em documento escrito sobre a história de sua constituição, aponta para um processo discursivo e organizativo significativamente abrangente: “[...] começamos este trabalho em 1981, resolvemos estudar o que era sindicalismo. Fizemos uma comissão e passamos a se reunir, chegamos as primeiras assembleias de preparação para a fundação do sindicato”<sup>15</sup>. Com aproximadamente dois mil trabalhadores associados, número bastante expressivo, há a evidência de que ele não nasce das cinzas. Discussões e reflexões prévias antecederam a formalização do órgão que os representasse.

---

<sup>15</sup> Pedido de ajuda ao CERIS - Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais. **A História da caminhada do Sindicato dos Trabalhadores de Pitanga**. 01 de novembro de 1984, p. 1. Disponível no STRP.

A prática dos Círculos Bíblicos nas comunidades rurais relaciona-se também à participação das mulheres no sindicato. Estes locais de discussão representavam para elas um espaço de reflexão social e política, de certo modo, representou um elo entre as trabalhadoras e o espaço sindical rural.

Lá nos Círculos Bíblicos, a gente discutia divisão de classes, né? Discutia a questão da terra, das grandes propriedades, a questão do poder mesmo, quem estava no poder, qual era o objetivo deles e os nossos, questões políticas mesmo, sabe? Era um aprendizado político, sem citar partido, nada, a gente falava da conjuntura do país, como se estruturava um país capitalista. Essas coisas surgiam dentro das perguntas e a gente falava [...] depois a gente foi pro sindicato<sup>16</sup>.

Nesses lugares de reflexão debatiam-se essencialmente questões relacionadas à classe, entretanto, esse espaço foi fundamental para a organização política das trabalhadoras, simbolizando um *lugar* de reflexão sobre as condições sociais e políticas do país e iniciando-as num processo de questionamento sobre as condições de vida existentes no campo. Nesse sentido, os Círculos Bíblicos possibilitaram a inserção das mulheres nas discussões políticas do período. Apesar de não discutir especificamente sobre as questões relacionadas às mulheres, esses espaços acabaram por inserir as trabalhadoras em debates políticos, pois a experiência comum da exclusão e da opressão acaba por construir um processo identitário norteado pelo empenho de melhorar as condições sociais. Ali, elas exerciam o ato de falar e argumentar, segundo Zenóbia, “ninguém consegue discutir, se não conhece”<sup>17</sup>, os Círculos Bíblicos levavam a conhecer, formando e informando sobre a conjuntura política e aproximando tais pressupostos à realidade desses personagens. Para as mulheres, pode-se dizer que tais espaços aproximaram-nas do espaço político, proporcionando um aprendizado e uma consciência social e política que possibilitaria a inserção das mesmas no espaço sindical/público.

Ainda assim, o processo de inserção no sindicato rural não se faz sem obstáculos. Em ata de 23 de janeiro de 1985, após longa explanação sobre a exploração dos trabalhadores do campo, Reforma Agrária, baixo preço dos produtos agrícolas, entre outros, há a cogitação sobre a inclusão das mulheres dentro do sindicato: “Será estudado futuramente a participação da mulher dentro da comunidade e sindicato”<sup>18</sup>. É preciso autorização masculina para que elas participem. Num espaço majoritariamente masculino, a participação das mulheres precisa ser discutida, problematizada, efeitos e conseqüências precisam ser

<sup>16</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>17</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>18</sup> **Livro de atas: Reuniões nas comunidades do município de Pitanga.** Ata de 23 de janeiro de 1985. Disponível no STRP.



analisados. É importante elucidar que entendo e trato essa inserção e participação como consequência da luta e determinação destas para tal, pressionando, ainda que de forma marginal, e utilizando-se de instituições mediadoras para inserir tais debates na pauta sindical rural. O sindicato acolhe essas reivindicações e torna-se um importante mecanismo de luta pela superação dessas desigualdades.

De modo geral, diferentes registros escritos, documentos que mencionam experiências e vivências dentro do espaço sindical de Pitanga, proporcionaram-me a perspectiva sobre a resistência organizada dos trabalhadores e, mesmo que escassamente, sobre o envolvimento das mulheres com a sindicância. São relatórios de Encontros, materiais escritos produzidos pela CUT, CPT e pelo próprio sindicato. Tais documentos evidenciam a luta constante destas instituições de produzir nos trabalhadores(as) o sentido do político e construir uma significância para a coletividade rural que os fortalecesse enquanto classe social. Quanto às fontes escritas, grande parte delas foram encontradas no STRP. São diferentes narrativas, atravessadas pelos discursos da igreja e do Estado, que, cruzadas com as produções das entrevistas nos diálogos com Zenóbia, forneceram mecanismos para a produção da pesquisa.

Como já apontado, a entrevista é pensada enquanto produção, construção, forjada na própria comunicação entre a pesquisadora e a entrevistada. Após diversas conversas informais com Zenóbia, realizei duas entrevistas abertas com a mesma, entrevistas longas, de aproximadamente duas horas. Os temas foram divididos em três eixos: Cotidiano rural familiar, espaço sindical rural e análise fotográfica.

O primeiro momento buscou decodificar aspectos relativos às relações de trabalho no grupo doméstico familiar rural, a leitura do período sobre as atividades ditas de mulheres e de homens, organização dos excedentes, as condições socioeconômicas da região nos anos 1980, a representação das mulheres trabalhadoras rurais tendo no centro do debate a mudança estatutária de *do lar* para *trabalhadora rural* e aspectos da fundação do sindicato rural.

No segundo momento a preocupação era espaço sindical e as relações de gênero<sup>19</sup>, enfocando o processo de inserção das mulheres no sindicato rural, a influência dos Círculos

---

<sup>19</sup> Segundo Soihet (2011, p. 266), o termo gênero, desde a década de 1970, tem sido usado para teorizar a questão da diferença sexual. Utilizado inicialmente pelas feministas americanas para ressaltar a idéia de construção social da diferença entre os sexos, a expressão implica numa desnaturalização do determinismo biológico, este diretamente ligado à idéia do sexo. Assim, a categoria gênero traz implícito um sentido de rejeição à oposição binária entre homens e mulheres, desconstruindo a ideia de papéis sociais naturais, colocando o debate no campo das construções sociais e culturais sobre masculinidade e feminilidade. Nas palavras de Scott (1995, p. 7) “é uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”. Nesse sentido, a análise aqui formulada questiona a tradicional naturalidade para as práticas comportamentais, a classificação do trabalho e a configuração dos espaços, entre homens e mulheres. A

Bíblicos e da Teologia da Libertação no processo de politização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região, posição do sindicato no que diz respeito à inclusão das mulheres, categorias de mulheres participantes, igualdade de gênero neste espaço, reivindicações centrais das mulheres e o papel e disputa dos mediadores (CPT, CUT, PT).

Por fim, realizou-se a análise fotográfica sobre a ocupação da agência do Banco do Brasil ocorrido em 1989, quando as mulheres mantiveram seus corpos como mediadores entre os homens e policiais. Apesar de ser única, a fotografia insere-se no conjunto das memórias de Zenóbia, guardada como lembrança dos *dias de luta* pela entrevistada. Neste momento procurou-se adentrar no universo da representação social sobre as trabalhadoras rurais, percepção popular sobre a presença pública destas, organização dos corpos, motivos da concentração, envolvidos e organizadores.

São as falas de Zenóbia que fornecem um maior entendimento sobre as mulheres no contexto dos Círculos Bíblicos e do sindicato; nos documentos escritos há uma ausência delas, são raras as narrativas encontradas no sindicato que fazem referência à elas. Apesar de sugerir uma invisibilidade das trabalhadoras é importante notar que a língua portuguesa se expressa no masculino, tomando o homem como medida universal da humanidade.

As fontes escritas, encontradas nas dependências do sindicato rural, indicam as categorias quase que totalmente no masculino, como se as mulheres estivessem *de fora* das práticas políticas desses grupos. Os documentos apontam para um imaginário social que designava as mulheres ao lar<sup>20</sup>, distantes do *fazer político*, espaço construído historicamente como lugar dos homens. A invisibilidade delas nas fontes escritas sugere que elas se encontravam alheias às vivências e às práticas que nortearam a constituição de um órgão

---

luta das trabalhadoras por espaços maiores dentro do movimento sindical brasileiro manifesta uma herança histórica que as afastou de determinados espaços e conseqüentemente da atuação pública. Veremos que o sindicato rural de Pitanga traduz essa perspectiva.

<sup>20</sup> No que diz respeito à historiografia, segundo Perrot (2012), por muito tempo, as mulheres estiveram distantes; sofreram um processo de *silenciamento* socialmente construído, cujo exercício de *poderes*, estava circunscrito ao círculo limitado das atividades da *casa*. No campo, considerando que o lugar que homens e mulheres ocupam na unidade doméstica camponesa está relacionado às atividades que desenvolvem na casa ou na roça, é importante definir o que o espaço *da casa* significa, em termos de trabalho. Casa não se restringe ao espaço material das paredes da residência da família. Nossa interpretação apóia-se nos pressupostos de Heredia, Garcia e Garcia Jr (1984, p. 31), que, analisando o caso do nordeste brasileiro, dizem: “a casa não se restringe ao espaço físico ocupado pela construção; ela inclui também o terreiro (pátio) que a rodeia, local onde vive a criação (aves de quintal), cabras e porcos. O conjunto desses animais é denominado animais de quintal, aludindo ao espaço em que se criam. Atividades que esses animais exigem são também, como a casa, responsabilidade feminina e não reconhecidas como trabalho”. A divisão de tarefas por sexo é o que dá sentido à oposição feminino e masculino. O que é considerado trabalho define-se a partir do sexo de quem realize. Tanto nos estudos de Heredia, Garcia e Garcia Jr (1984) quanto nas análises de Woortman e Woortman (1997), o que é considerado trabalho liga-se as atividades desenvolvidas pelos homens nos roçados, apesar das mulheres participarem dos demais processos de produção, como a sementeira, limpeza das plantas, colheita, entre outros. O que se observa é que à medida que essas tarefas vão sendo realizadas pelas mulheres, elas perdem o caráter de *trabalho*, são consideradas *ajuda*.

institucional sindical, este que representava a classe e que mesmo articulando manifestações políticas das mesmas, as ocultou (pelo reducionismo da linguagem ou prioridade pelas ações relativas aos homens) de um importante processo político na referida região.

Esses escritos indicam uma ação política sindical rural centrada no homem, as entrevistas com Zenóbia é que apontaram que elas lá estiveram, em meio às reprovações masculinas no sindicato e mesmo no cotidiano, espaço de estratégias, mas o que é o político no espaço sindical, sem as ações cotidianas da família camponesa? São as experiências de Zenóbia, ouvidas atentamente, conectadas com as narrativas escritas encontradas no sindicato que orientam essa análise. Fiz grande esforço ao trabalhar com as fontes escritas para que a leitura levasse ao entendimento de que as trabalhadoras ali estiveram.

Solicito que as ações descritas nos capítulos, onde a fala de Zenóbia não se fez tão presente quanto gostaria, sejam entendidas como ações também de mulheres: mulheres camponesas, agricultoras familiares, mulheres sem terra, arrendatárias, meeiras, tarefeiras, entre outros. A diversidade de sujeitos no campo na região central do Paraná as inclui em todas as categorias, mesmo as designações estando no masculino. E ainda: a categoria aqui apresentada como trabalhadoras rurais, não congrega unicamente o grupo de pequenas proprietárias rurais, mas todas as categorias descritas acima. Apesar das denominações diferentes, tendo acesso à terra ou não, as lutas por direitos e as dificuldades socioeconômicas ligaram-nas ao mesmo espaço material e simbólico, este entendido na perspectiva de Bourdieu (2000).

Falar sobre mulheres do campo a partir das experiências de vida de Zenóbia Cedorak é um grande desafio. Ouvir, problematizar suas histórias pessoais e as conectar com outras narrativas (escritas e orais) e conjunturas mais amplas foi para mim uma provocação. Apesar de abrangente, procurei articular suas experiências de vida e suas práticas comunitárias e sindicais no município às lutas sociais gerais do movimento de trabalhadores rurais. A dificuldade consistiu na articulação de situações sociais e políticas entre homens e mulheres que se defrontavam e ao mesmo tempo complementavam-se. A superação das reclamadas diferenças hierárquicas que subordinam e secundarizam o trabalho das mulheres na unidade doméstica e outros pressupostos que afetam suas vivências cotidianas no espaço rural e suas práticas no espaço político, assentindo às perspectivas naturalizantes dessa distinção, contrapõem-se às práticas e significações sociais masculinas no cotidiano familiar rural e no espaço político sindical. Entretanto, as *questões femininas* ao mesmo tempo em que se afastam das lutas gerais masculinas também se integram a elas num desejo e projeto coletivo de melhorias nas condições de vida dos trabalhadores(as) e da sociedade.

A conciliação entre essas esferas e as multiplicidades de *lutas e sujeitos* não é tarefa das mais fáceis. A luta sindical por direitos sociais e políticos incorporou as reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras rurais, como a busca por reconhecimento do trabalho produtivo das mesmas, buscando a modificação na legislação previdenciária que reconhecesse essa condição, entretanto, o secundarismo delegado às questões das mulheres e as funções exercidas por elas no interior do espaço sindical denunciam práticas discriminatórias.

As práticas desses homens e mulheres, aproximados pelo sindicato, teceram-se coadunadas às condições socioeconômicas, culturais e históricas do espaço rural, com evidentes e sólidas influências das condições sociais e materiais de vida e correlação com as transformações sociais ocorridas no país e seus impactos no campo. É Pitanga o palco dessa dinâmica.

Esse município teve sua trajetória histórica enlaçada por conflitos agrários. Os estudos de Iurkiv (1999) e Eurich (2012) ajudam a compor o cenário histórico dos enfrentamentos violentos ocasionados por problemas agrários e o processo de construção de uma cultura de violência na região.

Eurich (2012), ao abordar o conflito entre os indígenas Kaingang e os colonizadores, ocorridos em abril de 1923, na Vila da Pitanga, discute aspectos da ocupação do território do centro do Estado do Paraná, evidenciando como a demarcação de terras circunstancia o conflito de elevadas proporções. A esse respeito Eurich (2012, p. 107) diz:

[...] fica claro na leitura do processo que a causa principal da invasão da vila, inicialmente, seria a reivindicação das terras, que segundo os indígenas eram de sua propriedade. Conforme os depoimentos, avisos foram dados aos habitantes do lugar para que estes se retirassem. Seguiu-se o saque e as mortes dos dois lados

Com uma ocupação efetiva datada do final do século XIX e início do XX, a denominada Serra da Pitanga, devido a impasses na demarcação das terras indígenas, foram conseqüentemente sendo invadidas por colonos, o conflito ocorre, com teores de violência extrema e com cerca de 80 mortos. A *Guerra de Pitanga*, como ficou conhecida no imaginário popular, enquanto conflito visibilizado, marca materialmente e simbolicamente a região como território de conflitos, cujo núcleo é a terra.

Também Iurkiv (1999) historiciza o conflito de ordem agrária nos anos próximos a 1950, centrado em acontecimentos específicos de 1955, conhecido como a *Revolta do Tigre* ou *grilo do Tigre*, ocorrido em virtude de disputas por direito a propriedade sobre áreas de terra em litígio, uma área de aproximadamente duzentos mil hectares. O historiador diz que o uso da violência nos conflitos agrários torna-se uma marca na região.

Iurkiv (1999, p. 39), ao analisar esse conflito, diz que a revolta pode ser explicada como um resultado do fato de Pitanga encontrar-se “numa região que por muito tempo permaneceu ausente das preocupações oficiais. Apresentava-se como uma região de terras perigosas, de índios bravos e de territórios só explorados por aventureiros [...]”. Ao referir-se sobre a presença do Estado no município, o mesmo autor demonstra o choque e o impacto sobrevivendo com essa presença.

Não é estranho que populações ligadas a sistemas tradicionais de sobrevivência organizassem suas vidas fora do mundo oficial e dessem sempre pouca importância às instituições e normatizações desse universo. Quando se depararam com a presença do Estado, a relação não foi amistosa. O Estado chega impondo novos rituais, novos signos, outras formas de estabelecimento da verdade, diferentes das presentes no universo simbólico das populações de Pitanga (IURKIV, 1999, p. 41)

Em períodos e cenários distintos, os conflitos possuem um componente comum: a terra como elemento central. A revolta dos índios da Serra da Pitanga e o Grilo do Tigre possuem em comum uma desconfiança com o mundo oficial, já as ações institucionalizadas de resistência dos trabalhadores(as) rurais de Pitanga, sugerem uma relação marcada por certa confiança com esse mundo. A leitura era de que, unindo-se enquanto categoria e mobilizando-se coletivamente, tendo o sindicato como eixo central, fortaleceria-se o processo de resistência na região, esta que, nos anos 1980, apresentava problemas sérios de concentração de terra e de renda. Desse modo, considerando as reedições dos enfrentamentos, o campo é entendido e reconhecido como espaço dinâmico, pois é historicamente marcado por conflitos que envolvem sujeitos singulares.

A concepção de espaço físico/geográfico que norteará o estudo será a região central do Paraná, tendo sempre a convicção e o discernimento de que essa região é cruzada por complexidades que precedem o período atual e até mesmo o período estudado. Grande parte dos municípios que na atualidade são limítrofes à Pitanga, na década de 1980 pertenciam politicamente, administrativamente e territorialmente à ela<sup>21</sup>. Tais distritos serão pensados aqui como elementos fundamentais; o alicerce para a concretização da mobilização política de trabalhadores(as) rurais na região. As primeiras discussões, anteriores à instituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, movimento e ações iniciam-se na comunidade de Poema/Alvorada, Nova Tebas, que naquele momento era distrito de Pitanga. Assim, distantes da sede municipal, há, para constituição do sindicato, um movimento do interior (afastado) para o centro político administrativo do município.

---

<sup>21</sup> Sobre a localização geográfica de Pitanga- PR e municípios limítrofes, ver mapa da página 121.

Pensar uma determinada região e seus conflitos, nos anos finais do século XX, significa articulá-la a um universo maior, pois o país nesse período tem a sua história marcada pelas conflagrações de contendas relacionadas à terra. Entende-se que, as práticas que nortearam a participação destas(es) no espaço sindical não foram isoladas, mas ligadas à um *momento histórico* oportuno, ou seja, à um contexto político e agrário que propiciou tais resistências. Sobre isso, Soares (s.d., p. 35) aponta que o cenário político do país, na segunda metade dos anos 1970 e na década de 1980, trouxe entusiasmo às mobilizações e organizações de mulheres.

Dois processos fundamentais que cruzaram a segunda metade dos anos 70 e toda a década de 1980 marcam a presença dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: as crises econômicas e a inflação crescente que delas decorrem, e o processo de abertura política, ambos afetando e mobilizando tanto as classes médias como as operárias. A “transição negociada” do regime autoritário processou-se a partir da segunda metade dos anos 70, dentro do projeto de “distensão lenta e gradual” do presidente Geisel, e veio acompanhada da proliferação de movimentos populares, da consolidação da oposição, da remobilização da esquerda, da rearticulação de uma política de oposição, da expansão da ação pastoral da Igreja católica. As mulheres neste período tiveram espaço para uma maior ação política em contraposição ao imaginário social que as vê como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas.

Crise econômica e abertura política enlaçaram-se à organização de mulheres e trabalhadores. Procurei pela conciliação das análises de gênero com os estudos agrários, operação complexa, mas agradável; sem a conciliação das duas áreas a investigação sobre mulheres do campo não seria possível. Nesse sentido, busca-se, nessa pesquisa, compreender os aspectos relacionados aos estudos agrários e a dinâmica das resistências rurais coletivas a partir do recorte de gênero. Desse modo, na busca pela aproximação desses campos distintos, é importante refletir sobre suas perspectivas teóricas.

Segundo Motta (2005, p. 239) “chama-se história agrária ou história social da agricultura um conjunto de pesquisas que privilegiam o universo rural em seus múltiplos desdobramentos”, referindo-se a um conjunto de interpretações e análises sobre a realidade agrária e procurando explicar os inúmeros fatores que incidem sobre esta realidade, desde aspectos relacionados à aquisição e democratização da terra, produção agrícola, e de forma mais ampla, as relações sociais inseridas no espaço rural.

Os olhares sobre o mundo social camponês apontam para a percepção das condições sociais, pois os corpos estão inscritos num *lugar social*, vinculados às hierarquias e relações de poder presentes no espaço político e também nas relações sociais diversas. A concepção de *lugar social* excede o sentido de área ou localização. Entende-se a expressão *lugar* como mais

inclinado à fixidez, à cristalização e, como tal, mais difícil de ser deslocado, afetado, transformado. Assim como *lugar*, a concepção de *espaço* aqui apresentada insere-se no campo das representações (CHARTIER, 1991), com a diferença de este último apresentar maior possibilidade de mobilidade.

Considerando as relações sociais e os deslocamentos das relações nesses espaços e consciente das limitações, esse estudo, a partir de seu recorte, aponta para a ampliação dos desdobramentos analíticos do espaço rural, visto que considera os processos distintos dessas relações que extrapolam o caráter econômico e avança para o campo social, transitando entre o espaço físico/concreto e o simbólico, inerente ao lugar social. Desse modo, incorpora e valoriza pressupostos que significam e ressignificam perspectivas do universo social que revelam as múltiplas tensões e conflitos envolvendo sujeitos atuantes politicamente, na busca por um projeto societário para o campo.

A invisibilidade social das mulheres nos estudos históricos relacionados às resistências camponesas é evidente, objetiva-se dar visibilidade às práticas políticas e cotidianas das trabalhadoras rurais. Desse modo, entende-se que, estudar as formas de ação das trabalhadoras e a sua vinculação ao espaço sindical rural pressupõe uma análise que transite por diferentes interpretações e disciplinas do conhecimento humano<sup>22</sup>, possibilitando um enriquecimento teórico através desses diálogos, que implicam num exercício de conhecimento do rural. Entende-se a questão agrária, não ligada unicamente às questões operacionais e utilitárias, mas envoltas por relações sociais ligadas a estratégias e projetos de vida no campo.

Paulino (2012, p. 79) ao abordar a questão agrária paranaense diz que, “esta questão não está circunscrita apenas à produção agrícola, mas também aos impactos que se acham inscritos nas diversas dimensões organizativas da sociedade”, sendo mais ampla do que o *produzir agrícola*, vinculando-se às conjunturas de produção e reprodução da unidade camponesa, num desafio de sobrevivência que acaba por, inclusive, integrar sujeitos políticos.

---

<sup>22</sup> Segundo Linhares (1997, p. 243), a própria História Agrária por si só possui um caráter interdisciplinar, pois, não sendo inicialmente um campo da história, esses estudos iniciaram-se articulados à Geografia humana, tendo como marco inicial as primeiras décadas do século XX, tendo, segundo ela, “de um lado, o historiador preocupado em explicar as mudanças operadas pela ação do homem (os grupos sociais) através dos tempos – e, de outro, o geógrafo – dedicado ao estudo da relação do homem com o seu meio físico”. A análise sobre as trabalhadoras rurais e suas práticas no espaço sindical rural transita principalmente pelas Ciências sociais, entre outros campos. Apesar de assinalar as primeiras décadas do século XX para a institucionalização da História Agrária, Linhares (1997, p. 244) aponta que, anteriormente já haviam estudos voltados para o rural e para o regional, pois anterior à Revolução Industrial, foi a agricultura a principal fonte de sustento e trabalho. Citando o exemplo francês, onde ao longo da segunda metade do século XIX havia preocupação com o estudo da agricultura e com a organização social no campo, visível em trabalho de historiadores e geógrafos, destaca-se a partir daí trabalhos clássicos voltados para o regional, desenvolvendo novos estudos e abordagens, inclusive de Lucien Febvre.

Cardoso (1979), responsável por amplas discussões envolvendo a história da agricultura afirma haver, de forma geral, três abordagens sobre a mesma: a) relacionada à história das ciências e das técnicas de agricultura; b) referindo-se às formas de apropriação e uso da terra, sendo a História Agrária, propriamente dita (inclui as relações de produção e a problemática dos trabalhadores rurais); c) relativa à uma história econômica do mundo rural.

Para Linhares (1997, p. 242), a agricultura como processo de produção engloba três fatores: a terra, as técnicas e os homens. Estes podem apresentar-se de forma mais ou menos abundantes ou combinar-se em proporções variadas, segundo o período e a região analisada, dependendo de relações e condições sociais determinadas. Entende-se que os estudos agrários incorporam processos históricos bastante amplos e que consideram as ações e as práticas dos sujeitos, ou seja, que considera, além de sua relação com a terra, as relações sociais de poderes e hierarquias envoltas no processo de reprodução do campesinato. A interpretação aqui apresentada sugere uma história social do mundo rural.

Nesse sentido, e considerando este enfoque, destaca-se a relação da história agrária com as resistências camponesas, no quadro do avanço do capitalismo sobre o campo. Segundo Motta (2005, p. 241) um dos fatores responsáveis por impulsionar os estudos sobre a problemática da história agrária e sua relação com o capitalismo é a aproximação desta com a sociologia rural. Na concepção de Martins (1986, p. 18), “[...] é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala [...]”. Representante da Sociologia Rural, os escritos desse sociólogo sobre o campesinato e os movimentos sociais rurais no país, contribuíram para um evidente avanço da história agrária no Brasil.

A constituição de sujeitos individuais em coletividade, ao menos nesse caso específico, é cruzada por diferentes forças institucionalizadas, cuja centralidade discursiva encontrava-se no espaço sindical, visto que disseminava visões de mundo já fabricadas e construía a percepção de coletividade. Nesse sentido, no que concerne às questões relacionadas à classe social camponesa, suas reivindicações, na organização e nas demandas específicas das mulheres trabalhadoras rurais, o espaço sindical foi fundamental como condutor e articulador das lutas sociais coletivas.

Apesar de instrumento unificador das diferenças, inclusive de gênero, o sindicato rural, e aqui utilizando-se das palavras de Esmeraldo (2013, p. 245), que ao analisar o processo de reconhecimento político e social das mulheres trabalhadoras rurais, afirma que, “o espaço sindical de trabalhadores rurais tem a função política de instrumentalizar, com informações e lutas, a formação dessa categoria profissional para acessar direitos”. Apesar de



ser, indiscutivelmente, espaço do masculino, o sindicato rural instrumentalizou a luta social das mulheres rurais<sup>23</sup>. As reivindicações das trabalhadoras eram, em grande parte, ligadas às problemáticas gerais do meio rural, como saúde, educação e política agrícola, a partir daí estendem-se às questões previdenciárias<sup>24</sup>.

Para isso, o reconhecimento e afirmação do trabalho das mulheres do campo foi um grande avanço, passando a serem consideradas, não mais como *do lar*, e sim *trabalhadoras rurais*, para que fosse possível, inclusive o acesso a direitos. Paulilo (2000, p. 2) diz que “considerar trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas”. O distanciamento das trabalhadoras dos espaços políticos de decisão é fortemente associado às construções de hierarquia no meio rural, nesse sentido, concebo a configuração dos espaços e das funções entre homens e mulheres como uma construção social<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Segundo Medeiros e Paulilo (2013), a década de 1980 foi um período importante para a organização das mulheres trabalhadoras rurais, desencadeadas pelas demandas de reconhecimento profissional de seu trabalho. Em Pitanga, como veremos, as mulheres não descartaram o espaço de luta do sindicato, ao contrário, utilizam-se estrategicamente desse.

<sup>24</sup> Ao analisar o movimento de mulheres agricultoras no sul do Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul (possuindo características análogas ao movimento no Paraná e até mesmo articulação com este), Brumer (2009) afirma que inicialmente a preocupação das mulheres era com a saúde dos trabalhadores do campo, para em seguida mobilizarem-se por assistência previdenciária social para as mulheres, buscando um reconhecimento de seu trabalho, levando-as então a discutir sua inclusão e integração nos sindicatos e outros espaços. Mobilizam-se, secundariamente por questões mais específicas das mulheres, como: saúde da mulher, licença maternidade e à implementação de benefícios previdenciários como aposentadoria e outros.

<sup>25</sup> Essa perspectiva é observada a partir dos escritos de Joan Scott, especialista na história do feminismo na França e do movimento operário francês do século XIX. Para a historiadora norte-americana, Scott, o gênero como categoria analítica só emergiu no final do século XX, sendo que seu conceito passou por mudanças; reavaliações, rupturas, descontinuidades no seu processo, tendo, portanto, uma história. Ela rejeita o “caráter fixo e permanente da oposição binária”, baseada no Masculino/feminino da diferença sexual, para ela é necessário uma historicização e desconstrução desses termos binários, conceitos esses expressos nas doutrinas religiosas, educativas, políticas, entre outros, afirmando o sentido de masculino e feminino (SCOTT, 1995).

A análise sobre as práticas das trabalhadoras nos Círculos Bíblicos, espaço sindical e mesmo no cotidiano, direciona-se pelos pressupostos da categoria gênero<sup>26</sup>. Entretanto, é preciso atentar que esta categoria, como pressuposto de debate dos anos 1980, não possui os mesmos significados e conotações atuais. Na narrativa que se segue, Zenóbia nos dá indícios de que nos Círculos Bíblicos e no sindicato o *gênero* tratado, no período, era outro:

P- Os Círculos Bíblicos tratavam também das questões de gênero?

R- Muito superficialmente, isso começou a surgir depois, através da organização de mulheres mesmo. Eram mais questões do povo, de classe mesmo. Depois mais tarde começou a surgir, mas daí já se estava num outro estágio de participação, de identidades mesmo, abarcando questões maiores.

P- E o Sindicato, tratava dessas questões?

R- Enquanto eu participava começou, mas bem depois, no início não se tocava nisso. E não se falava nessa questão dos homossexuais, de identidades [...]<sup>27</sup>.

O que estava em jogo, para esses homens e mulheres era a sobrevivência da família no campo. A inserção nas discussões nos Círculos Bíblicos e logo após no sindicato pode demarcar uma nova forma de agir das trabalhadoras e trabalhadores rurais da região. Quanto às mulheres, elas se mobilizam em torno dos problemas econômicos, a atuação era na defesa da família do campo, e a partir daí sugere-se uma redefinição na sua posição na sociedade e

---

<sup>26</sup> Novamente: são as construções sociais que fazem um homem ou uma mulher, sendo esta construção intimamente ligada às relações de poder e como estas são percebidas numa sociedade, segundo Silva e Silva (2005, p. 166): [...] as identidades masculina e feminina são construções sociais e culturais que impõem aos sexos condutas, práticas, espaços de poder e anseios diferentes. Tudo isso baseado nas distinções que a própria sociedade constrói para o masculino e o feminino e não em diferenças naturalmente determinadas [...]. Inúmeras discussões podem ser feitas a respeito do conceito de gênero, pois o mesmo possui uma amplitude de possibilidades de análises e compreensões. Segundo Scott (1995) a expressão *gênero* parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas, indicando uma rejeição ao determinismo biológico e explicando as distinções entre homens e mulheres através do social. O termo passou também a ser utilizado visando reconhecimento e aceitabilidade no meio acadêmico, pois os estudos das *mulheres* (estudo que possui ligação direta com o movimento feminista que nas décadas de 1960 e 1970, através de sua luta política percebeu a necessidade de se pensar e construir uma *história das mulheres*, para falar sobre as resistências das mulheres, os mecanismos de subjugamento e dominação das mesmas, aspectos da subordinação e resistência feminina. Uma história paralela à história dos homens, estrita a elas, um campo majoritariamente feminino) *não trazia* uma conotação relacional, centrando-se sobre as mulheres de forma isolada, específica, um estudo inteiramente separado dos homens. Sendo, por isso, considerado um campo marginal da história, um domínio separado e que, como tal, deveria tratar do sexo e da família e não envolver-se com questões políticas e econômicas. O estudo de gênero, portanto, incluiria outras noções e outras discussões, ampliando seu campo e relacionando seus estudos com os estudos ditos dos *homens*, segundo Scott (1995, p. 7): [...] Mas isso é só um aspecto. “Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na idéia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. O gênero como conceito relacional se constrói e se expressa em muitas áreas da vida social e inclui em sua categoria a cultura, a ideologia, as práticas discursivas, entre outros. Muitos outros aspectos da organização social contribuem para a construção das relações de gênero, inclui-se a sexualidade, o trabalho, a organização do estado e a violência.

na família rural, recusando um papel passivo e inserindo-se numa rede de diferentes atores sociais.

Essa representação das mulheres ancoradas em seus papéis tradicionais é também uma constante nos raros documentos do sindicato que fazem alusão à participação das mulheres no sindicato, quando o fazem, é geralmente ligando-as à esfera doméstica e aos seus papéis tradicionais, referindo-se, como demonstra a ata, à organização das mulheres como “*movimento de mães e esposas trabalhadoras rurais*”<sup>28</sup>. É possível perceber que a representação das mulheres enquanto mães e esposas deveriam ser resguardadas. Tendo suas ações ancoradas nesse pressuposto, suas intervenções eram percebidas como práticas que tencionavam a defesa do lar, da família.

Essa concepção, de certo modo, autorizou a presença das mesmas dentro do sindicato. A partir das entrevistas com Zenóbia é possível observar que as mulheres ligadas ao STRP passam a atribuir significados ao seu trabalho e as suas experiências a partir de suas condições de desvalorização enquanto classe na lógica da dominação. Essa definição da representação da categoria gênero como algo datado e localizado é importante para demonstrar que o sentido atual deste não se aplica a realidade temporal estudada. De todo modo, essas conotações auxiliam a pesquisa no sentido de reconhecer que a condição das trabalhadoras rurais é historicamente e socialmente construída.

É Chayanov que fundamenta teoricamente o entendimento sobre a unidade familiar camponesa<sup>29</sup>. Base teórica para os antropólogos rurais brasileiros a discussão sobre produção familiar camponesa e conceituação de uma unidade camponesa é consolidada com esse pensador russo. Ele introduz análises não marxistas na perspectiva marxista da unidade camponesa, procurando entender o funcionamento destas de forma diferente do capitalismo, incorporando a discussão sobre família e cultura. A partir de suas análises, incorporo a

---

<sup>28</sup> **Livro de atas: Reuniões nas comunidades do município de Pitanga.** Ata de 23 de janeiro de 1985. Disponível no STRP. Ao discutir sobre as mulheres nos movimentos sociais brasileiros, numa conjuntura mais ampla do processo de redemocratização, Lobo (1991, p. 8) afirma: “Teria sido na condição de mães, esposas, irmãs de prisioneiros políticos ou de desaparecidos que as mulheres participaram do movimento pela anistia ou das lutas pela democratização. Assim, na origem da mobilização das mulheres estariam suas identidades tradicionais. O lugar delas na esfera política não é objeto de questionamento”.

<sup>29</sup> Ao aproximar o estudo com a reprodução social do campesinato e suas dinâmicas, as concepções de Chayanov são fundamentais. Para Gerardi e Salomoni (2014, p. 165) “o modelo básico de Chayanov pode ser entendido como uma análise microeconômica interna das unidades camponesas”. Carvalho (2014, p. 7), organizador da coletânea das obras e dos textos de autores brasileiros ancorados nas teorias de Alexander Chayanov, ao apresentar a obra diz: “O estudo de Chayanov, ainda que tratando do campesinato e circunstâncias da Rússia da década de 1920, é por demais relevante como contribuição teórico-prática para todos aqueles que desejam compreender, não apenas historicamente, mas também no contexto contemporâneo, a dinâmica da economia camponesa no Brasil a partir de observações microeconômicas”.

investigação sobre as relações assimétricas entre homens e mulheres nas unidades camponesas.

Complexos e problemáticos as expressões *público* e *privado*, norteadoras da análise das atuações políticas das trabalhadoras rurais carecem de uma explicitação teórica e posicional. Para além de discutir sobre o caráter político da família camponesa, nossa análise entende a separação do público e não público como resultado de distinções prévias patriarcais que associou homens ao econômico e político e as mulheres à domesticidade e reprodução. De acordo com Okin (2008), essas expressões vão além da dicotomia *doméstico* e *não doméstico*. Alves e Pitanguy (1983, p. 8) ao problematizarem o movimento feminista no Brasil apontam que o político contém relações interpessoais:

Ao afirmar que o sexo é político, pois contém também ele relações de poder, o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como política unicamente a esfera pública, ‘objetiva’. Desta forma, o discurso feminista ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão e para os aspectos emocionais da consciência, revela laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública. Conscientizando-se do fato de que as relações interpessoais contém também um componente de poder e hierarquia [...]

Reconhecemos que o poder político não é unicamente aquele que opera fora dos limites da casa; a divisão do trabalho, os laços de dependência econômica e as táticas individuais de negociação na unidade camponesa relacionam-se a uma estrutura de poder. Entendemos o caráter político da família camponesa, entretanto, as expressões utilizadas no texto dizem respeito à sociedade e ao Estado.

É a partir dessas noções teóricas que a pesquisa foi elaborada, estruturando-se em quatro momentos de investigação, como veremos abaixo.

O primeiro capítulo traz uma introdução sobre os aspectos políticos e sociais do país durante o processo de abertura política. Esses aspectos são importantes na medida em que: a) serviram de cenário para a mobilização política de homens e mulheres apoiados no Sindicato Rural de Pitanga; b) Permitem inserir o movimento local à dinâmica mais ampla do entusiasmo da organização social, movendo diversos segmentos de trabalhadores nos anos finais da década de 1970 e ao longo dos anos 1980. Nesses anos favoráveis para a reorganização dos movimentos sociais, tanto urbanos como rurais, o papel das instituições mediadoras são significantes; as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), a CUT e o PT tem suas histórias cruzadas com esses novos personagens, sendo assim, suas histórias de lutas entrelaçam-se. Essas relações também são problematizadas.

O segundo capítulo examina os sujeitos que, ancorados ao Sindicato Rural, projetaram suas reivindicações no espaço político. A partir do debate teórico sobre a categoria *camponês* os grupos que, nas décadas de 1980 e 1990, lutavam por terras e por direitos são apresentados. De pequenos proprietários a trabalhadores sem terra, uma heterogeneidade de indivíduos e pautas são incorporados pelo sindicato rural de Pitanga. Essa análise sobre as lutas e os sujeitos delinea-se a partir de um questionamento: *todos que residem e trabalham no campo são camponeses?* Essa análise articula diferentes debates teóricos com a interpretação de fontes escritas encontradas no sindicato rural, cujo conteúdo vai desvelando a diversidade de indivíduos e, portanto, de interesses diversos, mas que em comum possuíam o descontentamento com a política agrícola do período. Os lugares de reconhecimento das trabalhadoras também são investigados, atentando para os usos das nomeações *agricultoras* e/ou *trabalhadoras rurais*.

No terceiro capítulo, a problemática da pesquisa é a realidade social e econômica da região centro do Paraná, onde esses sujeitos estão inseridos. Com problemas fundiários marcados pela distribuição desigual e concentração de terras e de renda, o extenso município de Pitanga, vê esses problemas acentuarem-se devido à política do projeto de modernização agrícola<sup>30</sup> dos militares, que acaba por expulsar a população pobre de seu interior. Para os trabalhadores rurais sem terra e até mesmo para os pequenos proprietários, as possibilidades de sobrevivência e reprodução no campo, nas duas décadas estudadas, eram reduzidas. A constituição do sindicato, em 1984, passa a ser uma estratégia de manutenção desses grupos no campo, sendo uma força política constante. Além de Zenóbia, aqui, as narrativas de Osmano Soares dos Reis, uma das forças articuladoras do processo de fundação do sindicato, é também examinada, ajudando a compor a trama dessa conjuntura. Em outros momentos do texto as narrativas dele também são exploradas.

Apresenta-se a região física/geográfica do local ao longo do capítulo, porém, a análise evidencia uma concepção alargada de espaço e lugar, considerando os seus aspectos simbólicos, entendendo o espaço como local de práticas e, portanto, dinâmico. Tal

---

<sup>30</sup> A modernização agrícola é intensificada com o projeto modernizador dos militares para o campo, entretanto, para os trabalhadores rurais brasileiros não é algo novo. Esse processo é datado. Em Pitanga, Iurkiv (1999, p. 38), ao analisar a Revolta do Tigre nessa região, em 1955, aponta que: “no caso da região de Pitanga, a interiorização mais efetiva do Estado, apesar de ele já estar relativamente presente, intensificou-se em fins da década de 1940 e, principalmente, na década de 1950, quando a elite paranaense auto-intitulava o Paraná como a ‘Califórnia do século XX’ e sua intelectualidade pregava a intervenção modernizadora do Estado para conduzir o Paraná pelos caminhos do progresso, que apresentava, agora, uma face industrial e técnica, inclusive para o meio rural”. A presença e as propostas do mundo oficial, que tentava normatizar e fazer-se reconhecer apresentam-se relacionadas à intensificação da presença do Estado na região e de uma intervenção modernizadora no campo, cerca de trinta anos antes da fundação do Sindicato Rural de Pitanga (1984).

interpretação move-se a partir da tríade espaço-ação-sujeitos. Entende-se que a ação desses sujeitos, tecidos numa materialidade territorial e também simbólica, vão desconstruindo uma região já estabelecida, esse movimento de resistência acaba por criar novas regiões, à esse processo denominamos de região da contestação, já que envolvem ações de inconformismo por parte de grupos que não foram incorporados ou sendo, de modo insatisfatório, à região legitimada. Os conceitos de regiões, espaços e lugares foram imprescindíveis nesse debate, colaborando para a construção de uma perspectiva que nega a fixidez e a cristalização dessas categorias.

O quarto capítulo ancora-se numa análise profunda sobre as lutas das trabalhadoras. É nesse momento que as narrativas de Zenóbia sobre as relações sociais entre homens e mulheres em três espaços (cotidiano familiar rural, os Círculos Bíblicos e o Sindicato Rural) são problematizadas mais intensamente. A análise das memórias da entrevistada possibilita um entendimento sobre as relações de trabalho entre os sexos, no campo, cuja perspectiva, é da secundarização do trabalho das agricultoras, considerado como ajuda. Também, entre outros pontos, alguns indícios que sugerem uma relação assimétrica no sindicato são abordados: (a) a uma participação autorizada e fundamentada pelo caráter de mães e esposas que atuavam na defesa do lar; (b) a hierarquia de funções designava as mulheres às funções subalternas, afastando-as dos cargos de liderança; (c) O caráter secundário de suas pautas no contexto da luta sindical. A representação social da mulher do campo é também analisada.

Os quatro capítulos têm a presença de Zenóbia.

## Capítulo I

### O ENTUSIASMO DOS ANOS 1980: A ABERTURA POLÍTICA E O RESSURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

*O historiador grego Políbio, estudioso das Guerras Púnicas, nos ensina que a história não pode estudar o mundo da mesma forma que um cirurgião conhece um animal esquartejado. Ele pode ter boas noções de anatomia, conhecer tecidos e muita coisa. Mas o decisivo é entender o animal vivo, com movimento, com todas as partes funcionando em conjunto.*

(Paulo Pinheiro Machado)

#### 1.1 A abertura política no Brasil: lenta, gradual e segura...

Ao apresentarem o livro de Leonilde Servolo de Medeiros sobre a história dos movimentos sociais no campo brasileiro, Pacheco e Leroy (1989) apontam a importância de se estudar a história de camponeses e trabalhadores rurais ultrapassando o localizado, o regional, o particular e inseri-los numa conjuntura social mais ampla. Afinal, esses personagens, segundo Pacheco e Leroy (1989, p. 9), “não travaram lutas ao sabor do imediatismo e dos ventos, como fogo no mato; suas lutas progressivamente procuraram se inserir em movimentos e organizações que lhes deram continuidade e sentido”. A partir desta perspectiva, procura-se pensá-los articulados ao movimento secular das classes trabalhadoras; recriar uma conjuntura política de uma época, dar vida às ações de pessoas movidas pela esperança e paixão pela justiça social.

Desse modo, o grande entusiasmo e a emergência de novos atores que entraram em cena nos anos finais da década de 1970 e ao longo dos anos 1980 são examinados<sup>31</sup>. Essas coletividades, ao longo das duas décadas, foram trazendo à luz novos problemas, como questões de gênero e desigualdades sociais. Durante o regime militar, estes grupos, organizados em movimentos sociais, além de buscar democratizar o país lutavam também por

---

<sup>31</sup> A década de 1980, caracterizada pela abertura política iniciada nos anos 1970, segundo Santana (2010), pode ser considerado um período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento de trabalhadores, inserindo novamente esses segmentos na política brasileira. É no declínio da ditadura militar que os movimentos de trabalhadores se reerguem e o sindicalismo, não como forma única de contestação, mas como fio condutor das resistências e estimulador de mobilizações contestatórias emerge.

justiça social e direitos<sup>32</sup>. Na busca por reconhecimento essas sujeitos sociopolíticos, novos ou reformulados, alteram a conjuntura política e econômica e modelam novos contextos, cujo cerne amparava-se na democracia participativa. No desenrolar do processo de redemocratização, esses movimentos constroem e reformulam modelos de participação e emancipação orientados por incubadores institucionais<sup>33</sup>, mediadores e aliados viáveis, à medida que a transição progredia.

Somente uma abordagem historicamente alicerçada é capaz de formular respostas que incorporem essas noções, cujas ligações e interações mediadoras produziram uma ação coletiva de grupos sociais rurais pobres, sem recurso e politicamente marginalizados, na região central do Paraná e em diversas regiões do país. Enfim, procura-se desvelar o pano de fundo político e econômico que possibilitou a emergência dessas ações moldadas pelo fator em comum de terem a terra como fonte primordial de renda e subsistência. A Igreja, como mediadora, e o ressurgimento da esquerda como força política vigorosa entrelaçam-se aos temas e problemas dos sujeitos políticos rurais, incluindo-se a organização de mulheres neste espaço.

A busca pela recuperação da história das lutas no campo é um desafio. Ao focalizar o estudo nos anos finais da década de 1970 – quando o regime militar apresenta sinais de desgaste – e nos primeiros anos de 1980, não pretendemos negar a importância das lutas anteriores, mas perceber, dentro de uma determinada conjuntura, o desencadeamento de reações de trabalhadores e trabalhadoras rurais movendo-se junto à organizações partidárias e sindicais e instituições de apoio. Trata-se da busca por antecedentes mais recentes da ampla história de luta, conflitos e reivindicações desses indivíduos que labutavam no campo e buscavam formas de visibilidade, inserção e reconhecimento social.

A presença de organizações de trabalhadores rurais não é nova no cenário político do país. No período anterior ao golpe militar de 1964, as ações destes grupos vinham ganhando

---

<sup>32</sup> Sobre a diversidade das lutas e organizações sociais, ver a obra: *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*, de autoria da socióloga Maria da Glória Gohn (2010).

<sup>33</sup> Houtzager (2004, p. 133) introduz uma discussão sobre este conceito na trajetória dos movimentos sociais. Para ele, a diferença entre agir como aliados ou como incubadores reside tanto na natureza quantitativa quanto na qualitativa de seus investimentos em movimentos sociais; aliados apóiam, em vários sentidos, movimentos existentes, ao passo que incubadores tentam criar novos movimentos, atraindo pessoas para seus campos ideológicos e organizacionais, bem como redefinindo as bases de grupamento.



mais evidência e visibilidade<sup>34</sup>. Apesar de impor uma desmobilização à esse processo, a ditadura não foi capaz de suprimir as lutas e os conflitos no campo. Nas palavras de Grynszpan (2010, p. 326) “Tornando-se desfavorável a conjuntura, com o golpe, os trabalhadores rurais passaram da ofensiva às lutas de resistência, das ações coletivas passaram aos conflitos individuais, localizados”. Utilizavam-se estrategicamente da legislação existente (Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra) como armas, segundo o autor, e fizeram da justiça, principalmente da trabalhista um dos espaços principais de resistência.

Somam-se a isso os diferentes graus de comprometimento dos sindicatos controlados, vários deles, apesar de regulados e pautados pela legalidade, continuaram a encaminhar as reivindicações dos trabalhadores rurais. Apesar de limitadas, por menores que fossem reduzidas as possibilidades em um quadro arbitrário, já era uma atuação. Grynszpan (2010) diz ser precipitado concluir que as organizações rurais, como um todo, fossem subservientes ou que sua linha de atuação fosse condicionante na defesa dos interesses dos proprietários em detrimento dos trabalhadores<sup>35</sup> nesse período.

Segundo Medeiros (1989), o golpe militar de 1964 *encerrou* com um grande período de efervescência social<sup>36</sup> e política que trazia à luz diversos conflitos no campo, apesar de

---

<sup>34</sup> Grynszpan (2010) assim define o período anterior ao golpe: “O período que vai da década de 1940 ao início dos anos 1960 viu afirmarem-se os camponeses como ator político, organizado, a princípio, em entidades como ligas camponesas e associações de lavradores, entre outras, lutando por terra e por direitos. Viu surgir a primeira organização nacional camponesa, a União dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas do Brasil (ULTAB). Viu o campesinato ser disputado por agentes diversos, como partidos políticos e a igreja. Viu as primeiras manifestações de homens do campo nas cidades, viu os primeiros grandes congressos camponeses, viu as primeiras greves maciças na área rural, viu as primeiras ocupações de terras como tática política para forçar a sua desapropriação, o que chegou a atingir níveis consideráveis em Estados como o Rio de Janeiro. O período assistiu às primeiras ações de poder público voltadas para a redistribuição da propriedade da terra, desapropriando-se fazendas e áreas de conflito, de início como investidas de governos estaduais e, posteriormente, como política do governo federal, ganhando corpo com a criação da Supra, a Superintendência de Política Agrária, já no governo Jango”.

<sup>35</sup> Houtzager (2004, p. 62), ao problematizar a influência do governo militar nos sindicatos rurais, diz: “Até que ponto os sindicatos desempenharam o papel a eles designado e proveram um Estado com maior presença nas comunidades rurais variou consideravelmente de acordo com a região e é difícil estimar”? De fato, os militares viam nos sindicatos rurais um mecanismo de ajuda que atraísse o Estado nacional para o campo, tornando-os fornecedores de serviços.

<sup>36</sup> As lutas sociais no campo ampliam-se nos anos 1950. Segundo Medeiros (1989), em meados desta década vários conflitos eclodiram em diversas regiões do país, por motivações distintas, entretanto, de acordo com a autora, todos eles tinham algo em comum: a resistência dos trabalhadores rurais em deixar a terra em que trabalhavam e da qual estavam sendo expulsos, fossem posseiros, arrendatários, foreiros ou moradores. Essas lutas ocorriam em diferentes regiões do país: Paraná, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, entre outros. Destaca-se os conflitos que adquiriram grande dimensão política no final dos anos 50, Formoso e Trombas em Goiás, a Revolta do Porecatu no norte do Paraná, e na região conhecida como Baixada da Guanabara no Rio de Janeiro. Alguns desses conflitos tiveram repercussão nacional, rompendo o isolamento inicial e articulando-se a outras lutas que ultrapassava as especificidades locais de cada conflito, segundo a autora, dando substância a demanda por reforma agrária, encabeçada pelo PCB. Além das lutas de resistência de posseiros, tornou-se comum as lutas de arrendatários e foreiros contra a alta das taxas de arrendamento e contra formas de contratos que os explorava e os obrigava a sair da terra. Lutas salariais também se tornaram marca nos anos 50, permanecendo viva a demanda por direitos trabalhistas já assegurados aos trabalhadores urbanos através

marcado pela presença de um sindicalismo vinculado ao Estado e pela negação aos trabalhadores do campo do direito de organização social e garantia de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores das cidades. Essas organizações no campo, que experimentara um processo inicial de articulação, isolam-se, atomizam-se, mas não desaparecem, mesmo com a intensa repressão da ditadura militar sobre os movimentos de trabalhadores rurais e urbanos.

Para Grynszpan (2010), as lutas persistiram porque as anteriores ao golpe haviam produzido mudanças profundas e irreversíveis nas relações sociais. Para ele, o processo de retomada das mobilizações na área rural ocorre, apesar das intervenções, perseguições e prisões, no interior dos sindicatos rurais e na CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Ao analisar o processo de abertura política no Brasil, Silva (2010) diz que um intenso movimento de redemocratização ocorre por toda América Latina, no final dos anos 1970 e durante os anos de 1980, não sendo o Brasil um caso único ou modelar do processo de transição, apesar de guardar especificidades nessa conjuntura

É sobre esse processo de abertura política, iniciado em 1974, que nos deteremos, pois este nos traz um movimento de redescoberta: homens e mulheres de diversas regiões e Estados brasileiros passam a atuar contra problemas semelhantes, unindo-se na perspectiva de uma sociedade mais justa. Nesse processo, esses grupos e formas plurais de ação desvelam suas relações com a trama do autoritarismo político no país.

Quanto à abertura política, segundo Rodrigues (1992), o intuito era de que ela fosse lenta, gradual e segura. Ao analisar os anos 1980, a autora denuncia que a burguesia brasileira, os militares e a grande maioria dos políticos concordavam em não deixar escapar o controle da abertura de suas mãos. Ela aponta que a redemocratização do país interessava à burguesia, pois a consolidação do capitalismo pelos mecanismos da ditadura havia fortalecido a elite brasileira. Assim, os rumos, as formas, objetivos e o ritmo de um regime mais participativo eram determinados, segundo a autora, pela conciliação entre os interesses dos segmentos burgueses. Tratava-se de uma abertura controlada, dentro dos limites institucionais e condicionada às predeterminações e regras já estabelecidas.

---

da CLT, como carteira profissional, jornada de oito horas, salário mínimo, férias remuneradas, horas extras, pagamento em dinheiro e não em gêneros, descanso semanal remunerado, liberdade de organização. No final dos anos 50, apesar da violência policial e dos proprietários de terra contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo, as lutas no campo começam a ter mais visibilidade e peso político. No início dos anos 60 as lutas intensificam-se, estendendo-se por regiões que até então não tinham maior expressão. O clima de debate sobre os mecanismos para acelerar o processo de desenvolvimento indicavam necessidades de reformas profundas, entre elas estava a agrária, isto teve um peso na emergência de novos conflitos.

Sobre a atuação dos segmentos populares nesse processo, Rodrigues (1992, p. 13-14) diz:

A pressão dos movimentos sociais [...] foi fundamental para a conquista da abertura, mas não para garantir sua condução realmente democrática. Isto exigiria profundas reformas nos mecanismos de decisão política, com a criação de canais efetivos de participação para as classes trabalhadoras. Durante o processo, porém, a potencialidade popular demonstrada em vários momentos, em especial o da campanha ‘diretas – já’ foi sendo limitada ao voto e às manifestações públicas. “*Ao povo o seu lugar*” diria a maioria dos políticos e a burguesia. “*Quem sabe de democracia somos nós*” (grifo nosso).

Buscava-se uma participação reduzida e limitada da população, num desejo de eliminar ou invisibilizar opiniões mais radicais de abertura e redemocratização vindas de setores de representação social. Silva (2010) identifica os principais atores, não necessariamente únicos, no processo de abertura política: oposição externa, militares e oposição civil. Para ele, a pressão exterior era representada pelo governo Carter, cuja ação firme em favor dos direitos humanos conduzia a formulação da idéia de inserir o Brasil num Estado de Direito. O MDB (Movimento Democrático Brasileiro), oposição única e consentida obteve formidável vitória eleitoral em 1974.

Não desvalorizamos a influência externa no processo de abertura política, entretanto, para a análise que propomos, a ação dos agentes internos nesse projeto são essenciais para pensar a construção da cidadania como parte do processo político. No campo da oposição, segundo Silva (2010, p. 255), “[...] o MDB acabou por ser empurrado em direção a uma atuação mais firme diante do regime militar por uma sociedade civil extremamente organizada, com os sindicatos, a igreja, a imprensa, os artistas e a universidade”. Sob forte pressão, não somente o MDB, mas dos demais segmentos de poder que controlavam a abertura, são forçados a incorporar novos atores e negociadores ao percurso predeterminado. O elenco é ampliado devido à pressão popular, potencializada durante a campanha das *Diretas Já* em 1983, quando os segmentos populares exigiam democracia ao processo de negociação política.

No Brasil, na primeira metade dos anos 80, no campo e principalmente nas áreas urbanas industriais, foi marcante a presença de trabalhadores em greve, cujos resultados foram prisões e intervenções em sindicatos, segundo Medeiros (1992). Destaca-se nesse processo, as greves do ABC paulista, cujas experiências de luta dos metalúrgicos originaram o Partido dos Trabalhadores (PT). Enquanto partido marginal no processo de redemocratização, ele representava uma opção para setores da classe operária, sindicalistas e intelectuais. Em

Pitanga, a influência de tal partido, no percurso sindical rural é notável, como veremos mais adiante.

## 1.2 Os movimentos sociais no contexto da ditadura: os sindicatos

Sobre as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras após a deflagração da ditadura, Medeiros (1989, p. 85) aponta que, “após o golpe de 1964, as lutas no campo e na cidade entraram em refluxo frente à repressão que passaram a enfrentar”. No entanto, segundo a autora, sob a tutela militar iniciou-se uma série de reformas de caráter modernizador da economia e da sociedade, algumas delas demandadas no pré 64. A reforma agrária ganhou corpo legal através do Estatuto da Terra.

Para Grynszpan (2010), no que tange a reforma agrária, os primeiros anos do regime militar foram pródigos na produção legal e institucional, mas avaros na realização de resultados. Além do Estatuto da Terra, ou como decorrência dele, foram criados outros órgãos, em 1965: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária(Ibra), órgão executor da reforma agrária; o Instituto Nacional de Reforma Agrária(Inda), responsável pela modernização agrícola. Estes, porém, inoperantes nos interesses dos trabalhadores rurais. Outros órgãos foram criados ao longo dos anos, mas sem um reflexo prático e positivo na vida dos homens e mulheres despossuídos no campo. Ao contrário, a modernização trouxe ainda mais a expropriação e a exploração desses indivíduos.

Conforme Houtzager (2004, p. 50) aponta, o golpe militar produziu uma mudança fundamental nas políticas nacionais em relação à zona rural; a preocupação primordial do governo era modernizar a agricultura. Ao analisar o período de 64-67, o autor indica que o primeiro governo militar fez das modificações do setor agrário uma prioridade nacional. Vários fatores indicavam que ações imediatas e intensas eram necessárias no campo brasileiro: crise de fome no início dos anos 1960; medo de que um setor agrário *atrasado e retrógrado* representasse um grave entrave para o crescimento econômico; temores de que a mobilização radical de setores rurais trouxesse uma revolução agrária nos moldes cubanos *fidelistas*<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Grynszpan (2010, p. 321) também relaciona a preocupação dos militares com as questões agrárias com o medo e a tentativa de eliminar focos de revolta: “Dessa forma, a questão agrária manteve, após o golpe, a condição de problema central. Pesaram também para isso recomendações do governo americano, preocupado com a possibilidade de eclosão de processos revolucionários na América Latina, nos moldes que ocorrera recentemente em Cuba. Para ele, as reformas agrárias representavam mecanismos eficazes de controle e estabilidade social, uma vez que contribuíam para a eliminação de fontes de conflito e revolta”. A influência da estratégia norte-americana de frear o avanço mobilizatório dos processos revolucionários contribui para a criação do Estatuto da Terra, já em 1964. Essa lei que regia a implementação da reforma agrária no país, entretanto, encontrava-se vazia no sentido social redistributivo.

Entretanto, o projeto da estratégia militar, o Estatuto da Terra, foi promulgado pelo congresso somente sete meses após o golpe e as políticas do estado voltadas para o trabalhador rural não se desenvolveram e o projeto mal saiu do papel, exceto uma resposta no nordeste, onde se temia que a revolução de inspiração cubana acontecesse<sup>38</sup>.

No final de 1965, houve um fechamento, recrudescido com o AI5, em 1968, não deixando espaço para manifestações dos movimentos sociais. A partir daí, segundo Medeiros (1989), a política econômica que daria origem ao denominado *milagre brasileiro* inicia-se, sendo marcado por um rápido crescimento econômico cujos resultados trouxeram uma alta concentração de renda e de capitais. A modernização foi uma política marcante; além da modernização industrial, o projeto do governo estimulou a modernização agrícola - afetando diretamente os segmentos mais pobres do campo - e a ocupação das fronteiras por grandes empreendimentos. As palavras de Medeiros (1989, p.85) evidenciam o que esse novo modelo significou: “O discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional”.

Para Grynszpan (2010) estruturas e órgãos foram criados, mas na prática não refletiu em melhorias das condições de vida dos trabalhadores rurais e no acesso a terra. Segundo ele, não se observou uma desconcentração da propriedade da terra; a reforma agrária promovida pelo INCRA passou a significar basicamente colonização, ou seja, uma ocupação dirigida e controlada de áreas de fronteira na região chamada Amazônia legal, abrangendo terras do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. Grynszpan (2010, p. 330) denuncia que a intenção não era realizar efetivamente um projeto de reforma agrária, mas reduzir as tensões sociais decorrentes da demanda por terra, com níveis preocupantes principalmente no nordeste do país

A colonização oficial se inscrevia em um projeto geopolítico mais amplo de ocupação das áreas de fronteira, supostamente livres, no norte, mas também no centro oeste do país, visando garantir seu controle, antiga demanda dos militares. Ela se deu de forma conjunta com alguns dos grandes investimentos públicos que caracterizaram o período que ficou conhecido como o do ‘milagre brasileiro’. [...] o que se buscava, desse modo, era reduzir as tensões sem que fosse necessário recorrer a desapropriações; sem promover, efetivamente, uma reforma agrária, apenas transferindo trabalhadores e suas famílias de áreas onde habitavam para outras. O que esse conjunto de intervenções fez, de fato, foi adiar grandes conflitos sociais

---

<sup>38</sup> Em Pernambuco, onde essa exceção importante aconteceu o governo nacional trabalhou com parceiros para reconstruir o movimento sindical rural, obviamente, em moldes conservadores. Esse esforço era parte da estratégia que visava a transformação da indústria açucareira da região, considerada arcaica. A idéia era introduzir o Estado como mediador das relações sociais rurais e sindicatos assistencialistas eram considerados como caminho.

nas áreas mais antigas, criando nas mais novas, por outro lado, condições para que viessem a eclodir no curto prazo, e com grande violência

O fluxo de trabalhadores rurais do nordeste para a Amazônia foi intensificado nas décadas de 1960 e 1970. Muitos se instalaram como posseiros. Além disso, outros grupos, inclusive do sul, partiam para essa região em busca de terras. Nos Estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a introdução de novas culturas como a soja e o trigo resultou numa elevada concentração fundiária e mecanização, trazendo como consequência a liberação de mão de obra e a expropriação, como evidencia Grynszpan (2010).

De fato, para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, tais políticas aliadas aos efeitos da modernização ocasionaram, segundo Medeiros (1989), um êxodo rural intenso, a multiplicação de despejos e um assustador aumento do trabalho temporário. Seguindo o percurso das narrativas de Zenóbia sobre os envolvidos no trabalho na pequena propriedade dela e do esposo é possível verificar as mudanças no sistema de trabalho com a mecanização da agricultura em Pitanga.

Em nossa propriedade, o trabalho era familiar, com ajuda de terceiros. Era uma espécie de uma parceria, sabe? Não se tinha maquinário para os pequenos, então, por exemplo, quem tinha um par de animais bom para trabalhar, que puxasse arado, essa pessoa emprestava para o outro, trocava dias de serviço [...] E tinha muito o trabalho de mutirão. O trabalho em nossa propriedade era de base familiar, bem no início, logo quando nós casamos, ainda tinha aquele sistema e era preciso ter pessoas trabalhando e morando no sítio assim, como meeiro, por exemplo, ao mesmo tempo em que eles plantavam para eles, eles trabalhavam, porque tanto nós quanto eles plantavam pouco, então eles plantavam para o sustento próprio para vender um pouquinho no final do ano e, ao mesmo tempo ajudavam a gente, pagava-se a diária para eles, pagava por dia esses dias que trabalhavam pra gente. Aí se eles precisavam de algo assim, como medicamento ou alimento, aí no caso as pessoas, os donos dos sítios eram responsáveis, aí a gente ia atrás, comprava! Mesmo que a gente não tivesse dinheiro ou crédito, tinha de dar um jeito de manter aquelas famílias, sabe? Eles moravam no sítio, era dado a residência para eles e tudo, chegou uma época, ao longo do tempo que foi ficando impossível, sabe? Foi se tornando caro demais, as condições da época, a política agrícola não dava condições de você manter, foi se escasseando, até acabar. Mudou tudo, sabe? *Só se falava em máquinas pra tudo, para os grandes*<sup>39</sup> (grifo nosso)

Na narrativa acima, percebe-se que a chegada das máquinas é um marco divisório para as relações de trabalho e as condições de vida no campo. A política de modernização do campo planejada para os latifundiários, *os grandes*, como Zenóbia refere-se aos grandes proprietários, não chegava às pequenas propriedades, entretanto, afetava-as negativamente.

---

<sup>39</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

Sem esses recursos, a produção tinha na mão de obra familiar e naquela mobilizada dentro da comunidade rural o principal sustentáculo, entretanto, alterava relações de trabalho tradicionais, inviabilizando a presença de determinados grupos no campo.

É preciso atentar para o fato de que essa modernização agrícola estava entrelaçada a um modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos militares para o Brasil que atingiu seu ápice no segundo governo militar, produzindo o chamado milagre econômico, entre 1967 e 1973, quando o PIB subiu em níveis incríveis. Rodrigues (1992) aponta que esse modelo baseou-se na participação do Estado na economia, investindo pesado na mineração, produção de petróleo, indústria química, monopolizando setores de transporte ferroviário, de energia e telecomunicações<sup>40</sup>.

Essa política resultou numa alarmante concentração de renda e num controle extremo da política salarial. Para os trabalhadores, segundo Rodrigues (1992, p. 40), os efeitos foram sentidos negativamente.

O arrocho salarial e a constante alta do custo de vida levaram os trabalhadores a perder o poder aquisitivo e ao rebaixamento do nível de vida. O acesso a moradia e mesmo uma boa alimentação foram dificultados. O consumo tornou-se, gradativamente, privilégio de uma minoria situada nos estratos mais altos da escala social

No campo, a modernização tecnológica das atividades agropecuárias era pensada como essencial para o desenvolvimento econômico. A exportação foi extremamente favorecida pelos incentivos governamentais, era uma das metas prioritárias do governo. O setor agrícola foi altamente favorecido para engrossar o caldo das exportações; grandes extensões de terra passaram a ser ocupadas por plantações destinadas ao mercado externo, prejudicando o abastecimento de alimentos no mercado interno. Os incentivos para a agroindustrialização, visando aumentar a produtividade agrícola e acrescer o setor das exportações eram destinados à elite agrária do país.

Traduzidos na forma de créditos, esses estímulos econômicos para o setor da agricultura excluía segmentos rurais pobres. Sobre os créditos agrícolas, motivo de grande descontentamento entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais, Zenóbia indica o caminho de nossa discussão: *“Créditos? Para o rico tinha, o pequeno quase nunca conseguia”*<sup>41</sup>,

<sup>40</sup> Um dos pilares do modelo, segundo Rodrigues (1992), era as multinacionais, que achavam vantajoso produzir no Brasil devido aos incentivos do governo e ao baixo custo da mão de obra nacional, o que barateava o preço da produção. Produção esta que se destinava ao mercado interno e também para a exportação, inclusive, para os próprios países de origem destas.

<sup>41</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015. Essa situação levará a ocupação do Banco do Brasil, no município de Pitanga, em 1989, quando os trabalhadores e trabalhadoras mobilizaram-se pela liberação de créditos agrícolas para os pequenos agricultores(as),

sabidamente, a partir das observações do mundo concreto, nossa entrevistada define o percurso de nossa discussão sobre o projeto agrário dos militares.

O desenho da política agrícola centralizava-se em mãos federais, segundo Houtzager (2004), essas políticas estavam centralizadas no Ministério do Planejamento, no Ministério da Fazenda e no Conselho Monetário Nacional, todos os três estavam dominados por grupos que possuíam laços estreitos com grupos industriais urbanos, representando, portanto, os interesses desse setor. O CMN (Conselho Monetário Nacional) estabeleceu políticas agrícolas de crédito, incentivos fiscais, preços mínimos, visando fomentar a agroindústria. O crédito rural obteve função primordial no processo modernizador e, segundo Houtzager (2004, p. 67),

[...] era o mais importante instrumento das políticas do Estado para induzir a transformação de grandes propriedades rurais em modernas empresas rurais e capitalizar a produção de um seletivo grupo de pequenos produtores [...] A doação de crédito tinha alvos bem pensados: colheitas para exportação e para as indústrias eram favorecidas em detrimento de colheitas para a alimentação, maiores produtores em detrimento de menores [...]

Os créditos e subsídios para agricultura tinham destino certo: não era para a pequena agricultura, esse setor não era objetivo dessas políticas e, portanto, não era atendido por eles. Schörner (2000, p. 86-87), ao tratar da modernização agrícola no Brasil e suas implicações no processo de migrações, diz que:

[...] A modernização da agricultura, que pode ser vista como uma das principais causas que levaram esse contingente à migração, não aconteceu de forma igual em todas as regiões do Estado e tampouco foi introduzida nas mesmas proporções para todas as culturas. As lavouras de milho, de arroz e de feijão continuaram a ser conseguidas praticamente nos mesmos moldes de antes (com pouca tecnologia e poucos investimentos), enquanto que a soja, o trigo e o algodão se inserem na produção moderna. Dois elementos comprovam a abrangência limitada e seletiva da modernização da agricultura paranaense: o crédito agrícola e o uso de máquinas. De acordo com o IPARDES, ao longo da década de 70 a soja e o trigo consumiram os maiores montantes do crédito destinado à agricultura, e no de 1979, por exemplo, essas duas lavouras consumiram Cr\$ 12.716 mil de um total de Cr\$ 18.515 mil destinados ao financiamento de insumos. Em relação à utilização de máquinas, mesmo com um aumento de 326,3% no número de tratores, apenas 7,61% das propriedades utilizavam máquinas agrícolas nas suas atividades. Os pequenos proprietários, os arrendatários, meeiros e parceiros foram os segmentos rurais que mais contribuíram no processo migratório, ao mesmo tempo que os maiores produtores (acima de 500 hectares), aumentaram as suas propriedades, que em sua maioria não foram utilizadas para a produção, mas sim como reserva de valor. Todo esse processo foi sustentado pela política agrícola do Governo Federal e a sua continuidade

---

denunciando o privilégio dos grandes proprietários na política de créditos. Essa expressão pública de descontentamento será abordada no último capítulo, analisado a partir de uma fotografia sobre o fato e de relatos mais profundos sobre a insatisfação dos trabalhadores(as) do campo com a precariedade de estímulos para a produção agrícola.



ainda se encontra, em grande medida, condicionada a esse apoio. Diante disso, podemos perceber que o desenvolvimento recente deixou bem claro suas exigências e, principalmente, quais segmentos de produtores estão aptos a preenchê-las

Os apontamentos do historiador indicam uma seletividade das políticas governamentais na inserção dos segmentos agrícolas na modernização agrícola<sup>42</sup>. É comum nas falas de Zenóbia lembranças de um tempo difícil na roça. Pergunto sobre o que eles plantavam na pequena propriedade e sobre a venda dos produtos excedentes e os subsídios. Ela divide em dois momentos: o primeiro quando moravam na propriedade do sogro e que, portanto, este a administrava; e o segundo momento após a divisão da herança do esposo, nove alqueires de terra. Sobre esse momento, ela diz:

Depois que nós pegamos a terra, nós tivemos mais autonomia, mas era tudo muito difícil, mas conseguimos manter a propriedade. O que a gente plantava era, a maioria, para subsistência, mesmo. Você vendia, mas o que sobrava era muito pouquinho. Até porque não tinha seguro agrícola, né? Não tinha nada que garantisse as colheitas. A maior parte da planta era feijão e milho. Então, feijão era o forte, assim, no final do ano, mas se pegava uma época de chuva se perdia tudo, porque hoje tá difícil as estradas, mas na época era muito pior. Se desse dois dias de chuva já não conseguia transportar o cereal. E ainda, a cooperativa tinha exigências, descontava tudo<sup>43</sup>.

Nessas condições e com tais dificuldades manter uma propriedade rural é, para ela, motivo de orgulho. A colheita e o transporte dos cereais ficavam condicionados às condições climáticas. A chuva no período de colher trazia a perda da produção agrícola ou descontos na hora de vender, principalmente pela umidade dos grãos. Manter a propriedade nessas circunstâncias era um desafio, Zenóbia, a partir da sua realidade familiar demonstra isso.

No nosso caso, nós conseguimos manter a *propriedade*<sup>44</sup>, nos libertamos das dívidas, porque naquela época era muito caro. Começamos ter leite, vaca de

<sup>42</sup> Também Deere (2004, p. 178) diz que a política do governo, na década de 1970, centrou-se na modernização das fazendas através de um abundante crédito subsidiado. Quanto maior a propriedade, maior o crédito, encorajando a crescente concentração de terra. Especialmente favorecidos foram a plantação de soja para exportação e os interesses do agrobusiness nas fazendas de gado e madeira. A política de modernização também provocou uma mudança nas relações de trabalho, com a força de trabalho dos arrendatários residentes nas fazendas sendo substituída pela força de trabalho assalariada temporária. A prioridade do governo militar, em termos de resolver os problemas dos conflitos rurais, estava focada na colonização espontânea e planejada da fronteira amazônica, a qual coincidiu, em propósitos, com o desenvolvimento da doutrina de segurança nacional brasileira. Para os milhões de expropriados pela política de modernização, a principal opção era a migração para as áreas urbanas e para as grandes cidades brasileiras, as quais se expandiam em tamanho.

<sup>43</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>44</sup> Ao longo das entrevistas Zenóbia opera com o conceito de propriedade. Como aponta Emília Pietrafesa de Godoi (1998), os termos *dono* e *proprietário* possuem significações e implicações distintas no universo camponês e são traduzidas no modo de pensar e viver a relação com a terra. A propriedade, segundo Godoi (1998), é caracterizada pela tríade: *usus*, *fructus* e *abusus*. Ela utiliza-se dos apontamentos de Catherine e Olivier Barrière (1995) que dizem: “é o direito de abusar que caracteriza especialmente a propriedade”. Esse direito,

leite, aí se mantinha melhor o sítio, mas meus cunhados foram vendendo e indo embora para as cidades. Tem cunhado meu que ta no Rio Grande do Sul trabalhando de empregado num frigorífico, tá doente agora, todo cheio de reumatismo por causa das câmaras frias, né? Perdeu a terra, então teve uns três que perderam, deixaram ruir, não conseguiram manter<sup>45</sup> (grifo nosso).

Plantar e colher, não sendo privilegiados pelas políticas de modernização agrícola dos governos militares e afetados por esse esquecimento, era uma tarefa hercúlea para os pequenos agricultores. Zenóbia evidencia a dificuldade para os pequenos proprietários manterem a propriedade rural. Ela vê como algo negativo a perda da terra, principalmente pelo fato de seus cunhados terem ido embora para as cidades<sup>46</sup>.

No que se refere ao cenário nacional, nesse período, manifestações de protesto eram impedidas de ocorrer. Quanto às organizações de trabalhadores(as), foram reprimidas, sedes de sindicatos e ligas foram fechadas; lideranças perseguidas, assassinadas; muitos foram presos. Entretanto, isso não conseguiu eliminar manifestações de contrariedade nas cidades e no campo.

Para Santana (2010, p. 286) o golpe militar de 1964 deixa pouco espaço de movimentação e manobra dos trabalhadores e no bojo do processo de redemocratização “o sindicalismo de corte progressista emergia, cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora”. Num cenário mais amplo, segundo o autor, a emergência do movimento dos trabalhadores acabou por estremecer os arranjos políticos de um projeto de poder para a transição democrática que não os considerava. Articulados ou não aos sindicatos, os inúmeros movimentos sociais no país, emergidos nesse período, fortalecerão a luta pela democracia, acelerando a crise da ditadura. Assim, o movimento sindical, modificando e sendo modificado pelos trabalhadores vai reconquistando espaços de participação política.

O STRP estava explicitamente inserido no movimento do *novo sindicalismo* no Brasil rural durante a transição democrática do país. Para Houtzager (2004) o movimento do novo sindicalismo no campo seguiu, de maneira geral, uma trajetória semelhante ao urbano. Ele emerge, de forma inesperada, no início da transição democrática, em 1979, estabelece-se

---

característica básica da posse legal e completa sobre a terra, caracteriza também a ausência de obrigações em face do outro, do grupo. Diferente de dono, que, segundo Godoi (1998, p.114), “os termos dono-patrimônio formam, então, um binômio que expressa a relação homem-natureza. A terra e outros recursos são constitutivos de uma patrimonialidade e o acesso à esses recursos se expressa em termos de direitos”.

<sup>45</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>46</sup> Sobre a problemática da modernização da agricultura e suas implicações para os trabalhadores(as) rurais da região central do Paraná, o terceiro capítulo trará uma discussão mais abrangente, inclusive no que diz respeito ao êxodo rural devido às políticas agrícolas desfavoráveis aos pequenos(as) proprietários(as), meeiros(as), arrendatários e trabalhadores(as) sem-terra.

como ator nacional em meados de 1980 e entra em declínio no final dos anos 1980, últimos momentos da transição democrática. Movimento formado primordialmente por pequenos produtores pobres, ele colocar-se-á como uma alternativa progressista ao movimento sindical rural corporativista e controlado pelo Estado. Amplamente apoiado pela ala progressista da Igreja Católica eles cresce, adquire vigor e amplia seu espaço de atuação.

Ainda segundo Houtzager (2004), o desenvolvimento do novo sindicalismo foi moldado principalmente pela instável aliança entre o Estado e a Igreja Católica e pelo ressurgimento da esquerda como uma força organizada. É no despertar dessa ruptura da aliança histórica da igreja com o Estado, na primeira fase da transição (1979-1984) que a ala progressista assume, segundo o cientista político, o papel de incubador institucional para o novo sindicalismo, atraindo, nos fins dos anos 1970 e início de 1980, diversos grupos rurais para seu campo ideológico e organizacional, encorajando vigorosamente essa proposta nova de sindicato.

Como vimos, o modelo sindical rural nas décadas de 1960 e 1970 era influenciado diretamente pelo governo militar, consistindo numa instituição trabalhista corporativa. A ala progressista da igreja, no final dos anos 1970, decide organizar pequenos produtores num movimento rival àqueles sindicatos rurais controlados e apoiados pelo Estado. Através de sua rede, a igreja ajuda a construir uma identidade coletiva para esse novo sindicalismo, amparada na categoria legal de *trabalhadores rurais*. No caso do movimento sindical rural de Pitanga, dialogando com Zenóbia, isso é evidente: “antes não existia, assim, um esclarecimento das coisas, quem começou a organizar foi a igreja”<sup>47</sup>. Para Houtzager (2004, p. 132) “o movimento cresceu através das extensas redes organizacionais da igreja e forjou uma identidade católica radical que se alinhava estreitamente aos sistemas de crenças prevaletentes nas comunidades rurais”.

No segundo momento da transição (1985-1989) há uma mudança no sistema de alianças do novo sindicalismo, segundo Houtzager (2004), a igreja acaba por reconciliar-se com o Estado e retira-se de seu papel de incubador institucional e a esquerda ressurgue como uma força política forte e organizada. Essas mudanças provocaram uma ruptura entre o novo sindicalismo e a igreja, e um fortalecimento dos laços dos sindicatos com a esquerda urbana, na CUT e no PT (inserido de forma marginal no processo de transição). Essa troca de aliados,

---

<sup>47</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

segundo o autor, mostrou-se bastante problemática para o movimento, resultando na perda de recursos e comprometendo sua base de massa.

A mudança de aliados afeta as estruturas de organização em nível local e capacidade do movimento de reproduzir sua identidade.

### **1.3 O papel do mediador: a Comissão Pastoral da Terra, as CEBs e os Círculos Bíblicos.**

Historicamente, a Igreja Católica Brasileira e o Estado, com raras exceções, sempre estiveram aliadas. A instituição apoiou, a princípio, o golpe de 1964, porém a ascensão dos militares linha-dura em 1968 e o recrudescimento do regime político levaram parte do clero a oporem-se contra o regime. O fechamento político aliado a uma crise institucional da igreja católica brasileira pressionou o clero como um todo a abraçar as mudanças propostas por uma minoria progressista dentro da igreja. As mudanças, segundo Houtzager (2004, p. 136) “emergiram a partir da reorientação internacional da igreja, que seguia o vaticano II (1962-1965), e do episcopado da América Latina, após assembléia regional em Medellín (1968)”. Os bispos em Medellín advogavam a revogação de alianças políticas conservadoras e uma prática religiosa voltada para os pobres.

Isso acarretou, no Brasil, um esforço dramático de redefinir o relacionamento da igreja com a sociedade. Ela tornou-se força de oposição ao regime autoritário. Quanto ao projeto agrário dos militares linha-dura (modernização da agricultura, integração nacional de territórios desocupados, incorporação de trabalhadores à sindicatos rurais regulados pelo Estado), ela respondeu de forma negativa. A postura havia mudado, inclusive, o entendimento sobre a terra. Segundo Houtzager (2004, p. 137) “A ênfase histórica da igreja na comunidade foi reformulada para incorporar a ‘teologia da terra’, colocando o uso não capitalista da terra no centro da comunidade rural”.

A partir de sua revolução pastoral em áreas rurais surge a CPT, em 1975. Criada a partir da iniciativa de bispos, principalmente das regiões Centro Oeste e Norte, áreas marcadas por conflitos e lutas pelas terras de fronteira, a CPT irá se constituir num fundamental mediador para os trabalhadores(as) do campo e desempenhar uma função crucial para o novo sindicalismo.

Medeiros (2002, p. 52) assim definiu os parâmetros dessa organização cristã no campo: “A CPT constituiu-se como entidade de apoio às lutas do campo, em especial as lutas por terra, definindo-se como serviço, articulação e assessoria. Como tal, apoiava os trabalhadores para que se organizassem, resistissem e defendessem seus interesses”. A autora

entende essa organização como mediadora dos conflitos no campo e produtoras de uma linguagem na qual os trabalhadores podiam se expressar, adquirindo um papel central na construção da organização destes.

Sobre as funções dessa entidade cristã rural, Houtzager (2004, p. 138) aponta que:

[...] Os bispos conceberam a CPT como um serviço para apoiar produtores familiares de pequena escala em suas lutas econômicas e políticas, quer eles tivessem posse legal da terra, quer não. A entidade deveria organizar as ‘vítimas da injusta distribuição e propriedade da terra’, defender seus direitos legais, bem como ‘dinamizar’ e coordenar suas lutas. Nos anos 1980, à medida que a transição procedia, a CPT expandiu seu papel para incluir o estímulo da participação política de membros da comunidade rural. Formada originalmente em resposta ao aumento alarmante de conflitos violentos de terra no Amazonas, a CPT expandiu-se de forma rápida em direção ao sul. Em 1979, ela possuía quinze escritórios regionais e estendeu-se em direção à fronteira do Brasil com a Argentina.

A CPT colocava a problemática da terra e das injustiças sociais no campo como questão primordial, e entendia que era importante um crescimento político nas lutas do campo. Medeiros (1989) diz que a entidade religiosa, inicialmente, assumiu o compromisso de empenhar-se no processo de reforma agrária do país, aplicando de forma concreta o Estatuto da Terra na realidade do campo brasileiro, tendo por finalidade três objetivos básicos articulados: interligar, assessorar e dinamizar os grupos e indivíduos que defendem e almejam a reforma agrária e os trabalhadores do campo. Como se vê, a entidade, cujo objetivo era apoiar as lutas dos trabalhadores, assessorando-os e articulando-os, investia em práticas cotidianas de organização, dinamizando as práticas sindicais rurais concretas, adquirindo importância na formação de uma consciência nacional em relação à problemática do campo.

Na base da CPT e ligando-se a sua atuação estavam as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), definidas por Medeiros (1989) como pequenos grupos de trabalhadores, organizados em torno da capela, centro da vida comunitária rural e um espaço social comum. A visão de mundo apresentada a esses homens e mulheres humildes era baseada no igualitarismo comunitário. Agentes pastorais conduziam as reflexões sobre as condições de vida, organização de mutirões e manifestações, entre outras atuações.

Buscando sempre ligar a realidade do povo sofrido com as mensagens bíblicas, esses encontros constituíram-se no eixo da organização dos(as) trabalhadores(as) do campo. Zenóbia nos dá evidências desse modelo de inserção da igreja nas comunidades rurais – principalmente através dos Círculos Bíblicos – e aponta para mecanismos mais amplos de reflexão orientados pela concepção de igreja-povo. Ao entrevistá-la, perguntei sobre a

influência da igreja nas comunidades rurais e, por conseguinte, o reflexo desta na postura política dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Eu nunca participei de uma Escola Bíblica. O início mesmo eram os Círculos Bíblicos. Que vinham aquelas questões, reflexões mais ou menos sobre o que a bíblia falava, né? Assim, numa linha mais do povo, sabe? Não uma coisa idealizada, aquela coisa irreal, mas trazendo pra realidade: questões sociais, problemas sociais, organização da sociedade, organização política e como as mulheres atuavam na bíblia. A Escola Bíblica era mais aprofundada nessa situação. Quem organizava era o pessoal da Teologia da Libertação, inclusive, o Dionísio eu acho que era dos coordenadores dessas escolas. Aqui nós tínhamos o padre Clemente na época (que hoje é não é mais sacerdote), o padre Osmar [...] na Escola Bíblica trabalhava mais a fundo daí. Na questão assim, da interpretação mais profunda dos textos bíblicos, mas também nessa linha mais de Cristo presente no meio do povo. Inclusive tratava Maria, que era mulher, não como aquela mulher que sumiu; que foi elevada ao céu, mas como alguém que foi exterminada pelo poder da época, por causa do filho que gerou. Tanto é que diziam que Maria foi, provavelmente, mãe solteira e com um filho fora do casamento e que provavelmente, isso não se confirmou, supõe que ela foi morta de forma muito trágica e nem o corpo encontraram. Daí a igreja, uma igreja mais assim... coloca ela como santa, alguém que foi elevada ao céu de corpo e alma. Mas, a verdade, é que se agente for pensar bem, refletir em nível de povo, interpreta-se dessa forma, né? Então, as Escolas Bíblicas era para abrir os horizontes, olhares, a mente para uma coisa real: a sociedade, os problemas todos. Essas Escolas foi depois dos Círculos Bíblicos; os Círculos Bíblicos foram evoluindo pra fundação do sindicato e daí junto com isso veio as Escolas Bíblicas para aprofundar as discussões, clarear mais. Então, a igreja teve uma contribuição boa, mas alguns, não era o todo da igreja. Era aquela linha da Teologia da Libertação, de ver a igreja como povo, como parte do povo e não como aquela que aliena a situação<sup>48</sup>.

Ao trazer questões, como Zenóbia diz, *da realidade*, a igreja assumia uma postura de proximidade com os problemas do povo do campo. Essas reflexões, para esses homens e mulheres, era um importante espaço político novo, que ia além de uma igreja distante e despreocupada com os problemas sociais reais desses indivíduos. Ela conta que nunca participou de uma Escola Bíblica e que não lembra se houve tal encontro em Pitanga; diz que se fazia geralmente em Guarapuava e que sua irmã era quem participava mais desses encontros. Apesar do não contato direto com as ditas escolas, seu relato articulado permite compreender a postura política da instituição religiosa diante dos problemas concretos dos segmentos pobres.

Esse posicionamento permitia que houvesse uma organização nas comunidades rurais que excedia os simples encontros religiosos, ampliava os debates e as ações para o campo político organizacional. A comunidade e seus problemas sociais passam a ser espaço

---

<sup>48</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

primordial de resistência. A igreja voltada para o sofrimento do povo organizava e integrava comunidades rurais. O propósito era libertar o povo da exploração e da pobreza, demonstrando que a luta era também desígnio e execução do projeto de Deus.

Com isso, a entidade conseguia reunir grande número de participantes, dando fôlego aos encontros e impulsionando a organização no campo a partir da mobilização das bases. Entretanto, conforme assinala Houtzager (2004), havia grande variabilidade ideológica entre as comunidades e as CEBs. O grau de ativismo e a orientação política dos membros da CEB eram, com frequência, uma função das inclinações do bispo local. Isso era refletido também à nível local, conforme as indicações de Zenóbia, “dependendo do padre era difícil nessas questões mais *abertas*”<sup>49</sup>.

A concepção de uma igreja voltada para o povo esbarrava na orientação pessoal do padre que direcionava essas comunidades rurais. Ele poderia ser ponte ou uma barreira. Entretanto, o ensinamento não conformista da igreja cooperava nas práticas de resistência, inclusive contra os padres conservadores que teimavam em conceber uma igreja afastada dos princípios já apreendidos pela comunidade.

O padre que era bem burguês, ele logo percebia e já não gostava muito daquela comunidade, ele já percebia que ali tinha uma sementinha do mal (ela ri). Eu lembro que chegou um uma vez já dando patadas, sabe? Um burguesão aqui da cidade, filho do município, tudo. Foi embora para Guarapuava depois, hoje ele vive lá, debaixo da saia do bispo. Ele não gostava daquela comunidade nossa. Comunidade excelente, meu deus do céu, fazia tudo, sabe? Ia pra frente, mas ele não gostava; À começar pelos cânticos que a gente escolhia, não era qualquer cântico, se pegava aqueles mais de uma linha de formação, né? Para ir clareando o pensamento do povo. Ele não gostava. A gente já tinha um certo conhecimento, na verdade. E aí, o engraçado é que foi. Como é que a gente começa? Através dos Círculos Bíblicos, né? Das reflexões, então, esse lado da Teologia da Libertação, eu não participo da igreja hoje, não sei como é que está, mas deve estar bem amortecido, porque eu penso que foi uma das coisas que o sistema capitalista combateu bastante, porque por mais que a igreja seja capitalista e tudo existia esse lado, essa ala, vamos dizer assim, poucos sacerdotes, mas começaram a acender uma luz no caminho do povo, para que o povo saísse da alienação, da escravidão e tudo mais, só que não eram todos os padres, eram alguns<sup>50</sup>. (grifo nosso)

E ainda:

A gente não podia escolher o padre, mas nós tivemos sorte, porque o primeiro padre que foi lá, que praticamente fundou a comunidade, ele era assim, de uma linha mais realista, digamos assim. Ele começou a comunidade dizendo assim: vocês têm de serem independentes; quem tem de fazer a comunidade são vocês, não deixem que ninguém de fora influencie

<sup>49</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

<sup>50</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

vocês, porque vocês são a comunidade. E a começar pela igreja; já fez um modelo diferente; não aquela igreja comprida com o padre lá na frente e o povo todo atrás. Ele fez uma igreja mais espaçosa assim, que o pessoal ficasse mais próximo do altar e aí, também os móveis lá dentro, ele disse: vocês tem matéria prima aqui. Na época se tinha bastante mato, tinha aquelas imbuia grande caída, que já tinha caído, mas tava lá as toras. Então, foi feito o altar daquilo, os porta vasos tudo feito daqueles troncos. Está lá até hoje, se você quiser dar uma olhada lá, tem até hoje dentro da igreja. Ele dizia: vocês não precisam comprar isso, pagar um dinheirão por essas coisas, vocês tem aqui. Daí ele ia, ele mesmo ia pro mato junto com os homens pegar aqueles troncos. Então, os primeiros habitantes do Rio Bandeira, eu posso dizer que foi bem formado, conscientemente e tal, depois se perdeu. No Rio Bandeira tudo era feito coletivamente, trabalho comunitário, era exemplo, uma comunidade exemplo, todo mundo se dava bem. E esse primeiro padre influenciou bastante<sup>51</sup>.

Esses ensinamentos levam-se para a vida. Pelo conhecimento e postura de Zenóbia, o contato com os pressupostos libertários da Teologia da Libertação não se apagam facilmente. Os demais indivíduos da comunidade rural na qual ela participava e atuava também não abandonavam esses pressupostos após a saída dos padres mais *abertos* e a chegada dos mais *fechados*. A oposição aberto(a)/ fechado(a) é uma constante no discurso de Zenóbia. Uma *igreja aberta*, concepção bastante utilizada por ela durante as entrevistas, indica o oposto de uma igreja conservadora e, portanto, fechada. Ela associa um padre mais aberto com um padre menos conservador, não orientado pela lógica do capital, mais humano e mais próximo do povo, logo, entende-se que estes seriam sacerdotes ligados aos pressupostos de uma igreja mais progressista.

E, por mais que houvesse um esforço destes últimos para apagar, varrer o trabalho feito pelos primeiros, estas concepções de mundo não eram banidas. O trabalho de base feito pela igreja entrelaçava-se, ajustava-se às necessidades reais desse povo. Nesse processo de aproximação, a bíblia era uma grande aliada, os trabalhadores(as) do campo espelhavam-se nos personagens combatentes e insurgentes. Ao tratar sobre como as mulheres eram percebidas no discurso bíblico e inseridas nas práticas dos Círculos Bíblicos, Zenóbia nos dá noções de como os *escritos sagrados* operavam no exercício mobilizatório no campo.

A bíblia esclarecia; daí se via muito história. Aí quando se tinha, digamos, um pouquinho de experiência em interpretar a bíblia, automaticamente vendo lá as mulheres do antigo testamento, mulheres que lutavam pelo povo, pela libertação do povo. O povo hebreu, né? A gente se colocava, a gente se via como parte desse povo. Se você for ver a história, aproximava. Então, esclarecia muito a questão política e social [...]<sup>52</sup>

<sup>51</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

<sup>52</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.



Ao colocar a luta do *povo de Deus* como modelo de ação a igreja conseguia estimular a resistência camponesa. Esses exemplos combatentes não conformados eram espelhados por esses indivíduos, eles representavam um arquétipo que contrastava com a representação de mulheres e homens do campo pacíficos, acomodados e alienados. Essa prática acabou por despertar a vontade de agir, contestar o sistema opressor dominante, a partir, por exemplo, do sindicato; a forma mais articulada de projetar suas demandas. Segundo Zenóbia: “Os Círculos Bíblicos deram origem ao sindicato porque lá a gente refletia muito sobre a situação difícil no campo”<sup>53</sup>. A ação da igreja no campo possibilitou que esses indivíduos externassem suas insatisfações e colocassem em prática seus projetos de luta.

A igreja, por intermédio das CEBs, criava espaços de discussão e reflexão, segundo Houtzager (2004), através da organização de base, como as CEBs e outras organizações locais buscavam-se organizar o povo para que pudessem participar de sua própria salvação, assumindo diversas tarefas religiosas, projetos de auto ajuda da comunidade e lutas por direitos como cidadãos.

Medeiros (2002) diz que a CPT, por meio das CEBs, foi fundamental na crítica às práticas dos antigos sindicatos *pelegos*<sup>54</sup>, organizando os trabalhadores para disputarem a direção dessas entidades controladas pelo Estado, renovando-as. Na concepção de Houtzager (2004), a igreja por ser uma instituição com firmes raízes nas comunidades rurais e ser uma instituição transnacional foi bem adequada na organização rural; ela conseguia mobilizar grupos sociais rurais, era um ator local representado por bispos, padres, agentes pastorais e outros ativistas religiosos, através da crença religiosa era possível se aproximar e mobilizar pessoas das regiões mais afastadas e invisibilizadas. Essa rede de nível local era um importante espaço político novo e conseguia mobilizar um número significativo de pessoas.

---

<sup>53</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

<sup>54</sup> Pelego, colocado entre a sela e o lombo do cavalo, com objetivo de suavizar o contato entre o animal e o cavaleiro, tornou-se uma expressão usada para designar um dirigente sindical ou um sindicato que, como intermediário entre os trabalhadores e o governo, defende as orientações desse último. Tornando o sindicato num órgão assistencialista, não-combativo, não sendo canal para reivindicação de melhorias e direitos para os trabalhadores. Segundo Silva (2006, p. 13) do ângulo teórico, é preciso lembrar que o movimento sindical foi, durante muito tempo, abordado sob a influência do marxismo. Isso tinha como premissa uma concepção classista de sociedade, que convertia o sindicato no ator principal, ao lado do Partido Operário, na luta pela transformação da sociedade no sentido do socialismo. Quando essa realidade não se apresentava ou o movimento sindical aparecia como cooptado/pelego, costumava-se interpretar que a classe trabalhadora que ele representava não possuía ainda a consciência de classe necessária para promover um salto qualitativo na luta por essa sociedade. Esse tipo de concepção logrou êxito ao longo de muito tempo, ao considerar a classe operária brasileira como massa amorfa e manipulada, que aderiu estrategicamente a uma política de cooperação entre as classes. No entanto, o reaparecimento de um grande número de atores coletivos, no final dos anos 1970, colocou em dúvida os velhos esquemas teóricos, pois estava claro ser no mínimo difícil explicar sua irrupção e desenvolvimento, utilizando-se somente desses referenciais.

Para o autor, as CEBs eram, antes de tudo, organizações sociais e religiosas que auxiliavam na integração das comunidades rurais.

A igreja podia também acumular recursos cruciais para a mobilização: informações, apoio do exterior, relacionar líderes comunitários uns aos outros e aos movimentos de esquerda emergentes na transição política. Além disso, conseguia assegurar recursos econômicos, com o suporte financeiro conseguiam apoiar, direta ou indiretamente, o movimento. O conteúdo religioso que emanava da instituição religiosa tranquilizava e apaziguava os temores dos membros das comunidades e lideranças de serem rotulados como comunistas ou agitadores. O sistema de crenças conferia legitimidade à organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

É no campo religioso que essas lutas em torno da terra adquirem legitimação, nas palavras de Medeiros (2002, p. 52-53): “O trabalho cotidiano da CPT, nos locais onde se implantou, baseava-se na reinterpretação da bíblia, produzindo, através dela, uma ‘teologia da terra’”. Para a mesma autora, a legitimação sobre as concepções centrais sobre o tema da terra, ocorre através do documento *Igreja e problemas da terra*, aprovado na 18ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil, em 1980. A denúncia à injustiça social, a crítica ao modelo econômico vigente, o grau de exploração dos trabalhadores, os problemas da modernização agrícola e principalmente, o documento explicitava a defesa da função social da terra e dos meios de produção.

Assim, baseados em documentos papais, a propriedade privada da terra era relativizada e *dessacralizada* pelo entendimento de sua função social. As discussões sobre a dicotomia entre terra de exploração e terra de trabalho tornou-se freqüente, autorizando, de certo modo, a luta pela terra e pela sobrevivência no campo.

Quanto ao entendimento sobre esses dois modelos de uso da terra, Medeiros (2002, p. 53-54) explicita que:

[...] A ‘terra de exploração’ era aquela da qual o capital se apropriava para gerar crescentes lucros, que podiam vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e demais meios de produção(ou que nunca tiveram acesso a eles), quanto da especulação. Terra de trabalho era terra que não era utilizada nem para explorar outros, nem para especular

A concepção de *terra de exploração*, chamada também de *terra de negócio* encontrava-se ligada à exploração capitalista desta, sendo a exploração do trabalho uma de suas marcas; a *terra de trabalho* ou *terra de produção* era associada à propriedade familiar, viabilizadora do trabalho comunitário e sem exploração da mão de obra, uma propriedade que

cumpra as exigências da doutrina social da igreja, pois é baseada na justiça e no respeito aos direitos dos trabalhadores.

Essa concepção religiosa autorizava segmentos rurais a organizarem-se na luta pela terra e por dignidade no campo; fé e política não eram práticas opostas, mas complementares. Essa identidade religiosa, segundo Houtzager (2004, p. 142), “sustentava que a fé levava cristãos a participar da luta pela libertação da exploração capitalista, e que a luta era a expressão dos planos de Deus”.

Assim, a luta, por si só, era considerada libertadora e expressão de fé do indivíduo, isso legitimava a luta pela terra, pois através de uma ação consciente do povo a busca era por uma transformação da sociedade. Nesse sentido, a igreja defendia a reforma agrária como forma de vida. Segundo Medeiros (2002, p. 54):

[...] a igreja defendia a reforma agrária no mesmo registro em que diversas forças sociais a situavam: ela deveria ser acompanhada de uma política agrícola adequada e de indispensáveis medidas complementares, apresentando-se como saída, tanto para a crise política, econômica e social para o país, quanto para a fome. A redistribuição fundiária aumentaria a produtividade e a oferta de alimentos para o consumo interno; baixando a inflação e o custo de vida, proporcionaria mais empregos, evitaria o êxodo rural e impediria invasões precipitadas no campo, o inchaço das cidades, diminuindo a violência urbana. Também na sua concepção, a desconcentração da propriedade e, conseqüentemente, da renda e do poder, seria fundamental para firmar a democracia.

A reforma agrária, ao que parece, era pensada como uma solução para a miséria que afetou grupos mais pobres da população brasileira, durante os anos 1970 e 1980, aumentando a reprodução das desigualdades no país. O entendimento dos setores progressistas da igreja era de que a reforma agrária contribuiria para mudar o cenário nacional; melhorando as condições de vida no campo os efeitos seriam sentidos também nas cidades, onde êxodo rural agravava ainda mais os problemas dos centros urbanos. O arrocho salarial, desemprego, a concentração de renda somada ao descaso com os direitos sociais foram marcas dos longos anos do regime militar.

Segundo os apontamentos de Rodrigues (1992) a maioria da população brasileira passou a morar nas cidades a partir dos anos 70. Em 1980, este percentual atingia 67%, cerca de 80 milhões de pessoas, enquanto que a população rural somava 39 milhões. Saídos do campo, esses grupos *expulsos* vão engrossar um enorme contingente de desempregados ou subempregados nas grandes cidades, enfrentando cotidianamente problemas de moradia, alimentação e saúde. Essas desigualdades, segundo a autora, eram resultantes da estratificação da sociedade em classes devido a alta concentração de renda e desequilíbrio de oportunidades,

agravado pela crise econômica que afetou a década de 1980. Segundo ela, a carestia, a baixa nos salários, o valor dos aluguéis e a alta no preço das terras, entre outros fatores, fez com que os grupos mais pobres da população fossem forçados a habitar os cortiços dos centros urbanos ou os inúmeros bairros periféricos das cidades.

Zenóbia consegue traduzir o peso dessa miséria no campo. Pedi a ela que discorresse sobre suas impressões das possibilidades de vida no campo no período precedente a fundação da entidade sindical rural no município, tanto suas expressões faciais quanto suas palavras indicam a penúria a que eram submetidos esses cidadãos marginais.

Ai, Mari, a vida no sítio nessa época era muito difícil, era uma situação assim, olha, quem não tinha alguém que ajudasse estava perdido. No nosso caso tinha meu sogro que deu a terra, então ela era nossa, não precisava pegar arrendamento, mas aquelas que tinham que pagar o arrendo da terra ainda, ou tinha que conseguir corrigir a terra, e geralmente não conseguia, era terrível, era a miséria mesmo [...] não tinha condições nenhuma de higiene, quando entrei dar aula na comunidade, pra ajudar na renda, a primeira coisa que foi feita foi um mutirão de construção de patentes, para que o pessoal diminuísse um pouco as doenças, que era muita mortalidade, muita por verme, por desidratação, porque as condições de vida eram ruins mesmo. Casa, para você ter uma ideia, a nossa casa que era de madeira e que tinha soalho, nossa! Era tida como chique, porque tinha soalho, a maioria não tinha, era casa de chão mesmo! Não existia energia elétrica, depois que veio. Era a miséria! E era praticamente em todas as comunidades. Mas o que aconteceu? Quem não tinha condições, e era muita gente, foi abandonando, porque era muito ruim [...]<sup>55</sup>

Segundo Rodrigues (1992), os índices de desenvolvimento econômico do país, como o PIB, no pós 64 pode levar um(a) observador(a) a pensar que a população vivia bem, usufruindo das riquezas construídas por elas. Entretanto, essa impressão se desmonta quando atenta-se para outros indicadores como: distribuição de renda, acesso à moradia, educação, saúde e política salarial. Para ela, apesar do PIB brasileiro alcançar US\$ 228 bilhões em 1980, a maioria dos brasileiros vivia em condições mínimas de sobrevivência, não ganhando o necessário para manter-se num padrão mínimo de vida. Sobre o padrão de consumo, neste mesmo ano, menos de 10% da população consumia mais de 60% dos bens disponíveis no mercado, indicando a alta concentração de renda existente, onde alguns poucos esbanjavam, tendo níveis de vida elevada, enquanto que grande parte da população não possuía condições mínimas de sobrevivência. Nas palavras de Rodrigues (2002, p. 52): “segundo a PNAD, realizada em 1981, um terço de toda a renda nacional concentrava-se em apenas 5% da população”. Isso demonstra que a concentração de renda era alarmante no país durante o período.

---

<sup>55</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

Sabedores das precárias condições de grande parte dos brasileiros, devido a uma política econômica excludente, os representantes progressistas da igreja católica trataram de problematizar as questões referentes à pobreza e à exclusão desses segmentos populacionais. A lógica era de que a Reforma Agrária consistia num mecanismo solucionador da crise e dos conflitos.

O STRP, fortemente influenciado pelo sistema de idéias da CPT, abraçou essa perspectiva. Essa concepção pode ser traduzida também utilizando letras de canções, empregadas pelo STRP nas aberturas dos encontros dos trabalhadores(as) rurais

A classe roceira e a classe operária  
 Ansiosas esperam a Reforma Agrária  
 Sabendo que ela dará solução  
 Para a situação que está precária  
 Saindo o projeto do chão brasileiro  
 De cada roceiro plantar sua área  
 Sei que na miséria ninguém viveria [...] <sup>56</sup>

No sindicato, a discussão sobre a terra estava no centro do debate, a reforma agrária apresentava-se como uma das saídas para o problema, pois reduzindo-se os problemas no campo as cidades sentiriam também efeitos positivos. A concepção da CPT era de que desconcentrar a propriedade desconcentraria também a renda e o poder, e esse deslocamento era fundamental para a democracia que despontava.

Segundo Medeiros (2002, p. 55), derrotada a proposta de reforma agrária nos anos 1980, a CPT continuou fazendo da questão agrária o eixo central da luta pela democracia. Entretanto, apresentou um novo enfoque, considerando a reforma agrária, não meramente do ponto de vista econômico, mas que considerasse o indivíduo e suas necessidades.

Dessa forma, para ela, a reforma agrária implicava uma transformação de toda sociedade, de uma situação em que os trabalhadores do campo eram, cada dia, mais excluídos, isso se traduzia em ter escola, assistência médica e hospitalar, lugar e tempo para descanso, celebração e festa, direito de ser diferente, de participar e decidir, de assegurar aos filhos um futuro com dignidade.

Utilizando-se dos boletins da CPT, a autora demonstra que a entidade passou a pregar a implantação de experiências alternativas de agricultura, valorizando a ótica da produção familiar e os recursos da natureza, a partir de novos conceitos sobre o ato de produzir, em contraposição ao modelo econômico capitalista de produção.

---

<sup>56</sup> Canto denominado **Classe roceira**. Disponível no STRP.

#### **1.4 O Novo Sindicalismo no Brasil: a transição democrática e a ascensão da classe trabalhadora**

No Brasil, os anos 1980 tornam-se palco de inúmeras manifestações grevistas. Isso consolidou, segundo Santana (2010), o movimento sindical brasileiro. Ele assinala que se a marca das mobilizações dos finais dos anos 1970 era definida pela hegemonia do sindicalismo metalúrgico do ABC paulista, no decorrer da década de 1980 percebe-se uma ampliação para outras categorias e regiões. Assim, o movimento sindical brasileiro consolida-se nessa década, tornando-se um elemento importante não somente na luta pelos direitos dos trabalhadores, mas também inserindo-se no contexto e nas definições da transição democrática do cenário político nacional. Num contexto mais amplo, a emergência do movimento de trabalhadores entrelaçou-se ao processo de transição. Nesse período de flexibilização e efervescência, a sociedade brasileira começa a reconquistar espaços de participação política. Inúmeros segmentos começam a se organizar politicamente, encorajando a luta pela democracia no país.

Diversas forças sociais conseguem visibilidade política no decorrer desses anos. Segundo Habert (1992), No final dos anos 1970, atos de contestação e de protesto foram se multiplicando, passeatas e manifestações oposicionistas tornaram-se freqüentes; ruas foram tomadas pelo movimento estudantil, operário, popular e de mulheres, alargando o espaço da abertura, demonstrando não só o descontentamento ao regime político vigente, mas também externando interesses de grupos e setores diversos, reivindicando questões específicas.

Habert (1992, p. 51) nos dá a dimensão dessas forças oposicionistas, que a autora denomina como oposições, devido ao caráter heterogêneo das pautas.

As oposições expressavam um amplo leque de forças diferenciadas social, política e ideologicamente, indo da burguesia liberal às esquerdas. No campo das esquerdas, existiam visões e projetos políticos diferentes em relação ao caráter da abertura, ao caminho da luta contra a ditadura e das transformações da sociedade. A polarização girava em torno de questões como reforço ou combate ao projeto burguês da abertura; a prioridade da ação no campo institucional ou no campo das lutas e do enfrentamento de classes; a formação de uma frente de alianças de forças democráticas com a burguesia, ou o fortalecimento da independência de classe dos trabalhadores; um projeto alternativo de sociedade na perspectiva do socialismo. A polarização entre os projetos políticos perpassava as esquerdas, traduzia-se em diferentes propostas e estava presente em todos os campos seja no dos movimentos sociais, seja no partidário.

São diferentes bandeiras que são levantadas naqueles anos. Esses grupos evidenciavam não só a revolta e o combate contra o modelo controlado de abertura, mas expressavam um amplo leque de questões que direcionavam para a construção de um novo

projeto de sociedade. As manifestações oposicionistas tinham como pano de fundo a luta pelas liberdades democráticas: o fim dos governos militares, da censura, do AI5, das torturas, das cassações; direitos humanos, eleições livres, a convocação de uma assembléia nacional constituinte. Diversos setores da sociedade envolveram-se nesse projeto. Uma das bandeiras de luta, encabeçadas pelas mulheres (mães e familiares de presos políticos, exilados e desaparecidos) e que ganhou visibilidade nacional foi a luta pela anistia. Em 1975 o Movimento Feminino pela Anistia foi criado, nos anos seguintes o movimento se amplia e envolve outros setores da sociedade. De diferentes formas a campanha pela anistia pressiona o governo militar e ganha força dentro e fora do país. Diversos movimentos populares urbanos se propagam pelo país, nas favelas e bairros periféricos dos grandes centros urbanos, homens e mulheres mobilizam-se localmente, organizados também pelas CEBs. (HABERT, 1992).

A organização local, nos clubes de mães, de mulheres, de jovens, associações de trabalhadores, oposições sindicais, CEBs, entre outros, orientava essa mobilização nos bairros, mas geralmente tais organizações não possuíam ligação entre si. Assim como no campo, grupos de esquerda e militantes católicos tiveram importante atuação na luta desses trabalhadores. A forma de ação foram diversas, variando de acordo com o movimento e iam desde abaixo-assinados à atos públicos, como bloqueio de ruas, acampamentos, passeatas.

São diversos os segmentos mobilizados: donas de casa, trabalhadores assalariados, desempregados, bóias frias, ambulantes, empregadas domésticas e operários. Essa resistência coletiva, nascida nas experiências de vivências comunitárias, reflete os efeitos de um crescimento urbano caótico; o sufocamento político dessas classes, excluídos de qualquer participação e debate; o alto custo de vida e as péssimas condições de sobrevivência desses trabalhadores e trabalhadoras. Eles demonstram que o bairro, o local onde moravam deixa de ser somente um lugar de morar, mas de viver e exercitar formas de solidariedade e união. De caráter de massa e heterogêneo socialmente, esses grupos vão se politizando socialmente a partir do seu enfrentamento com o Estado e das relações estabelecidas com o movimento operário que eclodiu em 1978. Com a eclosão das grandes greves operárias desloca-se o centro referencial de contestação popular para o movimento sindical (HABERT, 1992).

São os metalúrgicos do ABC paulista que entraram em greve em 1978<sup>57</sup>, que abriram espaço para outros segmentos paralisarem e organizarem-se. Eles abalam os pilares de

---

<sup>57</sup> Em 1978, trabalhadores da Mercedes-Benz (março), Saab Scania (maio), Ford (maio), Volkswagen (maio) entraram em greve. Apesar das práticas repressivas das empresas e de serem consideradas pelo TRT como ilegais, as mobilizações se alastram pelo ABC paulista, dando início a uma onda mobilizatória que chegou a grandes proporções, atingindo grandes, médias e pequenas empresas e alcançou outros municípios, como Osasco e São Paulo (SANTANA, 2010).

sustentação política e econômica da ditadura e rompem com o silêncio geral imposto aos trabalhadores, enfrentando a lei antigreve. Segundo Santana (2010) um dos fatores mais importantes do movimento estava relacionado ao custo de vida, mascarado pelo governo ao maquiar os índices de inflação. Assim, iniciam uma campanha pela reposição salarial visando desmascarar todo o processo e recusando uma negociação tutelada pela justiça do trabalho.

A onda de mobilização e greve trouxe preocupações para o governo militar e o patronato. Entretanto, mobilizou e fez emergir a presença dos trabalhadores na cena política brasileira, importante reflexo político. Como assinala Santana (2010, p. 288), as greves foram “de grande relevância para o movimento dos trabalhadores, em particular, e para a sociedade, em geral, já que demonstrava sua capacidade de organização, mobilização e disposição de luta, ainda que diante do temível regime militar”.

Após a greve de 1978, outras mobilizações tornaram-se possíveis. Como já observado, a greve dos metalúrgicos do ABC paulista foi ponta de lança e deflagrou na incorporação de outras categorias ao movimento, consistindo numa verdadeira ascensão da classe trabalhadora no país.

Nas palavras de Santana (2010, p. 289):

[...] a riqueza desse ressurgimento dos trabalhadores no cenário político nacional pode ser constatada, entre outras coisas, na criação de um partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; e na criação, pouco tempo depois, de organismos intersindicais de cúpula. O retorno dos trabalhadores foi marcado, também, pelo aparecimento do que se convencionou chamar de ‘novo sindicalismo’, supostamente caracterizado por práticas que indicariam sua novidade na recente história sindical brasileira. Dessa forma, os trabalhadores foram escrevendo seu nome, de forma indelével, na luta pelo retorno do regime democrático em nosso país.

As greves simbolizaram o reaparecimento e reavivamento dos trabalhadores como atores políticos na conjuntura nacional. O movimento sindical assumiu grande importância nesse processo, estimulando e sendo o fio condutor no quadro de manifestações. Na concepção de Santana (2010), apesar de enfraquecida, a ditadura tentou sufocar no que pode as forças do movimento, prendendo militantes e direções sindicais, intervindo em sindicatos, entre outros, entretanto, não possuía mais força para conter os trabalhadores e impedir que estes reconquistassem seus direitos.

Os longos anos da ditadura afastaram boa parte da jovem classe operária da experiência sindical e política. Entretanto, quando o *novo movimento sindical* surgiu, ele revelou que os anos de ditadura haviam desenvolvido experiências novas de resistência, de

---



organização, novas concepções, lideranças, práticas e solidariedade operária. O sindicalismo pelego, meramente assistencialista, viu um novo movimento sindical ressurgir com parâmetros novos. Duas vertentes sindicais com histórias e sistema de ideias diferentes foram as principais referências nesse processo.

Ao expandir-se e avançar o movimento sindical procurou o caminho da unificação, visando fortalecer-se e obter uma coordenação nacional, entretanto, orientações divergentes acerca de práticas e posições despontaram. Santana (2010) diz que, de forma geral, pode-se caracterizar dois blocos ao longo do processo: *sindicalistas autênticos* e *unidade sindical*. Os primeiros compunham grupos reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, agregando sindicalistas de diversas categorias e partes do país, os quais, com os grupos integrantes das chamadas oposições sindicais, compunham o autodenominado bloco *combativo*, tendo sindicalistas como Lula, Olívio Dutra e Jacó Bitar como líderes. Este setor formaria a base do *novo sindicalismo*. Já a denominada unidade sindical agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, muitas ligadas ao setor conservador do sindicalismo, os chamados *pelegos*.

Caminhando juntos, inicialmente, a movimentação no interior da estrutura sindical gera posicionamentos divergentes e identificações com um lado ou outro, as tensões garantem a distinção definitiva dos blocos. Esses blocos divergiam também a respeito da política de combate à ditadura e o encaminhamento da transição democrática. O bloco dos sindicalistas autênticos, os combativos, em grande parte, ligados ao PT, defendia um combate duro e direto ao regime militar. A Unidade Sindical, ao contrário, buscava evitar enfrentamentos diretos, mesmo que isso reduzisse o impulso das reivindicações do movimento dos trabalhadores. Nas palavras de Santana (2010), em termos gerais, “o bloco combativo considerava a estratégia da unidade sindical como negociista, conciliadora e reformista. A unidade sindical, por sua vez, avaliava a estratégia do outro setor como esquerdista e desestabilizadora”.

Assim, na entrada da década de 1980, acumulando importantes vitórias organizativas, o sindicalismo recupera o espaço político negado pelos governos militares. É nesse contexto de ressurgimento e fortalecimento dos trabalhadores e também de rupturas internas do movimento sindical que a CUT é fundada.

Grynszpan (2010, p. 324) torna evidente a significância dos anos iniciais da década, onde movimento procura-se articular nacionalmente:

O início dos anos 1980 foi marcado por um esforço de consolidação das organizações de trabalhadores, de tomada dos sindicatos controlados por grupos menos combativos, formando-se para tanto oposições sindicais, e de articulação de uma entidade nacional.

Essa movimentação de trabalhadores iniciada no final dos anos 1970 necessitava e buscava por organismos que pudessem articular suas lutas em termos nacionais. Ao se reorganizarem, essas forças procuravam fundar uma entidade unitária. Apesar disso, as divergências entre os dois blocos sindicais tornaram-se um percalço nesse intento. A partir da I Conferência Nacional da Classe trabalhadora (I CONCLAT), em 1981, unindo trabalhadores urbanos e rurais, os dois setores do movimento (combativos e unidade sindical) apresentaram propostas e discutiram sobre os encaminhamentos da criação de uma central, até então pensada como unitária. Dessa conferência foi eleita uma comissão que coordenaria a CONCLAT e a criação da CUT no ano seguinte. Entretanto, a unidade sindical empenhou-se no adiamento da data. Um clima de tensão entre os dois blocos do movimento sindical soterrava a possibilidade de uma unidade sindical. No final de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo (SP), apesar da unidade sindical procurar adiar novamente o encontro, é fundado a CUT, sem a participação dos setores ligados à unidade sindical<sup>58</sup> (SANTANA, 2010). A CT, enquanto entidade mediadora, serviu de estímulo para as inúmeras greves, mobilizações e resistências que marcaram os anos de 1980. Os sindicatos a ela filiados aproximavam os trabalhadores da entidade.

A narrativa abaixo explicita o modo como se dava as relações entre a CUT e o STRP<sup>59</sup>. Ao ser indagada sobre o trabalho de base do sindicato nas comunidades rurais, Zenóbia diz:

[...] Uma das coisas eram as reuniões e outra era os materiais que eles produziam, os panfletos, jornais. Assim, eles (sindicato) se reuniam e produziam à nível de região e era distribuído. O sindicato era ligado à CUT e a outras entidades também, mas o material deles, era discutido de acordo com as necessidades, não vinha de cima para baixo, tudo que precisava a gente fazia e mandava. Eu lembro que cada passo a gente tinha que ir em encontros em Guarapuava para poder discutir certas questões que eles traziam (CUT) e produzir material, eram materiais bem sucintos, né? De fácil compreensão, uma linguagem bem acessível para o povo entender e daí a gente passava, né? Lia na igreja, nessas reuniões mesmo, nos Círculos Bíblicos era discutido, passado, quando era possível o sindicato ia até as comunidades fazer uma reunião e assim era feito o repasse<sup>60</sup>.

<sup>58</sup> Estes, em novembro do mesmo ano, reúnem-se e criam a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que não era ainda uma Central sindical, pois havia esperanças de que a divisão do movimento sindical fosse desfeita. Findadas as esperanças, em março de 1986, essa coordenação torna-se efetivamente uma central sindical. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) é criada, esta, por conseguinte, dará origem à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1988 e torna-se à Força Sindical, em 1991.

<sup>59</sup> No município de Pitanga, em 1989 a CUT fez-se presença visível na ocupação do Banco do Brasil. Tal questão será examinada no último capítulo, a partir de uma fotografia e das narrações de Zenóbia.

<sup>60</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

Ao que parece, havia uma relação de diálogo entre a CUT e os trabalhadores(as), mediada pelo sindicato. Em outro momento, Zenóbia oferece mais indícios sobre esse quadro.

[...] Embora, muitas vezes vinha documento da CUT dizendo, dando algumas pistas do que era para discutir, mas se era aquilo mesmo, se todo mundo estava concordando, se era assim e o que tinha que ser feito e tal, então, eram discussões que progrediam bastante, né? Muito boas<sup>61</sup>.

A CUT, a partir de seu projeto político para a sociedade e para o campo buscava se aproximar dos trabalhadores, norteados suas reivindicações. Entretanto, os trabalhadores, mediados pelo sindicato, a partir de seus lugares de vivências discutiam a viabilidade dessas prerrogativas, procurando sempre adequá-las às suas necessidades. O discurso cutista, em contrapartida, legitimava as políticas do sindicato.

Quanto à presença representativa do sindicalismo rural na CUT, numa conjuntura mais ampla, Houtzager (2004) diz que ela era numericamente significativa. Ao longo dos anos, no que diz respeito à onda mobilizatória, o movimento avançou em todas as regiões do Brasil, em 1989, já abrangia 242 sindicatos rurais filiados à CUT, predominando no nordeste (95), no sul (56) e no norte (47). O novo sindicalismo rural era bastante forte dentro da entidade, apesar de ser uma central trabalhista predominantemente urbana. No que diz respeito à representação rural dentro da entidade, Houtzager (2004, p. 151) aponta para um fortalecimento representativo ao longo daqueles anos: “Os ‘rurais’, como eles ficaram conhecidos [...] estabeleceram uma secretaria rural, em 1985, a qual em 1989 se tornou o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, como parte de uma reorganização interna da CUT”. Ele indica uma via de mão dupla, já que o *novo sindicalismo* rural, através de seus numerosos líderes, participou do estabelecimento das filiais da entidade no campo, em nível local, regional e nacional. Assim, o fortalecimento da representatividade rural dentro da central sindical estava relacionado também à presença da mesma no campo, orientada e encaminhada pelas lideranças locais.

Santana (2010), ao indicar os marcos das reivindicações da CUT, evidencia que as questões salariais, resistência às práticas de relações de trabalho autoritárias e questões mais amplas como a luta contra os pacotes econômicos do governo que acabavam por abalar as condições de vida dos trabalhadores, eram as reivindicações prioritárias da entidade. A luta pela inserção de direitos trabalhistas e sociais na constituição de 1988 foram reclamações marcantes da CUT. Apesar de procurar contemplar trabalhadores urbanos e rurais, no interior da CUT as demandas dos trabalhadores do campo geravam certo desconforto e conflitos.

---

<sup>61</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

No texto enviado pela CUT ao Sindicato Rural de Pitanga, para ser debatido na V plenária Estadual do Departamento Rural Cutista, há a evidência de que a central, enquanto entidade representativa dos trabalhadores, procurava conciliar os segmentos urbanos e rurais no seu interior. Tal postura é expressa na tentativa de se fazer entender que o projeto da CUT para o campo, tendo como base o fortalecimento da agricultura familiar e a reforma agrária, articulava-se com um projeto de desenvolvimento para toda a sociedade. Entretanto, o documento deixa evidenciar as tensões entre o setor rural e urbano no Paraná.

Desde o início do funcionamento do DETR, o que se buscou foi o desenvolvimento de trabalhos de forma conjunta entre campo e cidade. Porém, a falta de compreensão entre os dirigentes gerou uma situação crítica, a ponto de, em certos momentos, haver confronto entre a direção do DETR e a direção da CUT. A crise foi ficando cada vez mais evidente, o que provocou a visão equivocada de que, no Paraná, havia duas CUT's: a rural e a urbana. Nas lutas do DETR, empunhava-se a bandeira dos rurais da CUT, enquanto que, por outro lado, o conjunto da Central não assumia estas lutas<sup>62</sup>.

No Paraná, o Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais (DETR/CUT-PR) foi criado em 1989, desenvolvendo políticas voltadas aos sindicatos rurais. Trabalhava com seis eixos principais: a luta por uma política agrícola diferenciada para os pequenos agricultores; a luta pela reforma agrária; a luta por políticas sociais; organização da produção e comercialização; Formação; Relações sociais de gênero na agricultura familiar. Esses eixos eram orientados a partir do desenho político cutista para o campo que procurava unificar as categorias em torno de um projeto para os trabalhadores e para a sociedade. Esse projeto orientou a postura vital do Sindicato Rural de Pitanga.

Ultrapassando os limites estaduais, na conjuntura nacional cutista, segundo Houtzager (2004), os sindicalistas rurais, apesar do seu grande número, despenderam energia considerável para defenderem o direito de permanecer na entidade. As diferenças entre os trabalhadores urbanos e rurais causavam tensões dentro da CUT. Os primeiros não aceitavam e protestavam contra a inclusão de pequenos produtores, mesmo os pobres - grande parte dos membros dos sindicatos rurais era de pequenos proprietários, meeiros, arrendatários, os trabalhadores assalariados eram minoria dentro do sindicalismo rural - num movimento de classe operária.

A identidade de trabalhadores, inspirada pela igreja, contrastava com a identidade forjada no movimento operário e foi contestada pelos segmentos mais convencionais da esquerda. Os sindicalistas rurais estavam em uma condição precária e marginal na central

---

<sup>62</sup> Histórico. Balanço político-organizativo do DETR/CUT-PR: Organização Sindical. **Texto para ser debatido na 5ª plenária estadual do Departamento Rural da CUT**. 1997, p. 1. Disponível no STRP.

trabalhista urbana. Houtzager (2004, p. 152) assim define a situação dos “rurais” dentro da central sindical urbana: “Sindicalistas rurais praticamente não possuíam quaisquer recursos próprios e foram mistificados pelas intensas disputas ideológicas de esquerda”.

O PT, segundo Houtzager (2004) fez da criação da CUT parte de sua plataforma política. Essas duas entidades compartilharam de um projeto político comum, durante a maior parte dos anos 1980, onde a aliança entre camponês e operário era parte importante desse projeto. Para os segmentos do campo, foram fundamentais, entre outros pontos, no sentido de projetar o novo sindicalismo rural no cenário político nacional.

Ambas as entidades abraçaram questões agrárias fundamentais, tais como reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores, políticas agrícolas que favorecessem, e paridade de benefícios sociais dos trabalhadores rurais em relação àqueles dos trabalhadores urbanos. A CUT e o Partido dos Trabalhadores advogavam um a forma de socialismo democrático, argumentando que a verdadeira democracia somente poderia ser alcançada em uma sociedade socialista (HOUTZAGER, 2004).

O projeto agrário pensado pela CUT condizia com a proposta apresentada pelo Partido dos Trabalhadores. Numa conjuntura mais ampla, essa afinidade era evidenciada no modelo de sociedade desenhado pelas duas entidades. As lutas e as resistências cotidianas da classe trabalhadora eram entendidas como mecanismos para a formação da consciência e o poder dos trabalhadores na sociedade. Obviamente, no interior dessas entidades, essa identidade revolucionária ou transformadora não foi universalmente aceita, pois havia uma diversidade de associados e posturas diferentes dentro dos setores.

Entretanto, para a maioria dos sindicalistas rurais, essa perspectiva fundiu-se facilmente com a identidade difundida pela igreja e baseada na Teologia da Libertação. Para Houtzager (2004, p. 150-151), no campo, a presença religiosa da CPT influenciou nessa assimilação “A idéia da Teologia da Libertação pela luta pela libertação entre os pequenos e os grandes foi substituída pela luta de classes mais convencional entre os ‘projetos econômicos, políticos e ideológicos’ da ‘classe operária’ e a ‘burguesia”.

Inicialmente aliado a forças religiosas, presença vigorosa na região, o STRP encontrará no PT, no decorrer dos anos 1980, uma passagem para inserir-se numa conjuntura mais ampla, articulando-se aos debates à níveis nacionais. O partido, ligado às bases, consegue conectar as lutas de diferentes segmentos de trabalhadores e projetá-las numa conjuntura mais ampla.

De modo geral, ao longo da década de 1980 cresce a importância partidária dentro do movimento sindical rural de Pitanga, impactando significativamente o chamado *novo*

*sindicalismo*, o envolvimento deste com o PT o reavivou e o fortaleceu. Na narrativa seguinte, Zenóbia dá noções sobre a conexão entre o Partido dos trabalhadores e sindicato rural na região central do Paraná:

P- Como você analisa essa relação do Sindicato Rural de Pitanga com o Partido dos Trabalhadores?

R- Olha, Mari, para ser bem sincera não tem como desligar. Era muito junto, sabe? Muito forte a aproximação. E como o PT surgiu dentro do sindicato, eu vejo assim, que atualmente os sindicatos não estão mais, assim, tão participantes no partido; teria mais força se as entidades apoiassem. Hoje em dia as entidades acham que eles não precisam mais de um partido político; está tudo muito assim, solto, vão de um partido para outro, não tem mais aquela ideologia de pensar assim: esse partido é nosso representante e nós vamos lutar por ele. Eles acham que o partido é um (uma pessoa) só, só o presidente, alguém que vai fazer tudo por eles e não é, porque o partido do trabalhador surgiu ali dentro do sindicato, da base, eram as pessoas que faziam ele. Hoje a dificuldade nossa é muito grande. Aqui em Pitanga eu vejo isso: é muito grande a nossa dificuldade de se organizar politicamente, porque se perdeu essa questão de sair das bases, sair das entidades; as entidades acham que o partido não tem nada a ver com eles, e é o contrário, você sabe. Se as lutas, se foi conseguido alguma coisa foi por intermédio do partido dos trabalhadores. Veja, hoje, não dá para dizer que somos maioria; temos uma presidente da república do PT e uma minoria no congresso<sup>63</sup>.

Aqui, se torna notável a aproximação do STRP com o PT, a partir do seu ponto de vista, Zenóbia identifica essa relação como indissociável. Para ela o PT emerge a partir da relação estabelecida com as bases e que as conquistas são resultados dessa vinculação. Segundo ela, atualmente é necessário maior envolvimento e apoio dos trabalhadores ao PT, e que este, de certo modo, encontra-se afastado das bases. O distanciamento é entendido como o resultado de uma modificação dos significados que os trabalhadores atribuem ao referido partido político.

Houtzager (2004, p. 152) diz que “o relacionamento do novo sindicalismo rural com o Partido dos Trabalhadores tornou-se mais forte à medida que o próprio sistema partidário transformou-se no canal mais importante para formar e exercer o poder político”. Nas narrativas de Zenóbia sobre o Partido dos Trabalhadores duas considerações são bastante freqüentes: a já analisada proximidade do PT com os trabalhadores rurais da região e a leitura negativa da sociedade do período sobre o referido partido. Quando questionada sobre discriminações resultantes dessa aproximação, ela menciona um acontecimento específico:

Tem um caso, que nós não estávamos ainda dentro do partido, mas já existia o PT, e a gente tava começando a discutir aqui em Pitanga, e aí nós e um grupo de professores que era eu, a Lucilene Costa, que teve uma participação bem efetiva assim na questão sindical, a Rosilda, a Cida, não lembro se a

<sup>63</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

Cida tava junto, o professor Dirceu, nós estávamos num curso no D. Pedro, que naquela época você vinha e ficava internado uma semana ali, dormindo no chão e tudo, para poder participar dos cursos. E aí nós, na hora do almoço, tinha uns papéis na mesa, forrado, papel bobina, vai um de nós, que não lembro quem e desenhou uma estrela, sabe? Simplesmente uma estrela com pincel vermelho. E o João Martins filmou aquilo lá, pensa na cacetada que nós levamos, levaram nós para uma sala, mas falaram um monte, olha. O que eles encheram, o que falaram, mas nós éramos firmes e falamos: nós simplesmente desenhamos, ué? Não estamos fazendo nada demais e outra coisa, nós estamos vivendo numa democracia, ou não é democracia ainda? Porque tinha recém saído da ditadura, então era bastante forte a ditadura ainda, o pensamento tava muito ainda lá na ditadura. Então, eles humilharam bastante, sabe? Só que nós não se deixava intimidar. Não sei se a gente era meio ingênuo, ou sei lá, não pensava o perigo que corria<sup>64</sup>.

A perseguição política por seu posicionamento é constante nas narrativas de Zenóbia. Ter a imagem associada ao pensamento de esquerda do PT não era considerado bem visto. Na narrativa acima, quando pressionados e censurados sobre o desenho da estrela feito na mesa, o significado político da democracia é ativado. Apesar de a narrativa sugerir que o fato ocorrera após o fim do regime militar, o pensamento autoritário ainda estava presente na região.

A perseguição devido ao posicionamento político também é observada nas narrativas produzidas por Osmano Soares dos Reis. As memórias deste primeiro presidente da instituição e um dos principais articuladores no processo de fundação política do STRP revelam uma atmosfera pouco receptiva ao pensamento político de esquerda. Hoje, com 66 anos de idade, residindo em Curitiba, ele recorda sua atuação política no município com apreço: “me lembro daquela época como um passado que ficou na historia e que fizemos parte desta mudança apesar das dificuldades fizemos o que tinha que ser feito na época”<sup>65</sup>. Entretanto, a repressão por seu posicionamento político é apontada em alguns momentos. Interpelado sobre problemas devido a sua proximidade com o Partido dos Trabalhadores, Osmano diz: “Sim, sofri várias perseguições políticas, inclusive, ameaças, só prefiro não entrar em detalhes”<sup>66</sup>.

Ser ligado ao PT, mesmo após o fim da ditadura era tido como algo negativo. Isso se deve, às leituras sociais e políticas largamente disseminadas na região. Examinando atas da Câmara de vereadores de Pitanga percebe-se que essa visão negativa era compartilhada comumente pelos representantes políticos. Abaixo um trecho da ata de 1989 que consegue ilustrar essa percepção.

<sup>64</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>65</sup> Osmano Soares dos Reis. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 14/08/2015.

<sup>66</sup> Osmano Soares dos Reis. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 14/08/2015.

[...] Usou da palavra o vereador Vicente Dziubat, falou das eleições lembrando seu apoio a Maluf no primeiro turno e criticou a ida de Lula para o segundo turno, quem considera de esquerda radical. Também é difícil concordar com a demagogia de Collor de Melo. Fica difícil. O congresso é forte e mais importante será a eleição do ano que vem. Não apóia Lula e nem Collor, torce pela direita e pelo Brasil. Falou da vinda de Lula ao Turvo, dando voto de apoio ao pessoal que conseguiu(r) trazer um presidenciável tão perto de nós. Em seguida usou a palavra o vereador Roeldy Dimas Schon, que lembrou o slogan de Leonel Brizola: “quem conhece Brizola, vota no Brizola”, o que ficou confirmado. Da mesma forma aconteceu com Collor, quem apoiou e votará no segundo turno. Lula é de esquerda, progressista, candidatura compromissada com os movimentos grevistas. Ele é radical e o programa do seu partido é nocivo ao Brasil, às instituições e a sociedade. Elogiou Collor, a quem taxou de capaz, dinâmico, sincero e honesto [...].<sup>67</sup>

A eleição de 1989, que simbolicamente consolidaria a democracia, visto que, após 29 anos, os brasileiros escolheriam diretamente um presidente da república, trouxe a presença de Luiz Inácio Lula da Silva, representante da esquerda política do país, para a disputa política e para o segundo turno. O Partido dos Trabalhadores, surgido junto ao ressurgimento dos movimentos sociais, no bojo do processo de abertura política, como vimos, possuía uma base política assentada nos trabalhadores. A leitura e análise das atas do ano de 1989 e do ano anterior sugerem que, em Pitanga, o partido político era, geralmente, entre os representantes da casa, associado ao *comunismo* e, portanto, criticado e lido de modo depreciativo. Como citado na ata acima, a ligação de Lula aos movimentos grevistas era entendida como algo negativo. O projeto político do PT era desaprovado e repudiado.

A negatividade que acompanhava o Partido dos Trabalhadores se estendia à minoria política de seus apoiadores na região. Havia leituras diferentes do projeto político do Partido dos Trabalhadores. Para Zenóbia, esse projeto era visto como algo benéfico, humano, adequado às necessidades da população pobre da região, frequentemente associado a um governo popular. Para ela, o PT era o partido que estava “*do outro lado, ao lado do povo*”<sup>68</sup>. Para a entrevistada, ao longo de diversas narrativas, a concepção política do partido situava-se associada à democracia, liberdade e justiça social. Além de uma identificação enquanto indivíduo há também reconhecimento enquanto classe política mobilizada. Entre outros momentos, isso é sugerido na narrativa abaixo:

[...] na discussão entre homens e mulheres se percebeu a necessidade de se ingressar e fundar um partido político, que era um meio de representar, né?

<sup>67</sup> Ata da reunião da Câmara Municipal de Pitanga. **Nona reunião ordinária do primeiro período legislativo**. 01 de dezembro de 1989, p. 1. Disponível na Câmara Municipal de Pitanga-PR.

<sup>68</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.



Porque se você for ver, o poder é um instrumento que você tem. Então, a necessidade do trabalhador chegar ao poder <sup>69</sup>

O PT, freqüentemente, é situado como representante dos trabalhadores. O entendimento é de que o partido simbolizava a ascensão dos desprivilegiados economicamente ao poder. Por ter sua origem ligada às bases e devido às construções discursivas essas concepções e associações tornaram-se comuns entre os trabalhadores. Sobre a presença do PT no campo, Houtzager (2004) diz que, apesar de alguns estudiosos o definirem como um partido político urbano, as oposições sindicais e outros movimentos populares amparados pela igreja concederam vigorosa presença em várias áreas rurais do país.

Diante da transição conservadora e regulada o partido recusou-se a participar do pacto político para tal.

### **1.5 “Eu acho que a mulher brasileira tem um papel fundamental na mudança de mentalidade”: mulheres mobilizadas no campo**

Escrito por Elizabeth Souza Lobo para a sua última palestra Internacional, antes de seu falecimento, o texto intitulado “Movimento de Mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)” traz uma discussão importante: por que, dentre os numerosos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil, raros são os que se interrogam sobre o fato de que os atores principais desses movimentos fossem mulheres. Apesar de as mulheres estarem presentes nas ocupações de terrenos urbanos, nos sindicatos, nos movimentos de saúde ou pela melhoria dos transportes, nas comunidades de base, somente os movimentos centrados na esfera da reprodução, nas questões ditas *femininas*, ou aqueles que agruparam exclusivamente mulheres são chamados de movimento de mulheres (LOBO, 1991).

Quais as relações existentes entre as formas de participação das mulheres nos movimentos sociais e as modalidades de sua representação política no Brasil a partir do fim dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980? Tanto na busca por redemocratizar o país ou democratizar internamente as estruturas de representação, a participação das mulheres foi fundamental na luta pela defesa de direitos sociais, humanos e políticos. Zenóbia define a influência das mulheres no processo de redemocratização e na mudança de perspectiva do país: “Eu acho que a mulher brasileira tem um papel fundamental na mudança de

---

<sup>69</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

mentalidade, da democracia, não estou menosprezando os homens, mas se tivesse ficado nas mãos deles não tinha acontecido essa mudança”<sup>70</sup>.

Pitanguy (s.d.), analisando os antecedentes políticos do processo de constituinte no Brasil (onde as mulheres se organizaram para que suas propostas pudessem ser contempladas pela constituição de 1988, em processo de elaboração) faz um mapeamento histórico do processo de organização das mulheres brasileiras:

O movimento de mulheres surge no Brasil enquanto um ator político relevante, em meados da década de 1970 quando o país ainda vivia sob o regime militar. Este movimento integra as forças democráticas que lutavam contra o estado ditatorial, ao mesmo tempo em que inaugura no país uma nova frente de luta que amplia os conceitos de democracia e de igualdade, denunciando as discriminações sofridas pela mulher na esfera política, no trabalho, na família, denunciando a violência doméstica e a falta de acesso a saúde e aos direitos na esfera reprodutiva, dentre outros. O feminismo, enquanto uma proposta política de luta pelos direitos das mulheres, que já assumira grande relevância na Europa e nos Estados Unidos, desponta no Brasil propondo novas formas de organização como grupos de reflexão, coletivos de mulheres, centros de estudos em universidades, comitês em setores profissionais e produtivos.

No processo de elaboração da constituição de 1988 as mulheres estiveram presentes. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) lançou, em 1985, a campanha *Mulher e a Constituinte*, ouvindo as mulheres brasileiras e articulando-as à nova legalidade que despontava apresentando propostas para a nova constituição do país. Segundo a carta das mulheres brasileiras aos constituintes, entregue a estes em março de 1987, consolidou uma certeza, traduzida pelos seguintes lemas: *Constituinte Para Valer tem de ter Palavra de Mulher e Constituinte Para Valer tem de ter Direitos da Mulher* (PITANGUY, s.d.). Houve, portanto, uma aproximação entre as mulheres e os mecanismos de decisão política, participando estas desse momento político crucial para o país.

Segundo Pitanguy (s.d., p. 2), entre outras coisas, “esta Carta, que é sem dúvida um documento histórico, apresenta as propostas das mulheres para uma ordenação normativa que traduzisse um patamar de igualdade entre homens e mulheres e afirmasse o papel do Estado na efetivação deste marco normativo”. Conseguindo maioria expressiva de suas reivindicações, as mulheres, no que se refere aos direitos e benefícios sociais conseguiram assegurar na constituição o direito à titularidade da terra à mulher rural independente de seu estado civil.

---

<sup>70</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

Da garantia do direito das mulheres ao corpo à coibição da violência doméstica, reivindicou-se a presença do Estado na efetivação dessas garantias. Com uma pauta de reivindicações bastante ampla, significativa e valorosa a Carta evidenciou o caráter nacional e a articulação das mulheres brasileiras. As trabalhadoras rurais, nas questões trabalhistas específicas do campo, conseguiram estender os direitos previdenciários dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais, homens e mulheres. Direito de aposentadoria especial aos trabalhadores rurais: 50 anos de idade para as mulheres e 55 para os homens (CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTES, 1987)

A Carta não marca o início da mobilização política das mulheres, ao contrário, é a tradução da auto-organização destas em suas múltiplas frentes de enfrentamento. Como se vê, a organização de trabalhadoras(es) da região central do Paraná não foi uma prática isolada; durante o processo de redemocratização, iniciado em fins de 1970 e início de 1980, o país assistiu à reorganização dos movimentos sociais. No campo brasileiro, nesse processo, diferentes regiões assistiram mulheres de diferentes categorias transformando suas vidas na luta por interesses distintos, mas que ocasionaram na ocupação, ainda que de modo marginal, de alguns espaços *masculinos*: sindicatos, associações, mercado, política, entre outros. Para não correremos o risco de mascarar a contribuição das mulheres, um importante segmento da classe trabalhadora, ou subestimar suas lutas, significantes para o país, nas esferas sociais, políticas e econômicas, alguns pontos precisam ser analisados.

As mulheres traçaram o caminho tortuoso do empoderamento individual e coletivo e projetaram suas lutas no mundo público das relações sociais. Seja na luta das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, nas greves urbanas, nas lutas pelas liberdades democráticas, no combate a carestia, na batalha pela sindicalização rural no nordeste e no sul do Brasil, as mulheres estiveram ao longo desses anos, mesmo que distantes geograficamente, próximas na luta pela sobrevivência e empoderamento.

Para Esmeraldo (2013, p. 247) “na década de 1980, a prática sindical rural aliada à CPT e a CUT não se afasta do modelo de atuação política das forças de esquerda”, por essas forças entende-se as ações do PT, MST<sup>71</sup>, além de sindicatos classistas. Na década de 1980,

---

<sup>71</sup> Deere (2004, p. 177), ao problematizar questões referentes às reivindicações do acesso das mulheres à terra a partir dos movimentos sociais, diz que, a reforma agrária, que entra, mais uma vez, na pauta nacional brasileira nos anos 1980, é resultado, em grande parte das ações do MST. Nesse sentido, ela examina a origem e a evolução do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, segundo ela: O movimento nasceu no Sul do Brasil no final da década de 1970, em torno de uma série de ocupações. No início da década de 1980 – período de transição do regime militar para a democracia – essas ocupações tinham se espalhado nacionalmente. As origens do movimento estão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que proliferaram nas áreas rurais e nas favelas, começando na década de 1960 junto com a teologia da libertação. As invasões de terra, que cresceram a partir desses processos de conscientização, foram apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizada pelo

estes unem-se para construir um projeto unitário para toda a classe trabalhadora, buscando mudanças na ordem política, social e econômica. O que desejavam era uma mudança na distribuição de poder, e para isso promoviam alianças e orientavam discursivamente os movimentos sociais em processo de constituição.

Gaspareto e Menezes (2013) ao analisarem a constituição do Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina, indicam a década de 1980 como início dessa organização, entre outros fatores, pelo fato de esse período ser marcado por atuações de diversos movimentos e organizações religiosas como: Comunidades Eclesiais de Base, Comissão Pastoral da Terra, pastorais sociais, associações, sindicatos, MST, Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), além de Sindicato de Trabalhadores Rurais. Sem obliterar as especificidades e as variações, as leituras realizadas indicam que os Estados do Sul do país (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) tiveram processos semelhantes e em certa medida articulados, no que diz respeito à organização dos diversos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. A década de 1980 foi um período importante para as organizações rurais e para a mobilização de mulheres trabalhadoras rurais, tendo, dentre outros espaços, o sindicato rural como relevante organização colaboradora nesse processo.

No plano nacional, segundo Habert (1992), o fim da década de 1970 foi extremamente significativo na busca pelos direitos das chamadas *minorias*, promovendo manifestações públicas, organizando-se em entidades e promovendo debates sobre tais questões. Habert (1992, p. 73) assim define a importância dos anos finais da década de 1970 para as mulheres:

[...] Uma das mais fortes mudanças foi a que apresentaram as mulheres no sentido do avanço de sua emancipação econômica e sexual e sua crescente presença nos movimentos reivindicatórios e políticos da década. Desenvolvendo uma ação mais direta e organizada, os movimentos feministas combinaram a luta contra a ditadura e por melhores condições de vida com a discussão dos problemas específicos das mulheres – a sexualidade, o controle da concepção, o aborto, o prazer sexual, a dupla jornada, a discriminação econômica, social e política

Ela aponta uma modificação nas relações familiares e matrimoniais no final dessa década e que, de forma geral, o debate sobre sexo e casamento foi ampliado. Legalizado em 1977, mesmo com restrições, o divórcio significou certa libertação para as mulheres. Unindo-

---

Conselho Nacional de Bispos Católicos, em 1975, e que divulgou crescentemente e deu coerência a essas lutas pela terra. A CPT também desempenhou um importante papel em reunir trabalhadores sem terra de diferentes estados. Depois de uma série de encontros regionais, o primeiro encontro nacional em 1984 resultou na fundação do MST, que hoje está organizado em 22 estados e é a principal força na luta pela reforma agrária. Apoiado em outros pesquisadores, a autora torna evidente a ligação do MST com as Comunidades Eclesiais de Base e com a CPT, marcando a influência da Teologia da Libertação na sua essência, enquanto movimento político.

se aos mais diversos movimentos (negro, homossexual, sindical), as mulheres expressavam as insatisfações com as condições imperantes.

No campo, a luta por direitos das mulheres destoava, de certo modo, das discussões urbanas. Entretanto, são visíveis questões levantadas por elas na busca por direitos das mesmas e da família rural e o empoderamento nesse processo. A organização e resistência das quebradeiras de coco é um exemplo de que as mulheres durante os anos 1980 moviam-se em vários lugares do país.

Antunes (2006), ao analisar as estratégias das quebradeiras de coco babaçu no processo decorrente dos cercamentos dos babaçuais, indica que nos anos finais da década de 1970 e ao longo de 1980 as mulheres quebradeiras de coco do Maranhão protagonizaram a luta pelo direito de livre acesso e proteção das palmeiras. Também Rocha (2006), ao investigar a experiência de mulheres quebradeiras de coco babaçu em torno da luta pela defesa dos babaçuais e pela posse da terra a partir de 1980, diz que é nesse momento que a identidade coletiva das quebradeiras de coco é construída. Ao serem atacadas em seus meios de sobrevivência a identidade destas emergem. É a partir da relação conflituosa com seus antagonistas que isso ocorre<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> Rocha (2006, p. 5) assim traduz o início desse conflito: “A luta das quebradeiras de coco babaçu pela libertação do coco preso, teve início no Estado do Maranhão na região do Médio Mearim a partir do impedimento por parte dos proprietários de terras da atividade de coleta e de quebra de coco nas áreas cercadas pelos pecuaristas e ainda pela “derrubada” das palmeiras de babaçu. A expressão *coco preso* é utilizada pelo Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, para designar o período de cercamento das propriedades e das proibições, pelos pretensos donos, do acesso aos babaçuais e, conseqüentemente, da livre coleta do coco babaçu”. Barbosa (2006, p. 37), ao analisar a atuação de mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, diz que, especialmente, na região do Médio Mearim, “são os conflitos em torno dos babaçuais que impulsionaram a mobilização de mulheres e homens trabalhadores rurais pelo direito à sobrevivência, o que logo se estendeu a reivindicação pela terra”. Já recorrente no Maranhão, os conflitos territoriais se acirraram com a chamada *lei Sarney de terras* (1969), esta respaldou a restrição ao acesso aos babaçuais. Desse modo, apoiando a privatização de terras públicas do Estado e estimulando projetos agropecuários, além de excluir o acesso à terra, a lei Sarney também restringia o direito ao agroextrativismo. Segundo Barbosa (2006), entre as décadas de 1970 e 1980, essa região foi marcada por conflitos intensos entre trabalhadores(as) rurais e fazendeiros ou grileiros. Estes, alegando o direito à propriedade, se apropriam e cercam terras, devastando os babaçuais para a realização de projetos agropecuários: o *tempo do coco preso*, como ficou conhecido o período dos cercamentos. Como questão de sobrevivência e reprodução cultural e cotidiana de vida, a reivindicação era pelo acesso e pela não devastação das palmeiras babaçu. Para as quebradeiras de coco, a restrição ao extrativismo babaçu significou a perda de autonomia no campo do trabalho. Essas estratégias de resistência, que começam timidamente, progredem e as mulheres protagonizam a resistência. Rocha (2006, p. 7) diz que a luta pelo acesso aos babaçuais antecede a própria luta pela terra, segundo ela isso ocorre “porque, na lógica dessas mulheres, o coco é considerado um recurso natural que deve estar disponível ao usufruto comum”. A autora aponta que é o coco privado que move a batalha dessas mulheres. A luta pela libertação do coco preso, que se inicia com elas e é seguida pelo apoio dos homens, tem como pressuposto a lógica camponesa de que os recursos naturais são valores de uso, de bem comum, e que podem ser apropriados pelos que deles necessitarem, pelo trabalho familiar. Nessa lógica, os recursos naturais não devem ser privatizados, pois não são mercadorias. O coco simboliza para elas a sobrevivência da família e o coco privado ameaça a reprodução da mesma.

Segundo Rocha (2006), no período de impedimento das áreas de babaçuais pode-se demarcar uma nova forma de agir das mulheres<sup>73</sup>. Para lutar pela sobrevivência da família elas saem do anonimato e contrariam as representações como dependentes, mulheres do lar e ganham visibilidade, assumindo papéis caracterizados como masculinos, por exemplo: enfrentar pistoleiros e participar de reuniões com autoridades.

Para Rocha (2006, p. 8):

(...) o que distingue a situação das quebradeiras é que, neste caso, o móvel da luta é o seu espaço de trabalho, é o recurso vegetal estratégico que coletam, dentro de uma divisão sexual do trabalho vivida historicamente pelas famílias de pequenos agricultores maranhenses.

A mobilização dessas mulheres a partir de suas atividades econômicas de sobrevivência é também uma atividade política. Ao reivindicarem que o coco fosse liberto e, logo depois, a posse da terra para a reprodução de suas unidades produtivas, elas posicionam-se como legítimas defensoras da preservação dos babaçuais e da preservação do meio ambiente, nas palavras de Rocha (2006, p. 10):

[...] Foram essas mulheres que assumiram a luta pelos babaçuais; que adotaram a luta pela terra e são elas que estão levantando a bandeira da agricultura orgânica. Ao reclamarem a condição de quebradeiras de coco e ao elegerem a bandeira babaçu livre como instrumento de luta, colocam-se como legítimas defensoras do meio ambiente.

Visto pelos homens como *coisa de mulher*, o trabalho das quebradeiras de coco, em grande parte, desvalorizado era/é colocado como secundário, adquirindo status de *ajuda*. Para melhor compreender a representação do trabalho das quebradeiras recorre-se mais uma vez a Paulilo (1987), ela diz, como já observado, que o trabalho é desvalorizado e considerado leve, não pelo trabalho em si, mas pelo status na hierarquia familiar de quem o executa. Mesmo sendo fundamental para a reprodução familiar, a representação do trabalho de quebrar coco era lido como auxiliar e inferior ao trabalho *da roça*.

---

<sup>73</sup> Antunes (2006, p. 130) indica que o *conflito*, iniciado em meados da década de 1980 nas comunidades de área de atuação da ASSEMA fortalece a organização de mulheres quebradeiras de coco, tornando-as visíveis na esfera pública: “por necessidade coletiva, as mulheres são empurradas para fora de suas casas e de seus espaços de circulação restritos em direção à luta, assumindo papéis de liderança nas tomadas de decisões relativas à vida comunitária”. A saída dos homens para esconderem-se no mato como proteção à violência que fazendeiros e seus jagunços infligiam deixam espaços para que as mulheres assumissem papéis importantes na comunidade, participando das tomadas de decisões e planejando ações. É um momento decisivo e que traz mudanças nas relações de gênero.

Barbosa (2006, p. 61), no que diz respeito às relações de trabalho, destaca dimensões que ultrapassam os significados econômicos e materiais do extrativismo babaçu<sup>74</sup>, ela aponta que:

[...] apesar de, em muitos casos, serem as mulheres que, em sua tripla jornada (especialmente em casa e na quebra de coco, mas também na roça) garantem o sustento da família, tal responsabilidade é facultado tão somente ao homem, mesmo quando o trabalho deste na roça não é suficiente para aquele sustento. Homens se apropriam (material e simbolicamente) do trabalho de suas esposas/companheiras. O trabalho na roça é lido como mais difícil e a quebra do coco como mais fácil e leve sugerindo uma relação antitética entre homens (força) e mulheres (fragilidade). Apesar de terem muitas vezes conquistado um espaço público, o espaço dos afazeres do lar/casa continuam sendo vistos como essencialmente de sua responsabilidade e inscritos em seu ser (mulher). A ambigüidade é, em grande medida, a tônica das relações.

Aos poucos, com muita luta o cenário desloca-se. Segundo Almeida (1995) as quebradeiras de coco já foram retratadas em pinturas como parte da paisagem do Maranhão, entretanto, elas recusaram esse papel de passividade, tornando-se sujeitos políticos coletivos e reivindicando a valorização do trabalho do extrativismo do babaçu como seu principal meio de vida. Rocha (2006, p. 12), amparada nos resultados de suas entrevistas com as quebradeiras diz: “em vários momentos as mulheres nos chamam atenção para o fato de que antes sentiam vergonha e agora não mais”. Ela destaca que dentre as principais conquistas do MIQCB está a reversão do estigma das quebradeiras de coco, dentro de uma lógica que desprestigiava o trabalho destas, elas invertem a condição negativa e transformam-na em positiva. Isso fundamental para afirmação da identidade individual das mulheres quebradeiras de coco.

Outras conquistas também são notáveis, segundo Rocha (2006): a construção de uma identidade coletiva que surge no próprio processo de luta (nas mobilizações em torno do livre acesso aos babaçuais, do direito à propriedade da terra e da valorização do trabalho das

---

<sup>74</sup> A relação das mulheres com o meio ambiente ultrapassa o material e situa-se no campo simbólico. Em torno do recurso natural constroem-se sentimentalidades. Segundo Barbosa (2006) Ao analisar o universo de representações presentes no imaginário em torno dos babaçuais em Monte Alegre, ela sugere que é comum a associação da palmeira como uma *mãe*, a percepção é de que as palmeiras babaçu sustentam aqueles que vivem da extração do coco. Derrubar uma palmeira, no imaginário daquelas(es) que vivem do extrativismo, é o mesmo que matar uma mãe de família. A perda com o corte das palmeiras não é somente material, mas simbólica. “Em Monte Alegre, derrubadas de Palmeiras por homens da localidade podem significar uma desvalorização do trabalho feminino, posto em segundo lugar, portanto, subsidiário ao trabalho masculino. Muitos homens não admitem quebrar o coco e aqueles que quebram, na maioria das vezes, o fazem como uma atividade secundária [...] sugerimos que quando homens cortam palmeiras pode existir uma relação próxima entre devastação dos babaçuais e auto-afirmação masculina. O fato é que nas relações dos trabalhadores rurais de Monte Alegre, ambos os gêneros reconhecem a importância do trabalho extrativo para a manutenção familiar. Mais que os homens, é visível que as mulheres mantêm relações mais íntimas e subjetivas com as palmeiras [...]” (BARBOSA, 2006, p. 59-60).

mulheres e da preservação do meio ambiente) a partir da relação com seus antagonistas; criação de leis que assegurem o livre acesso e o uso comum por parte das famílias que sobrevivem destas atividades e que proíbem uso de agrotóxicos, derrubada e queimada das palmeiras. A defesa das palmeiras contra um uso predatório e que não respeita a natureza é fundamental para elas.

A quebradeira de coco se afirma por uma identidade sociocultural e profissional específica, caracterizada principalmente pela sua relação com o meio ambiente, particularmente com os babaçuais. A identidade é afirmada a partir de uma concepção própria de natureza, de meio ambiente e de terra (ROCHA, 2006, p. 12-13)

Antunes (2006) atenta para o fato de que a luta das quebradeiras de coco e trabalhadores(as) rurais no Maranhão não foi um fato isolado, mas estava articulado ao processo de reorganização dos movimentos sociais e de organizações que defendiam a reforma agrária, durante o processo de redemocratização do país. Assim, os anos 1980 abarcaram todo um contingente feminino que, freqüentemente, em posições subalternas nas lutas sindicais rurais, no cotidiano de trabalho e na ótica dominante, desafiaram situações e enfrentaram o poder dominante. Algumas pagaram com a vida esse preço, como é o caso de Margarida Alves, trabalhadora rural e líder sindical de Alagoa Grande, Paraíba, assassinada em 1983.

Para Rodrigues (1992), nessa década, o caráter político da defesa ecológica manifesta-se mais nitidamente em áreas da Amazônia, onde as disputas de terra fazem com que a defesa ambiental entre em conflito com regimes de propriedade que não considera e não respeita a terra e a floresta como espaço de trabalho e de vida<sup>75</sup>.

Nesse processo, mulheres iniciam experiências ricas de exercício de cidadania e protagonismo. Seja lutando por terras, por acesso aos recursos naturais e produtivos e/ou nos sindicatos brigando por dignidade no campo e direitos, elas dinamizam as lutas sociais das

---

<sup>75</sup> Ela destaca o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, por estar à frente de uma luta pela proteção das matas, como exemplar desses conflitos que vitimou muitos homens e mulheres no campo. Outros povos da floresta, seringueiros, castanheiros, prejudicados pela devastação das matas, expansão das propriedades e seu modelo agrário capitalista, elaboram formas e estratégias de combate. Shiva (1998, p. 15) assim traduz essas racionalidades conflitantes: “Las tecnologías basadas en la, propias de las sociedades tribales y campesinas, se consideran, no obstante, atrasadas y primitivas, y por consiguiente se las reemplaza por tecnologías avanzadas, que destruyen tanto la diversidad como los medios de subsistencia de sus gentes. Existe em general la falsa idea de que los sistemas uniformes y homogéneos es una categoría contextual y construída teóricamente, que solo toma em consideración los rendimientos y la producción concebidos de manera unidimensional. La supuesta baja productividad de los primeros sistemas frente a La supuesta alta productividad de los segundos no expresan, por lo tanto, una medida neutral y científica, sino una evaluación sesgada em favor de los intereses comerciales, para los cuales lamaximización de la producción concebida em términos unidimensionales es um imperativo económico”.



mulheres rurais, tendo como um dos principais parâmetros o combate à um modelo excludente de produção que reduz a terra e os recursos ao valor comercial.

Segundo Shiva (1998, p. 13), na maioria das culturas, as mulheres são as guardiãs da diversidade, cujos trabalhos e conhecimentos podem ser definidos como parte da natureza, se está é atingida, elas são afetadas.

La marginación de las mujeres y La destrucción de labiodiversidadson procesos que van unidos. La pérdida de La diversidad es el precio del modelo patriarcal de progreso, que presiona inexorablemente em favor de los monocultivos, La uniformidad y La homogeneidad hasta la conservación se vê afectada por esta lógica perversa del progreso.

A economia política de processos que tem por base a destruição da diversidade biológica, o que a autora, citada acima, chama sabiamente de *lógica perversa de progresso*, afeta particularmente as mulheres, destruindo as habilidades, conhecimentos e sabedorias das mesmas, eliminando as bases de suas culturas retira suas condições de reprodução e subsistência de suas famílias.

Na região Central paranaense, a participação das mulheres e o teor de suas demandas sugerem a necessidade de um novo projeto para a agricultura e o pleiteamento de uma produção familiar não agressiva ao meio ambiente e à vida. A narrativa seguinte é ilustrativa.

P- Quais eram as principais bandeiras de luta das trabalhadoras rurais no Sindicato Rural de Pitanga?

R- Saúde e educação e principalmente política agrícola. Porque dentro dessa política agrícola agente queria condições melhores, condições de vida na agricultura, justamente pra não precisar sair do sítio para ir para a cidade, porque nós avaliávamos assim: se houvesse uma situação melhor no sítio, as pessoas ficariam, né? No meio rural, conseguiam sustentar a família e uma agricultura familiar até para o sustento do país, já que já se estudava na época que chegaria o momento que no Brasil ia faltar comida, porque não ia ter quem produzisse, né? Por causa do grande êxodo rural, ou então, produziria, mas a preços muito altos e seria difícil as pessoas terem esse alimento, sabe? Começaram a plantar bastante soja aqui também, feijão e arroz que era comida, só diminuía, abóbora, batata, hortaliças, de modo geral, ficava pra trás. Nessa questão da saúde a gente já discutia o prejuízo dos transgênicos, dos agrotóxicos, principalmente para a saúde da mulher<sup>76</sup>.

Aqui, percebe-se o horizonte de expectativas da entrevistada e dos demais segmentos de trabalhadores: pensar a terra e a produção mediatizada pelo trabalho da família rural e por laços de solidariedade.

Situadas as conjunturas históricas, o capítulo seguinte traz uma análise mais teórica sobre a categoria *camponês* e *campesinato*. A partir dessas considerações, apresenta os

<sup>76</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

diferentes sujeitos acolhidos pelo STRP. Focalizando uma região específica de análise, sem pretender um estudo completo e abrangente sobre o campesinato brasileiro, contudo alguns pressupostos serão levantados: autodefinições das trabalhadoras rurais; a relação do camponês com o capital; camponês enquanto classe social mobilizada politicamente; o processo de marginalização a que foi submetido o campesinato, a agricultura familiar como categoria social (que em meados da década de 1990 torna-se expressão comum no meio sindical rural de Pitanga), entre outros. Tais apontamentos operarão articulados à uma dinâmica local constituidora de estratégias simbólicas de posições e relações sociais construídas.

## Capítulo II

### O CONCEITO DE *CAMPONÊS* E OS SUJEITOS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PITANGA

*São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a maior e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo* (José de Souza Martins).

Propõe-se, neste capítulo, analisar a diversidade dos sujeitos que tiveram suas vidas entrelaçadas ao espaço sindical rural de Pitanga. Apesar de aflições e angústias distintas, esses homens e mulheres comungavam injustiças, opressões e violências ligadas à terra, desse modo, evitando incorrer em simplificações, apresenta-se as especificidades destas categorias. Eles(as) são apresentados não como categorias vencidas, mas entrelaçados a um processo histórico que considera a historicidade do próprio sujeito.

Teoricamente, a discussão conceitual, que envolve a análise dessas categorias, cujo eixo norteador é a figura do *Camponês*, nos fornece subsídios para a compreensão dos movimentos sociais rurais modernos, especificamente o configurado na região Central do Paraná nas duas décadas finais do século XX.

A categoria *camponês* é entendida como expressão das mudanças históricas e sociais, desse modo, concordando com Carvalho (2007, p. 4), para qual “a multiplicidade de autoidentidades sociais dos camponeses no Brasil torna sempre mais complexa a tarefa intelectual de se tentar enquadrá-los numa classificação social”. Portanto, tal estudo desconsidera o *tipo camponês* como categoria universal e aplicável a qualquer região e período. Ele é, antes, resultado de uma construção social e política<sup>77</sup>.

Desse modo, para discutir a configuração do processo político de trabalhadores(as) rurais enfatizando a participação das mulheres no espaço sindical rural, o debate sobre conceito de *camponês* torna-se imprescindível. É uma necessidade, pois no trato com as

---

<sup>77</sup> Um conjunto de práticas leva os indivíduos a reconhecer ou não uma identidade socialmente construída. Historicizar a expressão *camponês* significa, antes, considerar o campo do político como princípio constituidor dessa definição. Fortemente marcado pelo debate político, segundo Carrara (2009), esse ator social, condenado ao desaparecimento pela literatura marxista, em virtude do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, resiste ou ressignifica-se estrategicamente como forma social nova, demonstrando sua capacidade de mobilização social e atuação política. Dotado de uma lógica própria, ao contrário do que prega o senso comum, que o associa à fixidez e a imobilidade, o campesinato apresenta-se de modo dinâmico, constituindo-se enquanto construção histórica e social.

fontes diversos sujeitos (no masculino) são apresentados articulados à sua figura emblemática: *Lavrador, agricultor, trabalhador rural, boia-fria, agricultor familiar, trabalhador sem-terra*.

Permite-se apontar alguns aspectos importantes sobre estas identificações, historicizando-as e fornecendo alguns elementos para a melhor compreensão de suas particularidades e ressignificações, contribuindo na composição de um contexto social que impeliu as trabalhadoras rurais a mobilizarem-se politicamente.

## 2.1 Os mediadores e a constituição de identidades

Historicamente, o campo tem sido tema de análises e inquietações de diferentes áreas do conhecimento<sup>78</sup>. A discussão aqui formulada orienta-se pelo desejo de conceituar a expressão *Camponês* e a(s) racionalidade(s) que a norteiam. Os indivíduos, incorporados ao Sindicato rural passaram a compor uma forma institucionalizada de representação social<sup>79</sup>.

As designações dissidentes dessa expressão, estrategicamente evocadas, como o caso da *agricultura familiar*, como veremos, exibem uma maneira própria de ser e interagir no mundo, marcando de modo visível, um processo de construção de identidades sociais<sup>80</sup>. A progressiva politização dos indivíduos, construída por discursos institucionais atrelados ao sindicato rural fomentará as representações que os indivíduos formulavam de si, enquanto sujeitos e/ou grupo. Há, como veremos, a rejeição inicial pela definição de camponês e, em momento específico, a evocação ou incorporação de *agricultor(a) familiar*.

<sup>78</sup> Lygia Sigaud (1992), diz que o campo torna-se um problema político nos anos 50 e 60, devido à ocorrência do movimento camponês. Ela indica que é no final dos anos 60 e início de 70 que os estudos sobre o campo se ampliam no espaço acadêmico, aumentando significativamente o conhecimento sobre o mesmo, ressalta ainda a tradição de diferentes disciplinas de se ocuparem sobre os estudos relacionados ao campo, porém não havendo nenhuma delas que possa reivindicar o monopólio do saber sobre esse campo de estudo, já que, antropólogos, sociólogos, agrônomos, economistas, historiadores, geógrafos, cientistas políticos desenvolveram e desenvolvem estudos nessa área.

<sup>79</sup> Representação entendida segundo os pressupostos de Chartier (2002, p. 76-77), onde a representação pode manifestar uma ausência ou exibição de uma presença. No primeiro caso, ela revela o que está ausente, substituindo-o por uma 'imagem'. A representação desviada pode apresentar indícios seguros de algo que não existe, ou seja, fazer existir somente na imagem que é exibida, ele chama atenção para essa representação desviada, que se transforma num instrumento de fabricação respeito e submissão, que produz uma imposição interiorizada na ausência da violência física. Há uma luta de representações pela própria definição do mundo social. A superação, na concepção de Chartier (1991, p. 183) exige a consideração dos esquemas geradores de classificação e de percepção como verdadeiras "instituições sociais". As divisões da organização social seriam representações coletivas incorporadas. A indicação de representação demonstra a capacidade de, segundo a concepção de Chartier (1991), "fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade".

<sup>80</sup> As construções dessas identidades serão problematizadas segundo a concepção de Chartier (1991) que a percebe enquanto resultado de relação de forças entre as representações impostas pelos que possuem o poder de classificar e a definição de resistência que cada comunidade produz de si mesma, considerando ainda a capacidade do grupo de fazer-se reconhecer a partir de uma demonstração de unidade, de coesão. O debate é colocado, considerando as relações de forças que marcam de modo visível a constituição ou elaboração de uma definição de realidade e a partir disso uma nomeação que torne visível a existência de um grupo articulado.

Diversas interfaces são discutidas, considerando aspectos da literatura marxista, princípios da Sociologia Rural, entre outros, articulando-os ao discurso institucionalizado da CUT, principalmente no que concerne ao Projeto alternativo de desenvolvimento e ao discurso sindical, com vasta influência ideológica da política agrícola da mesma.

O Boletim de Comunicação dos sindicatos de trabalhadores rurais cutistas da Região Centro Oeste do Paraná, entre outros tantos mecanismos discursivos Cutistas, através da Coordenação dos Rurais, apresentava à Região Central do Paraná instrumentos políticos mobilizadores; representava o elo entre o Projeto Cutista para o campo e os trabalhadores(as) rurais, projeto este formulado na base, discutido, afirmado e legitimado pelos sujeitos sindicais. Segundo o próprio boletim, era um “meio de informação e comunicação para os trabalhadores rurais [...] prestador de assessoramento”<sup>81</sup>. Desse modo, a constituição de novos sujeitos políticos possui também a influência discursiva da CUT.

A integração da CUT na luta dos trabalhadores Rurais é solidificada com a criação da Regional, que incorporaria questões específicas da região ao conjunto de lutas defendidas pelo todo, segundo o boletim informativo: “a Regional da CUT tem como objetivo fortalecer o Movimento sindical e estabelecer linhas de luta que tornem comuns as reivindicações dos Trabalhadores brasileiros. Diversas categorias estarão agora representadas através da Regional”.

Ao unificar, instrumentalizar os indivíduos, oferecendo seus meios para constituírem suas visões de mundo, a CUT leva-os a falar em classes: *Classe trabalhadora rural*. Para Bourdieu (2000), é a existência de um aparelho ou de um porta-voz que leva a falar em classes sociais. Como instrumento institucionalizado de representação a CUT legitimará a luta desses trabalhadores(as) rurais, unindo-se ao discurso religioso da CPT).

Assim a CUT e a CPT irão contribuir para o processo de construção de identidades políticas desses sujeitos. Segundo Cruz (2007, p. 97), “a identidade é sempre uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo”. Desse modo, entende-se que ela está sempre em construção, em movimento, ressignificando-se. Os processos identitários são cruzados/envoltos por relações de poderes e processos de dominação. O poder estendido por todas as esferas da sociedade articula-se ao processo identitário de múltiplos sujeitos sociais.

Logo, problematizar o movimento de trabalhadores(as) rurais implica em articular processos identitários e relações de poder no espaço rural e sindical. Para Bosetti (2010)

---

<sup>81</sup> Informativo da CUT. Coordenação dos Rurais. Boletim de comunicação dos Sindicatos de Trabalhadores rurais Cutistas da região Centro do Paraná. **Quem somos nós?** nº1, p. 1, novembro/ dezembro de 1995.

quando as pessoas se encontram, estabelecendo pontos de convergência em suas lutas, políticas ou culturais, o fenômeno identitário é acionado. Esse fenômeno é parte importante da construção e legitimação de um movimento social. Nas ações coletivas identidades são produzidas. Há uma dimensão simbólica que envolve as relações nas unidades camponesas, que extrapola o sentido de uma unidade de produção e amplia-se numa unidade social.

O *rural* é entendido como espaço de vida social, dotado de representações, onde, além de espaço físico é espaço de vivências, de particularidades, de modos de vida, constituindo-se assim, num espaço de referências identitárias. Representações de trabalho, de família, de gênero, entre outros, tornam o rural um espaço construído, modificado, assim como as identidades.

## 2.2 Olhar teórico para identidade e campesinato: as denominações de reconhecimento

Aparentemente simplório, a expressão *camponês*, num primeiro momento, não indica necessidade de desprendimento de grande esforço para conceituá-la. "*Camponês(a): aquele que habita e trabalha no campo*"<sup>82</sup>. Logo, uma dúvida é levantada: podemos denominar todos que habitam e trabalham no campo como camponeses(as)? O que se pretende aqui é fugir dessa análise superficial e generalizante, considerando suas especificidades e pensando-os enquanto construção social. A expressão não é o resultado de um debate estritamente intelectual, mas também político, ligado à atuação pública e política das categorias rurais envolvidas.

Assim, a análise aqui apresentada vai ao encontro da definição proposta por Grynspan (2005, p. 74), que toma o campesinato como “uma identidade, construída e redefinida em função de fatores diversos, de contextos históricos, sociais, culturais, e mesmo do trabalho de representação de atores políticos, como organização, partidos, lideranças”.

<sup>82</sup> Segundo Outhwaite e Bottomore (1996, p. 54), no Dicionário do Pensamento Social do Século XX, a palavra *camponês* significa “*homem do campo*” (do latim *campus*). Alerta para a forte conotação negativa nas línguas europeias, como o inglês e o francês. Ligada à rusticidade e ao grosseiro, geralmente era utilizada como ofensa. Em russo *smerd*, do verbo *feder*; em polonês, *cham*, indicando os camponeses ligados às origens inferiores e amaldiçoados, segundo a bíblia, dos filhos de Cam. E ainda, o camponês é compreendido, como pequeno produtor agrícola que com ajuda de equipamentos simples e predominância do trabalho familiar, produz em sua grande parte para o autoconsumo, direta ou indireta e para o cumprimento de obrigações com detentores do poder político, porém indica um *tipo geral* mais desenvolvido de *camponês*. Para Henri Mendras (1978), fundador da sociologia rural francesa, é o fato de pertencer a uma sociedade camponesa que identifica o camponês, o que o autor faz a partir de cinco traços: a) a autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente/global; b) a importância estrutural do grupo doméstico/familiar na organização da vida econômica social; c) um sistema econômico de autarquia relativa; d) uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento; e) a função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade global (MENDRAS, 1978, p. 14-15). Nesse sentido, é o camponês o elemento central deste modo de vida rural, suas atividades e o modo de viver constituem o núcleo dessa sociedade.

Segundo ele, é essa perspectiva que permite, por exemplo, compreender como no Brasil, principalmente a partir dos anos 1950, *camponês* afirmou-se como o termo por meio do qual os trabalhadores rurais se impuseram e tornaram-se reconhecidos como grande novidade no espaço político.

Ao tomar o caráter identitário como indicador e relacioná-lo com o político, há um alargamento da definição tradicional de *camponês(a)*. Novos sujeitos são inseridos e passam a compor o quadro dessa categoria. A organização e a mobilização por terras e por direitos unem diferentes categorias de trabalhadores rurais, permitindo a compreensão de como os indivíduos ou grupos que não vivam exclusivamente da terra e que não sejam proprietários rurais sejam representados como *camponeses(as)*<sup>83</sup>.

Sobre a expressão, Carrara (2009, p. 22) chama a atenção para a influência do debate político que a reveste, alertando para o fato de que os indivíduos que se enquadram nesta categoria preferem os termos *lavrador* ou *agricultor*. Isso é perceptível nos documentos analisados no STRP. Em documento enviado ao CERIS<sup>84</sup>, dez meses após a estruturação do Sindicato na região ele indica um pedido de ajuda financeira ao órgão cristão, e deixa evidente a opção pela utilização de outras expressões em detrimento de *Camponês* para se autodenominarem.

No dia 14-01-1984, se deu a fundação do sindicato, com aproximadamente dois mil *lavradores* e todos reconhecendo o sindicato como a única ferramenta de defesa do trabalhador [...] muitos *agricultores* já estão desanimados em viver na agricultura [...] Sendo um município de grande extensão territorial, com 192 comunidades e que 85% da população pertence a classe de *Trabalhadores Rurais*<sup>85</sup>

Há a indicação de uma preferência por outros termos, demonstrando o fato de não sentirem-se à vontade com a denominação de camponeses (talvez porque, historicamente, o campesinato brasileiro possuía uma aproximação com a pobreza) definem-se enquanto

<sup>83</sup> Nossa interpretação de campesinato apóia-se nos estudos diversos concebidos pelos autores da coletânea História Social do Campesinato (2009), que aponta para a emergência do campesinato associado ao processo de reconhecimento da organização política e social, que considera as capacidades adaptativas dessa categoria. Ao apresentar à coleção (2009, p. 11) há a exposição de que “A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos da floresta, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária”.

<sup>84</sup> **Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais** - órgão oficial da igreja católica que possuía como um dos objetivos oferecerem suportes às experiências populares e aos movimentos sociais.

<sup>85</sup> **Pedido de ajuda ao CERIS- Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais**, 01 de novembro de 1984, p. 1. Disponível no STRP. Grifos nosso.

*lavradores, agricultores* e em sua grande maioria *Trabalhadores Rurais*, este último é, em grande parte, associado à ideia de classe. Palmeira (1989, p. 103) aponta para o sindicato rural como um mecanismo de elaboração de identidade de classe, fundamental para que os trabalhadores(as) conseguissem reconhecimento político

Embutido no processo de desenvolvimento da organização sindical ocorria outro processo de consequências igualmente importantes: a elaboração de uma identidade de classe pelos que trabalham no campo. A adoção da identidade de camponês significava juntar, em torno da vinculação à terra através do trabalho, pessoas e grupos que o recorte por sua inserção numa relação de dominação determinada, por uma vinculação espacial qualquer, por uma determinada maneira de dispor do produto de seu trabalho, por particularidades étnicas ou religiosas, separava politicamente

O Sindicato Rural consegue coletivizar as múltiplas categorias e identidades diversas dentro da mesma estrutura, a expressão *trabalhadores rurais* passa a identificar diferentes sujeitos. Na narrativa a seguir, Osmano manifesta noções sobre os critérios de autodefinição destes.

P- No sindicato, como os trabalhadores geralmente se definiam?

R- Era definido como *trabalhadores rurais*, muitos se chamavam de *colonos*. Quando falava *agricultores* se identificava mais com os grandes proprietários<sup>86</sup>.

A expressão *trabalhadores rurais* conseguiu, ao que parece, identificar os diferentes segmentos rurais reunidos na entidade sindical. Palmeira (1989, p. 103) oferece argumentos para isto, ao dizer que, os sindicatos rurais apropriam-se dessa expressão, em virtude da sua neutralidade, generalização e pela referência ao trabalho, a expressão passa a “unir todos os que vivem do trabalho na terra, posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou temporário, e fazendo-se reconhecer pelas demais forças sociais como o seu representante”. Entende-se que, para o reconhecimento político a elaboração de uma consciência identitária é primordial, e que expressões como *trabalhador rural* e camponês possuem o poder de visibilizar politicamente a categoria, apesar de ocultar outros diferentes termos, por vezes mais individualizantes.

Entre as mulheres, antes de investigar a identidade constituída no espaço sindical, é importante identificá-las. A narrativa abaixo colabora com esse reconhecimento.

P- Quem eram as mulheres que participavam no sindicato?

R- Na maioria, eram arrendatárias ou donas de pequena propriedade, bóias frias, eu não lembro ter, talvez mais tarde [...] Mas tinham as assentadas, a mulher de assentamento era muito forte lá dentro do sindicato. Daí começou, né? Os assentamentos, que na época não eram assentadas ainda, estavam lá

<sup>86</sup> Osmano Soares dos Reis. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 14/08/2015.



lutando por terra, elas tinham uma participação bastante efetiva dentro do sindicato, daí as pequenas agricultoras e meeiras também, pessoas, mulheres que não tinham terras, ou arrendatárias participavam bastante<sup>87</sup>.

Como citado acima, é um grupo distinto de mulheres que compõem a entidade. Destaca-se a busca dos direitos das mulheres à terra, reivindicado. A narrativa acima sugere que o mérito maior por levantar as questões do acesso das mulheres à terra é das mulheres trabalhadoras rurais sem terra. Como uma das principais bandeiras de luta do sindicato era a Reforma Agrária, essa presença, que Zenóbia cita como *bastante forte* e efetiva, marca a diferença das mesmas dentro do espaço sindical<sup>88</sup>. Apesar da luta específica pela garantia do acesso das mulheres à terra não estar entre as prioridades do sindicato rural, ele foi uma força importante para o MST e para a demanda da reforma agrária. Há um quadro bastante heterogêneo de filiados(as) e de pautas nesse espaço. A aliança das mulheres com o espaço sindical é fundamental para o reconhecimento identitário das mesmas.

O que as narrativas de Zenóbia e os documentos sugerem, é que a identificação dava-se, principalmente, com a expressão *trabalhadora rural*, mas também *agricultora*, procurando, em alguns casos, marcar a diferença com a expressão prévia de *pequena* (pequena agricultora). O encontro específico das mulheres, realizado em dezembro de 1987, traz a seguinte chamada: *I Encontro Municipal de Agricultoras*.

Apesar de *trabalhadora rural* também ser utilizada em alguns momentos, na pauta e nas músicas de abertura do evento a nomeação *agricultora* aparece com mais frequência. A letra do canto abaixo, que será analisada, sob outros recortes, no capítulo seguinte, permite essa articulação.

Agricultora porque está tão triste  
Mas o que foi que aconteceu

<sup>87</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>88</sup> Deere (2004, p. 175) ao analisar o processo de construção histórica da ‘garantia’ do acesso das mulheres à terra e a relação estabelecida com os movimentos sociais rurais, diz: “O mérito maior por levantar a questão dos direitos da mulher à terra é das mulheres dentro dos sindicatos rurais. Os direitos formais das mulheres à terra foram conseguidos na reforma constitucional de 1988, e em grande medida isso foi um subproduto do esforço para acabar com a discriminação contra as mulheres em todos as suas dimensões. A conquista das igualdades formais, contudo, não levou a um aumento na parcela de mulheres beneficiárias da reforma, a qual permaneceu baixa até a metade da década de 1990. Isso aconteceu principalmente porque garantir na prática os direitos da mulher à terra não estava entre as prioridades dos movimentos sociais rurais. Além disso, o principal movimento social a determinar o passo da reforma agrária, o (MST), considerava classe e gênero questões incompatíveis. Próximo ao final da década de 1990, entretanto, havia uma consciência crescente de que deixar de reconhecer os direitos da mulher à terra era prejudicial ao desenvolvimento e à consolidação dos assentamentos da reforma agrária e, portanto, para o movimento. O crescente consenso, entre todos os movimentos sociais rurais, sobre a importância em assegurar o direito da mulher à terra, junto com um lobby efetivo, encorajou o Estado em 2001 a adotar mecanismos específicos para a inclusão de mulheres na reforma agrária”. Apesar de relevante, uma análise mais profunda sobre as correlações das mulheres trabalhadoras sem terra e o Sindicato rural de Pitanga não foi possível devido à escassez de fontes.

Foi tudo aquilo que produzimos  
Foi tanto trabalho que não valeu<sup>89</sup>

Abaixo, a narrativa de Zenóbia, correspondente ao mesmo evento, expressam discursivamente a marcação desse lugar.

P- Como eram organizados esses encontros?

R- Os encontros de mulheres *agricultoras* tinham praticamente as mesmas características, nós usávamos cantos específicos da luta, sempre vinha uma autoridade para falar sobre algo que estava pertinente no momento [...]<sup>90</sup>.  
(grifo nosso)

Através da linguagem, num contexto específico, as posições das mulheres são invocadas enquanto *agricultoras*. Assim como, em outros momentos a nomeação *trabalhadora rural* ou *agricultora familiar* é acionada estrategicamente. Esses *lugares* de reconhecimento são construídos, redefinidos e ativados por elas em situações específicas. Infelizmente, por motivos de fontes, não há condições de expandir a discussão sobre identidade e reconhecimento. O estudo tende a cair em especulações. Entre a nomeação escolhida de *agricultoras*, em situações particulares, e *trabalhadoras rurais*, nomeação política, há muitas nuances e careceriam de um estudo mais abrangente e profundo. Ademais, é importante discutir que há toda uma materialidade que produz as mulheres como *trabalhadoras rurais*, em cujo processo elas estão ativas.

Cordeiro (2006) ao analisar os usos da *nomeação mulher trabalhadora rural* no sertão pernambucano, diz que, no Brasil, o uso dessa expressão é bastante recente e está ligado diretamente à ação política das mulheres que trabalham no campo. Para ela, os diferentes usos da nomeação *trabalhadora rural* é fruto de uma estratégia para obtenção de direitos e empoderamento. Cordeiro (2006, p. 217) afirma:

[...] ser mulher trabalhadora rural não é uma essência rígida e imutável ou tampouco algo intrínseco às mulheres que vivem e trabalham na área rural. Ser mulher trabalhadora rural é uma posição assumida a partir do lugar no qual a pessoa se situa [...] de forma ampla, os usos da nomeação mulher trabalhadora rural parecem estar calcados, sobretudo, em um novo ideário, cujo ponto de partida é o ‘direito a ter direitos’, que vai além do acesso formal a direitos sociais, políticos e civis e inclui aspectos como a auto-estima, os aprendizados pessoais e políticos, a capacidade de realização e a aposta na ação coletiva como estratégia de reinvenção da vida e das relações sociais. Isso envolve a construção de uma nova forma de sociabilidade e de convivência e um desenho mais igualitário das relações sociais.

<sup>89</sup> Cantos de abertura do 1º Encontro de Agricultoras do município de Pitanga, realizado em 12 de dezembro de 1987. Disponível no STRP.

<sup>90</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

Assim como as quebradeiras de coco, mencionadas no capítulo anterior, é no bojo da luta com os antagonistas que a identidade coletiva é moldada<sup>91</sup>. Bauman (2005, p. 83) ao referir-se à identidade diz: “sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de esta havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega”. O uso da categoria trabalhadora rural está associado à ação política articulada das mulheres. Elas podem assumir ou fazer esquecer essas terminologias, além de assumir posições múltiplas, de acordo com um conjunto de elementos, situações e processos sociais complexos<sup>92</sup>.

A nomeação *mulher trabalhadora rural* é constituída na própria construção do sujeito social mobilizado. Na ação política a expressão marca uma diferença. A sugestão é de que a preferência pela nomeação *agricultora* ou *trabalhadora rural* sugere uma aproximação destas com o trabalho, faz referência a este. Politicamente, as mulheres queriam desconstruir a concepção que as ligava ao lar (considerando as atividades nesse espaço como não trabalho), distantes do trabalho produtivo, da roça. Elas desejam uma afirmação do seu trabalho na unidade de produção e essas denominações reforçavam essa aspiração. A partir da observação do ocultamento da denominação *camponesa* entre elas, manifestando certa rejeição pela expressão (traduzida nas narrativas escritas do sindicato e nas falas de Zenóbia), nossa sugestão é de que isso ocorria em virtude dessa ser, numa conjuntura mais ampla, uma construção política fracassada, como veremos adiante.

Carrara (2009, p. 27) afirma que é inocência esperar que esses indivíduos pronunciem a palavra *camponês(a)*, já que essa expressão, originalmente significando o que chamamos de *homem do campo*, estreou no século XX com uma conotação política. Segundo ele, “camponês foi o termo que determinados atores políticos escolheram para traduzir uma palavra que já encontraram sendo empregada num contexto particular. Era uma palavra do *sermo politicus*, já técnica”. Nosso estudo aponta para uma construção política da categoria camponês(a), realizada num complexo campo de conflitos e disputas simbólicas que exigem um redefinição das significações que a acompanha.

---

<sup>91</sup> Para Cruz (2007, p. 97) “o conceito de identidade não se confunde com as ideias de originalidade, tradição ou de autenticidade, pois os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto pelas tradições (raízes, heranças, passado, memórias) como pelas traduções (estratégias para o futuro, rotas, rumos, projetos)”.

<sup>92</sup> Ativar conceitos de representação e autorreconhecimento pode ser entendido como práticas de manutenção de privilégios ou de sobrevivência de determinados grupos. No último caso, manifesta-se politicamente a consciência identitária e existência coletiva. Ver exemplo sobre povos tradicionais (faxinais) e a ativação da noção de território, análise desenvolvido por Almeida, Santos e Schörner (2014).

Positivar essa expressão é na contemporaneidade um grande desafio para todos os grupos envolvidos em lutas sociais rurais, principalmente no que se refere à juventude camponesa que constroem suas identidades num contexto de uma cultura de desvalorização do campo<sup>93</sup>.

Entende-se que a identidade camponesa é construída no próprio campo de lutas sociais. Algumas perspectivas teóricas, discutidas a seguir, auxiliam essa compreensão. Faz-se necessário uma discussão que fuja de concepções estreitas e deterministas da expressão, trabalhando com definições mais concretas. Por camponês(a) entende-se aquele(a) que está inserido num *modo de vida camponês*. Mendras (1978) diz que, é o fato de pertencer a uma sociedade camponesa que identifica o camponês.

Para Tedeschi (2012, p. 295), esse modo de vida é caracterizado por três pontos fundamentais: a) acesso à terra, principal instrumento de produção; b) caráter familiar da produção; c) relações com o espaço público, isto é o mercado. Obviamente, diversas interfaces cruzam essa definição, porém indica a agricultura familiar na atualidade como forma de reprodução do campesinato.

Desse modo, a concepção de camponês apresentada aqui, destoa da representação ou rotulação deste enquanto atrasado, arcaico, sem estrutura própria, isolado, em oposição ao moderno<sup>94</sup>. Ademais, o equilíbrio entre a persistência na tradição e a adequação as mudanças

---

<sup>93</sup> Gaspareto e Menezes (2013, p. 310) ao analisarem a categoria *jovem camponesa* apontam para uma construção social do termo pelo Movimento de Mulheres Camponesas, a expressão usada pelo movimento para identificar as jovens, atribuindo-lhes um lugar na família camponesa e as iniciando na militância política. A expressão é carregada de pressupostos que indica ação, movimento, ser *jovem camponesa* indica que essa categoria é composta por atores políticos importantes. Entretanto, algumas ambigüidades se apresentam: a negatividade associada à expressão que evidencia os preconceitos em relação ao campo, segundo ela, algumas relatam que é mais fácil dizer que moram no interior, sendo assim, não precisam evidenciar os aspectos negativos que acompanham a expressão, segundo ela, “[...] sobretudo, por que as jovens falam a partir de uma realidade histórica local que tem, por muito tempo, associado os termos ‘camponês’ e ‘colonos’ a sujeitos sociais posicionados em lugares inferiores na sociedade”. A associação ainda feita entre camponês e grupos inferiores da sociedade, que se estende às jovens camponesas, faz com que essa categoria prefira suprimir a sua identidade camponesa. Esses atributos negativos que insistem ainda hoje em acompanhar a categoria camponês, aponta para a necessidade de mecanismos políticos, culturais que positivem essa identidade, ressignifique valores e concepções, sinalizando para uma reversão dos estigmas que o acompanha.

<sup>94</sup> O projeto de modernização capitalista conservadora, no Brasil, mais precisamente a inclusão da Amazônia nesse modelo modernizador, é tratado por Valter do Carmo Cruz (2007), para ele os modos de vidas ‘tradicionalistas’ eram vistos pelo governo brasileiro, a partir da década de 1960, como entraves ao desenvolvimento. Nesse viés, as formas de viver que não se adequassem ao projeto modernizador estariam destinados ao desaparecimento. Nas palavras de Cruz (2007, p. 94): “as outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas[...]”. A representação dual de atraso era antagônica à ideia de progresso, portanto, sendo consideradas inferiores, atrasadas, um obstáculo ao desenvolvimento. Também Lusa (2009, p. 60), ao problematizar as questões referentes ao campesinato e a sociologia rural, diz que esta se aproxima, em sua origem, ao pensamento conservador, pois colocam o modo de vida camponês como um lugar voltado a conservação da ordem e da organização, estas consideradas tradicionais no campo. Assim,

pelas quais a sociedade passa é o ponto conflitante quando se trata de analisar um modo de vida camponês<sup>95</sup>.

Wolf (1976, pp. 24-26) ao problematizar a relação do campesinato com a cidade/Estado diz que:

[...] o desenvolvimento da civilização tem sido comumente identificado com o desenvolvimento das cidades. Em consequência, tem-se definido o camponês como um cultivador que tem um relacionamento duradouro com a cidade [...] não é a cidade, mas o Estado que constitui o critério decisivo para o reconhecimento da civilização, sendo o aparecimento do Estado o limiar da transição entre cultivadores de alimentos em geral e camponeses. Portanto, é somente quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado – isto é, somente quando o cultivador passa a estar sujeito a exigências e sanções de detentores do poder, exteriores a seu estrato social – que podemos falar apropriadamente de um campesinato

Nessa perspectiva, a relação dos camponeses(as) com a dita *civilização* não é marcada pelo isolamento, e sim pela integração. Segundo Abramovay (2000, p. 2), “o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades” denotando, portanto, uma relação entre os camponeses (produtores de excedentes/ cultivadores) com o grupo dominante, tendo a cidade<sup>96</sup>, enquanto centralizadora de diferentes funções, um mecanismo importante na organização do campesinato. Seria ingenuidade pensar essa relação somente enquanto integração, no sentido positivo da palavra, essa relação, ao menos no período e local aqui estudado, não ocorre de maneira harmoniosa, mas cruzada por relações de poderes, inferindo numa relação marcada por antagonismos entre os camponeses e os detentores do poder.

Segundo Wolf (1976, p. 28):

[...] se é correto definir a existência de um meio camponês fundamentalmente por seu relacionamento subordinado a grupos dominantes exteriores, também será correto afirmar, como consequência dessa definição, que os camponeses serão obrigados a manter o equilíbrio entre suas próprias necessidades e as exigências de fora, estando sujeitas a tensões provocadas pela luta para manter um equilíbrio. Para quem está de fora, o camponês é visto, fundamentalmente, como uma fonte de trabalho e bens, com os quais o grupo superior poderá aumentar seu fundo de poder. Mas o camponês é, a um só tempo um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar.

---

procura-se nesta pesquisa uma superação de uma visão estrita do campo como local da preservação de valores morais, lugar de estabilidade, resignação e conformismo.

<sup>95</sup> Segundo Wolf (1976, p. 24), “há vários tipos de campesinato e não somente uma forma de vida camponesa”, assim, como dito anteriormente nosso estudo não pretende incidir em generalizações.

<sup>96</sup> Para Wolf (1976, p. 25), “a crescente complexidade de uma sociedade poderá provocar o surgimento da cidade”, logo, ela pode ser entendida como um resultado da complexidade atingida pela sociedade, ele a descreve enquanto um “local habitado no qual se exerce uma combinação de funções, tornando-se útil, porque com o tempo se consegue uma eficiência maior através da centralização dessas funções em um ponto determinado”.

Wolf (1976) indica que, a unidade camponesa, além de ser uma unidade de produção é também, e antes disso, unidade de consumo, não sendo, portanto, pensada somente a partir de uma ótica econômica, mas como uma unidade familiar de sobrevivência.

A narrativa abaixo permite pensar a utilização da terra a partir de uma lógica não economicista. Zenóbia, ao indicar pressupostos sobre a organização do trabalho, na propriedade dela e do esposo e de vizinhos, evidencia um modo de produção e de relações discrepantes à lógica do capital. A produção é mediatizada pelo trabalho da família rural e por laços de solidariedade.

P- Como era organizado o trabalho na propriedade de vocês e nas propriedades vizinhas?

R- Era um trabalho de mutirão, na verdade, por exemplo, você ia colher seu milho, você tinha lá dois alqueires de milho para colher, então você pegava o teu pessoal lá, você e sua família e daí, na hora de bater esse milho, debulhar ele, reunia todos os companheiros, trinta ou quarenta para conseguir. Porque era tudo trabalhoso, ensacar milho, porque era naquelas máquinas antigas, não sei se você chegou conhecer? E naquilo lá levava o dia inteiro para bater um monte de milho naquelas maquininhas, se não desse problema nela ainda ia, pior se desse... Então batia o seu, daí, por exemplo, batia o seu milho ou feijão, no caso, na outra semana era do outro vizinho, um trabalho de mutirão. E o dono, no caso do milho, do feijão era responsável por alimentar aquele pessoal todo. E eu trabalhava nessas épocas, quantas vezes de se aprontar chuva e eu sair correndo tudo para cobrir, ajudar amontoar, porque tinha de socorrer aquele produto, nossa! Dava um desespero, era difícil<sup>97</sup>.

A produção de alimentos por meio do investimento do trabalho familiar na terra diferia do entendimento desta como mercadoria para fins de implantação de monocultivos de soja e atividade pecuária. Desse modo, nota-se uma relação da questão do trabalho familiar com laços de solidariedade comunitária mútua<sup>98</sup>. A partir das concepções teóricas de Chayanov (2014) é possível entender a dinâmica da produção da unidade familiar camponesa destoando da leitura capitalista e dos padrões de modernidade.

A unidade doméstica é também espaço de vida das famílias do campo, é o local onde se desenrolam relações sociais, culturais, entre outros. Tal concepção é observada no discurso Cutista, cujo Projeto de Desenvolvimento do DETR (Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais) fugia da representação da unidade camponesa estritamente como unidade de produção.

<sup>97</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>98</sup> Schörner e Almeida (2015, p. 7), ao analisarem a problemática da autonomia camponesa examinando a questão das sementes crioulas na dinâmica da agricultura camponesa faxinalense sugerem que, “uma das principais características desse tipo de agricultura é, muitas vezes, a multifuncionalidade, sendo a mão de obra fundamentalmente familiar ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade”.

A concepção que guiará a construção do nosso projeto parte da compreensão de que as pessoas de uma unidade familiar se movem por duas lógicas diferentes, mas complementares: a da necessidade da produção para o mercado, que garante a rede financeira, e a necessidade de se garantir o bem estar e a qualidade da família. Portanto, não podemos restringir o projeto somente à esfera da produção, pois a vida das pessoas não se resume às necessidades econômicas<sup>99</sup>.

Essa relação com os grupos dominantes exteriores, ocorre a partir de um processo contraditório de rejeição e aceitação. Rejeita-se em virtude da relação de exploração e submissão que o grupo dominante impõe sobre o camponês(a) e seu trabalho, no entanto a aceitação acontece em virtude da necessidade de sobrevivência da unidade camponesa, já que esta necessita de outros serviços e bens de consumo. Sua existência, portanto, depende de fatores externos, numa série de contextos sociais.

Como visto, o projeto político que norteava este departamento apresentava a ligação da produção com o mercado, entendendo a esfera econômica vinculada a um projeto de vida no campo. Propunha-se a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento que viesse a orientar o processo de produção e comercialização.

Contrapondo-se ao modelo neoliberal de produção, o propósito articulava-se segundo os parâmetros da agroecologia, combinando uma produção economicamente viável com a busca por melhorias da qualidade de vida; apresentava um conceito de propriedade que superava a concepção conservadora da mesma, pois a entendia num viés que convergia para o uso sustentável dos recursos naturais e a conservação da natureza. Tal concepção política era introjetada discursivamente no STRP. A proposta de um desenvolvimento não agressivo, excludente e preocupado com políticas sociais, tornou-se uma das principais bandeiras de luta do mesmo, amparado ideologicamente pelo discurso do Departamento Rural Cutista.

Nosso projeto não está acabado, nem pretende ser uma camisa de força que vamos impor a sociedade, ao contrário, nosso objetivo principal é discuti-lo com outros atores importantes da sociedade civil, uma vez que não é um projeto exclusivo para o campo, mas sistêmico, articula o desenvolvimento no campo e na cidade<sup>100</sup>.

As propostas para o campo não eram pensadas de modo isolado, antes disso, propunha-se um desenvolvimento equilibrado entre o espaço rural e a sociedade urbana. Apontava-se para a inclusão de diferentes atores políticos na discussão sobre tal política, ampliando os espaços de debates na construção do projeto. Construção essa que focalizava

<sup>99</sup> Balanço político-organizativo do DETR/CUT-PR: Organização da produção e comercialização. **Texto para ser debatido na 5ª plenária estadual do Departamento Rural da CUT**. 1997, p. 5. Disponível no STRP.

<sup>100</sup> Balanço político-organizativo do DETR/CUT-PR: Estratégia de ação do DETR- Eleições 1998. **Texto para ser debatido na 5ª plenária estadual do Departamento Rural da CUT**. 1997, p. 10. Disponível no STRP.

não um projeto exclusivamente camponês, mas social. Cabe salientar que em meados da década de 1990, é possível verificar que o uso da expressão *agricultor familiar* torna-se comum, representando a política *inovadora* da CUT.

Sobre esses diferentes atores sociais e políticos abarcados pelo projeto Cutista para o campo, considerava-se como critério a ligação com a terra, através da apropriação privada da mesma ou não, mas inserindo os grupos envoltos numa sociabilidade rural, numa racionalidade camponesa e até mesmo grupos excluídos dessas representações sobre o rural, mas que possuíam suas vidas entrelaçadas pelo trabalho no campo e na terra, retirando dela o seu sustento.

Alguns pressupostos teóricos serão apresentados a seguir, visando problematizar *o ser ou não ser camponês*, considerando aspectos simbólicos para tal. Procura-se refletir sobre algumas concepções sobre os *sujeitos rurais*, privilegiando aqueles(as) que incorporam a sua identidade como critério de definição de *camponês*. Busca-se discutir, dialogar com diferentes olhares sobre a categoria. Segundo Martins (1983), *camponês* e *campesinato* são palavras recentes no vocabulário brasileiro, antes disso, segundo ele, cada região do país possuía denominações específicas.

Lusa (2009), ao estudar as lutas sociais no campo, apropria-se da análise do economista José Graziano da Silva, que ao estudar o processo de diferenciação dos indivíduos *do campo* no sul do país, na década de 1970, elabora uma tipologia destes grupos. Dividindo-os em quatro categorias: I) Capitalistas; II) Empresas familiares; III) Camponeses; IV) Semi assalariados. O primeiro grupo é caracterizado por ele pela não utilização do trabalho familiar em suas propriedades, ao contrário, mão de obra assalariada permanente e/ou temporário, por isso são classificados como capitalistas. As empresas familiares utilizam o trabalho familiar e assalariado permanente, sendo esse trabalho complementado ou não por assalariados temporários. Na concepção deste autor, os *camponeses* são caracterizados pela não utilização de trabalho assalariado permanente, porém, o trabalho familiar pode ser ou não complementado pelo trabalho assalariado temporário<sup>101</sup>. Ele utiliza uma tipologia interna para melhor compreensão deste grupo: camponeses pobres, médios e ricos. Tal definição seria baseada no valor da produção anual desses *camponeses(as)*. E finalmente, a categoria de semiassalariados. Este, caracterizado pela situação de assalariamento em outras propriedades

---

<sup>101</sup> Wanderley (1996, p. 13), ao tratar do campesinato brasileiro, diz que, a unidade de produção camponesa, pela sua própria natureza, é o resultado do trabalho da família proprietária, porém há, no país, uma longa tradição de trabalho alugado para terceiros e também de empregar trabalhadores assalariados no seu estabelecimento familiar. Ela analisa isso e aponta dois motivos: a oferta de empregos gerados pelas grandes propriedades e a necessidade de garantir a reprodução da família, bem como do estabelecimento, pelo trabalho externo à sua unidade familiar.



rurais, na cidade ou obtenção de renda de benefícios previdenciários. E ainda, utiliza-se somente de trabalho familiar (SILVA, 2003 apud LUSA, 2009, pp. 87-88).

A característica fundamental de uma economia camponesa apresentada é o trabalho familiar, diferindo da economia capitalista que é baseada no trabalho assalariado, como já indicava Chayanov (2014). Nessa concepção, alguns indivíduos não são visualizados, esta significação de *rurais*, não inclui algumas outras categorias que possuem uma relação forte com a terra, que possuem sua identidade vinculada ao trabalho nesta. Apesar de despossuídos da propriedade, ligam-se à terra como sustento ou como possibilidades de mudança de vida.

Nessa perspectiva, Lusa (2008), ao problematizar a identidade dos camponeses, inclui dois elementos: o caráter de trabalhador independente, no que se refere ao processo produtivo, e os laços sociais mantidos. Para ela, o que também identifica o camponês são os fortes laços sociais com a comunidade e com sua família, laços esses construídos pelo trabalho familiar e pela venda dos excedentes. Wolf (1976, p. 14), ao trabalhar a distinção entre cultivadores primitivos e camponeses, diz que “o camponês sustenta uma família e não uma empresa”. Não nega o caráter comercial do excedente agrícola dos camponeses, e sim o tratamento da produção como um empreendimento no sentido econômico, ou seja, uma empresa de negócios.

Dada a variedade agrupamentos e de manifestações locais tal designação será aqui alargada, considerando o agrupamento social rural do Centro do Paraná de forma mais ampla. Para Neves e Silva (2008) o campesinato como categoria é analisado, entre outros pontos específicos, por sua dimensão política e social, remetendo, portanto, a modos de vida, transmissão de valores e sociabilidades. Este critério associado ao modo de organização da produção específica, envolvendo a mão de obra familiar e sua relação com o mercado, consiste, segundo as autoras, nos princípios básicos de expressão da existência do campesinato.

A descrição dos elementos fundamentais de caracterização do campesinato, do ponto de vista econômico, apresentadas por Cardoso (1979, p. 51), apresenta algumas problemáticas que irão de encontro à concepção aqui manifestada. Três pontos básicos são apresentados por ele: a) autonomia da gestão da unidade produtiva, não significando necessariamente a existência da categoria da propriedade privada da terra ou do solo, mas o domínio sobre os meios de produção, indispensáveis ao processo produtivo; b) gestão essencialmente familiar da unidade de produção, porém não exclusivamente; c) economia de subsistência fundamental, porém não exclusivamente.

Nessa concepção, indivíduos que não possuem o acesso à propriedade privada da terra<sup>102</sup>, mas possuem o domínio sobre os meios de produção, serão aqui considerados enquanto *camponeses(as)*. A concepção de Cardoso (1979) não exclui as unidades de produção que se utiliza de trabalho assalariado e ainda, não descarta a ligação da unidade camponesa com o mercado. Ao discutir tais concepções e utilizando-se dos pressupostos do referido autor, Carrara (2009, p. 40) acrescenta uma quarta característica, a seu ver *absolutamente indispensável*, esta diz respeito ao baixo nível tecnológico das unidades de produção camponesa. Para ele:

[...] É exatamente este elemento que a) a um tempo permite e limita a gestão dos recursos disponíveis à família; b) determina a baixa integração com os outros modos de produção e c) elimina qualquer possibilidade de resistência diante do avanço dos outros modos de produção tecnologicamente superiores. A autonomia na gestão da parcela, na realidade, não é um sinal de vitalidade, mas da fragilidade deste modo de produção.

A leitura de Carrara (2009) é de que a produção para o autoconsumo encontra-se entre os elementos centrais do campesinato, segundo ele, isso só é possível manter com baixo nível tecnológico. Do contrário, para ele, a padronização tecnológica em escala mundial acarreta uma dependência crescente dos lavradores com a indústria, descontrola o uso de fertilizantes e pesticidas químicos e maquinaria pesada, o que tornaria impraticável a agricultura sustentável. A esse respeito Carrara (2009, p. 40) diz:

Mas observe-se que a organização familiar da produção que a Via (campesina) pretende para os dias de hoje se quer voltada para necessariamente para o mercado, local ou regional, mas essencialmente nacional/doméstico, em oposição ao transnacional. A Via, com isto, recoloca a necessidade de uma tecnologia alternativa à das grandes corporações capitalistas. Estas propostas por si só negam o elemento central do que até o século XIX foi o elemento fundamental do campesinato: a produção para o autoconsumo.

Seria, portanto, o termo *camponês* empregado de forma inadequada na atualidade? Estaria o fator tecnológico comprometendo o elemento central e fundamental do campesinato: a produção para o autoconsumo? A literatura marxista indicava o desaparecimento dos

---

<sup>102</sup> Paulino (2012, p. 40) concebe a propriedade privada da terra de duas maneiras: a capitalista e a camponesa, denominadas por ela de *terra de negócio* e *terra de trabalho*, regidas por princípios opostos. Na primeira há a utilização da terra como reserva de valor, objeto de negociação e de extração da mais valia, na segunda, há a apropriação privada camponesa da terra, constituindo-se em mecanismo de sobrevivência da família camponesa que ali trabalha. As expressões *terra de trabalho* e *terra de negócio* são também utilizadas por Brumer (2009, p. 37), ao organizar um estudo sobre as principais lutas sociais no extremo sul do Brasil, a partir de 1978. Nesse sentido, ao tratar da luta pela terra no Rio Grande do Sul, ela relaciona o direito à terra de trabalho com direito à vida e à sobrevivência. Aponta também para uma das críticas que os participantes da luta pela terra vêm enfrentando: a transformação da *terra de trabalho* em *terra de negócio*.

camponeses, levantando a ideia da não sobrevivência do campesinato diante do avanço das forças produtivas capitalistas. Nesse contexto a modernização da agricultura teria papel fundamental. Segundo Bosetti (2012, p. 11), “o processo de modernização da agricultura, experimentada pelos diferentes países em momentos distintos, contribuiu para a difusão dessa tese. Afinal, inegavelmente a modernização representou uma diminuição significativa da população real e, por conseguinte, do campesinato”.

O questionamento aqui levantado é o lugar do camponês no capitalismo. Indicá-lo-ia, o desaparecimento do camponês tradicional em virtude da superioridade tecnológica do agronegócio, que ampliaria sua produção e onde o pequeno produtor não conseguiria acompanhar tal processo? É inegável os efeitos da expansão do sistema capitalista no meio rural, principalmente para as pequenas propriedades é incontestável o desfavorecimento causado, principalmente pela disseminação de tecnologias modernas que aceleram e estimulam a produção em larga escala e para o mercado transnacional e da concentração fundiária e de renda ocasionada pelo desenvolvimento e propagação do capital. Há de considerar as condições históricas na sociedade de que o camponês faz parte e pensar tal categoria não enquanto imóvel, mas suscetível a reformulações em virtude das condições socioeconômicas e culturais de um dado período e configuração do campesinato.

Estando o camponês associado aos movimentos históricos, econômicos, sociais e políticos, suas práticas revelam a dinâmica das estruturas sociais, adquirindo outra lógica pela necessidade de sobrevivência. Para Oliveira (2009, p. 193) “o movimento camponês pressupõe um estado de contestação”, pois suas práticas apontam para uma interpretação destoante da ordem estabelecida.

A visualização de um movimento do campesinato, na década de 1980 e 1990, na região centro do Paraná, reflete a pressão e a marginalização histórica sofrida pelos trabalhadores(as) do campo, com o avanço e a disseminação do capitalismo. Eventos como a chamada Revolução Verde, propagado no Brasil a partir da década de 1960 - que acarretou um processo de modernização da agricultura, alteração biológica das sementes e modificação no processo produtivo, inserindo novas tecnologias nesse processo, visando aumento na produção e maior rendimento - não foi acompanhada pelos pequenos proprietários rurais e alterou significativamente o seu modo de produção, de trabalho e de vida.

O processo modernizador excludente, como já analisado, trouxe como consequência o empobrecimento das pequenas propriedades, aumentando consideravelmente o êxodo rural, nas décadas seguintes, como observado no capítulo anterior, através da fala de Zenóbia, manter a propriedade e permanecer no campo era tarefa das mais difíceis para esses

indivíduos. Na concepção de Pires (2008, p. 51) a expulsão de grande contingente de trabalhadores do campo para a cidade, está relacionada à essa modernização que, através das políticas governamentais na década de 1970, fortaleceu a monocultura, criando áreas extensas de produção. Essa modernização não incorporou pequenos proprietários rurais<sup>103</sup> e acabou por expulsar para as cidades grande número de trabalhadores assalariados.

Ao sofrer os danos de um projeto político que desestrutura as relações existentes, os indivíduos desenvolvem formas de resistências, desdobrando-se ou vinculando-se a movimentos mais amplos. Oliveira (2009, p. 193), entende o agrupamento enquanto resultado de uma situação de conflito, para ele, “o estabelecimento da unidade grupal, muitas vezes, buscada em um plano simbólico, permite ordenar as práticas dos indivíduos perante o enfrentamento na sociedade, revelando nova coesão dada por uma situação de conflito”. A consolidação de um grupo coeso é verificada pelo assentamento de uma estrutura sindical que incorporará práticas contestatórias de diferentes grupos sociais num contexto mais amplo, inclusive com trabalhadores(as) urbanos(as).

### **2.3 Aliança operário-camponês e os Boias-frias: o Sindicato como representação legal e órgão de defesa da categoria Trabalhador Rural**

Sobre a relação do campesinato com a cidade<sup>104</sup>, já abordado no capítulo anterior a partir da problematização da função dos mediadores, é possível perceber no movimento de trabalhadores(as) de Pitanga o estabelecimento de alianças entre setores rurais e urbanos, subsidiados pelo discurso Cutista. Ao analisar os cantos realizados, geralmente na abertura de reuniões ou encontros dos trabalhadores rurais, verifica-se certa simpatia dos camponeses(as) para com os operários(as), buscando uma união enquanto classe trabalhadora e explorada. Aliança construída, inclusive, pelos mediadores.

Haviam discursos que impeliam essa articulação. A letra do canto abaixo constrói essa unidade entre esses dois grupos. Por meio da linguagem vai se arquitetando um horizonte comum entre essas diferentes categorias de trabalhadores.

#### **Aliança operário e camponês**

<sup>103</sup> Para Wanderley (1995), a história do campesinato no Brasil demonstra que historicamente a grande propriedade recebeu estímulos que a perpetuou como setor dotado de valorização em detrimento da pequena propriedade ou da agricultura familiar, que ocupou no país um lugar secundário, assim, a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido, recebendo estímulos para sua modernização e reprodução, logo a política agrária do país a constitui como modelo dominante, enquanto que a agricultura familiar não recebeu estímulo social, ocupando um segundo plano na sociedade brasileira.

<sup>104</sup> Lusa (2009, p. 25) chama a atenção para a construção social do rural, enquanto espaço de saudosismo, associado a estagnação, atraso, pré-capitalista em oposição a cidade, esta capitalista associada a desenvolvimento, modernidade, racionalidade científica e tecnológica.

Lavrador está sofrendo  
Operário muito mais  
Devido a exploração  
O pobre só vai para trás

Devido ao sofrimento  
Chegou agora a nossa vez  
Nós vamos fazer aliança  
Operário e Camponês

Essas são as duas classes  
Que estão passando mal  
Agora estão se unindo  
Para derrubar o capital<sup>105</sup>

Aliar-se aos operários citadinos era entendida pelos camponeses enquanto viável e necessária, já que os dois espaços articulavam-se e as ações de um influíam sobre o outro, o êxodo rural, por exemplo, era um dos grandes problemas que afetava diretamente o campo e a cidade. A condição de *classe explorada* reforçava os laços de solidariedade entre as duas categorias. Somavam forças ao combate do projeto Neoliberal, largamente difundido na região.

A CUT representará, nesse contexto, o elemento discursivo responsável pela junção entre as duas categorias de Trabalhadores, propondo aliança com os sindicatos urbanos da CUT e demais movimentos populares urbanos<sup>106</sup>. Desse modo, os camponeses percebem os operários como elemento de fortalecimento no combate aos setores dominantes.

O Estatuto do STRP, ao apresentar os princípios básicos da entidade, indica essa aliança através das induções de alguns itens do artigo 03:

- a) manter relações com as demais categorias profissionais para a concretização da solidariedade social e da defesa dos interesses nacionais [...]
- b) defender a unidade da classe trabalhadora, representando-a com respeito absoluto [...]
- c) unir-se aos movimentos populares da cidade e do campo [...]
- d) solidarizar-se com todos os movimentos da classe trabalhadora que caminham na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária<sup>107</sup>.

A partir da análise desses itens é possível compreender a intenção política-ideológica do sindicato rural buscando incorporar um conjunto de lutas que excediam o espaço regional sindical, procurando articular-se a outras coletividades mobilizadas na busca por justiça social no campo e na cidade. Logo, construía-se um sentido de que essas diferentes lutas e

<sup>105</sup> Canto número 5, denominado *Aliança operário e camponês*. Referente ao Encontro dos Trabalhadores (as) Rurais em 08 de Janeiro de 1988. Disponível no STRP.

<sup>106</sup> CUT: Fórum sul dos DETRs. **Metodologia e subsídios para as semanas sindicais: Rumo ao 4º grito da terra Brasil**. Janeiro de 1997, p. 12. Disponível no STRP.

<sup>107</sup> **Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga**. Capítulo I: do sindicato. Seção II: Princípios. Artigo 03. Disponível no STRP.

resistências não se excluíam, mas complementavam-se, sugerindo uma defesa da unidade de classe (trabalhadora).

Ao operar com o conceito de *Camponês*, a complexidade revela-se à medida que se avança nas discussões. De todo modo, interessa-nos aqui, também, verificar a percepção do STRP sobre a categoria. Que sujeitos ou grupos estariam inseridos na expressão *Trabalhadores Rurais*? Interesses de quais grupos eram defendidos pelo Sindicato? Que categorias de trabalhadores(as) formavam o Sindicato Rural? O Estatuto do STRP ao tratar da sua constituição enquanto órgão de defesa dos interesses dos Trabalhadores demonstra que o entendimento sobre essa categoria era bastante amplo:

A representação da categoria profissional abrange os assalariados na lavoura, na pecuária e similares e na produção extrativa rural, bem como os produtores rurais autônomos ou sob qualquer forma de parceria, ou ocupantes de terra a qualquer título habitual ou regular, que trabalham em regime de economia familiar, tendo na agropecuária sua principal atividade<sup>108</sup>.

Enquanto órgão de defesa e representação legal da categoria *Trabalhadores Rurais*, o sindicato apresenta uma concepção bastante abrangente da mesma. Essa concepção incorporava pequenos proprietários rurais, parceiros, meeiros, arrendatários, assentados, sem terra. Organizar-se enquanto *povo explorado* e constituir o sindicato como local do *fazer político* apresenta-se para esses homens e mulheres como mecanismo ou estratégia de combate a exploração econômica do campo, ligando-os a uma conjuntura política nacional abrangente.

Ao tratar dos princípios fundamentais, o Estatuto do Sindicato apresenta como princípio máximo e fundamental “a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais e particulares dos trabalhadores, bem como do povo explorado”<sup>109</sup>. Assim, o sindicato propõe uma conciliação dos interesses dessas diferentes categorias e o interesse coletivo que os une enquanto classe trabalhadora e explorada. O projeto da CUT caminhava no sentido de unificar as lutas desses diferentes grupos e da sociedade.

A mobilização sindical, não pode ser considerada como um fato isolado, antes é, e aqui utilizando-se das prerrogativas de Bourdieu (1996), o resultado da proximidade dos mesmos no espaço social. A mobilização desses agentes e a constituição de um movimento organizado indicam também, uma probabilidade de compatibilidades, não determinadas, mas

---

<sup>108</sup> **Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.** Capítulo I: do sindicato. Seção I: Constituição. Artigo 02. Disponível no STRP.

<sup>109</sup> **Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.** Capítulo I: do sindicato. Seção II: Princípios. Artigo 03. Disponível no STRP.

predispostas a uma aproximação pela proximidade social específica, é isto que indica a probabilidade do encontro de seus agentes no espaço real, físico.

Apesar dos discursos unificadores presentes no período, é importante desconstruí-los, revelando as individualidades desses grupos. A preocupação em apresentá-los problematizando suas especificidades, advém do perigo de induzir uma leitura generalizante que indique a composição coletiva sindical apenas de pequenos proprietários rurais.

Seria a expressão *Camponês* apenas reservada para designar o pequeno agricultor que é empresário de sua própria produção? A categoria incorporaria trabalhadores empregados assalariados, portanto, subordinados ao proprietário rural. Trabalhadores e pequenos produtores autônomos, parceiros, arrendatários, que exerçam a atividade agrícola por conta própria, a esses estritamente, caberia à designação de camponeses?

Segundo Mendras (1978, p. 48):

Quando alguns assalariados são introduzidos no grupo doméstico, estes se submetem à mesma regra e trabalham por manutenção, sendo muitas vezes simbólico o seu salário: é uma espécie de sinal de que não pertencem à comunidade da qual nada devem esperar se não trabalharem. O salário pode ser analisado como o preço da exclusão da comunidade

Desse modo, o trabalhador assalariado estaria fora de toda uma racionalidade camponesa, não estando inserido no conjunto de relações sociais, de valores e regras de comportamentos, num *modo de ser* camponês. Para Mendras (1978, p. 94), um dos traços característicos das sociedades camponesas é uma sociedade de interconhecimento: “a sociedade de interconhecimento necessita de um acordo ideológico completo de todos os seus membros, que partilham a mesma visão de mundo, o mesmo sistema de valores e o mesmo ‘instrumental’ intelectual e verbal”. Uma sociabilidade específica é critério para a sociedade de interconhecimento<sup>110</sup>. O trabalhador assalariado temporário estaria excluído dessa racionalidade camponesa, constituindo-se num outro tipo de relação, cujo pagamento simbolizaria o seu não pertencimento aquela sociedade.

Excluído como categoria social de *camponês* por tais fatores, contrariamente, os trabalhadores assalariados temporários e/ou diaristas foram incorporados pelo STRP, este procurou conciliar as demandas destes com as demais categorias de trabalhadores (as) na mesma estrutura. Em grande parte, formado por trabalhadores expulsos do campo, que não possuindo suas próprias terras obrigavam-se a prestar serviços diários a quem as possuía, esses trabalhadores como legado uma herança de exclusão política e social.

<sup>110</sup> Tal concepção reafirmada por Wanderley (1996, p. 4) ao analisar o horizonte das gerações no interior de uma família camponesa: “o campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de heranças e das formas de vida local”.

Denominados também de trabalhadores volantes ou proletariado rural, estes indivíduos viviam à margem, eles podem ser analisados sob a ótica ou como resultado do avanço capitalista no campo. Tal categoria passa a ser objeto de preocupação do Sindicato rural. A condição de exclusão e marginalidade desses indivíduos é denunciada e expressa por diversos materiais escritos e nos cantos que abriam as reuniões do Sindicato. Abaixo temos um exemplo.

### **Boia fria**

Em cima de um caminhão  
Bem cedinho ele vai  
Sem nenhuma garantia  
Prá seu pão de cada dia  
Ele vai tentar ganhar

O seu patrão comprou trator,  
Caminhão/ também grade de arrastão  
Deixando ele na mão/ pois lá na roça  
Perdeu sua serventia procurando  
Prato cheio, hoje ele é boia fria

Ele tentou melhorar prá sua família  
Pra cidade certo dia com muita fê  
Foi morar/ Mas continuou sua fome  
De alegria/ e o sustento da família  
Ele tenta assim ganhar

Ele não é roceiro nem operário  
Ganha um mísero salário  
Seu riso alegre não sai  
Seu dinheiro ele nunca tem de sobra  
Ele é pau pra qualquer obra  
Ele ri pra não chorar<sup>111</sup>

Dotado de efeitos de sentido e historicidade, os cantos podem ser analisados à luz do aspecto político e social, eles eram selecionados a partir da realidade vivenciada pelos trabalhadores(as) rurais, refletiam as angústias, as aflições e as vivências destes indivíduos. Evidenciavam o agente e seu universo. A canção é entendida pelos trabalhadores como espaço de manifestação, de denúncia e resistência cotidiana. O canto é um discurso perturbador, indica através das palavras um cotidiano de perigos e sofrimento. É importante analisar a associação feita na canção com a falta de trabalho e a modernização agrícola: “O seu patrão comprou trator, Caminhão/ também grade de arrastão, deixando ele na mão/ pois lá na roça Perdeu sua serventia [...]”.

---

<sup>111</sup> **Canto denominado *Bóia Fria*.** Referente ao Encontro dos Trabalhadores (as) Rurais em 08 de Janeiro de 1988. Disponível no STRP.



A leitura negativa da relação dos trabalhadores bóias-frias com a presença das máquinas, expressa na linguagem da canção, contrasta com discurso propagado nos documentos oficiais do governo paranaense. No Estado do Paraná, a modernização agrícola foi enobrecida pela Revista Paranaense dos Municípios. No ano de 1978 ela dizia que:

[...] esse crescimento não se verificou apenas porque mais terras foram semeadas. O setor agrícola cresceu porque aumentou a produtividade de cada hectare plantado, com a modernização das técnicas [...] enquanto em 1974 havia 35 mil tratores no Estado, hoje a frota é de 60 mil [...] <sup>112</sup>.

Assim, temos dois discursos divergentes sobre as tecnologias empregadas no campo: leitura negativa do sindicato ao associá-las à penúria dos trabalhadores bóias-frias e a percepção positiva sobre esta pelos representantes do Estado. Essa modernização agrícola, geralmente enaltecida, durante a ditadura militar, tornou-se sinônimo de desenvolvimento, de progresso pelos órgãos oficiais do Estado do Paraná. Como citado no documento acima, essas novas tecnologias são associadas ao aumento da produção e crescimento do setor agrícola.

Entretanto, para aqueles que foram substituídos por tais tecnologias de produção o sentimento sobre o mesmo processo é diferente. A leitura positiva do governo paranaense é contestada dez anos depois por aqueles que sentiram o efeito da implantação dessas novas tecnologias. Além das máquinas, o uso de agrotóxicos se torna um grande vilão para essa categoria.

Envolto em relações de dominação e poderes o proletariado rural de caráter temporário/diarista, denominados de *boias-frias*, enfrentavam uma situação de exploração, subordinação e exclusão social e política. Sua força de trabalho consistia em mercadoria barata, principalmente para a *burguesia agrária moderna*. Esses trabalhadores passam a integrar um conjunto de diferentes categorias que encontravam no STRP um grande articulador na defesa de seus interesses.

Essa preocupação é expressa no discurso da CUT, através do seu Departamento Rural, o conjunto de trabalhadores assalariados era incorporado em seus discursos.

Os assalariados rurais representam uma massa significativa em todo estado, especialmente no norte. Não podemos mais pensar o movimento sindical no campo sem uma luta expressiva dos assalariados, tendo em vista sua organização e conquistas de melhorias salariais e melhor condição de vida e de trabalho <sup>113</sup>.

<sup>112</sup> Revista Paranaense dos Municípios. **Canet instalou governo em Pitanga**. Edição especial. Agosto de 1978. Disponível na Biblioteca Municipal de Pitanga.

<sup>113</sup> **Pela construção do departamento rural da CUT: O movimento sindical rural**. Proposta de atividade, lutas e reestruturação do DRC (Departamento Rural da CUT). Corresponde ao ano de 1989, p. 3. Disponível STRP.

Esses assalariados eram vistos como parceiros pelo Departamento Rural Cutista no Estado do Paraná. O discurso do Departamento Rural evidenciava a realidade vivenciada pelo STRP, que desde o início incluía em sua pauta de lutas reivindicações relacionadas às necessidades desses indivíduos. As principais pautas de luta referiam-se à melhoria nas condições de trabalho e salário para esses trabalhadores<sup>114</sup>.

O Sindicato passa a intermediar os interesses desses trabalhadores, de certo modo isolados no interior do Estado e carentes de informação, o sindicato representava o elo entre estes e o discurso informativo e mobilizador da CUT. Informar, organizar, mobilizar, não necessariamente nesta ordem, era o desafio do Departamento Rural, congregando interesses de diferentes categorias de Trabalhadores rurais.

A concepção de classe é concebida aqui, na perspectiva de Bourdieu(2004), como existência construída, é investida por um discurso institucional que lhe confere existência/presença e aparência de classe. A formação de um grupo mobilizado politicamente e denominado *classe* consistia numa resposta da categoria *camponesa* à crescente proletarização e precarização do trabalho no espaço rural paranaense. A partir da análise do material informativo da CUT é possível perceber as diversas adversidades do grupo camponês na região, numa conjuntura política que possibilitou o agregamento de diferentes segmentos dentro de uma perspectiva simbólica do *ser camponês* e de indivíduos ligados à terra do pelo trabalho.

Como consequência material da preocupação do Departamento Rural da CUT pelos trabalhadores assalariados, propõe-se, no ano de 1989, que o STRP realize um levantamento a respeito desses trabalhadores, mapeando-os, verificando os principais problemas e o *tipo* de assalariados existentes na região, enfatizando a problemática dos *boias-frias*, considerados em situação maior de vulnerabilidade, principalmente sobre as condições de trabalho e saúde destes. Dentre as principais propostas apresentados pelo DRC estavam: “a) Integrar os assalariados nos cursos de formação e buscar formas específicas de formação e capacitação

---

<sup>114</sup> Na concepção de Ferreira (1987, p. 12), reivindicações por melhorias de condições de trabalho e salários dos trabalhadores assalariados no Paraná não são novidades, principalmente no norte do Estado, cujas reivindicações acentuaram-se a partir da frente pioneira de colonização no norte do Estado, que tornou o número de trabalhadores assalariados bastante significativo nas fazendas. Diferentes categorias de assalariados, desde colonos, diaristas, peões já manifestavam-se tanto de forma isolada quanto coletiva visando assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas assegurados pela CLT. Um conjunto de tensões no meio rural, que incluía a luta pela terra, melhorias nas condições de trabalho e salários culminou no I Congresso de Trabalhadores rurais do Paraná, cujas principais reivindicações foram: a) Legislação Trabalhista para o campo; b) Reforma Agrária; c) Previdência social; d) financiamentos que possibilitassem a aquisição de terras; e) reconhecimento dos Sindicatos Rurais.

dos assalariados; b) Repassar informações para os Sindicato dos Trabalhadores Rurais sobre as questões trabalhistas”<sup>115</sup>.

Entende-se a utilização generalizante comum da expressão *Camponês* como estratégia unificadora, massificar as individualidades categóricas em virtude de externar um todo coeso. Internamente as diferenças eram afirmadas e problematizadas, na esfera pública as diferenças eram suprimidas e, apesar de não desconsiderar as diferentes bandeiras de luta, era necessário repetir a voz da coletividade. Camponês tornam-se todos os grupos e indivíduos ligados à terra, possuindo ou não a posse da mesma.

Para o Departamento Rural da CUT era necessário “buscar sempre ampliar a organização e a luta para além da categoria, transformando em luta classista e popular”<sup>116</sup>, para isso era preciso que seu discurso político agisse como mediador da mobilização camponesa. Através da atuação dos sindicatos seus discursos aproximar-se-iam desses trabalhadores e garantiriam que a luta se ampliasse e se fortalecesse. Seus canais discursivos despertariam a consciência de classe de diferentes categorias de trabalhadores rurais. Estrategicamente produzia-se o desaparecimento das individualidades para que se evidenciasse a classe trabalhadora rural (BOURDIEU, 2000).

#### **2.4 Os Trabalhadores Sem Terra: o olhar sindical para esta categoria**

Uma das fortes bandeiras de luta do sindicato dizia respeito à Reforma Agrária, evidenciando a conexão entre os trabalhadores sem terra e o STRP. Essa ligação foi mais intensa na década de 1980, rompendo-se no ano de 1993<sup>117</sup>. Fundado legalmente em 14 de janeiro de 1984, dentre as dificuldades, já no início, estavam os gastos econômicos para manutenção do mesmo e atividades de base. Como alternativa recorria-se aos parceiros. Em

<sup>115</sup> **Pela construção do departamento rural da CUT: O movimento sindical rural.** Proposta de atividade, lutas e reestruturação do DRC (Departamento Rural da CUT). 1989, p. 4. Disponível STRP.

<sup>116</sup> **Pela construção do departamento rural da CUT: O movimento sindical rural.** Proposta de atividade, lutas e reestruturação do DRC (Departamento Rural da CUT). 1989, p. 4. Disponível no STRP.

<sup>117</sup> Ao analisar a relação entre o MST e as organizações sindicais rurais no Rio Grande do Sul, Brumer (2009, p. 39) aponta para a criação do MST, como uma organização alternativa, já que os trabalhadores sem terra não sentem-se representados pelo conjunto do movimento sindical. Essa dificuldade dos sindicatos em representar os sem terras no Rio Grande do Sul, segundo ela, pode estar na “composição dos sindicatos em que trabalhadores assalariados, pequenos parceiros, ocupantes e proprietários, bem como produtores familiares modernizados que são empregadores, mesmo que em caráter eventual, estão reunidos numa mesma associação, com o predomínio, em número e poder econômico, destes últimos. Outra razão pode estar no caráter essencialmente assistencialista assumido pela maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais, devido ao fato de terem sido encarregados pelo Estado da intermediação no que se refere à distribuição dos benefícios da previdência social. Outra razão, ainda, pode residir no caráter institucional do sindicato e na sua dificuldade de justificar, por esse motivo, diante do Estado, ações consideradas ilegais, tais como a invasão de terras”. Esses três motivos apresentados no caso gaúcho são pertinentes na situação do Centro do Paraná, porém nossas fontes não permitem uma afirmação definitiva sobre os motivos desse rompimento. Há indícios que permitem apontar para um conflito de interesses dentro do espaço sindical, porém outras hipóteses não podem ser descartadas.

documento enviado ao CERIS, pedindo ajuda para as despesas sindicais e visando intensificar o trabalho de base, o STRP indica que dentre os trabalhadores rurais do extenso município “a maioria são de trabalhadores sem terra [...] Neste trabalho vemos a necessidade que o povo tem de se organizar [...] estamos despertando a consciência da união da classe”<sup>118</sup>.

A passagem acima, além de indicar a intenção de fortalecer a ideia de classe social como forma de resistência, há a indicação de que a maioria dos trabalhadores rurais do município não possuía a propriedade da terra<sup>119</sup>, assinalando a necessidade de uma entidade que os organizassem enquanto classe na luta pela democratização da terra. Desde o início, a reforma agrária esteve entre as prioridades do STRP. Isso se deve também há um quadro de filiados, que apesar de heterogêneo, era composto por um grande número de trabalhadores(as) sem terra e, ligado às forças oposicionistas de esquerda da CUT e da CPT.

Ao indicar o processo histórico percorrido no Brasil pela reforma agrária, Deere (2004, p. 178) indica que essa luta iniciou-se no começo de 1960.

Nesse período, os movimentos operário e camponês foram ganhando força, o último organizando-se contra as injustiças do sistema de posse de terra tradicional, a fazenda ou a grande propriedade, com uma força de trabalho dependente, submetida a relações de trabalho não-capitalistas. No governo do presidente João Goulart, foi aprovada a primeira legislação trabalhista que estendia aos trabalhadores rurais muitos dos direitos e privilégios dos trabalhadores urbanos, incluindo o direito de se organizar em sindicatos

Desde sua constituição legal a estrutura sindical rural brasileira estava ligada à luta pela democratização da terra. O sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga entendia que os trabalhadores sem terra eram o resultado da expulsão circunstanciada pelos grandes latifundiários e pela política agrícola do governo federal e estadual, vigente na década de

<sup>118</sup> A história da caminhada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga. **Pedido de Ajuda: Prezados companheiros de luta da CERIS**. 01 de novembro de 1984. Disponível no STRP. Ressalta-se que o contexto sócio econômico do município e a problemática da divisão territorial do mesmo serão tratados no capítulo seguinte.

<sup>119</sup> Compreender a função da propriedade da terra no século XXI, segundo Benatti (2009, p. 212), é entender a função desempenhada por ela no presente e também no passado, verificando as diferentes concepções de propriedade em diferentes períodos históricos, para ele, “o conceito de propriedade empregado nos séculos XVII e XVIII não é o mesmo do século XXI”. Nessa perspectiva é preciso relativizar a compreensão de propriedade, que na contemporaneidade torna-se mais abrangente, passando a abarcar a função social e ecológica da propriedade. Os elementos históricos que norteiam a concepção de propriedade, segundo o autor, devem ser analisados, para se pensar o conceito de propriedade na atualidade brasileira: “a propriedade é caracterizada pelas soluções encontradas pela sociedade em um momento histórico determinado [...] a propriedade foi um dos mecanismos históricos para legitimar a apropriação privada das terras públicas [...] propriedade é toda relação jurídica de apropriação de alguma coisa, e, em nosso território, essa apropriação deu-se basicamente a pretexto de *controlar* os recursos naturais. Em cada região do Brasil, foi elaborada uma estratégia específica para se apossar dos recursos naturais renováveis, o que se deduz, levou à formação de propriedades distintas com algumas características próprias”. Estudar o processo de formação do direito jurídico da propriedade é entendê-la como espaço de confronto entre o direito da propriedade privada da terra e os direitos sociais nela envolvidos.

1980, que privilegiava os grandes proprietários e servia como instrumento de expulsão dos pequenos de suas terras, além de posseiros<sup>120</sup> e arrendatários que também passavam por um processo de expulsão do campo<sup>121</sup>. Essa conjuntura é bastante evidente na narrativa de Zenóbia, expressa abaixo.

P- Como você avalia sua participação no sindicato?

R- [...] sempre que eu estava discutindo algo, o que me vinha na cabeça era o meu futuro e o futuro da minha família e a vida difícil daquelas mulheres da comunidade, né? Não só na minha, mas no geral ali, o que a gente queria era evitar o que aconteceu, que era o êxodo rural, né? Muitas famílias indo embora e a gente sabendo que ia chegar na cidade e iam para a favela, virar marginais, famílias que voltavam depois perdidos, no vício, na droga, bebida, sendo usado por traficante, porque saía da roça. A terra não tinha valor. E daí iam lá e compravam, no máximo, um barraco. Onde elas iam não tinha estrutura para receber todo esse povo<sup>122</sup>

Ao falar sobre sua motivação de luta a memória sobre a saída das famílias do campo é acionada<sup>123</sup>. No centro de seu argumento está a terra. O que ela indica é que muitos não conseguiam manter a propriedade e acabavam por vendê-las aos grandes proprietários e irem embora para as cidades, entretanto, terminavam voltando para o campo, sem terra. Estes vinham a engrossar o número de despossuídos da propriedade.

A luta dos sem terra culminou na ocupação do INCRA em 18 de março de 1986. Após o fato, em carta aberta, esses trabalhadores de Pitanga, buscando apoio da população para a reforma agrária e respostas para as 3.500 famílias sem terra que estavam acampadas no Paraná, algumas delas neste município, reforçam o argumento de Zenóbia. Nesse documento,

<sup>120</sup>Motta (2008), em texto publicado na coletânea História social do Campesinato, intitulado: Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850), diz que, no Brasil, a expressão *posseiro* foi historicamente construído pela junção de dois pressupostos: a referência as terras devolutas e a ação de tomar posse, relacionando, portanto, a ação do posseiro ao desbravamento de terras, posseiro seria aquele que toma posse de uma parcela de terra, sem ter o título legal da mesma.

<sup>121</sup>Carta aberta à população formulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Sem Terra ocupam o INCRA: Hoje ocupamos o INCRA**. 18 de março de 1986. Disponível no STRP.

<sup>122</sup>Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

<sup>123</sup>Palmeira (1989, p. 89) diz que isso que os autores gostam de designar como “êxodo rural” é anterior à modernização da agricultura, tanto em termos de fluxos objetivos, como a simples leitura dos dados censitários sugere, quanto em termos de sua percepção pela sociedade como um problema. Alfredo Wagner Berno de Almeida (1977, p. 41-42), analisando a literatura, entre 1930 e 1972, tratando do “êxodo rural”, assinala que o marco temporal adotado pelos autores é 1930. A partir daquele ano, começaria a se dar o esvaziamento do campo, atribuído ora às secas do Nordeste, ora à industrialização, ora à urbanização [...] O que há de novo no “êxodo rural” das décadas mais recentes é que, embutido nele, está a expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior dos grandes domínios. É verdade que a expulsão de trabalhadores dependentes (moradores, agregados, colonos ou semelhantes) também já ocorria no passado, mas o processo a que nos referimos tem características muito peculiares. Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de outra maneira, é o mesmo tipo de contrato tradicional que é liquidado.

ao apresentar os motivos da necessidade de organização, aponta-se para a concentração de terras como motivação e justificação das ações do MST.

Somos Sem Terra por que fomos expulsos pelos latifundiários, fazendeiros, granjeiros e outros grandes proprietários das terras que estávamos trabalhando em parceria, arrendamento ou como boias-frias, ou ainda, os expulsos de suas próprias mini e pequenas propriedades pela atual política agrícola do governo federal<sup>124</sup>.

A passagem acima aponta que as ações do MST eram resultado de toda uma política de expansão das grandes propriedades, com desfechos negativos para as pequenas propriedades e para os trabalhadores rurais, Tal processo era enfaticamente denunciado pelo sindicato rural. Segundo Deere (2004), pouco foi feito com relação à distribuição de terras durante o regime militar, defendiam antes, os interesses dos latifundiários, encorajando a crescente concentração da propriedade nas mãos destes. Já o estímulo à agricultura de caráter familiar é reduzido e limitado, relações de trabalho, de produção e da posse da terra são alteradas e milhões de expropriados seguem em direção às cidades. Essa conjuntura de exclusão já foi analisada no capítulo anterior.

O mesmo documento, formulado pelo MST, analisado acima, evidencia também as alianças estabelecidas por eles, inclusive com a Igreja Católica.

Somos os sem terra, organizados num movimento por nós criado: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Temos apoio dos sindicatos dos trabalhadores rurais, de muitas entidades e associações de profissionais liberais, dos trabalhadores urbanos e, principalmente, da igreja<sup>125</sup>.

Essa passagem indica uma forte ligação do MST à Igreja Católica. O que pressupõe uma vinculação do movimento com esta, como um todo, na verdade diz respeito a uma ala progressista desta: A CPT.

Pires (2009) concebe o MST<sup>126</sup> como Movimento Social de inspiração católica, que atuava na defesa dos interesses dos trabalhadores(as) rurais e contra a violência no campo. O discurso religioso acabava por legitimar as ações dos trabalhadores rurais sem terra, tal discurso circulava pelo STRP, através de palavras ditas e escritas. Em materiais de discussões

<sup>124</sup> Carta aberta à população formulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Sem Terra ocupam o INCRA: Hoje ocupamos o INCRA**. 18 de março de 1986. Disponível no STRP.

<sup>125</sup> Carta aberta à população formulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Sem Terra ocupam o INCRA: Hoje ocupamos o INCRA**. 18 de março de 1986. Disponível no STRP.

<sup>126</sup> Brumer (2009, p. 37) aponta para uma força mais expressiva do MST nos três Estados do Sul do Brasil, apesar disso o movimento, segundo ela, está organizado em outros dezessete estados brasileiros. Aponta ainda para o apoio recebido pelo Partido dos Trabalhadores, sindicatos de trabalhadores rurais em regiões onde a luta é mais intensa e ainda, para o apoio, inclusive financeiro da Comissão Pastoral da Terra e Conselho Mundial das Igrejas, que o financia parcialmente.

das reuniões do sindicato encontram-se vastos escritos de cunho discursivo religioso. Um deles chama a atenção pela discussão prática da significação religiosa da propriedade privada. Ao tratar da questão da propriedade da terra, Dom Aloísio Lorscheider, aponta para a função social da mesma:

Alguns princípios são afirmados nos documentos da igreja sobre a propriedade. Em primeiro lugar: o acesso de todos à propriedade é uma condição indispensável de liberdade e criatividade do homem [...] para ele não ser um anônimo e não ser massificado [...] o segundo princípio importante: a propriedade não é um direito absoluto e intocável. Quer dizer, existe o direito particular e pessoal. Ele é até uma condição indispensável para a gente se sentir mais livre. Mas toda propriedade particular não é absoluta, não é um bem intocável [...] há um outro direito [...] há um direito ao uso comum. Isto significa que tudo que existe foi no plano de Deus, colocado à disposição de todos nós e deve servir a todos nós. E nós, criaturas humanas devemos nos organizar de tal jeito que isto sirva a todos nós<sup>127</sup>.

O discurso de Dom Aloísio reproduz uma modificação no sentido da propriedade privada da terra: ela não é intocável ou inviolável. A concentração da propriedade é entendida de modo negativo e a divisão social dela entendida como necessária: “acumulando, estou concentrando bens que eu não tenho necessidade, estou roubando dos outros”<sup>128</sup>. Esse discurso autorizava a ação dos trabalhadores sem terra, porque nessa concepção, os bens eram de Deus, colocado à disposição dos homens, que apenas os administravam. Pressupõe-se a subordinação do direito à propriedade particular ao direito do uso comum, pois nessa concepção, a terra era destinada por Deus à todos, portanto, agir politicamente para que isso fosse garantido não era entendido como pecado, mas como direito e estava dentro de uma moralidade religiosa que agia seguindo planos divinos.

Curiosamente, a II Romaria da Terra no Paraná, no ano de 1986, possuía como lema: “E Deus acampou entre os pobres da Terra”<sup>129</sup>, indicado em carta da CPT aos STRs, cujo conteúdo contém ainda outras expressões que indicam o sentido de autorização religiosa aos trabalhadores sem terra: “Terra de Deus e por isso destinada para ser terra de irmãos”.

Entende-se que o discurso religioso, não somente entre os trabalhadores(as) sem terra, mas entre todas as categorias de trabalhadores(as) rurais agia de duas maneiras: a) organizando, isso era facilitado pela proximidade dos indivíduos com os setores católicos,

<sup>127</sup> CEDI- Centro Ecumênico de documentação e informação. **Bispos apoiam a Reforma Agrária: Uso e propriedade dos bens na perspectiva do pensamento da igreja.** Dom Aloísio Lorscheider. 1985, p. 11. Disponível no STRP.

<sup>128</sup> CEDI- Centro Ecumênico de documentação e informação. **Bispos apoiam a Reforma Agrária: Uso e propriedade dos bens na perspectiva do pensamento da igreja.** Dom Aloísio Lorscheider. 1985, p. 12. Disponível no STRP.

<sup>129</sup> Comissão Pastoral da terra (CPT). **Festa de pentecostes: carta as comunidades de Curitiba e região.** Curitiba, 18 de maio de 1986. CPT-PR. Disponível no STRP.

principalmente através dos Círculos Bíblicos; b) legitimando as ações dos mesmos, o discurso religioso autorizava-os, amparava-os, dando-lhes a certeza de que agiam amparados por apoio divino e que, portanto, era justo.

Sobre a motivação religiosa na busca pela terra é indispensável para a compreensão dessa conjuntura, a interpretação de Corso (2013)

O trabalho da CPT passou a ter um significado religioso. Uma espécie de missão redentora. Ao mesmo tempo em que havia um processo de desqualificar o latifundiário, era possível perceber que havia umaligação do povo com Deus. Nesse sentido, a CPT, ao atuar junto aos camponeses auto-representava-se como defensora dos oprimidos e, em nome de um Deus, comprometida com o povo sofredor

Havia um mecanismo, via de mão dupla, onde os trabalhadores sentiam-se legitimados pelo discurso da CPT e esta era, ao mesmo tempo, legitimada como mediadora institucional. Ela apontava para valores humanos, onde a fé e a religiosidade era utilizada para fundamentar a luta pela terra, o MST estava ligado à toda uma lógica cristã e suas atuações em diferentes níveis possuía entre os sem terra, e até mesmo entre as demais categorias de trabalhadores que compunham o sindicato, uma significação religiosa bastante forte. Suas ações não eram autônomas, mas interligada ao discurso religioso cristão<sup>130</sup>.

Amparados não somente pelo discurso religioso, mas pelo político, através dos sindicatos e pela CUT – a democratização da terra através da reforma Agrária ia ao encontro do Projeto Alternativo de Desenvolvimento da CUT – o MST atua com bastante força na década de 1980, adquirindo visibilidade social e da mídia, através de ocupações de terras, ações em pedágios, articulação com órgãos públicos, entre outros<sup>131</sup>.

---

<sup>130</sup> Sobre essa ligação, ao questionar o caráter revolucionário do MST, Pires (2009, p. 277) é enfático: Não o é, em virtude de suas origens ligadas à igreja. “O MST não pode ser enquadrado como revolucionário por força de sua gênese. Foi criado pela Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Assim sendo, jamais poderia revolucionar a sociedade, porque obviamente tem um limite de ação: A Igreja, enquanto instituição não é revolucionária e nem pode ser. Ou seja, se o MST enveredasse, por exemplo, para a luta armada, imediatamente perderia o apoio daquela que o gerou: a Igreja”. A CPT não era desvinculada da Igreja Católica, como bem assinalou Corso (2013), ao afirmar que a origem do discurso da CPT era proveniente de uma *região* institucionalizada: a Igreja. Apesar de as ações da Comissão Pastoral da Terra indicar uma atitude conflituosa com a hierarquia e o modelo tradicional da Igreja Católica, não houve um rompimento com a mesma. Ele ainda aponta para o fato de o discurso da CPT ser reconhecido pelo fato de estar ligado à crença, ao divino, denunciando a arbitrariedade do discurso da mesma. A fé era o sustentáculo das ações do MST, a motivação política do movimento estava calcada no âmbito religioso. De um modo ou de outro, a CPT fornecia *espaço/lugar* de luta por direitos sociais, seu discurso religioso autorizava uma atuação do MST e dos trabalhadores(as), de modo geral, no campo político.

<sup>131</sup> Para Pires (2009, p. 271) “através do discurso sobre reforma agrária surgiu uma linha de ação que o caracteriza como movimento social”. Entende-se o movimento como uma luta também inserida no campo das representações, visando reverter estigmas construídos historicamente, por exemplo, ao utilizarem-se da expressão *ocupação* em detrimento do termo *invasão*, este privilegiado pelos setores conservadores da sociedade brasileira.



No que se refere à atuação do STRP é perceptível uma total incorporação das causas e projetos políticos do MST em suas bandeiras de luta, funcionando, e aqui se empresta a expressão de Pires (2009), como *Instâncias de poder*. O *fazer político* dava-se no interior do sindicato, ali se propiciava um aprendizado político- ideológico e uniam-se as demais vozes que clamavam por justiça social no campo, lutando contra a exploração econômica de um projeto político marginalizador e excludente, pautado na dominação dos latifúndios.

Articulado ao STRP, no ano de 1985, foi criado o Movimento dos Agricultores Sem Terra da Região Central do Paraná (MASTECE) que, já no mesmo ano de fundação, organiza o I Manifesto pela Reforma Agrária em Pitanga, no dia 12 de outubro de 1985. No encontro anterior à manifestação pública, o discurso de D. Aloísio sobre o conceito de propriedade na perspectiva cristã é retomado exaustivamente. Há a enumeração dos motivos da necessidade de ação pública pelo manifesto Popular dos Sem Terra.

Nesta região está o maior número de Trabalhadores sem terra do Paraná; a injustiça social no campo, através do arrendamento e parceria; a falta de condições de saúde, educação, moradia; a existência de latifúndios improdutivos; não acreditamos que a reforma agrária sai sem a participação do povo e porque Pitanga não pode ficar fora do Plano Nacional de Reforma Agrária<sup>132</sup>.

A passagem acima pressupõe a existência um grande número de trabalhadores sem terra na região central do Paraná e, apesar de não dispor de números exatos sobre estes, pressupõe-se que eram muitos, pois o sindicato dispensava grande atenção para a problemática da reforma agrária, porém entende-se que esta se articulava de forma direta aos demais problemas dos trabalhadores(as) rurais. Nessa primeira manifestação pública a conexão entre as categorias rurais é notória, esperava-se uma concentração de duas mil pessoas em frente à matriz paroquial da cidade, tal manifestação procurava incluir todo um conjunto do segmento do campo ligado ao sindicato rural do município, incluindo boias frias, filhos(as) de pequenos proprietários(as) rurais, trabalhadores(as) assalariados rurais de todos os tipos, arrendatários, parceiros, meeiros. Manifestar-se publicamente buscando reconhecimento da sociedade civil, fazendo-se visível é construir um sentido político para o movimento.

Ao estudar o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o movimento dos sem terra do município de Pitanga alterou alguns pontos do mesmo. Dentre esses, o item 03 da proposta de alteração diz: “Que haja um controle dos meios de comunicação com objetivo de mostrar a *situação real* dos sem-terra e da agricultura de modo geral, resultado da política até

---

<sup>132</sup> Manifesto popular. **I Manifesto dos Sem Terra de Pitanga; A Reforma Agrária em Pitanga**. 12 de outubro de 1985. Disponível no STRP.

o presente desenvolvida”<sup>133</sup>. Assinado pelo presidente do sindicato e por membros da Comissão Sem Terra, o documento evidencia a angústia e revolta desses trabalhadores com os meios de comunicação. Era necessário que a grande mídia desvelasse a *situação real* dos mesmos. Mas qual era a real situação? Ao finalizar o pedido de alteração, há um apelo aos setores superiores:

Que a Reforma Agrária aconteça na região central do Paraná, pois a nossa realidade é crítica, com um grande número de sem terra carentes e grande áreas de terras improdutivas. No ano de 1984, a situação agravou-se com um número alto de desaparecimento de propriedades<sup>134</sup>

Na década de 1980, há nessa região um aumento progressivo dos monocultivos agrícolas, as grandes propriedades, produtoras de soja e trigo, subsidiadas por projetos estimulantes do governo avançam sobre as pequenas. A concentração fundiária é intensa e altera as relações de trabalho, de produção e de posse da terra. A mudança política pretendida requeria urgência e um caminho inverso à política desenvolvimentista instigada pelos representantes políticos do país.

Que a mudança de política agrícola seja de reestruturação total, pois, se isto não ocorrer, a situação da sociedade voltará num futuro próximo a mesma situação que estamos. Há a necessidade de restaurarmos nossos costumes e procurarmos um desenvolvimento nosso, apropriado à nossa realidade, abandonando métodos importados, que tem levado nossa sociedade e nossa terra à ruína<sup>135</sup>.

Pires (2009, p. 275), infere que, “desde a concessão de sesmarias, no atual estado do Paraná, no início do século XIX, se estabeleceu uma forma de dominação política calcada na grande propriedade”. Essa prática acaba por se perpetuar em algumas regiões, exigindo que novos sujeitos sociais se organizem e atuem num movimento contrário à esse domínio. Porém, o imaginário conservador, segundo ele, age no sentido de não permitir que esses grupos avancem e disseminem suas ações, pois elas colocam em risco essa dominação, para isso o recurso à violência é requerido.

Em Pitanga, não raro encontram-se passagens que indicam esse imaginário social. Em carta enviada pela Comissão Pastoral da Terra ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga, no ano de 1986 evidencia-se o caráter físico da violência, principalmente para os líderes dos movimentos, abaixo há a reprodução de algumas passagens da carta:

---

<sup>133</sup> Movimento Sem terra do Município de Pitanga. **Plano Nacional de reforma Agrária: Necessidades de alteração**. Comissão do Movimento dos sem terra de pitanga. 20 de agosto de 1985, p. 1. Disponível no STRP.

<sup>134</sup> Movimento Sem terra do Município de Pitanga. **Plano Nacional de reforma Agrária: Necessidades de alteração**. Comissão do Movimento dos sem terra de pitanga. 20 de agosto de 1985, p. 2. Disponível no STRP.

<sup>135</sup> Movimento Sem terra do Município de Pitanga. **Plano Nacional de reforma Agrária: Necessidades de alteração**. Comissão do Movimento dos sem terra de pitanga. 20 de agosto de 1985, p. 2. Disponível no STRP.

A paz esteja convosco (Jo, 20, 19-21). No dia 10 de maio de 1986(sábado) foi assassinado o Pe. Jósimo Morais Tavares, com 33 anos de idade [...] foi baleado enquanto se dirigia para a sede da Comissão Pastoral da Terra em Imperatriz no Maranhão. A morte de Pe. Jósimo Morais Tavares nos faz lembrar o sangue derramado dos 1.106 camponeses assassinados nos últimos 21 anos na luta pela terra. A vida e a morte do Pe. Jósimo nos faz lembrar ainda a luta das 10 mil famílias sem terra acampadas no Brasil, das quais 4 mil estão no Paraná. Assim como o Pe. Jósimo foi ameaçado de morte, também no Paraná, hoje, estão ameaçados de morte dois presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. São eles: *Osmano Soares dos Reis- Presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga* e Miguel Sávio- Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu. São ameaçados de morte por defenderem e apoiarem os trabalhadores rurais sem terra na luta por um pedaço de chão<sup>136</sup>. (grifo nosso).

Ameaças de morte, assassinatos, despejos com características de violência extremada pela polícia militar e/ou jagunços, envolvendo questões referentes à terra, fez com que fosse construído no imaginário popular a constituição de uma região de violência (sobre isso, o próximo capítulo traz discussões relevantes). Quando há uma organização em torno de um projeto que ameaça a propriedade privada, esses setores criminalizam o movimento e reagem, impondo barreiras a essas experiências, geralmente usando a violência e a coerção para tal.

Ao problematizar o MST e sua inserção num imaginário conservador, na Região Centro Sul do Paraná, Pires (2009, p. 277) é incisivo:

[...] é possível afirmar que pelas suas origens colonizadoras na região centro-sul do Paraná, de instalação de grandes propriedades e de sociedade escravagista, a mentalidade pouco afeita às mudanças permaneceu como um valor perene. A igreja católica coube o discurso e as práticas de incluir as crenças, os medos e todo um conjunto de representações que acabaram por fazerem parte do domínio dos inconscientes. Assim, quando surge o “novo”, configurado como movimento social, com conseqüente contestação ao *status quo* vigente. Imediatamente o ‘velho’ reage [...]

A proximidade de seu estudo permite perceber os traços de uma sociedade conservadora também na região aqui estudada. Para Pires (2009, p. 271) ao problematizar a dimensão política da violência no campo, entende que “a violência policial praticada pelo Estado ou por seguranças particulares, aparece como uma gênese histórica, mesmo em países democráticos”. Nesse sentido, a constituição de um imaginário social favorável ao MST é um grande desafio, num contexto em que a grande mídia atua negativamente para com estes grupos, criminalizando-os.

<sup>136</sup> Comissão Pastoral da terra (CPT). **Festa de pentecostes: carta as comunidades de Curitiba e região**. Curitiba, 18 de maio de 1986. CPT-PR. Disponível no STRP.

Ao longo dos anos, o protagonismo torna-se mais potencializado pelas transformações vividas pela comunidade camponesa. Nesse processo, redefinem-se as identidades. A partir de meados de 1990, a expressão *agricultor(a) familiar*<sup>137</sup> torna-se comum no STR de Pitanga. Outras expressões, normalmente utilizadas ao longo dessa década e início de 1990, praticamente desaparecem das narrativas do sindicato. Essa redefinição discursiva indica que, era uma estratégia para obtenção de recursos.

Aparentemente, novos conhecimentos, novas formas de produzir, novos saberes e práticas são incorporadas pelos trabalhadores(as) rurais da região. Esse novo fazer político e novos lugares ocupados por homens e mulheres e cabe citar, onde as trabalhadoras passaram a ter mais visibilidade, aponta para novos lugares das mesmas na luta camponesa. Segundo Schneider (2003, p. 99) a expressão *agricultura familiar* aparece no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990. Para ele, o termo emerge ligado ao campo político, encaminhada pelos movimentos sociais rurais, conduzidos pelos sindicatos ligados à CONTAG, tais movimentos com grande impacto no país, especialmente na região centro sul. Ele utiliza expressão *nova categoria-síntese*, logo, entende-se a expressão como fruto de manifestações políticas.

Segundo Carneiro (2008, p. 257), a especificidade da exploração familiar reside no fato de “encontrarmos uma família que responde tanto pela organização técnica da produção quanto pela execução das atividades e, sobretudo, pelo destino aos seus resultados”. É preciso considerar o conceito de agricultura familiar como elemento flexível, já que se definem e redefinem em situações e contextos específicos e particulares. Obviamente, a adaptação a um contexto socioeconômico próprio de uma sociedade acarreta modificações no seu modo de viver e produzir, não significando, porém, uma ruptura nas formas anteriores de produção e de reprodução social.

Entende-se que a significação social adquirida pela expressão *agricultura familiar* é uma construção histórica estratégica de seus sujeitos na busca por afirmação. Evidenciar a

---

<sup>137</sup> Os apontamentos de Carneiro (2008, p. 259) indicam flexibilidade da unidade familiar, percebendo-a contrária a idéia de uma estrutura rígida e cristalizada. Segundo ela, “a unidade familiar, entendida como entidade plástica e mutante, tem a capacidade de elaborar estratégias para se adaptar as condições econômicas e sociais”. Para Wanderley (1996, p. 1), a agricultura familiar é entendida “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”, associando família, trabalho e produção. O caráter de familiar é o elemento central das relações econômicas e sociais. Para Carneiro (2008), a *agricultura familiar* não é uma categoria recente, apesar de, no Brasil nos últimos anos o significado da mesma assumir, segundo ela, “ares de novidade e renovação”. Indicando assim, o agricultor familiar como um personagem novo, diferente do camponês tradicional, que teria sido cooptado pela modernidade trazida pelo capital, adquirindo um caráter de produtor moderno<sup>137</sup>. Nesse sentido, ela trabalha com a hipótese de que o agricultor familiar moderno não é um personagem novo, pois não apresentam uma ruptura total e definitiva com as formas tradicionais, *anteriores* do campesinato.

diferença, a especificidade do grupo social aponta para uma construção de sentidos onde o cultural entrelaça-se ao político. O discurso da década de 1990 indicava uma mudança estratégica no significado de pequeno agricultor, inserindo-se numa luta de representações (CHARTIER, 1990) a partir das resistências políticas subsidiadas pelo viés discursivo Cutista.

Ocorre, nesse processo, o fortalecimento político das mulheres. Este não ocorreu aleatoriamente, mas é também o resultado dos discursos institucionalizados da CUT e da CPT, pois, como vimos, estes viabilizaram a luta das mulheres na batalha por reconhecimento e espaço no *fazer político* sindical. Questões sobre esquemas de dominação são tratadas pelas mulheres, tanto nas formações quanto nas práticas. Análises de gênero pautadas na dominação de classe tornam-se mais intensas no espaço sindical a partir de 1990<sup>138</sup>.

Considerando a dinâmica interna da família camponesa é possível verificar as relações de força entre seus membros, ao direcionar o olhar para o conjunto de princípios que orientam suas ações dentro e fora da unidade familiar. O *lugar* que as mulheres ocupam nessas unidades sociais influencia o estudo, mesmo tendo em vista que não é a unidade doméstica ou familiar nosso objetivo específico, mas o espaço sindical como lugar de atuação das mulheres do campo.

Entende-se que o trabalho, o lazer, o viver no campo e suas sociabilidades possuem uma dimensão simbólica. Atividades banais da vida cotidiana, o próprio ato de *viver da terra*<sup>139</sup>, expressam, numa análise cuidadosa, identidades sociais. Utilizando-se do método etnográfico, Wedig e Menasche (2013) ao desenvolverem um importante estudo realizado em uma comunidade rural do Rio Grande do Sul, demonstram que até mesmo o ato de comer é carregado de significados e está relacionado com as relações hierárquicas no núcleo familiar camponês, revelando dimensões da vida social pautadas nas diferenciações, classificações e hierarquizações de gênero.

Além da comida, o trabalho e os espaços constituem-se como elemento de classificação e hierarquização na família camponesa. Os estudos de Brumer (2004) e Brumer

---

<sup>138</sup> Tal observação caminha ao encontro dos apontamentos de Esmeraldo (2013, p, 253) ao indicar que, “no final da década de 1990, o projeto neoliberal começa a ser compreendido e problematizado na sua face antagônica ao projeto socialista defendido pelos movimentos sociais e autônomos de mulheres”.

<sup>139</sup> Gaviria (2009, p. 279), aponta para o ato simbólico de viver da terra, ao problematizar os que dela vivem, ou seja, aqueles que se dedicam à agricultura e dela retiram a maior fonte de renda para o sustento familiar, indica que, esse viver ultrapassa a prática econômica, compreendendo dimensões imateriais. Mesmo a renda sendo complementada por outros recursos, o fato da prática agrícola ser a principal fonte de sustento constitui-se num componente de identidade social. “Tais atores afirmam com vaidade, pertencer a minoria social que consegue *viver da terra*”, segundo ela. Tal interpretação, contextualizada pela autora, ao analisar a negociação de posseiros na luta pela legalidade da apropriação da terra e de seus recursos naturais, o valor simbólico do ato de *viver da terra* é acionado por esses atores como forma de construção de identidade, elaborada politicamente.

e Paulilo (2004) que ao desenvolverem investigações específicas na região sul do Brasil, demonstram que há diferenças de gênero na organização do trabalho nas famílias camponesas, onde o trabalho das mulheres adquire caráter de *ajuda*<sup>140</sup>, mesmo trabalhando tanto quanto homens e nas mesmas atividades que eles. Na construção social dos espaços o domínio da roça instituiu-se como espaço do masculino e o espaço da casa, da cozinha como fundamentalmente das mulheres, constituindo o espaço do lar como historicamente feminino, mesmo que as mulheres executem atividades ditas masculinas. Assim, *dentro e fora*, trabalho *pesado* e trabalho *leve* tornam-se classificações que associam os espaços e atividades às pessoas.

A valoração do trabalho, portanto, é atribuída utilizando o critério de quem a executa. Esmeraldo (2013, p. 240), ao analisar o aspecto simbólico do trabalho no campo, diz que “a labuta do homem é central para produzir a autoridade masculina [...] há uma ordem simbólica (moral) que se instala para reger o trabalho camponês e qualificá-lo de forma diferenciada e hierarquizada”. Tais exemplos permitem um entendimento da unidade social familiar camponesa que excede o caráter estritamente de unidade de produção, avançando nas discussões sobre as dinâmicas sociais que orientam esta unidade e a sua organização social.

A análise da dinâmica da unidade familiar (que elabora internamente estratégias de adaptações aos mais diferentes contextos sociais e econômicos) deve entendê-la enquanto relação de indivíduos, que destoa de um *todo coeso* de seus membros, há classificações hierárquicas e elas precisam ser problematizadas. Assim, por exemplo, ao analisar as relações entre homens e mulheres no campo e o estender dessas para o espaço público/político do sindicato rural é imprescindível perceber que essas relações não se restringem à fatores econômicos.

Considerar a dinâmica da unidade social familiar camponesa não implica numa afirmação de maleabilidade dos papéis sociais de seus membros. Brumer (2004) ao analisar a seletividade de gênero no processo migratório na agricultura familiar no Rio Grande do Sul, verifica que há uma incidência maior de emigração de mulheres jovens. Ela explica o maior índice de migração rural-urbana de moças jovens por diferentes aspectos, tanto econômicos quanto culturais. Dentre os elementos explicativos, encontra-se as “tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnicados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na

---

<sup>140</sup> O caráter de ajuda também é observado por Ferrante et al. (2013, p. 199). Ao estudar a vivência das mulheres nos assentamentos rurais, segundo ela, “há freqüentes reclamações das mulheres de que seu trabalho não é reconhecido”, por mais pesado que seja o trabalho das assentadas, ele não foge da representação constituída como *ajuda*.

comercialização dos produtos”. A posição subordinada da mulher na agricultura, exclusão das mesmas na herança da terra, o caráter de *ajuda* de seu trabalho são também apresentados como fatores desses índices.

Entende-se que essa mobilidade da unidade social familiar camponesa não acarreta a superação das posições e/ou lugares diferenciados e hierarquizados entre homens e mulheres, mas perceber as relações de forças, as tensões entre os membros, que excedem o plano familiar e são verificados na esfera do político/ público.

Sob diferentes denominações, de camponês a agricultor (a) familiar, esses indivíduos acompanham um processo político. Suas identidades são estrategicamente acionadas, norteando-se pelas mudanças históricas e sociais. Nesse capítulo apresentamos esses grupos, sujeitos sociais rurais do município de Pitanga, onde uma prática sindical se fez necessária, representando um conjunto de categorias com necessidades e objetivos diferentes, mas que se articulam na busca por um projeto político social para o campo que conceba os direitos e valores humanos como imprescindíveis.

O próximo capítulo investiga o espaço socioeconômico onde esses sujeitos estavam inseridos. A constituição do STRP e a utilização tática desse espaço pelas mulheres também é abordado.

## Capítulo III

### A REGIÃO SOCIOECONÔMICA: O SUJEITO SOCIAL CONSTRUÍDO, AS TRABALHADORAS RURAIS E O SINDICATO RURAL DE PITANGA

*Terra Brasilis, continente/Pátria mãe da minha gente/Hoje eu quero perguntar/Se tão grandes são teus braços, por que negas um espaço aos que querem ter um lar? /Eu não consigo entender/Que nesta imensa nação/Ainda é matar ou morrer/Por um pedaço de chão/Lavradores nas estradas/Vendo a terra abandonada/sem ninguém para plantar/Entre cercas e alambrados, vão milhões de condenados/a morrer ou mendigar/Eu não consigo entender/Que nesta imensa nação/Ainda é matar ou morrer/Por um pedaço de chão.  
(...) É preciso que a justiça e a igualdade/sejam mais que palavras de ocasião/É preciso um novo tempo em que não seja só promessa/repartir até o pão/A hora é essa de fazer a divisão.  
(Pedro Munhoz, Procissão dos Retirantes).*

#### 3.1 Os fios e as tramas: região geográfica e espaço praticado

As resistências dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região Central do Paraná evidenciam o dinamismo camponês. Na busca por autonomia social e política, papéis sociais de subordinação e secundarização foram contestados por esses sujeitos.

A compreensão sobre a mobilização desses homens e mulheres norteia-se pela concepção de um construto social, cujo processo histórico da posição camponesa e fatores externos tornam-se favoráveis à constituição de uma ação mobilizada. Nesse sentido, e compreendendo um sujeito que age, mas que também sofre a ação das circunstâncias e das conjunturas políticas, econômicas, sociais e históricas, os contextos à que esses trabalhadores(as) rurais estavam submetidos, naquela temporalidade específica, precisam ser abordados, assim como os discursos externos que favoreceram ou possibilitaram o processo de construção de uma organização política representativa e como mecanismo para tal, incidiram diretamente na constituição material e simbólica da consciência de classe entre estes.

A visibilidade social dada à participação política das mulheres e suas vivências cotidianas<sup>141</sup> orienta-se por necessárias reflexões acerca do contexto social, econômico e

---

<sup>141</sup> Para Certeau (1994) o cotidiano se compõe de diversas práticas ordinárias, inventivas e não seguem padrões impostos por autoridades políticas e institucionais. Nele há resistências miúdas e quase invisíveis, mulheres,



político das décadas de 1980 e 1990. São essas conjunturas e circunstâncias internas e externas que oportunizam e viabilizam a atuação dessas mulheres e orientam um projeto político conjunto para o campo, redimensionando, ou ao menos buscando, redefinir uma lógica social de tradições e práticas de submissão, de costumes e tradições excludentes.

Ao problematizar o contexto socioeconômico da região estudada, apresentam-se diversas interfaces de realidades concretas vividas, especificidades e desdobramentos que corroborarão na construção de demandas para a constituição de uma organização representativa institucionalizada. As dimensões sociais, políticas e econômicas da região central do Paraná influirão enquanto fatores que propiciarão um processo organizativo que abarcará diferentes categorias de trabalhadores e trabalhadoras rurais e diferentes reivindicações na luta social ali encadeada.

Compreender a dinâmica onde se desenrolam os processos e as lutas sociais rurais significa tomar o campo como espaço de movimento, de ressignificações de valores, de costumes e dos próprios sujeitos sociais. A operação de estratégias de luta passava por um programa de ação transformadora que extrapolava o caráter econômico, de supressão das desigualdades que havia no país nesse período e que exigia um constante clamor pela terra e por justiça social no campo, propunha também uma redefinição nas distribuições hierárquicas de poder nesses espaços, que considerasse e positivasse as diferenças internas deste grupo constituído, alterando as relações de poder no âmbito político e também nos espaços de convivência cotidiana da família camponesa.

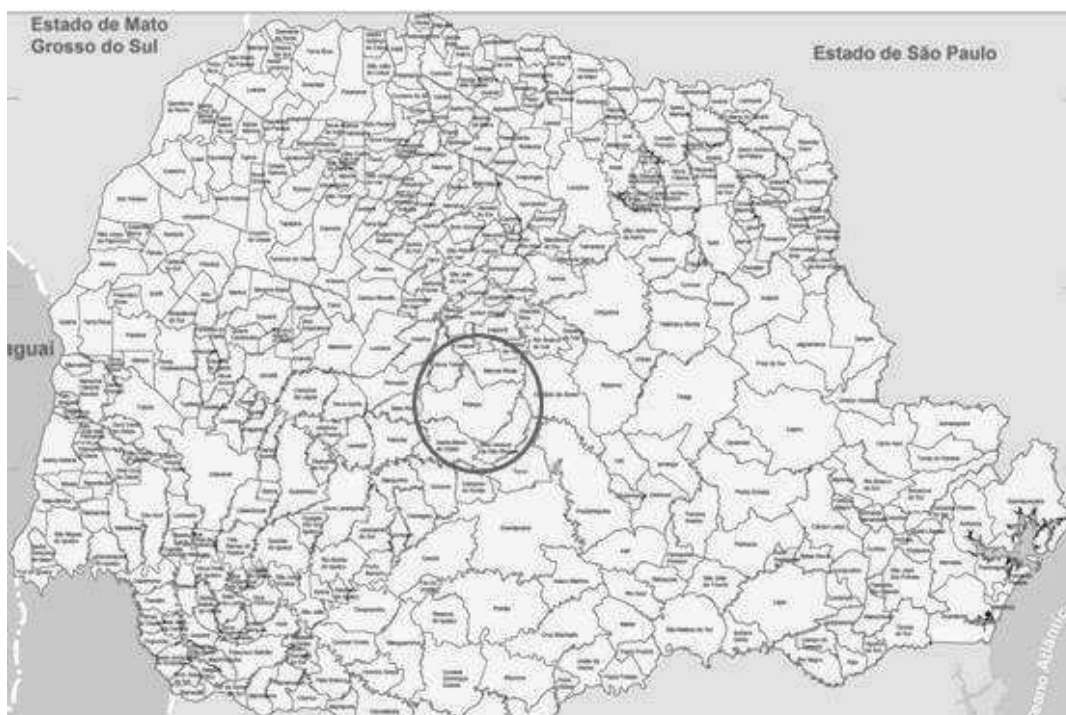
Não há intenção de realizar uma descrição detalhada da região geográfica em questão, mas sim inseri-la na discussão e contextualizá-la, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais e econômicos, pois se entende que a organização sindical apesar de inserida num contexto mais amplo, estava ligada principalmente ao local, pois a realidade vivenciada por esses indivíduos foi o impulsor que principiou organização e conferiu sentido à mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Entretanto, ao tratar das fontes dois problemas geográficos apresentam-se: o primeiro problema diz respeito à localização geográfica de Pitanga. Procurado no mapa o município encontra-se no Centro do Estado do Paraná, porém as fontes escritas indicam a localização do município como região Centro Oeste.

---

prisioneiros entre outros passam ater vozes e gestos constituídos. Ele pensa o cotidiano como lugar de invenção, pois pessoas comuns, anônimas e invisíveis possuem liberdade para elaborar suas práticas cotidianas, formando microrresistências, opondo-se as estruturas de dominação das instituições e dos poderes das mesmas. Driblam a opressão com táticas sutis e silenciosas.

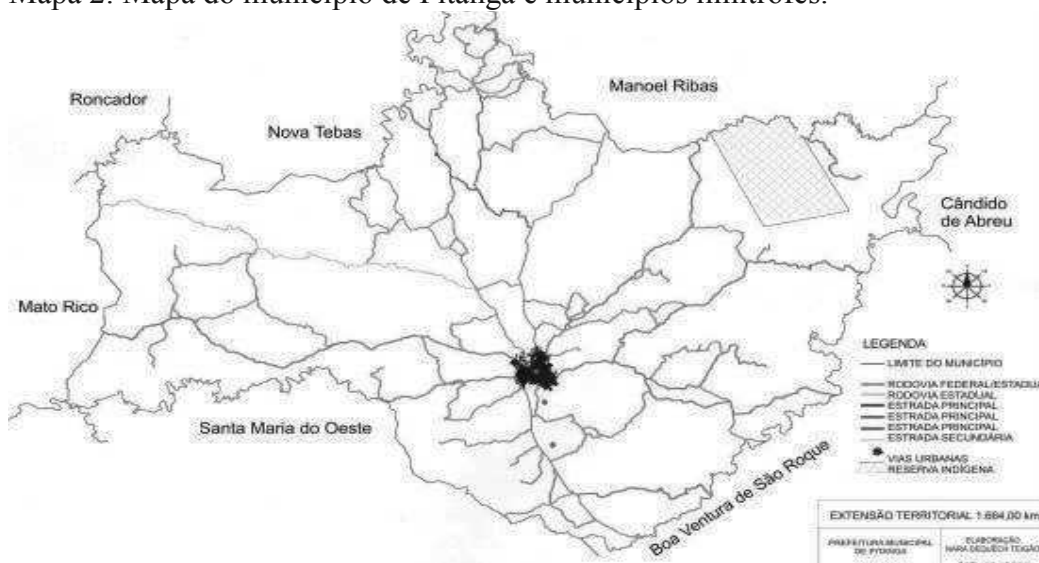
Anteriormente com uma extensão territorial abrangente, o município de Pitanga sofre, ao longo das décadas, um processo de encolhimento de sua área geográfica. O impasse entre a localização geográfica indicada pelas fontes e a atual ocorre justamente em virtude do processo de desmembramento de vários distritos político-administrativos, esse processo acaba por afetar a circunscrição geográfica e também as discussões do texto. No mapa temos a indicação da localização geográfica do município de Pitanga.

Mapa 1: Localização de Pitanga. Divisão Política do Paraná no ano de 2010.



Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e social (IPARDES), 2010.

Mapa 2: Mapa do município de Pitanga e municípios limítrofes.



Fonte: Eurich, 2012, p. 26.

Nossa interpretação caminha no sentido de alargar o campo geográfico, concebendo esse campo cruzado por forças simbólicas. O espaço físico não é concebido como palco, um lugar meramente onde as ações se desenrolam, mas expansivamente como local de práticas, segundo as concepções de Certeau (1994) de espaço praticado, produzido, constituído. Procura-se expandir a percepção do espaço geográfico enquanto cenário da atuação dos homens e mulheres do campo, portanto, estático, imóvel, concebê-lo cruzado por vivências cotidianas que o definem e o redefinem, formula e incorporam novos sentidos, o sentido do político no espaço tratado é entendido como o resultado de práticas espacializantes dos sujeitos.

Nessa concepção, diálogos interdisciplinares são sempre estimulantes e inspiradores, adquirindo relevância ao acrescentar novos horizontes ao conhecimento histórico, principalmente no que concerne à ação, atuação de sujeitos políticos em espaços constituídos. Articular o estudo sobre mulheres no interior do espaço sindical é um grande desafio, pois necessita de uma abordagem que considere a força estruturante da ação e da resistência e reconheça as condições concretas dos campos de ação desses sujeitos coletivos, travadas no cerne das contradições sociais, sem esquecer, porém, que esses sujeitos coletivos possuem individualidades, especificidades e heterogeneidades, transpassadas por relações de forças atuantes no cotidiano<sup>142</sup> rural e no espaço político sindical.

Nesse sentido, os campos de estudo sobre Mulheres e História Rural ou Agrária, consideradas aqui como imprescindíveis nas análises onde se articulam esses conceitos, apresentam pontos afins: constituem campos onde há a afirmação dos sujeitos sociais e trazem a reflexão crítica da relação ativa entre sujeito, ação e espaço. Assim, compreender os movimentos sociais rurais reclama constantes reflexões sobre a ação dos diferentes sujeitos sociais em conexão com as configurações de espaço e de poderes nele dividido.

Nessa reflexão, dialogar com as ciências sociais e com a geografia contribui e estimula nosso estudo. Santos (1996, p. 217) ao discutir a complexa relação entre ação e espaço, diz que o espaço liga-se à ação de forma direta, podendo estimulá-la ou limitá-la. Nessa concepção as configurações de espaço podem interagir positivamente ou negativamente com o campo da ação. Para o mesmo autor, o espaço geográfico é “ao mesmo tempo, uma condição para ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação”. Entende-se que, o movimento social rural configurado na região central do Paraná estava

---

<sup>142</sup> Apontamentos sobre a vida cotidiana, entre outros autores, são encontrados nos escritos de José de Souza Martins (2013). A abordagem proposta por ele busca escapar de estereótipos que persistem em acompanhar a expressão, relacionando-a a um vivido repetitivo, rotineiro e limitado ao viver no interior de uma habitação, o que na sua concepção empobrece o seu uso, visto que o desvincula do *acontecer* histórico.

intimamente relacionado à materialidade espacial, suas vivências cotidianas articuladas a esse espaço tornam possíveis à existência de um movimento político contestatório.

Como coletivo ativo visibilizado em busca de mudanças estruturais e simbólicas, os sujeitos sociais rurais diversos, como analisados no capítulo anterior, relativamente autonomizados, reinventam suas existências e configuram novas percepções do espaço. Sujeitos estes que, com grande habilidade avançam em campos de novos e dinâmicos papéis, buscando conciliar ou não seu lugar<sup>143</sup> tradicional. Esses sujeitos procuravam romper com as sujeições impostas, ressignificar as relações sociais e revisar os sentidos do e no *espaço cotidiano*, espaço esse carregado por complexas tramas de relações de poder. Concebe-se que, o *lugar* sindical em que esses sujeitos coletivos constituem-se, encontrava-se envolto por uma dinâmica complexa da relação entre espaço e poder. Objetivava-se mover, flexibilizar o que se encontrava legitimado e aceito como tal, modificar inclusive a relação de poderes no espaço familiar, tornando-o mais horizontalizado e democratizado, no que se refere às demandas das trabalhadoras.

A problemática das mulheres, em certa medida, entrelaça-se, opõe-se, complementa-se, aos interesses do coletivo rural. De modo geral, concebe-se ambos como movimentos sociais modernos que agiam no intuito de autonomizar os sujeitos, conferir autonomia e emancipação aos mesmos, modificando as formas de distribuição do poder nos espaços, tornando-as mais fluídas. Estudar os aspectos de constituição sindical rural, incorporando a problemática das mulheres trabalhadoras rurais é conceber o movimento, movimento da história, dos sujeitos. A reivindicação de seus direitos e igualdades formais, questões essas levantadas em virtude de sua participação nos sindicatos rurais, passa pela visibilidade das mulheres do campo.

A autonomia dos indivíduos passa pela construção social de sujeitos. A atuação desses homens e mulheres são tecidos numa materialidade territorial e simbólica, cujos processos, fatores discursivos institucionalizados, mudanças históricas, culturais e políticas constituirão mulheres e homens que contestarão o já estabelecido na década de 1980 e 1990. Um mundo oficial, com seus signos e significados, aos poucos vão inserindo-se no universo dos indivíduos, normatizando a própria concepção de sujeito e as formas conduta dos mesmos, ele passa a ser concebido como um sujeito institucionalizado, numa concepção que caiba na definição de cidadão e que, portanto, internalize a representação do Estado e da religião institucionalizada em seu processo de constituição.

---

<sup>143</sup> Entende-se a expressão *lugar* a partir dos apontamentos de Certeau (1994), como uma posição marcada pelo estável e, portanto, mais difícil de modificar ou ressignificar.

Ressalta-se que, apesar de constituído os sujeitos não são inanimados, ao contrário, são astuciosos em suas práticas de resistências, segundo os apontamentos de Certeau (1994) os mais fracos possuem inventividades e mobilidades táticas de enfrentamento ao mais forte. Sua forma política de agir, apropriando-se de discursos institucionalizados religiosos ou até mesmo do Estado, pode ser entendida como um mecanismo de resistência, um último recurso que não escapou à percepção desses homens e mulheres simples. Táticas silenciosas e sutis não deixam de ser táticas, num primeiro olhar vemos obediência aos discursos consagrados e legitimados, uma reflexão mais atenta aponta para uma apropriação como recurso de combate utilizando-se dos microespaços de poder. Seguindo as determinações discursivas institucionais, no seu interior, alcance-se de um lugar mais apropriado para os confrontos do jogo, possibilitando se não uma reversão das regras, ao menos inserir-se nas relações não igualitárias de poder, indicando, e aqui utilizando-se das concepções de Bourdieu (2000), uma constante busca por aquisição de poder simbólico suficiente para que se possa mudar e impor uma nova visão e divisão de mundo.

### 3.2 Região da contestação: a concentração fundiária e suas implicações

Operar com a noção de Regiões<sup>144</sup> é pensá-las multifacetada, pois a constituição de uma região envolve interesses, disputas que estão relacionadas com poder político, econômico, cultural, entre outros, não somente como uma região geográfica, física. É necessário pensá-la não como regiões fixas e evidentes, mas regiões do movimento, que produz movimentos e é produzida por eles, traçando fronteiras, dividindo e circunscrevendo territórios.

É importante para o processo de conhecimento, que o discurso historiográfico discuta, problematize e desnaturalize a concepção de regiões<sup>145</sup>. Evidentemente, pensar a

---

<sup>144</sup> A vivacidade da região é percebida por Albuquerque Jr (2008, p.57) na própria historicidade do conceito, segundo ele, a noção de região está ligada a área militar, “vem do latim *regione*, e nomeava originalmente uma área sob comando, que vem da palavra latina *regere*, de uma dada força militar, de uma legião romana, de um regimento”. No final da idade média a região passa a ser o território, área que está sob o domínio do rei, remete, portanto, a um espaço de luta, de conflito, sendo o resultado de uma conquista, está correlacionada a poder. As estratégias aí se desenrolam. “As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que a fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produtos de afrontamentos, de disputas de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, exclusão, em desterramento, em banimento” (ALBUQUERQUE JR, 2008, p. 58).

<sup>145</sup> É importante dissociar *Regiões* de *Regionalismo*, já que esse último age no sentido de reforçar a dominação, legitimá-la, tornando-se um saber a serviço do legitimado, do instituído. Albuquerque Jr (2008, p. 59) aponta para o perigo de o saber historiográfico tornar-se aprisionado pelo discurso da identidade. O discurso regionalista opera no sentido de estatizar e cristalizar ainda mais a região estabelecida, pois é amparado pelo dispositivo da

constituição dos limites das mesmas é diferente de pensar os acontecimentos no interior dessas fronteiras, servindo para legitimação, reconhecimento e relacionando-se à idéia de identidade regional. Pode-se inferir que, ao falar em regiões as relações de poder são trazidas para a discussão, o próprio conceito já carrega em si essa aproximação com o poder. A conquista, os conflitos, as disputas, o domínio, a subordinação estão ligados a ele. Desta forma, estudar a constituição sindical e a participação das mulheres nos sindicatos rurais é conceber duplamente regiões de conflitos, de rebeldias e principalmente de resistências, é colocar-se criticamente no combate às regiões já estabelecidas e institucionalizadas, é agir no sentido de desconstruir essas regiões de dominação, já que é o resultado de construções sociais. Contestando e desnaturalizando, nesse percurso novas regiões vão se revelando.

O estudo das regiões objetiva trazer para o campo historiográfico os conflitos e as atuações de grupos não incorporados ou insatisfatoriamente incorporados à região instituída e legitimada. A manifestação desses grupos age no sentido de contestar o já estabelecido, desnaturalizando o que foi reivindicado como natural e legítimo. Para Albuquerque Jr (2008, p. 58):

Falar em região é se referir aqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, aqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, aqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional. Falar em região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora: implica em jogar o jogo do pertencimento e do não pertencimento.

O que define o *dentro* e o *fora* de uma região? Quais são os critérios? Para Bourdieu (2000, p. 114) não se pode sustentar que existam critérios naturais que sejam capazes de fundamentar classificações naturais em regiões naturais, separadas por fronteiras naturais, sendo, as regiões, na concepção do sociólogo, resultados de construções sociais. Essa divisão social opera no sentido de separar o que *está dentro* do que *está fora*, o que é *bom* e o que é *ruim*, separando territórios, pessoas, grupos, definindo o *estrangeiro* e o *nacional*, fixando regras e traçando linhas retas. Infere-se, assim, que é o ato de autoridade que circunscreve uma região, tornando-a legítima, consagrando-a como natural, fazendo-a ser conhecida e reconhecido a, dividindo legitimamente o mundo social apoiado e firmado no poder simbólico (Bourdieu, 2000).

Problematizar-se-á, nesse estudo, as práticas daqueles que contestaram a região estabelecida, e atuaram no sentido de produzir, senão uma nova região, uma percepção

---

identidade, logo, a preservação de tradições, de costumes, de fortalecimento de *raízes regionais* são discursos amplamente difundidos por historiadores regionalistas, para eles, a região é um espaço vencido, subordinado e estático, não conflituoso, não havendo possibilidades de contestação e ação, reforçando, assim, a dominação já existente. Entende-se que, a História Regional monumentaliza, a História das Regiões desconstrói.

diferenciada daquela que não os inseriu. A região de atuação de trabalhadores(as) rurais demonstra que, as regiões são lugares de enfrentamentos políticos, espaço de lutas, de estratégias, que permite exercícios de descontentamento dos sujeitos. Criar regiões dentro de regiões é evidenciar a diferença, construir um subgrupo dentro dos grandes grupos, definir novas fronteiras, contestando as legitimadas e institucionalizadas. Os homens e mulheres aqui analisados são produtores de novas regiões no espaço sindical e rural, como um todo.

A proposta de sujeitos sociais politizados e suas ações, problematizadas ao pensar o contexto sócio econômico do município de Pitanga da década de 1980 e 1990, a partir da perspectiva do sujeito construído socialmente. Anteriormente à constituição do STRP e paralelamente ao processo constituidor, observa-se um contexto histórico favorável a uma concepção e entendimento de um tipo de sujeito. Poder-se-ia, portanto, inferir na idéia de uma construção política e religiosa de sujeitos, visto que diferentes discursos institucionalizados, anteriormente e ao longo das décadas de 1980 e 1990, apontavam positivamente para tal.

Precedente à instituição do Sindicato, um material desenvolvido pela Secretaria Especial do Estado para Assuntos Comunitários circulava no município. Tal documento indicava, como ponto central de reflexão, a idéia do trabalho comunitário, o homem enquanto ser social era a sua base, produzindo a concepção de comunidade, união, onde o indivíduo para ser considerado cidadão, deveria agir, mas não de modo individual, pois a concepção de homem integral apresentada dizia respeito àqueles que lutavam pelo bem-estar de todos.

É hora de profundas transformações. Mas isso só irá acontecer na medida em que se multiplicar, no meio do povo, os agentes de mudança [...] Cristãos, não cristão, grupos políticos, todos precisam desenvolver uma ação bastante aberta e ecumênica para perseguirem com segurança e firmeza aquilo que for melhor para ajudar a melhorar a vida do povo<sup>146</sup>.

Além de um caráter político visualiza-se também um viés religioso nestes escritos. O Caderno de Assuntos Comunitários é, antes de tudo, o resultado de um programa político que visava integrar o Estado ao município e o município ao indivíduo e/ou aos grupos.

A experiência de mutirões, na construção de casas populares, na instalação de redes de eletrificação rural, na implantação de microssistemas de água, na recuperação de escolas rurais, e em outros projetos voltados às populações carentes, tem sido salutar, não só para despertar a consciência política do nosso povo mas para aprofundar o conhecimento de duras realidades, às vezes mais dramáticas do que espelham os relatórios dos estudiosos e analistas do quadro social em que vivemos<sup>147</sup>.

<sup>146</sup> AUGUSTI, Pe. José Eduardo. *O Agente Comunitário*. In: Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984. p. 29. Disponível no STRP.

<sup>147</sup> PARANÁ. José Richa – Mensagem a Assembléia Legislativa. Curitiba: Imprensa oficial, 1985. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1985\\_Jose\\_Richa.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1985_Jose_Richa.pdf)> Acesso em: 07 ago. 2014.

No âmbito estadual a justificativa apresentada era de que a experiência de mutirões e o trabalho comunitário democratizavam as estruturas de poder ao garantir a participação das comunidades nas instâncias que lhes diziam respeito. Diante dessa perspectiva, o prefeito municipal de Pitanga, em 1984, lança o programa *Tempo Novo - Reconstrução 1*, tendo como finalidade a reconstrução, construção e reforma de 96 escolas municipais rurais, mobilizando assim, cerca de 15 mil pessoas<sup>148</sup>.

Utilizando-se também de aspectos religiosos, o Caderno de Assuntos Comunitários, no terceiro dos sete capítulos, intitulado *O Agente Comunitário*, Pe. José de Augusti enfatiza a importância de multiplicação dos agentes, denominados por ele de *agentes de mudança*. Para ele o agente comunitário era aquele que tinha três compromissos: 1) Com a organização do povo; 2) Com o avanço da democracia; 3) Com a transformação da sociedade<sup>149</sup>. Ligado às questões políticas e sociais, Padre José de Augusti estava vinculado ao Centro de Capacitação de Agentes Comunitários (CECAMO), órgão religioso apontado como um dos responsáveis pela organização que culminaria na instituição do STRP<sup>150</sup>.

A partir desses pressupostos, é possível apontar dois principais pontos: a) é inegável a influência política do Estado na formulação da concepção do *homem social*. Como dito anteriormente, o proposta aqui apresentado é a do sujeito construído, transpassado por diferentes discursos. No ano de 1984, evidencia-se a influência do Estado do Paraná, no incentivo à organização comunitária, sejam elas: Associação comunitária, cooperativas, associações e até mesmo organização sindical; b) O sujeito atuante no sindicato reflete diferentes discursos: partidários, ideológicos e principalmente religiosos. Segundo Orlandi (1999, p. 17), “o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por/para os sujeitos”.

A influência discursiva da Igreja Católica é evidenciada nas palavras de Dom Hélder Câmara, bispo católico conhecido por suas ações no campo social e político em defesa de grupos sociais marginalizados. Convidado ao Paraná para falar sobre organização comunitária e mudança social em 1984, seu discurso, transcrito e publicado no Caderno de Assuntos Comunitários, evidencia a inserção da Igreja Católica nas questões sociais, incentivando a participação ativa dos indivíduos na sociedade ligada aos projetos religiosos.

<sup>148</sup> BOMFIM, Antenor Ribeiro. **O Mutirão de Pitanga: Exemplo a ser imitado**. In: Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984, p. 22. Disponível no STRP.

<sup>149</sup> AUGUSTI, Pe. José Eduardo. **O Agente Comunitário**. In: Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984. p. 30. Disponível no STRP.

<sup>150</sup> A história da caminhada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga. **Pedido de Ajuda: Prezados companheiros de luta da CERIS**. 01 de novembro de 1984, p. 1. Disponível no STRP.



Que ele *Deus* nos ajude a criar o mundo e que não aja alguns com a supervida e outros com a vida subhumana [...] Bem, aí tem havido muita coisa bonita, por exemplo, quando a gente descobre a diferença entre trabalhar para o povo e trabalhar com o povo. Quando a gente trabalha para o povo nós somos os inteligentes, nós temos as idéias, nós temos os projetos, nós temos o prestígio e temos a grana. E vamos então ajudar aquele pobre povo. Agora, quando a gente trabalha com o povo é diferente, porque a gente acredita que mesmo quem não sabe ler e escrever sabe pensar. E se nós perguntarmos soluções, ali para aquela área deles, sabem dizer direitinho [...]. Eu sei que aqui também no Paraná tem havido experiências e está havendo esse esforço para trabalhar com o povo, acreditar no povo, mas ainda falta muito a caminhar (grifo nosso)<sup>151</sup>.

A citação acima aponta para um discurso religioso ligado à base popular, indicando uma aliança à um projeto político vinculado ao povo. A reunião de diferentes escritos num mesmo documento demonstra a compatibilidade do discurso político do Estado com os setores progressistas da Igreja Católica nos anos finais da ditadura brasileira, evidenciando uma frente de redemocratização e o estímulo à organização e o trabalho comunitário. Segundo Corso (2012, p. 18), Dom Helder Câmara representava o que havia de mais progressista na igreja católica. Portadora de historicidade e de discursos que influirão na formação do indivíduo sindical, a doutrina social da igreja católica, mais precisamente a Teologia da Libertação, será analisada de modo mais amplo, abaixo.

A constituição constante de um sujeito social mobilizado politicamente estava, ao longo das décadas de 1980 e 1990, circundada e fundamentada pela concepção de homem, trabalhador, indivíduo humano, logo, o sujeito constituído ao longo dessas décadas era um sujeito objetivado por discursos institucionalizados. A concepção de sujeito da Teologia da Libertação objetivava articular o sujeito espiritual ao sujeito político, construindo a idéia de um sujeito dinâmico. Os escritos teóricos de Leonardo Boff, um dos maiores teólogos da libertação, largamente revisitado nas discussões sindicais, procuravam ligar o sujeito religioso à militância política, nas suas palavras, “cada ser humano, homem e mulher, jovem ou adulto, é sujeito de direitos alienáveis. Todos por sua participação podem e devem ser construtores de seu destino pessoal e coletivo”<sup>152</sup>. Ideais de liberdade, autonomia e criatividade eram amplamente difundidos pela Comissão Pastoral da Terra no espaço sindical rural, essa bandeira *libertadora* do indivíduo passava pela libertação da classe rural oprimida e

<sup>151</sup> CÂMARA, D. Helder. *Palestra de Dom Hélder Câmara*. Realizada em 14 de junho de 1984. In: Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984, p. 57-58. Grifo nosso. Disponível no STRP.

<sup>152</sup> BOFF, Leonardo. *A Mística: o Sentido Sócio-Político*. Jornal Sem Terra. Maio de 1993. Disponível no STRP.

marginalizada, era necessário um sujeito em movimento, militante político, para que se enfrentassem as forças opressoras e transformasse as relações sociais no campo.

Para a Teologia, a militância não podia estar dissociada da Mística, pois para a finalidade de atuar politicamente era necessário um motor para as ações dos atores sociais, na concepção de Boff, a mística consistia “num conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças ou que inspirem práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades [...]”<sup>153</sup>. Segundo os apontamentos de Corso (2013, p. 86), “a mística da CPT estava centrada na terra”<sup>154</sup>. A mística daria ânimo e justificação à causa dos trabalhadores(as) rurais, ela por si só não legitimaria as ações políticas desses indivíduos, mas ligada a uma concepção institucionalizada de religiosidade defensora dos injustiçados, oprimidos e marginalizados, conferiria sentido existencial ao indivíduo e sentido político para a ação coletiva.

As idéias por si mesmas não mudam a realidade concreta, nem a história se faz por si mesma. A história é conservada, reformada ou transformada na medida em que existem atores sociais [...] os avanços que alcançamos tem sim uma significação social e política, mas também eterna, pois são antecipações do reino que começa aqui, mas que possui uma inscrição no mundo de Deus<sup>155</sup>

De modo geral, os pressupostos teóricos e discursivos da Teologia indicavam que a história e a sociedade estão em movimento e são as ações humanas que as movem. O discurso de recusa em aceitar uma situação dada e vontade de modificação do estabelecido eram pressupostos constantemente disseminados e internalizados pelos homens e mulheres ligados ao Sindicato Rural e às associações de base, distribuídas pelo interior do município. A disseminação desses pressupostos emanava principalmente dos setores ligados à Igreja Católica, que chegavam com relativa facilidade aos homens e mulheres do campo.

Além da CPT, a CUT, como analisado no capítulo anterior, atuava diretamente na formulação e sementeira dessa concepção de sujeito, nas palavras de Arruda: “Que trabalhadores queremos formar? [...] essa pergunta é fundamental para situar o marco mais geral do desafio da formação e nos coloca, de imediato, a questão da libertação e emancipação

---

<sup>153</sup> BOFF, Leonardo. **A Mística: o Sentido Sócio-Político**. Jornal Sem Terra. Maio de 1993. Disponível no STRP.

<sup>154</sup> Dando prioridade às lutas coletivas, até o ano de 1993, o STRP, desenvolvia uma política social articulada às lutas dos trabalhadores Sem Terra. A legitimação da busca pela terra acontecia pelo viés discursivo religioso da CPT, amparada pelos pressupostos da Teologia da Libertação.

<sup>155</sup> BOFF, Leonardo. **A Mística: o Sentido Sócio-Político**. Jornal Sem Terra. Maio de 1993. Disponível no STRP.

dos trabalhadores, que é um projeto e um ideal que propomos”<sup>156</sup>. A formação dos trabalhadores é evidenciada no escrito discursivo Cutista do ano de 1988, mas revela uma concepção de sujeito que norteava o Projeto político de desenvolvimento. Utilizando-se amplamente dos escritos do filósofo e economista Marcos Arruda, a CUT desenvolveu no STRP um extensivo trabalho educativo de formação de sujeitos.

O projeto de libertação e emancipação tem como base uma proposta que é oposta à realidade do trabalhador hoje. A realidade dele é fracionada, desarticulada e alienada, e a proposta é de reintegração e de superação, no sentido mais dialético dessa idéia, ou seja, não é destruir o velho, mas dar um salto sobre ele, integrando ao que do velho pode servir ao novo. O novo não nasce do nada; nasce do velho ou até da sua morte. A dialética é isso: descobrir a vida dentro da morte. Esse salto da criação do novo significa a superação das alienações, e superá-las significa visualizar um ser humano integral [...] Entendemos a formação voltada para a autonomia e para o objetivo de tornar os trabalhadores sujeitos da sua existência individual, coletiva e social, e não objetos de outra pessoa ou de outra classe, nós temos de propor primeiramente que seja uma formação de sujeitos [...] O mundo não se apresenta como unidade, mas intuimos que há uma unidade por trás do mundo diversificado que vemos. Um dos maiores desafios da educação é atravessar a barreira da diversidade e descobrir essa totalidade que existe no universo, da qual nós somos parte [...] O projeto de educação integral faz parte de uma visão de mundo que chamamos de filosofia da práxis. Ela pretende viabilizar a capacidade do trabalhador de pensar e agir com autonomia a partir das suas próprias forças, recursos e capacidades potenciais. Significa torná-lo cada vez mais um ser humano autônomo, não só individualmente, mas também enquanto classe social e enquanto povo<sup>157</sup>.

A perspectiva aqui formulada aponta para uma evidente influência dos pressupostos marxistas nestes escritos. As concepções de realidade, totalidade, sujeito completo, ser humano integral do documento, sugere um projeto Cutista de homem que comporia uma nova sociedade, o novo entendido, binariamente por oposição ao velho, contrário ao modelo capitalista alienante e fragmentador da realidade. Na concepção de Arruda, “o trabalho educativo, na verdade, lida todo tempo com uma utopia, no sentido de um projeto de ser humano que não existe ainda, mas que nós sabemos que pode existir”<sup>158</sup>.

A proposta de sujeito político e histórico incorporado e disseminado pelo STRP era formulada pela influência discursiva do projeto da CUT. Nesse sentido, é a existência de um aparelho e de um porta-voz que leva a falar em classes. Bourdieu (2000, p. 139) ao censurar o marxismo, no que diz respeito à concepção de classe, diz que essa esconde ou faz desaparecer

<sup>156</sup> ARRUDA, Marcos. **A formação que interessa a classe trabalhadora: Que trabalhadores queremos formar?** Forma e Conteúdo, CUT, nº1, 1988, p. 24. Disponível no STRP.

<sup>157</sup> ARRUDA, Marcos. **A formação que interessa a classe trabalhadora: Que trabalhadores queremos formar?** Forma e Conteúdo, CUT, nº1, 1988, p. 24. Disponível no STRP.

<sup>158</sup> ARRUDA, Marcos. **A formação que interessa a classe trabalhadora: Que trabalhadores queremos formar?** Forma e Conteúdo, CUT, nº1, 1988, p. 23. Disponível no STRP.

as questões mais importantes, entende-se o desaparecimento do sujeito em detrimento da classe. Para ele os agentes são dotados de ação própria, porém, em nome de uma definição teórica de classe, destinam aos seus membros, os porta-vozes<sup>159</sup>, os fins mais conformes aos seus interesses.

### 3.3 O contexto socioeconômico de Pitanga: O (sobre)viver no campo nas últimas décadas do século XX.

A seleção de lembranças dos eventos e das experiências individuais de uma das entrevistadas, que resultam do seu passado, de suas vivências e de suas relações e contatos com grupos próximos a ela, em sua comunidade e no próprio sindicato. Suas memórias estão estreitamente ligadas a um círculo de pessoas e circunstâncias comuns. A narrativa seguinte, sobre as questões de saúde pública, indica contextos de um viver no campo na década de 1980 e anterior a ela.

P- Como eram as condições de saúde nessa época?

R- [...] nossa, era terrível, morria muita gente, sabe? Muitas crianças, idosos, eram muitos que morriam, não tinham amparo nenhum, porque tinha a aposentadoria, que era meio salário<sup>160</sup>, mas isso não dava para comprar nada, sabe? Então, a situação dos idosos era muito ruim também, aí depois mais tarde também foi uma conquista o salário do trabalhador rural. A saúde era uma briga, direto! Quando você conseguia chegar o atendimento era muito ruim, então assim, se você tinha alguma pessoa que morava lá na cidade,

<sup>159</sup> Esses porta-vozes, denominados por Bourdieu (2000, p. 154-155, grifo no original) de *dominados entre os dominantes* oferecem aos dominados os meios para constituírem suas visões de mundo e a defesa de seus interesses em instrumentos institucionalizados de representação, como organizações sindicais e partidos, onde a lógica da luta induz a provar sua representatividade frente aos demais ou preocupar-se em mobilizar votos ou mandatos. Recorre-se a conceitos como o de “classe operária”, “povo” ou “trabalhadores” para fazer o grupo conhecido e reconhecido, mostrando sua força, ou seja, colocar sua existência em evidência ou “fazer existir”. Na lógica sindical, por exemplo, o presidente do sindicato é incumbido de “fazer o grupo”. A perspectiva do sindicalismo rural exemplifica esse processo a partir das lideranças sindicais, estas que atuam como *representantes* dos trabalhadores rurais apropriando-se de determinados discursos e os disseminando. A representação das lideranças no processo de constituição do sindicalismo rural torna-se relevante diante desse processo de instituição de classes. Silva (2009, p. 93, grifo nosso), ao analisar a constituição da carreira do dirigente sindical no Paraná, enfatiza nas tensões relativas à prática da direção sindical, principalmente relacionadas ao dirigente sindical, na sua condição de porta-voz de uma coletividade. Silva (2009, p. 104), fala de uma metamorfose do sujeito em porta-voz do grupo, ou seja, o líder deveria demonstrar renúncia de sua individualidade, num processo desindividualização, devendo despir-se de todo interesse, e quando mostrava-se deveria ser idêntico aos interesses da “classe”, misturar-se a eles. A modéstia estampada demonstrava o interesse de melhor servir à *classe*. Moralmente condenada a demonstração pública de ambição pessoal deveria ser ocultada, dissimulada. “Despido de sua individualidade, cessa de ser ele mesmo para se tornar a personificação do grupo. Como em uma sessão de encantamento social, onde o “possuído” se contenta em repetir a voz da coletividade”. Novas maneiras de falar evidenciam essa transmutação, ou *eu* torna-se *nós*. Assim, o presidente do sindicato passa a exprimir-se em nome da categoria, como se ele próprio fosse essa categoria.

<sup>160</sup> A constituição de 1988, além de garantir os direitos previdenciários às trabalhadoras rurais, como aposentadoria, licença maternidade remunerada, entre outros, beneficiou também os homens do campo, reduzindo a idade para aposentadoria de 65 para 60 anos, além disso, instituiu o valor mínimo para aposentadoria de meio salário, para um salário mínimo.

mais ou menos um líder, um conhecido daquele médico ou de alguém lá, era atendido, porque alguém conhecia você, mas se viesse um pobre coitado, morria na porta do hospital, nem entrava pra dentro. Era muito ruim.

P- E a educação, como era?

R- Educação era trágica, né? Porque para você ter uma ideia, quando nós fomos para lá (Rio Bandeira) dar aula, eu e a Rosilda, a Rosilda foi antes que eu, ela começou a organizar. Aí para você ter uma idéia, era bastante alunos, nós tínhamos 5 turmas com 25 alunos cada uma. E essa era a realidade de praticamente todas as comunidades, todas as comunidades eram assim, o número de alunos era bastante. Quando se conseguia uma pessoa que tivesse mais ou menos a vontade de trabalhar mesmo, ajudando aquele povo, se conseguia várias conquistas. Era pouca gente que sabia ler e escrever [...] <sup>161</sup>.

Há razões que levam os indivíduos a construir suas memórias de determinado modo e a expressá-las de diferentes maneiras. As histórias da vida da entrevistada revelaram-se ricas em detalhes sobre o viver no campo no período pesquisado. Ao realizar uma retrospectiva de seu passado, obviamente afetada pela nostalgia e por versões coletivas construídas, as recordações de Zenóbia possibilitam a construção de um imaginário social das condições sociais e econômicas dos homens e mulheres do campo.

O Caderno de Assuntos Comunitários também fornece informações importantes sobre o contexto socioeconômico do município de Pitanga na década de 1980, inclusive no que diz respeito à questão agrária deste. Segundo a fonte, na década de 1980, Pitanga era “o segundo município do Paraná em extensão territorial, com uma superfície de 4.562 km<sup>2</sup> e 192 comunidades rurais” <sup>162</sup>. Apesar de sua extensão, alguns problemas fundiários são verificados, sobretudo no que diz respeito à distribuição de terras. Em 1984, ano da constituição do STRP, o Caderno de Assuntos Comunitários indica os seguintes dados sobre a distribuição de terras na região:

[...] 54% dos estabelecimentos agrícolas tem até 10 hectares, mas compreendem apenas 8,9% de toda a área do município; 17,7% tem de 10 a 20 hectares, e compreendem apenas 8,45; e 16,7% tem de 20 a 50 hectares, e compreendem apenas 17,6 da área do município. No entanto, 0,2% dos estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000 hectares compreendem 14, 2% da área total do município; e 1,4% com 500 mil hectares compreendem 10,3% <sup>163</sup>.

<sup>161</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>162</sup> BOMFIM, Antenor Ribeiro. **O Mutirão de Pitanga: Exemplo a ser imitado**. In: Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984, p. 22. Disponível no STRP.

<sup>163</sup> BOMFIM, Antenor Ribeiro. **O Mutirão de Pitanga: Exemplo a ser imitado**. In: Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984, p. 22. Disponível no STRP.

A passagem acima aponta para o problema da concentração de terras, pois as pequenas propriedades somavam mais da metade das propriedades agrícolas do município, porém ao considerar a área total, observa-se que elas ocupavam uma pequena superfície territorial, entretanto, as grandes propriedades ocupavam grande extensão do território. Constata-se um processo de concentração acentuada da propriedade rural em Pitanga, delineando um quadro fundiário díspar, onde uma minoria de proprietários concentrava grande parte das terras e da renda. Para Pires (2009, p. 275), a dominação política da grande propriedade no Paraná é histórica e perpetuou-se no Estado. Além da acentuação da concentração da propriedade rural, outros problemas sociais são evidentes. A realidade sócio econômica da região estava vinculada à um projeto político para o campo altamente elitista e excludente, ligado ao que denominou-se de Modernização da Agricultura.

Palmeira (1989) ao discutir sobre a modernização da agricultura e da função do Estado na implementação de políticas excludentes no campo utiliza-se da expressão efeitos perversos. Para ele, a modernização agrícola acentuada, iniciada nos anos finais da década de 1960, além de aumentar as disparidades de renda, acentuou o êxodo rural e a exploração do trabalho no campo, piorando a qualidade de vida e aumentando a concentração da propriedade da terra, por isso, segundo ele, utiliza-se a expressão modernização conservadora, pois o processo privilegiou somente alguns setores do campo brasileiro. De modo geral, os efeitos desse projeto são visualizados na região, entende-se que os problemas socialmente vivenciados por esses trabalhadores e trabalhadoras do campo estavam inseridos num amplo contexto político e econômico do país e em processos sociais mais abrangentes, iniciados em anos anteriores à configuração da organização sindical. A concentração fundiária e de renda em Pitanga é anterior ao processo de modernização agrícola. Nossa leitura, sugerida pelas narrativas das fontes, é que a modernização das técnicas de produção acentuou esse processo, resultando na expansão das grandes propriedades e na exclusão social de grupos desprivilegiados.

Nesse cenário, a possibilidade de sobrevivência de pequenos proprietários, posseiros, meeiros e outras categorias de trabalhadores rurais exigia uma organização que atuasse especificamente nas questões econômicas. Desse modo, alguns anos após a constituição do STRP, é criado em 1989, a Associação de Integração dos trabalhadores do Campo e da Cidade, denominada ASSITEC, tal associação atuava nas questões econômicas, principalmente organizando a produção e a comercialização dos produtos agrícolas de seus associados, buscando novas alternativas nessa área.

Ao retratar a história da organização política no município de Pitanga, o relatório da Associação assim define a ASSITEC: “é uma associação municipal, ligada a uma organização que está sendo estruturada a nível regional”<sup>164</sup>. A fundação da associação era o resultado do trabalho de base do STRP. Formada por diversas pequenas associações comunitárias e grupos organizados nas comunidades do interior do município, tais associações e grupos, quando não constituídos a partir da instituição sindical, apresentavam conexões com esta, visto que possuíam interesses em comum. A criação de uma associação que representasse a todos, no campo econômico, a nível regional, fortalecia-os na busca por melhorias nas suas comunidades rurais.

A ASSITEC trabalhava nas questões econômicas, procurando aumentar as possibilidades de os camponeses e outras categorias de trabalhadores(as) rurais permanecerem no campo. Ao apresentar as justificativas técnicas para o seu projeto econômico, o relatório da Associação aponta como prioritárias as medidas relacionadas ao mercado.

Pela Consolidação das Leis Trabalhistas, um sindicato não pode atuar na área econômica. Mas os preços baixos dos produtos da lavoura e os altos preços dos produtos de consumo nas lojas e supermercados são dificuldades que as famílias enfrentam diariamente [...] Com a colaboração dos sócios e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga, a ASSITEC, construiu uma sede, medindo 12x8m<sup>2</sup>, onde funciona um pequeno mercado com gênero de primeiras necessidades e venda direta aos consumidores de alguns produtos agrícolas. O primeiro trabalho da ASSITEC, após a fundação foi o repasse de sementes de milho a base de troca para os sócios. Foi possível repassar, sem prejuízo econômico para a associação, com uma margem de lucro menor que as cooperativas e empresas maiores. Para aumentar a escala de rotatividade das mercadorias, se articulou a Associação de Turvo, Nova Tebas, Pinhão e começaram a comprar em conjunto as mercadorias de maior giro. Com a compra conjunta é possível se obter a quantidade necessária para comprar diretamente da indústria, onde os preços são de 10 a 15% mais baixos que o preço dos atacadistas. A ASSITEC está se articulando com essas entidades para poder adquirir estas mercadorias por um preço menor. Hoje é comprado em conjunto: farinha de trigo, óleo, açúcar e arroz. A proposta de comercialização direta entre todas as associações da região: Turvo, Nova Tebas, Pinhão, Pitanga e Laranjeiras do Sul, é para se organizar todas as compras e vendas em conjunto para podermos melhor competir no mercado<sup>165</sup>.

A ASSITEC, enquanto órgão representativo das associações e grupos comunitários rurais buscava fortalecer o campo através de articulações com outros setores organizados dos municípios vizinhos. A constituição de associações de cooperação agrícola era o reflexo de

<sup>164</sup> Relatório ASSITEC. **História do Movimento Popular de Pitanga: Histórico da ASSITEC**. Dezembro de 1989, p. 3. Disponível no STRP.

<sup>165</sup> Relatório ASSITEC. **História do Movimento Popular de Pitanga: Histórico da ASSITEC**. Dezembro de 1989, p. 1-4. Disponível no STRP.

uma política agrária excludente; era uma resposta concreta às necessidades dos trabalhadores(as) da região. A própria constituição do STRP tem suas origens ligadas às dificuldades dos trabalhadores com a produção e comercialização. A ASSITEC, enquanto órgão representativo, possuía como objetivos principais a organização da comercialização dos produtos e compra de produtos de seus associados, garantindo informações sobre o funcionamento do mercado e desenvolvendo ações que promovessem um aumento da renda desses trabalhadores através de produções alternativas e capacitação técnica dos mesmos.

No ano anterior à construção do mercado comunitário, o projeto da ASSITEC para a criação do supermercado aponta os seus objetivos:

*Objetivo geral:* Criar infraestrutura necessária para que os trabalhadores rurais possam vender a sua própria produção diretamente aos consumidores reduzindo os custos e aumentando o lucro. *Objetivos específicos:* vender os produtos de consumo por um preço justo; garantir que o lucro seja destinado aos próprios produtores; diminuir a exploração pelos intermediários do município; comercializar os produtos básicos dos produtores organizados em grupos; criar um ponto de encontro para formação, educação e troca de experiências (grifo nosso)<sup>166</sup>.

A compra e a venda organizada em conjunto pelos trabalhadores(as) é entendida como uma estratégia camponesa de manutenção das famílias no campo; uma operação tática utilizando-se de um meio disponível visando garantir objetivos específicos. Antes mesmo da formulação do projeto da ASSITEC, há indícios de que comprar em conjunto dos atacadistas e das indústrias da região não era algo novo, era antes uma prática comum dos trabalhadores(as) rurais, portanto, a ação conjunta organizada acontecia antes da constituição do STRP, e viria fortalecer e articular essa prática à outras conjunturas institucionalizadas. A permanência e a sobrevivência dos trabalhadores(as) no campo era ameaçada em virtude da exploração realizada pelos comerciantes da região, segundo o projeto para construção do supermercado conjunto, em função de “não haver concorrência entre os supermercados já estabelecidos, os comerciantes acabam aplicando preços de 30 à 50% acima dos preços de custo”<sup>167</sup>.

O preço abusivo cobrado pelos produtos de compra e o baixo valor dos produtos agrícolas de venda, faz com que os agricultores, através da ASSITEC, organizem-se e criem um supermercado próprio cujo sistema de venda, denominado *venda no balcão*, garantiria a flexibilidade do mercado na região. A construção do galpão visava atender 250 famílias espalhadas pelo interior do município, além disso, a proposta era de que ao estimular a

<sup>166</sup> ASSITEC. **Investimentos: Projeto Supermercado ASSITEC- Pitanga**, 1988, p. 1. Disponível no STRP.

<sup>167</sup> ASSITEC. **Investimentos: Projeto Supermercado ASSITEC- Pitanga**, 1988, p. 2. Disponível no STRP.



concorrência com os supermercados estabelecidos no município e na região, os preços dos produtos, de modo geral, seriam reduzidos. O esperado era que a constituição de uma concorrência estimularia um tipo de comércio mais justo que beneficiasse os trabalhadores do campo e os residentes na cidade<sup>168</sup>.

O projeto era tecido em normas de reciprocidade. O objetivo era coibir a exploração e o lucro dos comerciantes sobre os produtores pobres. A noção de economia moral, elaborada por Thompson (1998), auxilia na compreensão dessa ação. Em seu ensaio sobre a economia moral da multidão inglesa no século XVIII, o historiador evidencia o confronto entre dois tipos de economia: a economia do *livre mercado* e a economia baseada em valores de justiça social. Os motins de fome<sup>169</sup>, ação popular direta provocada por aumento de preços, pela fome e procedimentos injustos dos comerciantes, estavam imbuídos na crença de que esses grupos estavam defendendo direitos tradicionais, baseados em costumes. De forma análoga, é a noção de *preço justo* que orientou a intervenção dos trabalhadores(as) rurais de Pitanga. Sentindo-se desrespeitados, há um consenso popular – referendado em costumes e numa lógica oposta à nova economia política – de que eram necessárias ações baseadas em referências morais que respaldavam a obrigação social da economia.

Dentre os objetivos do projeto de criação do mercado comunitário também encontram-se aspectos relacionados à *formação* desses trabalhadores, assim como o Sindicato rural, a ASSITEC possuía um discurso forte com relação à conscientização da ideia de classes. Havia um apelo incisivo no sentido de despertar a consciência de união de classe. Em 1984, no mesmo ano da constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, este apresentando dificuldades financeiras para o trabalho sindical básico, há um apelo ao CERIS, órgão oficial ligado à Igreja Católica e responsável por questões práticas relacionadas aos problemas econômicos dos movimentos populares. Nesse pedido de ajuda financeiro há o apontamento das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores(as) rurais do município e indica uma porcentagem bastante alta de trabalhadores do campo, segundo o documento, cerca de

---

<sup>168</sup> Associação de Integração dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. **Investimentos: Projeto Supermercado ASSITEC- Pitanga**, 1988, p. 1-2. Disponível no STRP.

<sup>169</sup> Perrot (2012, p. 146-147) assim define esses motins: “são verdadeiras invasões das feiras, dos caminhos, das estradas, dos moinhos que visam aqueles que detêm os víveres: Moleiros, padeiros, mercadores, principalmente. Aqueles que o povo do século XVIII chama de açambarcadores, detestados porque são vistos como aproveitadores, culpados pela fome que o povo está passando[...]. Em caso de penúria ou de alta indevida dos preços, as mulheres dão o alerta, rebelam-se, protestam, culpam os comerciantes, ameaçam-nos [...]”. O grande embate dava-se em torno do preço justo dos alimentos (grãos, pão, batatas e outros produtos), estava ligado a uma economia que não aceitava especulações, não baseava-se em saques, roubos de produtos; consistia em fixar um preço que consideravam justo. Segundo Perrot (2012), nos motins por alimentos, as mulheres são presença marcante, elas mostram sua força através da ação coletiva; agitam, animam; não usam armas, exceto pedras e paus, retirados de seus aventais quando a situação pedia; estão mais interessadas em ridicularizar do que em ferir, usam principalmente a voz e incitam a multidão.

85% da população era formada por trabalhadores rurais, que viviam e sobreviviam das atividades agrícolas<sup>170</sup>. Pitanga era, nesse período, um município com fortes características rurais<sup>171</sup>.

No campo, como analisado no capítulo anterior, havia uma diversidade de categorias de trabalhadores(as) rurais, que enfrentavam inúmeras dificuldades de ali permanecerem, muitos não possuíam a propriedade de terras e os que possuíam enfrentavam adversidades para sustentarem-se nela. Em projeto realizado pela ASSITEC, há o apontamento de características sociais do município, indicando que nas condições econômicas de Pitanga, uma família precisaria de no mínimo 19 hectares para sobreviver, entretanto, os dados apresentados revelam que mais de 75% das propriedades agrícolas não possuíam essa área territorial<sup>172</sup>. Logo, o cenário agrário indicava um grande número de trabalhadores rurais sem a propriedade de terras e uma insuficiência de áreas para os que a possuíam, comprometendo a reprodução da família camponesa e o sustento e a permanência dos demais trabalhadores(as).

Quanto à caracterização econômica do município, este mesmo projeto aponta que somente 20% das áreas plantadas eram mecanizadas e predominava entre os pequenos agricultores a produção de milho e feijão. Há a indicação de que, em virtude do baixo preço deste, os produtores maiores iniciaram o plantio de soja. Para os pequenos produtores, entre outras coisas faltava capital para o plantio de soja, além disso, eles precisam do milho para a manutenção dos animais. Sendo assim, uma boa parte da produção era utilizada na própria propriedade. Segundo o projeto, cerca de 30% da produção do milho não era comercializada<sup>173</sup>, o restante permanecia para a utilização da própria unidade camponesa. Sem áreas mecanizadas e incentivos para o plantio de soja, os pequenos proprietários rurais sentiam-se obrigados a aceitar os preços do mercado.

Ao longo da década de 1980 verifica-se uma expansão de áreas de monocultivo agrícola. A produção de soja e a pecuária aparecem como atividades em desenvolvimento no

---

<sup>170</sup> **Pedido de ajuda ao CERIS - Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais**, 01 de novembro de 1984, p. 2. Disponível no STRP.

<sup>171</sup> No ano de 1984, Pitanga é considerada o segundo maior município do Estado em extensão territorial, abrangia uma superfície de 4.562 km<sup>2</sup>. Apresentando, nesse mesmo ano, uma população de mais de 90 mil habitantes, sendo que 89% da população moravam na zona rural e apenas 11% habitavam a área urbana. Dados estáticos mencionados no Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984. O documento possuía como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto de Terras e Cartografia (ITC) e dados da prefeitura municipal.

<sup>172</sup> Projetos ASSITEC Pitanga. **Diagnóstico solo, município e caracterização social e econômica do município**. 1989, p. 1. Disponível no STRP.

<sup>173</sup> Projetos ASSITEC Pitanga. **Diagnóstico solo, município e caracterização social e econômica do município**. 1989, p. 2. Disponível no STRP.

município, em 1984. Como atividades mais lucrativas, o trigo, a soja e a pecuária passam a constituir-se na produção principal dos grandes proprietários. Ao referir-se às atividades econômicas de Pitanga, o Caderno de Assuntos Comunitários, aponta para o avanço da produção de soja e o aumento das atividades pecuaristas:

[...] O sistema safrista (plântio extensivo de milho para criação de porcos) é ainda predominante entre os pequenos agricultores. Atualmente o trigo começa a ser bastante cultivado. A norte e a noroeste do município, nas regiões planas, já se intensifica o plântio de soja. Acentua-se, também, que a pecuária começa a ter presença significativa e visível, através de grandes fazendas de gado. O setor industrial teve na madeira o seu ramo mais importante, embora como processo incipiente do produto, através de inúmeras serrarias espalhadas por todo município<sup>174</sup>.

A partir das considerações da passagem acima, dois pontos precisam ser abordados:

a) aspectos relacionados à criação de animais; b) a distinção entre os produtos agrícolas cultivados pelos grandes e pequenos proprietários de terras. Quanto à pecuária de corte, era uma atividade realizada principalmente pelos grandes fazendeiros, enquanto que a produção de leite era uma atividade mais freqüente entre os pequenos produtores, utilizando-se dele principalmente para o gasto. A pecuária alimentava o desmatamento de grandes áreas no município, tornando lucrativa a abertura de madeiras na região, tanto que o município contava em 1986 com 16 empresas de serrarias na região. Quanto à suinocultura o relatório demonstra que quase todos os produtores possuíam alguns porcos para o gasto e criavam independente do preço do mercado<sup>175</sup>.

Exigindo o uso de tecnologia moderna e terras planas e mecanizadas, a soja estabelecer-se-á como produto principal dos grandes proprietários rurais do município, o processo de mecanização, alastrado no município ao longo da década de 1980, no intuito de expandir as áreas de cultivo avança-se sobre as matas. Ao comparar os dados de áreas plantadas de soja, ano de 1986, 1987 e 1988, o projeto da ASSITEC aponta para um crescimento consecutivo da área de plântio de soja para mais de 50%<sup>176</sup>. Lucrativo para os grandes proprietários, e estes possuindo as condições econômicas necessárias para tal investimento, a soja torna-se seu principal produto.

Quanto aos pequenos produtores, estes se dedicavam principalmente à produção de milho, arroz e feijão, este último, segundo o projeto desenvolvido pela ASSITEC, possuía

<sup>174</sup> BOMFIM, Antenor Ribeiro. **O Mutirão de Pitanga: Exemplo a ser imitado**. In: Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984, p. 22. Disponível no STRP.

<sup>175</sup> Projetos ASSITEC Pitanga. **Diagnóstico solo, município e caracterização social e econômica do município**. 1989, p. 4. Disponível no STRP.

<sup>176</sup> Projetos ASSITEC Pitanga. **Diagnóstico solo, município e caracterização social e econômica do município**. 1989, p. 2. Disponível no STRP.

uma parte destinada à manutenção da família e da unidade camponesa, cerca de 20%; com relação ao arroz cerca de 26% era destinado ao mesmo fim<sup>177</sup>. Indispensáveis como fonte de renda e também para o consumo familiar, estes produtos eram viáveis aos pequenos proprietários, pois não havia a necessidade de mecanizar o solo para cultivá-los. Nos anos finais do século XX, o arroz, o feijão e o milho eram os principais produtos cultivados nas pequenas propriedades rurais de Pitanga.

Grande influência na vida dos trabalhadores rurais terá a Cooperativa Coamo, dominante na década de 1980 e 1990; a mesma, segundo o projeto da ASSITEC, comercializa cerca de 80% da produção agrícola do município<sup>178</sup>, monopolizando o comércio de grãos. Fajardo (2008, p. 274) a partir de uma análise fornecida pela Coamo e pelo relato de seu superintendente administrativo verifica que os pequenos produtores associados seriam perfeitamente *dispensáveis* para a cooperativa, já que seus maiores lucros estariam relacionados aos grandes produtores, isto é visível na estratégia de crescimento da cooperativa que visa expandir-se entre os maiores produtores, ainda que os pequenos produtores fossem a maioria de seus associados.

Diante disso observa-se entre esses trabalhadores a consciência da necessidade de organização como estratégia para combater o descaso e a exploração, é a organização através de um sindicato que os representasse e despertasse a consciência de união e de classe, adquirindo valorização, reconhecimento e visibilidade, estimulando nos trabalhadores(as) o interesse de permanecer no campo, buscando politicamente subsídios para isso. Os conflitos sociais rurais verificados no município de Pitanga não são fatos isolados, mas articulados a uma rede de mobilizações e atuações de diferentes sujeitos envolvidos no confronto das forças sociais rurais, com perspectivas específicas, noutras regiões do país.

### **3.4 A constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga: os mecanismos discursivos da CPT e da CUT.**

Nossa análise inclina-se à concepção de mobilização e de sujeitos construídos discursivamente, e conseqüentemente entende-se que a mobilização deste segmento social rural não foi uma ação espontânea. Houve nesse período, na região, um intenso trabalho político desenvolvido por diferentes instituições; mediadores políticos como a Igreja Católica,

---

<sup>177</sup> Projetos ASSITEC Pitanga. **Diagnóstico solo, município e caracterização social e econômica do município.** 1989, p. 3. Disponível no STRP.

<sup>178</sup> Projetos ASSITEC Pitanga. **Diagnóstico solo, município e caracterização social e econômica do município.** 1989, p. 4. Disponível no STRP.

e mais adiante, partidos políticos agiram no sentido de fornecer subsídios discursivos que orientaram, estimularam, organizaram e impulsionaram esta dinâmica, além de que, articularam as ações desses homens e mulheres do campo a outras instâncias de poder.

O desenlaçar dessas memórias, bastante vívidas e marcadas pelo entusiasmo coletivo da época, assinala para a constituição do STRP como um marco de mudanças para os trabalhadores e trabalhadoras da região. A narrativa abaixo é bastante expressiva e elucidativa sobre o processo de fundação da entidade.

P- Quais os motivos que levaram os trabalhadores rurais a fundar um sindicato específico para a categoria?

R- No início da década de 1980 vivíamos em uma comunidade chamada Poema alvorada, distante 75 km da sede do município de Pitanga, hoje município de Nova Tebas, lembro como se fosse hoje. As dificuldades eram inúmeras: falta de assistência à saúde, escolas, estradas... Diante desta situação um grupo de reflexão começou a discutir os direitos dos trabalhadores(as) rurais através da palavra de Deus, e em uma dessas reuniões o tema era Sindicato de Trabalhadores. Rurais, como assunto despertou interesse de todos, aí nós procuramos o padre Antonio, pároco de Nova Tebas, ele nos orientou a procurar a Comissão Pastoral da Terra, entramos em contato e marcamos uma assembléia com a comunidade para tratar o assunto. Nesta mesma assembléia elegemos uma comissão de doze companheiros para encaminhar os trabalhos. Trouxemos um representante da CPT numa próxima reunião, e aí começamos, todos os domingos após o culto, com aqueles que interessavam estudar o tema [...] Estudamos o tema durante um período e daí passamos a fazer visitas nas casas, nas capelas e escolas e conversando com todos os moradores, mas como o município era muito grande não conseguíamos visitar a todas as comunidades porque Pitanga tinha três paróquias e o trabalho era concentrado em Nova Tebas, desde o primeiro momento. O pessoal me escolheu, mas todos tinham condições de coordenar os trabalhos.

P- Quais foram as dificuldades nesse processo?

Foram muitas. Uma das maiores dificuldades que enfrentamos foi quando procuramos a câmara de vereadores e não fomos recebidos e o presidente da casa mandou nos avisar que Pitanga não precisava mais de sindicato porque já existia um que é o patronal voltamos trazer a notícia para o grupo. Mas continuamos nos reunindo e traçando estratégia. Uma das primeiras vitórias que tivemos foi quando fizemos uma assembléia na comunidade de Alvorada, para reivindicar um posto de saúde, e conseguimos a visita do prefeito da época Sr. Dico Petrechem. Aí, o povo se animou e não falavam em outra coisa, era só sindicato. A notícia correu tanto que no ano de 1982 em uma de nossas reuniões tivemos uma visita indesejável: um grupo de pistoleiro invadiu nossa reunião dizendo que era representante do executivo municipal, e aí, como estratégia, achamos melhor parar por um período durante as eleições. Retomamos os trabalhos em janeiro de 1983 com o mesmo grupos de visitas e em cada comunidade deixava alguns representantes. Em setembro de 83 marcamos a assembléia de fundação do

Sindicato, com a presença de 3.500 três mil e quinhentos Colonos [...] Isso foi no dia 14 de janeiro de 1984<sup>179</sup>.

A partir desse contexto podemos apontar algumas questões de um modo muito concreto. Uma delas diz respeito à constituição política de uma entidade representativa para os trabalhadores(as) demarca a história de luta desses indivíduos e mesmo o advento de um *novo* indivíduo, cujo móvel é o seu espaço de trabalho e de vida. A passagem de uma existência, onde o trabalhador do campo é lido como inerte e apático<sup>180</sup>, para uma existência coletiva, agrupados pela busca da ciência de seus direitos políticos. Ou seja, a recusa de um papel passivo os transforma em sujeitos políticos coletivos, cuja identidade é afirmada a partir de concepções próprias de terra, natureza, desenvolvimento e justiça social.

Em segundo lugar, a mobilização se dá em torno de questões econômicas. O esquecimento e as difíceis situações de vida significaram um despertar para estes, levando-os a acionar estratégias coletivas de resistência e de enfrentamento ao poder e à lógica da dominação por aqueles que se encontram em situação, condições e posições desvalorizadas. A mobilização política é acionada no processo de luta e logo depois com a comunicação com poderes já instituídos. A partir de diferentes estratégias buscam redefinir sua posição na sociedade e serem reconhecidos pelos aparelhos de poder.

Em terceiro temos a resistência e tentativa de desmobilização pelos poderes locais (executivo municipal), inclusive utilizando pressões, ameaças e práticas violentas de impedimento. Quando ele diz: “um grupo de pistoleiro invadiu nossa reunião dizendo que era representante do executivo municipal”, a imbricação é de que a organização política desses trabalhadores traria incômodo para a ordem política e social vigente. Tentar dificultar ou impedir reuniões a partir de uma violência representativa, usando, além de outras pressões, armas e pistoleiros, adiou, mas não impediu a concretização da forma institucionalizada de enfrentamento pelos trabalhadores(as).

Em quarto lugar o empenho e entusiasmo, em termos de estudo, informação política e mobilização de bases pela categoria. Há uma conjuntura política que favorece a organização

<sup>179</sup> Osmano Soares dos Reis. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 14/08/2015.

<sup>180</sup> A respeito da representação de um mundo rural sem sujeitos e sem história, Iurkiv (1998) aborda a relação da constituição do homem do campo como um não sujeito e apolítico por determinada historiografia acadêmica dos anos 1950 e 1960. Segundo Iurkiv (1998, p. 50): “A historiografia ignorou sujeitos e atividades, principalmente na década de 1950/60, época dos grandes esquemas explicativos na história: estrutura, superestrutura, economicismo, classes; como o enquadramento da sociedade em formas preconcebidas, que eliminavam a especificidade e o sujeito”. A predileção por análise economicistas acabaram por invisibilizar os sujeitos do campo das preocupações acadêmicas, além disso, segundo ele, A perspectiva intelectual historiográfica, que prevaleceu na academia brasileira, é predominantemente urbana e que no processo da construção das representações sobre o rural foram afetadas pela influência marxista na maioria dos pesquisas desse período.

institucionalizada desses segmentos, entretanto, é a realidade vivida, a necessidade de modificações na existência prática que desperta e produz o sentido político para esse protagonismo. Sobre o trabalho de base, a narrativa abaixo é elucidativa; a respeito das dificuldades para mobilizar os trabalhadores, Osmano diz: “foi muito difícil, mas fazia parte da proposta de ter um sindicato diferente”<sup>181</sup>. Há a sugestão de que o sindicato rural, enquanto critério delimitador, deveria ser de bases, entrelaçado à uma proposta popular de sindicalismo, articulado aos pressupostos políticos do *novo sindicalismo*, como analisado no capítulo I. Construir um sindicato *diferente* tomava como parâmetro as concepções que esses possuíam do sindicato rural patronal. Essa delimitação da diferença é acionada no processo de luta, demarcado pela identidade de seu projeto político. Por isso, a importância que Osmano outorga ao trabalho de mobilização popular. As visitas nas comunidades, nas casas dos trabalhadores, escolas e paróquias é assinalada como seqüência e conseqüência do trabalho de estudo sobre as questões referentes ao sindicalismo. Questões mais profundas a respeito da mobilização basista serão investigadas e analisadas mais adiante.

Por último, a inclusão, nesse cenário, do diálogo com estruturas de mediação, elementos intrínsecos às suas lutas; a Comissão Pastoral da Terra foi uma instituição fundamental nesse contexto, visto que forneceu subsídios discursivos à esses trabalhadores(as), incentivando e estimulando a luta pela justiça social no campo, apoiando a resistência dos(as) camponeses(as) da região. A dimensão religiosa associada à política criou mecanismos autorizadores e legitimadores das ações desses trabalhadores, ligando o campo religioso ao político.

Antes, porém, de conjecturar sobre discurso religioso de validação das ações desses indivíduos, há que se considerar a proximidade material e espiritual da igreja com os camponeses(as)<sup>182</sup>. A comunicação com o mediador religioso, traduzido no apoio da CPT à entidade sindical, descortina essa conexão. Sobre esses vínculos e suas implicações, o documento abaixo ilustra tal prerrogativa. Passando por dificuldades econômicas, o STRP

---

<sup>181</sup> Osmano Soares dos Reis. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 14 de agosto de 2015.

<sup>182</sup> Esmeraldo (2013) utiliza-se da expressão *sinergia*, ao tratar da educação política construída pelo segmento religioso vinculado à Teologia da Libertação, visto que, este segmento aproximava-se das vivências e condições cotidianas das famílias rurais e dos trabalhadores. As condições de existência e as dificuldades, relacionadas à terra e ao trabalho foram elementos de aproximação entre camponeses e bispos ou padres católicos vinculados à Teologia. A mesma autora aponta para a construção de redes entre os setores sociais para fortalecimento das lutas coletivas. Apesar do distanciamento territorial das experiências tratadas pela autora, o estudo possui similitudes com as práticas vivenciadas pelos trabalhadores rurais da região aqui estudada, inclusive na verificação destas redes de apoio.

recorre à instituição religiosa, requisitando ajuda financeira para o trabalho sindical<sup>183</sup>. Para além, o documento fornece informações importantes sobre o processo de constituição do Sindicato Rural e as adversidades enfrentadas.

Prezados companheiros de luta da CERIS, viemos por meio deste projeto, enviar-lhes os nossos conhecimentos e informações da caminhada de nossos trabalhadores e as dificuldades que estamos enfrentando [...] sentimo-nos esquecidos pelas autoridades, por este e outros motivos, muitos companheiros venderam suas pequenas propriedades para irem embora para a cidade, muitos foram para Curitiba, chegando na grande capital, vendo as dificuldades maior ainda, começaram a se organizar junto ao CECOMA (Centro Comunitário de Manutenção). Alguns companheiros trouxeram a ideia de organização em nossa comunidade. Reunimos um grupo de trabalhadores e começamos a discutir nossos direitos e trocar experiências com o grupo da CECOMA ao lado da CPT, começamos também um trabalho em nossa paróquia São Pedro em Nova Tebas com o apoio do Pe. Antonio Roller, começamos a discutir nos grupos de Círculos Bíblicos e assim fizemos o início da divulgação na paróquia e visitamos também outras comunidades no município<sup>184</sup>.

A partir dessa passagem dois pressupostos precisam ser discutidos, não antagônicos, mas complementares, em certa medida: a) o crescimento das migrações do campo para a cidade, devido à expropriação ocorrida no campo brasileiro; b) a constituição do STRP vinculado à pressupostos materiais e discursivos religiosos. A década de 1970 é apontada pelos trabalhadores como o auge do êxodo rural na região, desse modo, refletindo a política agrária iniciada nos anos anteriores<sup>185</sup>.

<sup>183</sup> Órgão oficial da igreja católica, o CERIS possuía como um dos objetivos principais dar suporte as experiências populares e aos movimentos sociais, tratando diretamente das questões econômicas para tal.

<sup>184</sup> Pedido de ajuda ao CERIS - Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais. **A História da caminhada do Sindicato dos Trabalhadores de Pitanga**. 01 de novembro de 1984, p. 1. Disponível no STRP.

<sup>185</sup> A Modernização Conservadora introduzida no Brasil entre os anos 1960 e 1970, contribuiu para a concentração da posse e do uso da terra, expulsando do campo um grande número de pequenos agricultores, arrendatários, posseiros, entre outros. O latifúndio, marcante na história do Brasil é favorecido pela Revolução Verde, o governo militar amplia e direciona os créditos e subsídios agrícolas aos grandes proprietários, favorecendo os setores que apoiavam o regime militar, desse modo, afastando os indícios da Reforma Agrária. A pequena propriedade agrícola distante desse impulsionamento modernizador assiste o deslocamento populacional de um grande contingente de trabalhadores(as) rurais, do campo em direção as cidades. Este modelo de *desenvolvimento* trazia a concentração da propriedade da terra, dos meios de produção na agricultura, trazendo a miséria e a falta de perspectiva de melhorias, expulsando grandes massas do meio rural em direção aos centros urbanos, esse êxodo rural forçado provoca o crescimento das favelas, fome, desemprego, marginalidade e violência. O êxodo rural tornou-se motivo de grande preocupação, resultado do processo de 'modernização' da agricultura brasileira (SCHÖRNER, 2009, p. 64-65). No campo, esse processo de concentração produzia a violência, exploração da mão de obra assalariada, impossibilidade de acesso a terra e a ausência dos mínimos direitos de cidadania. Do ponto de vista social a modernização conservadora subordinou os agricultores à lógica de um mercado e de um capital altamente concentrado e controlado por poucos. O final do percurso de implantação do pacote da modernização conservadora no campo fez surgir um grande contingente de miseráveis, descapitalizados, marginalizados do mercado e das políticas públicas. Ou então, expulsos da terra, vão se incorporar aos desempregados nas médias e grandes cidades ou ao trabalho assalariado no campo, os chamados *bóias frias*, sem nenhum direito trabalhista e social reconhecido. Palmeira (1989, p. 88) diz que o êxodo rural precede à modernização da agricultura e que o processo de esvaziamento do campo inicia-



Zenóbia evidencia em seu relato a impossibilidade de permanência de determinadas relações vida e de trabalho na unidade camponesa, segundo ela:

[...] o trabalho em nossa propriedade era de base familiar, bem no início, logo quando nós casamos, ainda tinha aquele sistema e era preciso ter pessoas trabalhando e morando no sítio assim, como meeiro, por exemplo, ao mesmo tempo em que eles plantavam para eles, eles trabalhavam, porque tanto nós quanto eles plantavam pouco, então eles plantavam para o sustento próprio para vender um pouquinho no final do ano e, ao mesmo tempo ajudavam a gente, pagava-se a diária para eles, pagava por dia esses dias que trabalhavam pra gente. Aí se eles precisavam de algo assim, como medicamento ou alimento, aí no caso as pessoas, os donos dos sítios eram responsáveis, aí a gente ia atrás, comprava! Mesmo que a gente não tivesse dinheiro ou crédito, tinha de dar um jeito de manter aquelas famílias, sabe? Eles moravam no sítio, era dado a residência para eles e tudo, chegou uma época, ao longo do tempo que foi ficando impossível, sabe? Foi se tornando caro demais, as condições da época, a política agrícola não dava condições de você manter, foi se escasseando, até acabar. Mudou tudo, sabe? Só se falava em máquinas pra tudo. E eles iam embora, iam pra cidade. Nós ainda conseguimos manter a propriedade, mas meus cunhados e muitos outros pequenos foram embora para as cidades. E daí tinha uns loucos do sindicato que diziam assim: “*O campo está virando um deserto, não vá embora, fique e lute*”. Só que as pessoas não ficavam, muito pouca gente que ficou<sup>186</sup> (grifo nosso).

O depoimento acima demonstra o abandono de determinadas práticas existentes no campo da região, relações de trabalho construídas socialmente e baseadas em modelos destoantes do capitalista. Delineando-se a partir de uma crise duradoura no campo desencadeia um processo migratório que de início afetou principalmente os despossuídos da posse da terra e terminou por expropriar os pequenos proprietários rurais e transformar as relações de trabalho devido à capitalização do campo.

Palmeira (1989), em interessante interpretação sobre a relação da modernização da agricultura e o êxodo rural no Brasil, indica que o que é normalmente indicado como êxodo rural no que se refere, entre outros pontos, ao fluxo e a percepção pela sociedade como um problema, é anterior ao processo modernização da agricultura, acompanhando diferentes crises agrárias no país. O que muda, segundo ele, é a expulsão sistemática de diferentes categorias de trabalhadores rurais, do interior das grandes propriedades. A expressão expropriação das relações sociais no campo é apontada pelo sociólogo. Segundo ele, da terra, de alguma maneira, os trabalhadores rurais sempre foram expropriados, mas com a modernização agrícola e os efeitos negativos para essas categorias, as relações sociais desses

---

se em anos anteriores, porém acentua-se diante do projeto modernizador do campo. Para ele, “entre 1940 e 1980, invertem-se os percentuais das populações rurais e urbanas, a primeira caindo de aproximadamente 70% da população total para cerca de 30%, enquanto que a segunda aumentava de 30% para 70%”.

<sup>186</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

grupos com o campo são afetadas. A reprodução dessas relações para grupos que não dispõem dos meios de produção são dificultadas, segmento rural que compreendia parceiros, agregados, posseiros, arrendatários, meeiros, que possuíam suas vidas e a de suas famílias, ligadas às terras alheias vêem essas relações rompidas. Assim, o caminho apontava para dois sentidos: à tentativa de adequação ao urbano ou a busca por uma conquista definitiva por um pedaço de terra. Nesse último caso, a organização sindical, na falta de alternativas, pareceu-lhes uma resposta, inclusive como escape do primeiro.

No que se refere aos(as) pequenos(as) proprietários(as), estes foram também alcançados pelos efeitos modernizadores no campo, os economicamente mais fracos não conseguiram acompanhar o processo, tendo a reprodução das pequenas propriedades ameaçadas. A falta de alternativas para esses grupos levava-os a deslocarem-se rumo aos grandes centros e/ou elaborarem ou amadurecerem planos de resistência. É importante perceber nesse processo uma alteração nas estruturas do campo e uma modificação nas relações sociais. A interpretação aqui apresentada aponta para um movimento de resistência rural que surge como resultado do caráter excludente pelo qual passou o campo brasileiro e que alcançou os pequenos domínios de terra da região Central do Estado do Paraná, inviabilizando a reprodução da pequena propriedade e desvinculando o trabalhador desprovido da posse da terra de suas condições de produção e de reprodução dos *modos de viver* tradicionais.

Nesse processo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais seria presença importante, nas palavras de Palmeira (1989, p. 102), ao referir-se sobre a estrutura sindical durante o regime militar, “o sindicato iria se colocar não só como mediador alternativo, mas como veículo para a implementação de regras impessoais que são a negação da dominação personalizada do latifúndio”. Combatendo onde foi possível, sustentando lutas coletivas e viabilizando o acesso a direitos e as leis, o Sindicato tornou-se uma força política constante, inserindo-se numa conjuntura mais ampla, que extrapolava o local e articulava-se à níveis estaduais e nacionais. Para tal, aliou-se às forças religiosas, de forte presença na região.

O trabalho de base era uma manifestação constante e forte dentro da estrutura sindical rural do município. Intensificar e ampliar o trabalho de base eram propostas constantes. A intensificação do trabalho de conscientização da base estava entre as primeiras providências tomadas após a fundação do Sindicato, é possível dizer que as discussões de base é que viabilizaram a organização da estrutura sindical, esboçando-se e materializando-se ao longo dos anos. O material escrito, produzido pelo próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga, possuía uma escrita simples e de fácil compreensão. Utilizando-se de uma

linguagem mais acessível à diversidade de trabalhadores(as), o material sindical formulado pode ser caracterizado por um conteúdo conciso, sucinto e prático. Visando apresentar o Sindicato, seus objetivos, legislações e suas práticas, a instituição elabora no ano de 1985, um material informativo com 53 perguntas cujas respostas restringiam-se ao necessário. Era essencial ser direto e enfático para que o trabalho sindical basista conseguisse chegar e afetar positivamente os homens e mulheres do campo, distribuídos por mais de 90 comunidades rurais do município.

Antes de avançar nas questões mais amplas, era intenção da direção sindical que os trabalhadores(as) entendessem o que era um sindicato e como ele atuaria. De modo acessível ele é apresentado pelo material sindical indicado acima, o guia assim resume: “sindicato é todos os trabalhadores juntos, lutando para que seus direitos sejam respeitados [...] deve ser feito um bom trabalho de base, levando os companheiros a compreenderem a importância e a necessidade de um sindicato para eles”<sup>187</sup>. De modo geral, o escrito aponta para a necessidade do entendimento sobre a importância de unir-se enquanto classe social. Construir nos indivíduos um sentido, uma significância para a ação política, consistia num dos maiores desafios do Sindicato enquanto instituição representativa. O próprio Estatuto Sindical, enquanto um conjunto de normas legais necessárias ao funcionamento sindical indica como um de seus princípios básicos: “avançar na unidade de classe trabalhadora [...] defender a unidade da classe trabalhadora”<sup>188</sup>.

Num contexto de fragilidade da reprodução social da família camponesa e numa intensa busca por mecanismos que criassem um sentido político nessas famílias, atrair os jovens para a militância era fundamental. Nos depoimentos de Zenóbia e na documentação garimpada no sindicato rural de Pitanga, é evidente o *medo* de que o campo virasse um *deserto*, sugere-se que o esforço de incorporar a categoria *juventude rural* e suas disputas no sindicato rural procedia, entre outros fatores não analisados, do entendimento de que era necessário incluí-los no debate sobre as modificações da realidade para que estes não abandonassem o campo. Além disso, o campo, *envelhecido*, reclamava um rejuvenescimento. Neste debate, o jovem ocupava o centro das atenções.

Castro (2006; 2005), precursora dos estudos sobre a juventude camponesa no Brasil e atualmente coordenadora geral de políticas transversais da Secretaria Nacional de Juventude,

---

<sup>187</sup> Articulação do sindicalismo autêntico no Paraná. **Questões sindicais- legislação e prática: 53 perguntas sobre a fundação do Sindicato**. Setembro de 1985, p. 1. Disponível no STRP.

<sup>188</sup> **Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga**. Capítulo I: do sindicato. Seção II: Princípios. Artigo 03. Disponível no STRP.

diz que a própria categoria *jovem rural* é marcada por processos de hierarquia, de acordo com suas pesquisas, para *as jovens* esses processos de hierarquizações são ainda mais intensos. A partir de um recorte de gênero a pesquisadora analisa a tensão entre o *ficar* e *sair* no assentamento Mutirão Eldorado, município de Seropédica (RJ), para ela:

‘Jovem rural’ carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão. Mas, ser ‘jovem rural’ e mulher representa uma situação de ‘inferioridade’ na hierarquia social, ainda maior. As ‘jovens’ vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família; exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e ainda, dos espaços de decisão. A ‘resposta ao controle e à exclusão tem sido a saída da maioria das ‘jovens’ da área rural estudada (CASTRO, 2006, p. 245) .

Ela aponta como um dos pontos para a saída das jovens a formação diferenciada para o trabalho familiar, nessa divisão, os filhos são preparados para a produção e as filhas para o trabalho doméstico, as jovens mulheres, nem todas, participam das colheitas e outros momentos específicos, ajudam na criação dos bichos de pequeno porte, cavalos e gado bovino são responsabilidades do pai e dos irmãos. Essa organização do trabalho, tendo em comum o fato das filhas serem incumbidas do trabalho doméstico, desvalorizado, é entendida por Castro (2006) como um dos fatores da saída dessas jovens; autoridade paterna, controle social, criação que distingue filhos e filhas, organização do trabalho são fatores dessa saída, soma-se a isso a exclusão das mulheres do processo de sucessão da herança, mesmo não havendo uma definição explicitada, há uma *preparação do sucessor*, orientada para filhos homens. As diferenças na criação entre jovens homens e jovens mulheres evidenciadas principalmente na divisão do trabalho incidem na desvalorização do trabalho destas e na conseqüente saída. Não sentir-se parte da luta da família, estando numa posição desvalorizada é *queixa* entre as jovens assentadas analisadas por Castro (2006, p. 263).

Outro elemento de exclusão é percebido pelas narrativas das “jovens.” Observa-se uma ruptura de expectativas no discurso de algumas filhas, entre o período descrito como a luta pela terra (acampamento), e o espaço que passaram a ocupar no contexto do assentamento formado. Diferente da situação anterior que relatam como um período de intensa participação, no presente são responsáveis apenas pelos afazeres domésticos, com pouca, ou nenhuma relação com os novos desafios que a conquista da terra trouxe para as suas vidas. Mas deve-se observar como o processo de exclusão ou permanência dos/das “jovens” no campo, não é apenas um processo de reprodução cultural das famílias camponesas. O caso analisado demonstra que a reprodução social da produção familiar está imersa na realidade da exclusão social do “jovem” oriundo de famílias de baixa renda, e ainda, da reprodução das hierarquias sociais entre campo e cidade.

As análises de Castro (2006), mesmo noutra conjuntura, auxiliam no entendimento de que a socialização configurada por relações de hierarquia familiar se estende para outros espaços de organização. A hierarquia interna da família camponesa e as diferentes percepções entre *as jovens* e *os jovens* resultam em inserções marginais destes nos espaços organizativos, afetando ainda mais as mulheres. O estudo de Castro (2006) demonstrou que uma das principais queixas dos jovens é a falta de espaço para se expressarem e serem ouvidos, tanto em casa, na produção, na associação e em outros espaços organizativos do assentamento. No caso específico de Pitanga não podemos, por motivos de fontes, afirmar como ocorreu essa participação no sindicato, sua qualidade. O fato é que o sindicato rural esforçou-se por construir vínculos destes com a entidade, através de um amplo trabalho de base baseado em um forte discurso de valorização e inclusão na reprodução social do campesinato.

Construir uma significância entre os(as) jovens para o movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, atribuindo-lhe importância e lugar específico e valorizado na família camponesa, apontava para uma construção cultural e política da identidade destes, buscando torná-los atores políticos importantes na militância. A identidade, enquanto construção política simbolizava um avanço no trabalho de base. Na região estudada, principalmente na década de 1980, esse trabalho foi intenso através da Pastoral da Juventude Rural, de forma dinâmica esse sentido era construído. Em ata do I Encontro Municipal de jovens promovido pela Juventude Pastoral Rural e articulada pelo STRP, no ano de 1988, a ressignificação das relações sociais no campo é evidenciada.

O encontro iniciou-se com a celebração do culto na capela, logo após o culto, os jovens dirigiram-se para o salão para assistirem uma progressão de slides cujo tema era “o gato e as onças”, que nos mostrava como deveríamos viver em comunidade. Em seguida foi dividido os grupos em dez sub-grupos, para responderem as seguintes perguntas: A partir dessa história que lição podemos tirar para a vida e nossa sociedade? [...] Esta lição nos mostrou que devemos ter uma boa organização e estar unidos em comunidade, não querer ser mais que os outros, ter menos interesses particular. Para subir na vida devemos trabalhar com nosso esforço e não se aproveitar dos mais fracos, participar não só do grupo, mas em toda sociedade, aprendendo e ensinando alguma coisa para nós e nossa comunidade e usar a fraternidade como lema<sup>189</sup>.

Realizado na Comunidade Arroio Grande, tendo a capela São João Batista como referência, justificado pela distância para o deslocamento dos(as) jovens até o Centro administrativo municipal, o documento indica a existência de oito grupos de jovens nas comunidades rurais do município. Diante do campo de tensão e de disputas por valores e

<sup>189</sup>Ata da relativa ao I Encontro dos jovens rurais. **Pastoral da Juventude Rural de Pitanga**. 17 de janeiro de 1988, p. 1. Disponível no STRP.

concepções sociais, ressignificar os posicionamentos da juventude a partir de suas práticas sociais, afirmando suas identidades e inculcando novas visões de mundo, simbolicamente representava uma mudança nas regras da luta social. Entende-se que, inculcar valores como a importância do viver em comunidade, organizar-se e caminhar num sentido fraternal, contrário ao individualismo, modificando o ponto de vista interpretativo desses indivíduos, significava a inserção destes num projeto político de sociedade mais ampla, na qual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais compactuava e considerava o reconhecimento social e político dessas categorias como sinalizador para esta nova proposta de sociedade e relações sociais.

As ações práticas desses grupos indicavam um caráter religioso de suas ações, no planejamento da Pastoral da Juventude Rural para o ano de 1988 eram: encenações para o natal e páscoa, vias sacras campais, celebrações para os dias das mães e dos pais, entre outros, além dessas ações é evidente o interesse em atrair novos jovens para os grupos, segundo o documento da Pastoral, era necessário, entre outros mecanismos: “[...] conversar com eles mostrando ânimo e esperança, explicando à elas a importância da palavra de Deus. Tentar mostrar os benefícios das reuniões [...] que não é uma responsabilidade e sim uma maneira de conhecer-se melhor e ajudar os outros”<sup>190</sup>. Como força política a Igreja Católica teve um papel fundamental no processo de constituição de consciência de classe, era em nome de uma religião centralizada que o processo organizativo dava-se, unindo politicamente os que estavam dispersos e sustentando lutas, expandindo e articulando o caráter religioso ao político.

No campo prático, as ações da juventude rural, vinculadas ao STRP e a associações, desenvolviam atividades comunitárias em todo interior do município, construindo escolas, pavilhões, lavouras comunitárias e projetos relacionados à saúde popular. Os resultados eram visualizados como resultado do trabalho, da organização e da união<sup>191</sup>. Constrói-se um sentido político afirmativo para o local, o específico, a comunidade como espaço de sociabilidades e relações sociais é valorizada, reconhecendo a necessidade de mudanças no modo de viver, de agir, de relacionar-se coletivamente, buscando novos conhecimentos para tal. Na falta de viabilizações de políticas públicas para melhorias nas condições de vida no campo, o trabalho participativo de indivíduos ligados às associações rurais, grupos de jovens e de mulheres e o próprio sindicato rural atuam estrategicamente em seus locais de pertencimento. A elaboração

---

<sup>190</sup> Ata relativa ao I Encontro dos jovens rurais. **Pastoral da Juventude Rural de Pitanga**. 17 de janeiro de 1988, p. 2. Disponível no STRP.

<sup>191</sup> Ata relativa ao I Encontro dos jovens rurais. **Pastoral da Juventude Rural de Pitanga**. 17 de janeiro de 1988, p. 3. Disponível no STRP.

de uma identidade política para as jovens militantes é analisada por Gaspareto e Menezes (2013), abarcando sentidos de afirmação e positivação do campesinato como categoria social entre as jovens. A inserção desses indivíduos nos espaços de poder é entendida como uma construção política e, no caso aqui estudado, o resultado de um trabalho de base desenvolvido pelo STRP a partir de diferentes discursos.

De modo geral, constata-se que o STRP desenvolveu um amplo trabalho de base, investindo pesado em instrumentos de elaboração do sentido de classe social. Enquanto mecanismo de aproximação discursiva da CUT, o boletim informativo da Coordenação dos Sindicatos Rurais na região Central do Paraná, utilizando-se do mural específico para os sindicatos municipais, acaba por enaltecer o trabalho de base do STRP.

O sindicato de Pitanga está priorizando o trabalho de base. Está sendo feito um roteiro de visitas a 50 comunidades do município. Nestas visitas está sendo discutido o trabalho do sindicato, principalmente sobre a política agrícola, e organizadas as associações comunitárias. Com este trabalho está se prevendo um aumento considerável no número de sócios, o que só vai fortalecer a organização dos trabalhadores rurais em Pitanga<sup>192</sup>.

O boletim de informação da Coordenação dos Rurais representava um dos elos comunicativo-discursivos da CUT com os sindicatos rurais. Desenvolver práticas de formação entre os trabalhadores, fortalecer o quadro de lideranças e da própria entidade, organizando as comunidades de base, eram amplamente estimulados pela CUT. A priorização do trabalho de base foi uma constante ao longo das duas décadas, desde o início de sua trajetória o sindicato enfatiza essa prática, no mesmo ano de constituição, ao pedir ajuda ao CERIS, o sindicato indica: “não podemos parar com o trabalho de base que desde o início tem sido o mais forte de nossa caminhada”<sup>193</sup>. E ainda:

Após a data de fundação para cá já visitamos 64 comunidades, sentindo nessas visitas todos os problemas da classe trabalhadora: como falta de assistência médica, falta de preços, poceiros sendo expulsos de suas posses, crianças e mulheres marginalizadas nas fazendas, falta de conhecimentos dos direitos humanos, etc. e já contamos com aproximadamente 1000 sócios [...] As dificuldades que estamos enfrentando: É a continuação e ampliação deste trabalho de base nas comunidades, esta ampliação é muito necessária por que a cada dia que passa crescem os problemas e surge mais necessidades da classe se organizar [...] muitos agricultores estão desanimando em viver na agricultura, sentimos que com o nosso apoio desperta-se o interesse em continuar na terra. Muitos trabalhadores rurais ainda não sabem o que é o

<sup>192</sup> Informativo da CUT. Coordenação dos Rurais. Boletim de comunicação dos Sindicatos de Trabalhadores rurais cutistas da região Centro do Paraná. **Política agrícola: Mural dos municípios**, nº1, p. 2, novembro/dezembro de 1995.

<sup>193</sup> Pedido de ajuda ao CERIS - Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais. **A História da caminhada do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Pitanga**. 01 de novembro de 1984, p. 1. Disponível no STRP.

sindicato e para que serve. Estamos despertando a consciência da união da classe [...]<sup>194</sup>.

Constrói-se a consciência da necessidade de organização. Organizar-se para esses trabalhadores(as) rurais passa a ser sinônimo de sobreviver no campo. O descontentamento e insatisfação corroborarão para um quadro político-organizativo que confrontará a política agrária dominante, exercendo uma dinâmica que excederá a luta pela terra e atuará em torno da amplitude dos direitos políticos e sociais. A afirmação política desses trabalhadores(as) rurais amplia a mobilização por novos direitos no campo. Tal processo possuía como referência o espaço sindical, cujo alicerce era a vivência e as práticas e experiências cotidianas concretas desses homens e mulheres. A esse respeito Palmeira (1989, p. 101-102), diz que “a implantação dos sindicatos de trabalhadores rurais [...] contribuiria de modo decisivo para enfraquecer os padrões de dominação [...] através do sindicato, os trabalhadores puderam ter acesso à justiça [...]”, desse modo, o sindicato posicionando-se contrário aos pressupostos do latifúndio amplia o espaço de contestação ao sistema de dominação tradicional no campo.

Sobreviver para estes homens e mulheres, além do acesso à propriedade privada da terra, era permanecer no campo com dignidade. Constituir-se em organismo organizado politicamente torna-se imprescindível para a contestação do modelo agrário excludente presente nas relações políticas e econômicas. Para Brumer (2009), a partir de 1978, a grande maioria das lutas sociais visualizadas no Brasil apresentam a situação socioeconômica dos trabalhadores envolvidos como causa imediata, seriam o resultado de um processo de marginalidade, iniciada pelo processo de industrialização nos anos 1950 e que se estende ao meio rural a partir de 1960.

Em 23 de outubro de 1987, o MST do Paraná divulga uma carta aberta à população, cujo conteúdo aponta para uma política agrária da denominada *Nova República*<sup>195</sup>, nada satisfatória para os interesses dos(as) trabalhadores(as) rurais. Segundo a carta:

[...] A política agrária tem servido de instrumento para expulsar os pequenos agricultores do campo. Só no ano de 1986, 40.000 trabalhadores perderam suas terras em nosso Estado. Se não bastasse a realidade injusta, vemos a UDR (União Democrática Ruralista), em conivência com o Estado, espalhando clima de terror no campo, usando de violência contra agentes da

<sup>194</sup> Pedido de ajuda ao CERIS - Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais. **A História da caminhada do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Pitanga**. 01 de novembro de 1984, p. 1-2. Disponível no STRP.

<sup>195</sup> A expressão *Nova República* simbolizava um marco político para esses trabalhadores, já que marcava a constituição de um regime democrático, superando a política e os pressupostos autoritários constituidores do período militar.



pastoral, dirigentes sindicais e agricultores. Somente na Nova República os assassinatos no campo já ultrapassam 400 pessoas<sup>196</sup>.

Para o STRP, neste período associado ao MST, era necessário justificar publicamente suas ações, demonstrar que, tanto a terra como elemento de disputa, e suas ações afirmativas, eram o resultado de uma política agrícola excludente, que expulsava, expropriava e desterritorializava camponeses(as)<sup>197</sup>. A busca pela legitimação das lutas populares rurais foi uma constante na trajetória política sindical rural da Região Central do Paraná, e tornar público a violência do Estado podia ser entendido como uma estratégia política disponível, já que ia ao sentido contrário ao ideal de liberdade e transformação social justa para o campo.

Ao analisar a trajetória do sindicalismo rural no Paraná<sup>198</sup> verifica-se que a emergência do movimento camponês, ocorrida nos anos 1950 e 1960, traz a problemática do rural para o campo do político no Brasil, e discussões sobre as relações sociais presentes no campo tornam-se presentes no meio intelectual do país. Nos anos 1970 e início dos 1980 esta

<sup>196</sup> Porque ocupamos estas áreas: **Carta aberta à população**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-Paraná. Curitiba, 23 de outubro de 1987.

<sup>197</sup> Curitiba e Santa Catarina eram as regiões que representavam para esses indivíduos a busca por melhores condições de vida. Esses trabalhadores são atraídos pelas possibilidades de melhores condições de vida a partir de um emprego que, teoricamente lhes trará uma remuneração fixa e regular nas cidades. A preocupação com o êxodo rural no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga era freqüente, havendo o entendimento e convicção de que este era consequência, justamente das péssimas condições econômicas e sociais do município, a atuação do sindicato daria-se no sentido de evitar esses deslocamentos rumo às cidades maiores. O final da década de 1970 é apontado como o início das evasões dos trabalhadores (as) rurais. Pedido de ajuda ao CERIS - Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais. **A História da caminhada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga**. 01 de novembro de 1984, p. 1-2. Disponível no STRP.

<sup>198</sup> Silva (2009, p. 93) ao analisar a constituição histórica dos sindicatos camponeses paranaenses afirma que três momentos maiores marcaram a trajetória de lutas sociais e organização, começando no final da década de 1940, com a guerrilha de Porecatu; desdobra-se no nascimento do movimento sindical rural, fruto do embate entre católicos e militantes comunistas, ligados ao Partido Comunista do Brasil; e por fim culmina no sindicalismo conservador e prestador de serviços durante o regime militar. O PCB inicialmente é o elemento articulador das organizações rurais. Há, portanto, o desdobramento de uma aliança entre a organização partidária comunista e a organização sindical rural no Paraná, assim o PCB torna-se um elemento essencial na constituição dos sindicatos paranaenses, encontra um campo fértil para atuar na organização e representatividade dos trabalhadores rurais e urbanos inicialmente, nos primeiros anos da década de 1950, formam-se e propagam-se pelo Paraná as UGTS (União Gerais de Trabalhadores). Houve no Paraná a partir de meados da década de 1950 a propagação do processo de sindicalização rural, A onda de sindicalização no Paraná espalhou-se por vários municípios, “culminando com a fundação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura do Estado do Paraná (FETAEP) no primeiro semestre de 1963 e, depois, com a criação da Confederação Nacional (CONTAG)”. O número de sindicatos no período foi significativo, segundo Silva (2009, p. 95) os comunistas fundaram no Paraná 86 sindicatos rurais. Os comunistas não foram os únicos a estimular e articular as práticas sindicais rurais no Paraná, a Igreja Católica também atuou ou reagiu à *ameaça* comunista. O movimento de recrutamento dos lavradores e de colonos de café no norte do Paraná pelos comunistas começou a preocupar a liderança conservadora da Igreja Católica, ocorre, portanto, uma disputa entre os comunistas e a igreja católica. Isso teve um efeito duplamente positivo na edificação do campo sindical rural. De um lado, o assédio católico estimulou mais ainda a militância da esquerda, especialmente do PCB. A concorrência exacerbada deu início a uma verdadeira corrida no campo, obrigando os comunistas a acelerar de forma excepcional o seu ritmo e, com isso, o próprio ritmo da corrida. Mais sindicatos, mais federações e a confederação nacional seriam fundados. Por outro lado, a Igreja igualmente empurrou milhares de *humildes* lavradores e religiosos para a arena de disputas - pessoas até então totalmente marginalizadas da atividade sindical e da vida política. A Igreja Católica cria os seus próprios sindicatos, grupos cristãos fundaram no Paraná 46 sindicatos, vindo a somar-se a todos aqueles animados pelos marxistas.

problemática perde sua posição de preeminência. Segundo Sigaud (1992, p. 30) várias interpretações sobre isso seriam possíveis, mas invoca como explicações fatores a redução da população rural, a crescente urbanização e industrialização do país e a censura aos movimentos rurais, pois havia grande interesse dos governos militares em ocultar os conflitos sociais.

A partir da redemocratização do país as discussões e os conflitos ligados à terra se ampliam, em meados da década de 1980 há uma crescente mobilização dos trabalhadores(as) rurais, os conflitos fundiários intensificam-se e grandes manifestações pela reforma agrária acompanhadas de ocupações de terra, assiste-se uma forte mobilização desses trabalhadores e trabalhadoras do campo, as discussões nesse entorno poderiam não ser hegemônicas no campo acadêmico, mas a sensibilidade nacional à respeito dos conflitos sociais no campo estava em alta, assim como o questionamento das relações sociais dominantes no meio rural.

### **3.5 As mulheres, o cotidiano e a utilização tática do espaço sindical rural: a busca por mudanças na distribuição de poderes.**

A vinculação das práticas das mulheres ligadas a um conjunto de lutas no meio rural é evidenciado no material do I Encontro Municipal de Agricultoras realizada em dezembro de 1987 no município. Na pauta e nas músicas de abertura do evento as desigualdades sociais, valorização dos produtos dos trabalhadores, entre outros problemas que afetavam os trabalhadores rurais de forma geral são os principais elementos.

Agricultora porque está tão triste  
Mas o que foi que aconteceu  
Foi tudo aquilo que produzimos  
Foi tanto trabalho que não valeu

Vem companheira  
Vem por favor  
Não fique triste  
Vamos ter preço melhor  
Tem o campo que te espera  
Teu valor é bem maior

E ainda:

Descrevo também a tristeza que sinto  
Confesso e não minto que choro de dor  
Tristeza de ver humilhado meu homem  
Meus filhos com fome, meu lar sem amor<sup>199</sup>

<sup>199</sup> Cantos de abertura do 1º Encontro de Agricultoras do município de Pitanga, realizado em 12 de dezembro de 1987. Disponível no STRP.

Organizado pela paróquia a partir dos pressupostos da CPT, o Encontro objetiva refletir sobre os problemas sociais que afetavam as famílias camponesas: baixo preço dos produtos agrícolas, exploração da mão de obra do trabalhador rural, principalmente de trabalhadores sem terras e bóias frias, pelos grandes proprietários. Nas palavras de Zenóbia:

Os encontros de mulheres agricultoras tinham praticamente as mesmas características, nós usávamos cantos específicos da luta, sempre vinha uma autoridade para falar sobre algo que estava pertinente no momento. Eram encontros bastante informativos e formativos, sabe? Era tratado à princípio sobre saúde e educação, depois começou a se abrir um pouco para gênero, mas o forte mesmo era a discussão sobre a conjuntura, a questão política do país, a questão da terra, sabe? A questão da terra era muito enfatizada. Eu lembro, que bem no início, tinha muita violência, mataram muitas pessoas, Mari, muitos líderes de sem terra, essas coisas eram levadas para esses encontros. Se lembrava o nome desses líderes, naquela cerimônia para lembrar essas pessoas como mártir. Padres foram mortos, sabe? Teve um bispo que foi morto, depois padre Josimo também [...] Essas coisas eram colocadas para a gente saber o que estava acontecendo, o que eram capaz de fazer contra as pessoas que ousavam ir contra o sistema<sup>200</sup>.

Entretanto, ao serem analisados menos superficialmente, esses encontros representavam também a afirmação de laços sociais e de solidariedade entre as mulheres, tornando-se um espaço de fortalecimento da sociabilidade e de amizade entre elas. Sugere-se que, através das discussões e trocas de experiências cotidianas, o entendimento e a concepção das desigualdades de gênero eram favorecidos.

Mesmo que essas experiências não aconteçam espontaneamente, mas a partir do estímulo de organizações cristãs ou iniciativas de políticas públicas, é possível pensá-las enquanto forma de resistência à situação de subordinação vivenciada em relação ao poder masculino, pois seu espaço de atuação é ampliado e as relações de poder remodeladas, ainda que comedidamente. Essa inserção nos espaços de poder político supõe um aprendizado de determinadas práticas. Amparadas ideologicamente por diversos discursos, incluindo a CPT, CUT.

Além de autorizada, a participação das mulheres no sindicato rural pode ser pensada enquanto constructo social. A formação política ocorre também através da CUT, e a importância da organização da Comissão das Mulheres Agricultoras no Departamento Rural da CUT é ressaltada: “É necessário, a conscientização, capacitação e organização das mulheres agricultoras para participar na vida sindical, nos organismos de direção e no processo de transformação da sociedade [...] A conscientização dos homens e das direções sindicais para a necessidade e importância da participação da mulher”. Somado ao discurso

---

<sup>200</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

religioso de autorização, o discurso Cutista, ao longo da segunda metade da década de 1980 ressoa fortemente entre as trabalhadoras rurais, e palavras como participação, capacitação e “organização” das mulheres rurais são presentes no material do departamento rural da CUT.

Sugere-se que a vinculação das mulheres ao espaço sindical ocorre de forma estratégica. O sindicato é, para elas, o espaço político que pode legitimar suas reivindicações. A experiência de organização das mulheres camponesas em Pitanga articula-se ao STRP, e este passa a trazer novos temas e novas pautas de interesses para o espaço público.

Percebe-se a ligação direta do movimento de mulheres com o contexto social e político, pois grande parte de suas ações reivindicavam melhorias nas condições sociais da família camponesa e a reprodução da unidade familiar. A partir de um estudo sociológico exploratório sobre a organização do tempo das mulheres nas unidades camponesas na América Latina, Cebotarev (1984, p. 65) sugere que:

[...] a área de atividades domésticas pode significar para a mulher camponesa latino-americana, mais do que um simples conjunto, uma área de expressão de um papel social, de controle e de decisão autônoma, e uma fonte de *status*, poder social e privilégios, por mais limitados que estes pareçam ao observador.

Pensar as mulheres, mais especificamente, as trabalhadoras rurais exercendo poder, parece num primeiro momento absurdo e pretensioso, que poderia ter a unidade doméstica camponesa com o poder? Ou o cotidiano reprodutivo de suas atividades? Já que, e aqui utilizando-se dos resultados do estudo sociológico da mesma autora, que apontam para uma organização bastante rígida do trabalho das mulheres camponesas, girando em torno das necessidades biológicas dos membros da família. Ao pensar o poder no singular, relacionando-o ao Estado ou a outras esferas institucionalizadas de poder, as mulheres trabalhadoras rurais nada teriam a ver com poder, a não ser a dominação exercida duplamente sobre elas. Porém, segundo os apontamentos de Perrot (1988) que evidencia a concepção de poderes, no plural, podendo ser exercido nas microesferas, visto que se encontram fragmentados. Assim, a sua realidade social cotidiana, mesmo que, num pequeno círculo, é o local onde suas decisões possuem relativa legitimidade e autoridade.

Brumer (2004, p. 212), ao analisar a divisão do trabalho em algumas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, conclui que as atividades domésticas, apesar de serem consideradas, inclusive pelos membros da família camponesa, como secundárias e subalternas. É nessa esfera que a influência e uma relativa autonomia ocorrem, segundo ela, é nesse domínio que, “as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim

como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico”. Em relação às atividades produtivas, o trabalho e o exercício das atividades na unidade doméstica são subestimados, porém, para as mulheres, é nesse lugar social que certa soberania é exercida.

Nessa perspectiva, a unidade doméstica, entendida segundo os pressupostos de Heredia, Garcia e Garcia Jr (1984), como unidade social cujo trabalho é realizado essencialmente pela família camponesa e que é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo, é um local considerado ao tratar da perspectiva das práticas das mulheres no espaço sindical, visto que, é nesse local, inclusive pela concepção que se tinha sobre o trabalho feminino e sobre as condições do viver nesse espaço que se concebe o prelúdio de seus atos que culminarão em ações políticas. O cotidiano passa a ser o espaço de reconhecimento destas mulheres, problemas ordinários que as afetavam deixam a obscuridade e transformam-se em problemas políticos.

A experiência do cotidiano ligada às práticas dos setores progressistas da igreja, cujo espaço possibilitou discussões e práticas específicas. Para Paulilo (2009, p. 181) esse processo inicia-se pela influência religiosa, segundo ela, “no meio rural, essa influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre freqüentaram e são estimuladas a fazê-lo”. Esse espaço oportunizou uma articulação de suas experiências individuais com experiências coletivas, fornecendo instrumentos de visibilização das mesmas, nesses encontros a fala acabava por encontrar legitimação, as vivências cotidianas, particulares adquiriam significância política. A influência da CPT fornecia sentido e subsídios ideológicos para estas práticas, através de Círculos Bíblicos.

Desde o início, antes mesmo de consolidar-se a sua presença no espaço sindical, os estereótipos dos papéis sexuais femininos as acompanham. As obrigações familiares e a atividade doméstica deveriam estar equilibradas com as reuniões sindicais e específicas, sem objetivar um rompimento com as funções tradicionais ocupadas pelas mulheres na unidade camponesa. As práticas destas agricultoras foram sendo constituídas ligadas de forma material e simbólica a um sindicalismo agrário marcado como espaço de ação de poder masculino.

Inicialmente, a participação das mulheres no STRP era motivada pelas questões referentes à classe dos trabalhadores rurais, suas reivindicações integravam-se a um conjunto de lutas. Paulilo (2004, p. 239) ao analisar três tipos de movimentos de mulheres rurais (movimentos autônomos, movimento sindical e movimento de mulheres ligadas ao MST), nos três estados do Sul do Brasil, conclui que os sindicatos e o MST enfatizam as questões de classe, em detrimento das de gênero. Embora, aparentemente juntas no discurso sindical, segundo ela, não há uma articulação entre esses dois elementos.

Assim, a luta, é entendida no singular, uma luta: a luta de classes; é ela que é priorizada<sup>201</sup>. Esmeraldo (2013, p. 245-246) ao analisar a luta das mulheres para a participação em movimentos sociais rurais diz que há toda uma lógica que orienta o trabalho na agricultura como prática masculina, desde práticas sociais, meios jurídicos, organização da produção, entre outros, representam o ofício como masculino. Para ela, a prática e o discurso político do sindicato não é diferente.

A entidade apóia-se na reprodução e defesa do gênero masculino como representação da categoria profissional de trabalhador rural. Cria para ele as condições para acumular capital político e social. As regras e o jogo político são determinados para manter o masculino na posição de representante legítimo da classe trabalhadora rural. O discurso que orienta a luta de classes é de caráter econômico e unificador e diferenças [...].

Historicamente constituída, essa representação do Sindicato Rural enquanto espaço do masculino, legitima e organiza o papel dos homens em seu interior.

Procurou-se aqui, apenas introduzir a discussão, as narrativas de Zenóbia Cedorak, enfatizando as das trabalhadoras rurais e a ocupação dos espaços políticos, bem como as especificidades sobre a participação das mulheres no STRP. Os fios e as tramas que nortearam a presença e a articulação das mulheres ao espaço sindical serão analisados e problematizados no capítulo seguinte.

---

<sup>201</sup> Concordamos com Paulilo (2004) para quem criação de identidades coletivas é importante para que um grupo leve avante ações conjuntas, mas a abertura para dialogar com grupos que constroem de outra forma sua identidade permite a existência de sociedades mais democráticas.

## Capítulo IV

### A POÉTICA DAS ESFERAS: RELAÇÕES DE GÊNERO NO ESPAÇO SINDICAL RURAL E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS TRABALHADORAS RURAIS

*Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês. Mas cada palavra que tinha dito, cada tentativa que tinha feito de falar as verdades que ainda persigo, me aproximou de outras mulheres, e juntas examinamos as palavras adequadas para o mundo em que acreditamos...”*  
(Audre Lorde. A transformação do silêncio em linguagem e ação).

#### 4.1 A constituição Social das Esferas

Como já assinalado, os pressupostos para as discussões desse capítulo ancoram-se na categoria gênero e na perspectiva da construção social dos espaços e das esferas. Menos material que os espaços, a dinâmica das esferas possibilitará uma problematização mais profunda sobre as representações das trabalhadoras após estas inserirem-se no espaço sindical, entendido aqui, como lugar do fazer político. Para Pedro (2000) a constituição social das esferas acabou por excluir ou afastar as mulheres do espaço público; segundo ela, há uma historicidade nessa separação e que estas se reeditam apesar dos grandes esforços para sua manutenção. A política das esferas, discutidas largamente pela autora, possibilitará uma desconstrução da divisão e ocupação dos espaços e dos papéis sociais entre homens e mulheres no interior da unidade camponesa e, de forma mais ampla, no espaço político.

Como veremos adiante, aventurar-se nos espaços ditos masculinos representou um desafio para estas mulheres. Assim como os espaços, as esferas também são socialmente construídas. Entretanto, apesar de articularem-se, de complementarem-se, os significados que permeiam a constituição da esfera pública e espaço público, adquirem sentidos complementares, porém diferentes. Perrot (1998, p. 7-8) ao discutir o que ela denomina de política e poética dos lugares, indica que o *público* adquire dois sentidos:

A ‘esfera pública’, por oposição à esfera privada, designa o conjunto jurídico ou consuetudinário, dos direitos e deveres que delineiam uma cidadania; mas também os laços que tecem e que fazem a opinião pública. Mais concreto e material, o ‘espaço público’, amplamente equivalente à cidade, é um espaço sexuado em que os homens e as mulheres se encontram, se evitam ou se

procuram [...] o espaço ao mesmo tempo a regula e a exprime, a torna visível.

Espaço público e esfera pública, indicando aparentemente o mesmo sentido de oposição ao privado, apresentam nuances, ligado à tradição e aos costumes; é a esfera pública que regula a organização social dos corpos e dos sexos nos espaços públicos e também privados.

Desse modo, o movimento sindical rural, espaço por excelência do masculino, até o início da década de 1980, de maneira geral, era formado majoritariamente por homens<sup>202</sup>. A presença das mulheres nesse espaço representou um grande desafio. As dimensões simbólicas do espaço rural são consideradas e analisadas, principalmente no que concerne as relações hierárquicas de trabalho e lugares para o masculino e feminino, desvelando a invisibilidade das mulheres<sup>203</sup> dentro do modo de produção camponês e a necessidade dos trabalhadores(as) imporem-se no meio político, através de mobilização e organização, o que permite a inserção das mulheres nos espaços de discussão.

#### **4.2 “Nos Círculos Bíblicos não se falava muito de mulheres, da violência que sofriam, era uma coisa que ficava em casa”: a relação dos Círculos Bíblicos com a atuação política das mulheres**

Retornando às discussões sobre os Círculos Bíblicos, que, como já visto, possuiu uma função fundamental no processo de constituição do sindicato rural e também para a atuação política das trabalhadoras rurais. Na investigação da relação dos Círculos Bíblicos com as mulheres as narrativas de Zenóbia são substanciais. Se os círculos bíblicos tratavam especificamente de questões de gênero, ela aponta para outros lugares de discussão:

---

<sup>202</sup> Historicamente, enquanto espaço político, o sindicato rural afirma-se como lugar dos homens, segundo Boni (2004), até o início dos anos 80 mulheres associadas não eram. Analisando a realidade de Chapecó-SC, a autora indica que eram pouquíssimas mulheres que se associavam ao órgão sindical rural, pois as mulheres casadas eram consideradas dependentes do marido e as solteiras do pai, não havia incentivos para que elas sindicalizassem-se, visto que não eram consideradas agricultoras, mas *esposas de agricultor*; eram as viúvas que insistiam na sindicalização. A percepção da relação de dependência e a secundarização do trabalho das mulheres rurais era um entrave para a inserção das mesmas no sindicato.

<sup>203</sup> No que se refere à invisibilidade das mulheres nos estudos históricos, Joana Maria Pedro (2005, p. 83-84) ao analisar o uso da categoria gênero nas pesquisas historiográficas é enfática: a história não foi um espaço de promoção da visibilidade das mulheres, nas suas palavras: “Convém lembrar que ‘entrar para a história’ tem sido um valor disputado. A antiga forma de escrever a história, costumeiramente chamada de positivista, ou às vezes ‘empirista’ dava destaque a personagens, em geral, masculinos, que tinham, de alguma forma, participado dos governos e/ou guerras [...] Nesta perspectiva, da ‘história de governantes e batalhas’, as mulheres só eram incluídas quando ocupavam, eventualmente, o trono (em caso de ausência de filho varão) ou então quando se tornavam a ‘face oculta’ que governava o trono, ou a república [...]. Carregados de estereótipos estas análises reforçaram mitos, ora da suprema santidade, ora da grande malvez das poucas mulheres que ocupam algum cargo de destaque nos governos e/ou nas guerras [...]”.



Ah, nos Círculos Bíblicos se discutia, mas muito superficialmente, isso começou a surgir depois, através da organização das mulheres mesmo. Nos Círculos Bíblicos eram mais questões do povo, de classe [...] Ah, se discutia antes sim, só que não nos círculos bíblicos em si, mas nessas discussões, reuniões que se tinha, se via muito a história da mulher na bíblia, no antigo testamento, de onde fala do povo de Deus. Então, a gente falava da história de Rute, Judite, como conseguiram libertar o povo [...] Porque na igreja mesmo quase não se citava a participação das mulheres, mas a gente estudava [...] Nos círculos bíblicos e na igreja, dependendo da pessoa que atuava, do padre, era difícil nessas questões, sabe? Nós porque nós fazíamos as nossas independentes também. Eles não sabiam o que a gente tratava lá. É, porque assim, ao mesmo tempo que se acompanhava a missa e tudo, nós tínhamos nossa organização lá, né? Das nossas conversas, nossas rezas e eles não sabiam o que estava sendo discutido ali, né?<sup>204</sup>

A narrativa acima sugere que havia espaços de sociabilidades cujos assuntos de discussões e conversas escapavam ao controle do conservadorismo da igreja. Aparentemente nem todos os padres que coordenavam a comunidade e os Círculos Bíblicos possuíam uma postura progressista, principalmente em relação às discussões sobre as mulheres. Entretanto, elas utilizavam-se estrategicamente de espaços que possibilitavam uma fuga ao controle religioso na comunidade. Tais espaços eram diversificados, desde hortas comunitárias, Programa de Plantas Medicinais<sup>205</sup>, onde elas se reuniam para trabalhar e conversar, reuniões informais entre comadres, vizinhas, reuniões de escolas e até nos próprios cultos na igreja, onde não havia a presença de padres. Segundo ela: “o padre não rezava missa todo domingo, então tinha os cultos e nos cultos nós éramos o padre”<sup>206</sup>.

Ela indica que, no culto, geralmente a base das discussões eram os assuntos elencados anteriormente nos Círculos Bíblicos; sem a supervisão de uma autoridade religiosa os rumos das discussões eram ditados por elas. Os espaços informais de sociabilidade feminina, enquanto criativas invenções cotidianas, como apontado por Certeau (1995),

<sup>204</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>205</sup> O Programa de Plantas Medicinais na região é instituído formalmente em 1993, entretanto, a prática de utilização das ervas medicinais já existia bem antes desta data. Sobre esse programa, que é entendido como espaço de sociabilidade e fonte de renda, Almeida e Schörner (2014, p. 2) a partir de suas fontes, afirmam: “As primeiras discussões sobre o uso da medicina alternativa na saúde e a constituição do Programa de Plantas Medicinais estiveram ligadas às discussões que permeavam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga, remontando, portanto, a segunda metade da década de 1980 [...] O trabalho era essencialmente desenvolvido por mulheres e, portanto, considerado como um espaço de discussões da problemática das relações de gênero, possibilitando o crescimento das mulheres em autonomia social e econômica. Desde a idealização, instrução e planejamento, técnicas, crédito e comercialização as mulheres protagonizaram a prática das ervas medicinais, decorrente de tal protagonismo o processo trará impactos positivos, principalmente no que concerne a autonomia e empoderamento das mesmas”. Há também, na discussão dos historiadores, a evidência de que, a partir da institucionalização do referido Programa, existindo, portanto, maior visibilidade sobre o mesmo, os discursos masculinos sobre as plantas e seus usos tornam-se frequentes. Entre outros pontos, a suposição é de que a voz e o discurso masculino legitimariam o Programa e a própria atuação das mulheres no plano público.

<sup>206</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

compreendendo as hortas comunitárias e as conversas descerimoniosas entre as trabalhadoras rurais representavam mecanismos que burlavam a vigilância religiosa, eram táticas que, muitas vezes, contestavam os pressupostos disseminados pela Igreja. Os significados de mundo construídos pela entrevistada possuem influência do cotidiano e das sociabilidades rotineiras. Certa desconstrução da perspectiva religiosa<sup>207</sup> sobre as mulheres perpassa o depoimento de Zenóbia, pois:

[...] Nos Círculos Bíblicos se falava muito da questão do povo, do trabalhador, nós começamos lá com os Círculos Bíblicos, mas chega um momento que a gente começa a ver as coisas sobre outros ângulos, não só pelo olhar religioso, a gente começou a perceber outra forma de vida, né? [...] que a sociedade é discriminatória, e a gente começa a perceber a igreja aliada ao sistema aí, capitalista. E também é excludente e também é violento na questão da mulher, depois a gente começou a perceber as coisas dessa forma, abrimos para outras questões<sup>208</sup>.

A relação das mulheres com os Círculos Bíblicos é permeada pelo signo da contradição. As memórias da entrevistada evidenciam que estes possibilitaram a inserção das mesmas nas discussões políticas de classe, ligando-as à conjuntura política do país, mas, apesar disso, não propiciaram discussões ou reflexões mais profundas relacionadas às desigualdades de gênero. As reminiscências das memórias acima citadas evidenciam a percepção das trabalhadoras de que esse espaço de discussão, estando atrelado à Igreja Católica, reproduzia sentidos de uma estrutura instituída socialmente no interior da organização cristã. Esse espaço não subsidiava os interesses de reação ou enfrentamento no campo individual, familiar, cotidiano pelas trabalhadoras. Nas palavras de Zenóbia, “nos Círculos Bíblicos não se falava muito de mulheres, de violência que sofriam, era uma coisa que ficava em casa, não se tocava nisso”<sup>209</sup>. Ou ainda:

Ah, falava-se sobre planejamento familiar, só que a igreja defendia um planejamento natural, sem o uso de anticoncepcional. Isso a Igreja dizia e os Círculos Bíblicos passavam, mas no movimento [MPMP] já se dizia que a mulher era dona do corpo dela e ela que tinha de decidir quantos filhos ela queria e tudo. Até questão de nome de filho e tudo, a gente dizia: Sem essa de marido por nome em filho, o filho é da mulher, ela tem o direito de escolher o nome que quiser pro filho! Por que só homem tem de escolher nome de filhos?<sup>210</sup>

A prática e o discurso dos Círculos Bíblicos orientavam-se pelos pressupostos políticos e econômicos da luta de classes, esta por sua vez funcionava como elemento

<sup>207</sup> Movimento Popular de Mulheres Paranaenses. Ela que este era mais aberto para questões específicas das mulheres e que havia companheiras suas, inclusive ela própria, que participavam no sindicato e no MPMP.

<sup>208</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>209</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>210</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

unificador das diferenças, inclusive de gênero. Apesar de representar a porta de entrada para a luta política das trabalhadoras, acabavam por reproduzir ordens sociais cujo modelo afirmava a manutenção do masculino como modelo de autoridade no campo. Ao defender, por exemplo, um planejamento natural de família, excluía as mulheres do direito de decidir sobre seu corpo. Entretanto, isso não escapava a elas. É inegável que os espaços de discussão dos Círculos Bíblicos possibilitaram uma formação política que estimulou a busca por lugares de participação das trabalhadoras na luta política sindical. Porém, alguns pressupostos não foram internalizados totalmente por elas, indicando outras influências no percurso.

#### **4.3 “Nós muitas vezes dissemos: ‘nós não estamos aqui só pra lavar louças’”: a inserção das trabalhadoras no espaço de discussão sindical**

Foram os Círculos Bíblicos, aliados a um amplo trabalho de base desenvolvido pelo sindicato rural, que acabaram por criar mecanismos que subsidiassem a inserção das mulheres no espaço político sindical. Ela aponta que no espaço dos Círculos Bíblicos conseguiu desenvolver uma análise crítica da sociedade e compor um quadro que a nortearia no interior do sindicato e no espaço político, de modo geral. A entrevistada afirma que sua relação com o sindicato ocorreu a partir do trabalho de base desenvolvido por este.

A partir do momento que a gente começou a discutir a questão povo a partir da orientação da bíblia, nos Círculos Bíblicos, logo que se fundou o sindicato eu fui convidada para vir. O Osmano, ele ia nas comunidades pra formar, explicar o que era sindicato, o porque do sindicato, teve um processo de formação, por que as pessoas não sabiam o que era. Não sabiam o que era e nem para que servia um sindicato, aí ele foi fazer esse trabalho de base e foi convidando as pessoas, né? Eu fui convidada a participar, por que até alguém para escrever uma ata era muito difícil nessa época, a maioria das mulheres não sabia ler e escrever, eram raras as que sabiam, então quem tinha, no meu caso, que eu tinha a 8ª série, nossa! Era considerada muito estudada. Então ele me chamou para *ajudar* nas discussões e na elaboração das atas<sup>211</sup>. (grifo nosso)

O sindicato rural empenhava-se em trazer todos os membros da família para o espaço de discussões, jovens e mulheres contribuiriam com a luta ali travada. Para Zenóbia, o fato de ser considerada letrada facilitou sua inclusão no sindicato rural. Pensando a educação como capital simbólico, Pedro (2000) diz que, ao ser adquirido pelas mulheres, ele lhes garante a entrada para assuntos públicos. Dessa forma, seu nível de estudo, que não era comum na época entre os trabalhadores(as) rurais, possibilitou certo prestígio e visibilidade dentro do sindicato, funcionando como um passaporte para sua inserção política, tanto no sindicato

<sup>211</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

como no PT, logo em seguida. Entretanto, é imprescindível atentar para a qualidade dessa inserção: o caráter de *ajuda* (secundário) nas discussões e o trabalho na elaboração de atas dos encontros realizados.

As inclusão e participação das mulheres no sindicato não ocorrem de forma equilibrada e igualitária. A narrativa abaixo exemplifica.

P- Como você avalia a inserção das mulheres no sindicato?

R- [...] Achavam que a mulher não era capaz, né? Ficavam assim com o pé atrás; aquelas agricultoras mais simples, mais ainda. Eu entrei porque era professora, na verdade, já tinha uma leitura melhor, uma escrita, que poderia favorecer ali dentro, mas as agricultoras bem humildes foi difícil a inserção. Não foi assim... Foi a luta das mulheres mesmo. Começaram a se organizar e a falar que ela tinha que buscar o seu espaço, aí elas começaram a tomar coragem, pleitear isso, né? Reivindicar sua participação<sup>212</sup>.

Nesse depoimento dois pontos precisam ser observados: as dificuldades e o engajamento das próprias mulheres para adentrar no espaço sindical e reivindicar essa participação, pois a inserção no sindicato não ocorre de forma homogênea para as trabalhadoras rurais. Para aquelas que Zenóbia define como *agricultoras mais simples* ou *mais humildes* os obstáculos eram ainda maiores. Avançando um pouco mais no tempo, adentrando num período posterior a esta inserção verifica-se que a mobilidade dessas trabalhadoras rurais na esfera pública não aparenta ser mais simples ou fácil. O embaralhar das fronteiras vai revelando e desnudando práticas masculinas um tanto hostis às trabalhadoras e desvelando um universo marcado por relações de poder. Zenóbia, no relato que se segue, demonstra a leitura masculina dos corpos femininos em espaços e papéis normalmente caracterizados como masculinos.

P- Para as mulheres que participavam no sindicato, na comunidade, como eram recebidas as suas falas pelos homens?

R- [...] naquela época, tinha muito a questão da mulher bonita e da mulher feia. Se você era mais ou menos, digo no visual, a homarada até que se chegava, ouvia, porque homem é homem, você sabe como é! Mas se fosse uma mulher mais humilde, digamos assim, mais feinha, aparência não tão favorável assim, minha nossa! Naquela época a gente brigava por causa disso. Não é porque é uma pobre coitada que vocês vão fazer o que querem, e eu enfrentei várias vezes isso! Eu e a Rosilda brigava muito por causa disso, dessas situações que aconteciam<sup>213</sup>.

Esse pressuposto dos atrativos físicos como elemento de atenção e afeição pelos homens, nos relatos de Zenóbia, aponta que isso não acontecia somente no sindicato, mas em todas as práticas políticas nas quais as trabalhadoras se envolviam na comunidade e no

<sup>212</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

<sup>213</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

município. Isso indica que a medida para atrair o interesse masculino era a forma física e que, portanto, no entendimento masculino, as mulheres que ultrapassavam o limite do doméstico eram lidas pela sua sexualidade. O assédio sexual nos espaços políticos de atuação das trabalhadoras são freqüentes nas narrativas da entrevistada. Na luta pela sobrevivência da família e por direitos sociais elas saem da privacidade e do anonimato e ganham visibilidade, desse modo, agem de modo diferente das representações de mulheres do lar, dependentes, tímidas. Sobre isso trataremos mais adiante.

De volta a problemática da inserção das trabalhadoras rurais no STRP, é possível sugerir que essa inclusão teve início em meados da década de 1980, posterior à estruturação deste no município (1984), aumentando progressivamente, segundo a entrevistada: “Logo na fundação era pouca mulher, no início eram muito poucas, nossa! Um terço, mais ou menos, aí depois mais avançou nisso”<sup>214</sup>. Nos relatos de sua vida pessoal, a entrevistada indica que isso ocorria principalmente porque, normalmente, a dificuldade começava em casa com a não permissão do esposo para essa saída. Abaixo ela aponta que esse não era o seu caso, mas que o controle dos maridos sobre as esposas, traduzidos na não autorização para participarem, era comum:

[...] meu marido tinha muito orgulho de ver a gente participando do sindicato, mas muitas mulheres não conseguiam participar justamente por isso, não tinham apoio em casa. Não era comum a visão que meu marido tinha, era muito raro, depois foi se abrindo, mas no início era difícil mesmo, tinha muitas companheiras que gostariam de ir, mas o marido não deixava, porque tinha de ficar em casa, tinha de ir pra roça junto, tinham aquele bando de filhos. As mulheres, na época, no sítio tinham muitos filhos, cinco, seis, dez filhos, então ficava em torno da família e não conseguia participar. Na comunidade tinha várias, tinha uma tia minha, que ela participava da igreja, da igreja ela conseguiu que o marido deixasse ela participar, muito mais tarde ela conseguiu a libertação, mas no início o marido não deixava de jeito nenhum. Tinha um compadre nosso, ele era atuante e tudo, apoiava, mas na hora da esposa ir, não deixava, porque ela tinha os afazeres em casa, ele dizia. E as que participavam, decerto não tinham? Ma a dele tinha os afazeres em casa, esse casal aí tinha um atrito muito grande por causa disso, né? Até na questão da própria comunidade, na organização, ela não ia trabalhar porque o marido não deixava, ela queria, mas tinha de ficar em casa e ele que participava, fazia parte até das comissões. Depois as coisas mudaram, o sindicato ajudou nisso, o Osmano falava nas comunidades<sup>215</sup>.

A inserção no sindicato rural, não foi fácil para as trabalhadoras rurais, a perspectiva naturalizada do que Pedro (2000) denominou de poética das esferas, representou um entrave nesse processo. O relato acima aponta para uma configuração social dos espaços relacionada

<sup>214</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>215</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

às relações de poder, a autoridade masculina sobre as mulheres é evidenciada, “*começava lá na casa já*”<sup>216</sup>, nas palavras da entrevistada. O empecilho inicial para participar aponta para uma rigidez na configuração dos espaços, previamente estabelecidos. Nessa perspectiva a categoria gênero possibilita uma análise mais profunda sobre a problemática, e, segundo Pinsky (2009) essa categoria de análise “remete a idéia de que as concepções de masculino e feminino possuem uma historicidade”. A resistência à inclusão das agricultoras pelos esposos reproduzia a representação social do *ser mulher* no período, a prescrição cultural que definia seus lugares, indicava o doméstico como seu espaço natural. Constituída histórica e socialmente a esfera privada, a vida íntima familiar tem sido pensada como o lugar das mulheres e a esfera pública como lugar de atuação dos homens (PEDRO, 2000).

A premissa masculina e social de que as mulheres deveriam ter suas vivências ligadas à reprodução familiar e à unidade doméstica é freqüente no relato da entrevistada. Presente nas práticas cotidianas, a dominação masculina adquire caráter de natural. Assim, e na perspectiva de Bourdieu (2012), essa naturalidade da divisão social dos papéis e funções faz com que ela adquira caráter de legitimação. A autoridade masculina presente no ato de não deixar que a *sua mulher* ocupe espaços socialmente construídos como masculinos, como o sindicato, era justificado pela dita condição natural das mulheres, ligada à família. Isso interferia nas condições mínimas de participação das trabalhadoras.

O trabalho do sindicato rural, tanto no espaço sindical, nas reuniões, quanto no trabalho de base desenvolvido nas comunidades rurais do município, influenciaram na participação e conseqüente sindicalização das mulheres, podendo ter possuído um caráter decisivo nesse processo. Aparentemente, a contestação da realidade agrária, gerada pelo modelo capitalista, apontava para a construção de um novo projeto para a sociedade e para o campo, um projeto mais igualitário e menos hierárquico.

A oposição sindical verificada na região Central do Paraná inclui-se no que os cientistas sociais denominavam, como já visto, de Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2003), uma participação mais democrática estava inclusa nesse novo projeto de sociedade para o campo. Ao assumir essa prerrogativa de participação política, o STRP, de certo modo, acabava, através de seu discurso, por afetar as vivências cotidianas e familiares no campo, influenciando, no processo, a inserção das mulheres ao longo das décadas de 1980 e 1990, principalmente na primeira.

---

<sup>216</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

Boni (2004) ao analisar a participação das trabalhadoras nas lutas sindicais no Oeste de Santa Catarina, destaca que, apesar de não avançar muito na participação da vida sindical das mulheres (reuniões, direção), houve uma transformação nas práticas de atuação dos sindicatos, trazendo as discussões de gênero, mesmo que mínimas, para o movimento sindical. Consolidando-se na década de 1980, esse novo sindicalismo trouxe possibilidades de inserção das trabalhadoras nesses espaços, levando a bandeira da participação feminina nos sindicatos.

A perspectiva de uma liderança homem, no caso o presidente do sindicato, Osmano Soares dos Reis, presença constante nos documentos e nas falas de Zenóbia, que possibilitou uma consciência, mesmo que reduzida, de gênero entre os homens filiados, torna possível essa compreensão. Soma-se a isso o enfrentamento das trabalhadoras ao autoritarismo masculino, na figura de pais e maridos. Apesar de restrita, consistindo numa minoria nas duas décadas pesquisadas, algumas trabalhadoras inseriram-se num espaço costumeiramente masculino.

Passamos agora a investigar como se dava essa participação, pois a inserção feminina num espaço político não significa necessariamente o dismantelamento dos papéis e hierarquias sociais no seu interior.

No sindicato, a gente atuava mais assim, nas questões de saúde, saúde e educação eram temas fortes, aí depois começou a vir os direitos da mulher trabalhadora, né? Aposentadoria da mulher, licença maternidade pra mulher da roça, auxílio doença pra agricultora, daí nós trabalhava nessas questões também, que eram mais necessárias [...] essa questão das mulheres, na época era muito precária<sup>217</sup>.

Quando a entrevistada cita que prevaleciam as questões de saúde e educação como assuntos principais de atuação das mulheres, as hierarquias sexuais são evocadas, reeditando a configuração das esferas. Inclusas no espaço sindical a atuação das trabalhadoras, ligava-se mais às questões consideradas como uma extensão de seus papéis sociais ligados à família e, portanto, à esfera privada. A evocação da sensibilidade feminina no sindicato é evidenciada na aproximação de suas atividades a cuidados, predominando uma reprodução da representação social das mulheres ligadas ainda às funções de mães e esposas, cujo argumento ancorava-se na política das esferas separadas, pois socializadas para a esfera privada, virtudes como paciência, pureza, solidariedade eram (re)afirmadas. Saúde e educação eram

---

<sup>217</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

consideradas como *coisas de mulher*<sup>218</sup>. Entretanto, as questões ligadas à visibilidade das mulheres e da afirmação política de seu trabalho eram amplamente discutidas por elas, desvelando a necessidade de se imporem como produtoras rurais. Há também que considerar o fato de as questões relacionadas à saúde e educação estarem entre as preocupações da instituição sindical.

No sindicato rural, na região Central do Paraná, somente a partir dos anos 1990 é que os questionamentos específicos sobre as mulheres apareceram com mais frequência, o que não significa que tais discussões eram intensas ou profundas. Para Carneiro (1994), é na década de 1990 que a participação das mulheres em movimentos sociais do campo, adquire a característica de discutir questões referentes às mulheres trabalhadoras rurais, integrando-se ao conjunto de lutas da categoria. Sobre a sociabilidade das mulheres no sindicato rural de Pitanga, Zenóbia aponta para a positividade das mesmas nesses espaços.

Uma das coisas que me fez ficar era justamente isso, a gente tinha vez e voz lá dentro, você podia dar sua opinião, se era acatado depois, não, muitas vezes não era, mas na discussão ali, na presença se tinha autonomia para colocar tua opinião, então, era essa uma das diferenças que eu via em relação às outras entidades, que se tinha só de ouvir alguém lá falando e você tinha de acatar e pronto. Ali era uma forma diferente, até pela forma de círculos que a gente sentava, ali se conversava a respeito dos problemas [...] Então, eram discussões que progrediam bastante, muito boas. As mulheres tinham voz dentro do sindicato<sup>219</sup>.

As memórias da entrevistada indicam que as mulheres eram participativas dentro do sindicato rural, a partir de suas lembranças desse local é possível verificar que tal espaço foi representativo na configuração do exercício político. Ali, desenvolvia-se o ato de falar, discutir junto aos homens, entretanto, como a própria entrevistada sinaliza, falar não necessariamente significa ser ouvida. A disposição das pessoas dentro do local de discussão é percebida como oposto de uma prática autoritária. Ao que parece, o companheirismo nesse espaço é uma lembrança *sagrada* nas reminiscências<sup>220</sup> da entrevistada.

<sup>218</sup> No sul do país, aparentemente, os objetivos iniciais das mulheres trabalhadoras rurais estavam ligados à melhoria no atendimento médico e de saúde dos trabalhadores rurais, de forma geral, para em seguida, reivindicarem benefícios sociais da previdência social. Os estudos desenvolvidos por Brumer (2004) no Rio Grande do Sul, na década de 1980, indicam este mesmo caminho no processo de reivindicações, onde a inclusão por benefícios previdenciários passava pela positividade do trabalho das mulheres realizado na unidade rural, ou seja, para que o enquadramento como beneficiárias ocorresse, era necessário o reconhecimento legal da condição de trabalhadoras rurais. Esse reconhecimento é que garantiria acesso aos benefícios previdenciários. O apoio de agentes externos, como PT, CUT, Movimento das Margaridas, CPT, entre outros é apontado por Brumer (2004) para que esse reconhecimento se concretizasse, demonstrando assim, como a reivindicação de direitos sociais para as mulheres do campo era considerada legítima para esses setores, na década de 1980.

<sup>219</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>220</sup> Segundo Thomson (1997, p. 58) “[...] o processo aparentemente pessoal de compor reminiscências seguras é, na verdade um processo inteiramente público”.



O reconhecimento de si como parte de um coletivo é essencial para compor uma afirmação pública de sua identidade pessoal. A percepção de companheirismo, coletividade e unidade, largamente disseminados no espaço sindical, são pressupostos que podem possuir efeitos importantes na composição das reminiscências pessoais. Seleciona-se memórias que são importantes para a manutenção do sentido de uma unidade social e de uma identidade coletiva que priorizava o sentido de classe (trabalhadora rural). A lógica unificadora desses espaços manifesta-se. Ao argumentar sobre as discussões de gênero no espaço sindical a entrevistada afirma que elas existiam, mas:

[...] houve momentos que a gente discutia, sabe? Discutia sim, mas na maioria das vezes era no geral, mas houve momentos que nós discutíamos questões mais específicas [...] só que a prioridade era as de classe, porque era muito ligado, né? A mulher pobre e a mulher negra, por exemplo, é questão de luta de classes, não se separa, não tem como, né? E a trabalhadora rural também era assim [...] as discussões principais eram saúde e educação e uma política agrícola, isso era o que mais se discutia, era muito necessário falar de política agrícola, nossa!<sup>221</sup>

A partir desse relato, constata-se duas evidências: a prioridade das lutas travadas no interior do sindicato rural diziam respeito às questões classistas; a reprodução do discurso sindical, ligado à divisão de classes, cujos pressupostos originavam-se no marxismo. Paulilo (2004, p. 239), ao analisar pesquisas nos movimentos de mulheres ligados ao MST, sindicatos, e movimentos autônomos, nos três Estados do sul do país, é enfática: “Nos movimentos que colocam a luta de classes em primeiro lugar, o modelo de participação política é machista. O discurso de igualdade de gênero é consenso, mas não se discute quão desigual é essa igualdade [...]”. A prerrogativa bastante forte no discurso da entrevistada é de que as mulheres faziam parte da classe trabalhadora, considerava-se, e isso visível no relato acima, que as questões relacionadas às especificidades das trabalhadoras estavam já incluídas na *luta maior*, eram considerados como secundárias. A ênfase ao discurso de luta de classes evidencia a incorporação do discurso sindical pelas trabalhadoras. Isso se torna nítido na narrativa abaixo.

Tinha bastante violência no campo, violência doméstica, sabe? Começou a discutir, mas bem depois, no início não se tocava nisso [...] porque assim, a questão de miséria mesmo era gritante, na época. E era aquilo que tinha que ser combatido no momento, ali. A gente, lá no sindicato, dizia que a violência era fruto da miséria, se agente pensar assim, é. Era aquela miséria extrema que existia, que era gritante, aquela falta de política agrícola, isso que era o mais importante na época, aí depois começou a avançar nessa questão da violência da mulher, aí começou a se colocar sobre as líderes que foram mortas, né? As questões trágicas, ligada assim, à militância. No

<sup>221</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

cotidiano mesmo não se discutia, não. Era mais ligado ao econômico mesmo<sup>222</sup>.

A centralidade do conceito de classe social, marcada pela influência da teoria marxista no sindicato foi uma constante. Sem dúvidas, esse fato limitava a incorporação de um conhecimento e práticas relacionadas à situação das trabalhadoras nas esferas da vida social e familiar. Nos Círculos Bíblicos, como analisado anteriormente, a violência doméstica sofrida pelas trabalhadoras, era algo que deveria *ficar em casa*, essa política de entender essa violência como não pública, estendia-se às práticas do sindicato, que negligenciava, tratando como questão de classe social.

Como a entrevistada aponta, as discussões sobre a violência contra as mulheres não extrapolava o âmbito da militância, havia uma fronteira simbólica que definia o que era assunto de discussão no sindicato: a partir do momento que as mulheres sofrem violações ligadas à causa política de classe social, é tema de abordagem. Era necessário que a violência sofrida pelas trabalhadoras estivesse relacionada à causa maior para que fosse propósito de debate sindical. Essa igualdade entre homens e mulheres, forjadas no espaço sindical rural, acarreta, segundo Paulilo (2003) a incorporação do discurso sindical e de um comportamento masculino pelas mulheres. Assim, a idéia de que a priorização das questões classistas acarretaria mudanças nas relações de gênero perpassa o discurso da entrevistada.

Não se pode negar a importância do sindicato, no que concerne à organização política das mulheres, incentivando a participação das mesmas no seu interior, e inclusive, incorporando a luta pela imposição das mulheres como trabalhadoras rurais. Tanto os Círculos Bíblicos quanto o sindicato rural acabam por fornecer instrumentos para a consolidação de ações políticas das mesmas. Considerá-las como parte integrante das reivindicações e da própria organização sindical rural denota uma vontade de combater práticas sociais discriminatórias, entretanto, o sindicato rural encontra-se dentro de uma estrutura formalizada, cujas práticas são centralizadoras do masculino, e como tal, havia certa resistência ou não propensão a problematizar as desigualdades de gênero, priorizando as questões de classe social, porém desconsiderando que a pobreza atinge principalmente as mulheres e em sua forma extrema afeta principalmente as do campo<sup>223</sup>.

---

<sup>222</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida a Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>223</sup> Sobre a pobreza das mulheres do campo e a exclusão da renda ver Campos (2011) cujo estudo, intitulado *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio* analisa os processos de produção, reprodução e perpetuação da pobreza, em particular a feminina na América do Sul, realizando um estudo de caso confeccionado no município de Cruz Alta no Estado do Rio Grande do Sul, na qual investiga os pontos de

As palavras da entrevistada sobre a reprodução das desigualdades de gênero no sindicato evidenciam pressupostos discriminatórios no seu interior. A ausência das trabalhadoras nas instâncias de liderança sinaliza para a necessidade de desconstrução de modelos e papéis historicamente construídos para homens e mulheres. Referindo-se à hierarquia das funções no interior do sindicato rural de Pitanga, a entrevistada afirma.

Só que não era coisa comum, na época, as mulheres ocuparem cargo de direção. Tanto é que mulher presidente de alguma coisa era difícil né? Ainda mais no sindicato, geralmente a gente ficava lá [...] então, geralmente os cargos maiores, de presidente ou tesoureiro eram coisas de homens, né? Não, presidenta não tinha não. Aqui em Pitanga nunca teve mulher na presidência do sindicato [...] <sup>224</sup>.

As práticas discriminatórias do sindicato não se findam com a inserção das trabalhadoras em seu interior. Mesmo que as mulheres passem a integrar as discussões realizadas é preciso atentar, entre outras coisas, para duas situações: elas eram a minoria nesse espaço e as funções ocupadas eram menos importantes que as dos homens. Desde sua constituição, incluindo as duas décadas estudadas, até a presente data, não houve uma mulher que ocupasse o cargo de presidência do STRP. Mesmo com certo nível de estudo, que lhe conferia, em certa medida, uma visibilidade e importância dentro do sindicato, o relato da entrevistada é enfático: “Eu, por exemplo, era secretária, nunca passei disso”<sup>225</sup>. A secundarização do trabalho das agricultoras na unidade camponesa é, de certa maneira, estendido ao espaço sindical. Ao que tudo indica, havia certo empenho/esmero masculino de, mesmo num espaço onde se supunha participação igualitária entre homens e mulheres, ligá-las às atividades ditas femininas, como cozinhar e lavar.

Ah, várias vezes a gente via isso, várias vezes. Nós muitas vezes dissemos: ‘nós não estamos aqui só pra lavar louças, fazer comida pra vocês, nós queremos participar, né!’. Eu valorizo bastante o Osmano nessa questão, ele sempre dizia: ‘olha, mulher não vem aqui pra ficar fazendo comida e lavando louça, não. Mulher tem que participar nas discussões, ajudar a construir uma sociedade melhor, que nós almejamos’. Mas tinha outros companheiros que olhavam atravessado, sim<sup>226</sup>.

O relato acima evidencia a resistência, por parte de alguns homens, à presença das mulheres, a rejeição feminina nesse espaço é concretizada na tentativa de reforçar a condição de mulher, ligando-as aos seus papéis tradicionais de mãe e esposa desempenhados pelas mulheres na esfera privada, reafirmando o que era/é considerado *lugar de mulher*. Entretanto,

---

intersecção entre a riqueza do agronegócio e a pobreza feminina. Ver também Paulilo (2004) e Deere e León (2002).

<sup>224</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>225</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>226</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

esse mesmo relato, demonstra o empenho das mesmas de participarem efetivamente das discussões políticas. Essa participação não é conquistada sem grande dispêndio de energia por parte delas e da interferência da presidência sindical. A relutância em relação à aparição pública das trabalhadoras excedia o interior do espaço sindical, e era visualizada também nos demais setores políticos e na sociedade, de modo geral. O desconforto masculino com a presença das trabalhadoras era considerado atrevimento, isso era consubstanciado no apelo à moralidade que regulava a sexualidade feminina<sup>227</sup>. A narrativa seguinte evidencia esse pressuposto.

Sabe? Tinha muito assédio! Eu passei por isso. De político então você não faz ideia, porque assim, se não conseguem te dobrar pela palavra eles tentam pela moral, né? Porque se você vai na deles e fica desmoralizada, pra eles é prato cheio. Eles difamam você. Eles nunca são difamados, mas a gente, nossa!<sup>228</sup>

E ainda:

Porque mulher que saia de casa era tida como uma mulher vadia, né? Pra ir na cidade levar o filho no médico podia, mas nas reuniões não! Então, você romper isso era complicado. A partir do momento que você começa a ter reconhecimento, a partir do momento que veem que você saiu e que está fazendo algo em benefício da sociedade, né? Aí você começa a ter respeito<sup>229</sup>

Aparentemente, as mulheres não enfrentavam obstáculos para irem à cidade pelo motivo de realizarem tarefas relacionadas à família, em caso de necessidade, como é afirmado em alguns momentos da entrevista, isso não oferecia sérios riscos à ordenação moral dos espaços sociais, mas os problemas/críticas apareciam quando suas ações fora de casa não estavam totalmente absorvidas pelos papéis tradicionais de mãe e esposa. A transgressão de espaços socialmente delimitados para elas, e as novas funções e posições assumidas representavam uma ameaça.

Socialmente, as mulheres ao desenvolverem interesses e posturas fora da família, era um sinal de que a ordem precisava ser restabelecida, havendo críticas à moralidade das que se aventuravam na ocupação de espaços, tidos como não naturais para elas. Funcionando, portanto, como um cerceamento aos limites de sua mobilidade. Essa tentativa de controle social para que não houvesse uma fluidez nas esferas é consubstanciado na prerrogativa da

<sup>227</sup> O espaço do político é viril, como tal, através de diferentes práticas e em diferentes períodos procura afastar as mulheres deles. Perrot (1998) demonstra que os lugares são sexualizados e que à medida que os espaços vão se politizando acabam por excluir as mulheres, como exemplo cita o movimento operário Cartista na Grã-Bretanha, na primeira década do século XIX, que expulsa progressivamente as mulheres dos bares ao se politizarem, indicando que as discussões políticas não eram coisas de mulheres. Historicamente, o espaço político constitui-se como inóspito às mulheres.

<sup>228</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>229</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

sexualidade feminina<sup>230</sup>. Por em dúvida a moralidade das mulheres, colocando-as como alvo de comentários, é um evidente sinal de vigilância aos limites da mobilidade das trabalhadoras. O medo de não ser considerada uma *mulher direita* ou tida como *uma mulher vadia* é um empecilho para a subversão dos espaços. O diálogo abaixo traduz a leitura da comunidade e da sociedade, de modo geral, da visibilidade política de uma mulher.

P- A partir da sua inserção de outras mulheres no sindicato que mudanças ocorreram nas relações na comunidade e na família?

R- Muda, porque aí você tem mais argumentos, né? Nós, assim, que éramos líderes na comunidade, você vai fazer, desde uma meditação, esse tipo de coisa, você tem mais argumentos, daí você consegue ser ouvida. Como eu falei para você, na nossa comunidade que era uma comunidade, digamos assim, formada a partir de uma organização já, mais organizada, a gente conseguia esse respaldo, as pessoas ouviam. No caso nosso, eu e a Rosilda, a gente tinha um reconhecimento muito bom na comunidade. Aí depois mais tarde quando nós assumimos o partido político, o PT, no caso, aí mudou completamente, aí começou aquela coisa de difamar para te enfraquecer, né?

P- Houve casos de difamação contra você? Poderia comentar?

R- Ah, sim! Muitas vezes. Isso era meio que normal. Até na campanha política, né? Enfrentava esse tipo de coisa. Porque na época, você vê, foi um deus nos acuda. Aonde já se viu uma mulher sair como candidata à vice-prefeita, daí ter de sair com os homens para fazer campanha, né? Porque daí eu saía, geralmente saía eu e o marido, ele me acompanhava, ou às vezes eu, a esposa do presidente do sindicato e ele, porque era muito candidato, não tinha pessoas. Mas era um absurdo. *Você era vista quase como uma prostituta, porque você tá num ambiente masculino*. Então eu dizia assim, que era muita coragem. Só que a gente, acho que era meio doida, não ligava para isso [...] E também na questão assim, uma vez que nós fomos para uma comunidade fazer campanha. Eu era candidata, eu e a Cida fomos. Aí um homem chegou de gracinha, assim: Ai, mas essa vice aí merece o voto só pela beleza. É uma mulher muito linda e não sei o que, sabe aquelas gracinhas de machão, assim? E era numa comunidade, na casa dele que a gente foi pedir voto. Então, a gente encarava bastante esse tipo de coisa... por ser mulher<sup>231</sup>.

A análise da produção dessa narrativa pode sugerir: quanto maior e mais significativa a visibilidade política de Zenóbia mais expansiva é a rejeição, traduzida, entre outros pontos, no assédio? Na comunidade, politizada, a leitura feita de sua ação política era, de certo modo, positiva, já no campo específico da política partidária, mais *significante* e notável publicamente, essa percepção é diferente. Ao que parece, há uma definição social do moralmente aceito, cuja inserção no partido político marca um limite dessa transgressão.

<sup>230</sup> Sobre a sexualidade da mulher camponesa, Wolf (1976) diz que, na unidade camponesa o papel sexual da mulher estaria subordinado à centralidade da autoridade masculina, numa dinâmica que subjugava os desejos das mulheres às prioridades do macho, indicando um controle da sexualidade das mulheres, inclusive nas suas condutas que poderiam ser recompensadas caso fossem apropriadas ou punidas em caso negativo.

<sup>231</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

Mendras (1978, p. 87) nos auxilia nessa análise. Ao tratar sobre a sociedade do interconhecimento, uma das características das sociedades camponesas, diz que ela pode ser expressa na expressão “aqui todo mundo se conhece”. O *aqui* designa um habitat, um território, definido por oposição aos territórios vizinhos; é um território construído que serve de residência, meio de trabalho e espaço de sociabilidade. A comunidade, frequentemente é representada nas narrativas de Zenóbia como um espaço *bom para se viver*: “Então, na época a gente tinha uma comunidade muito boa, agente podia confiar em todo mundo. Podia saber que todo mundo era seu amigo e amigo de verdade, né? Pessoas que se você precisasse estavam dispostos a uma troca, assim, muito boa<sup>232</sup>”.

A comunidade onde viveu no período em que lecionava, participava dos Círculos Bíblicos e ajudava nas questões comunitárias, é comumente associada a algo positivo. Ela conservou lembranças agradáveis sobre esse espaço. Logo, *lá*, na comunidade, ela era conhecida e reconhecida (todo mundo a conhecia); quando começou a freqüentar o sindicato, o partido, se candidatar, passou a ocupar/utilizar outros espaços, tradicionalmente lidos como masculinos, como ela mesma diz. Assim, o olhar sobre ela muda; as expressões a ela dirigidas são, também, formas de descaracterizar a sua atuação nesses espaços.

A comunidade rural é simbolicamente considerada uma segunda família. Assim, é possível sugerir que seus papéis desempenhados nesse espaço estavam associados a cuidado e proteção (funções pré-demarcadas como femininas). À medida que ela adentra em espaços de maior visibilidade política, masculinos, a leitura social sobre suas atuações é modificada e negativada. Há um preço pela subversão dos espaços: a desqualificação apelando para a sexualidade feminina. O entendimento masculino e social é de que tais mulheres não são mulheres *direitas*. A comunidade e a própria família trata de garantir essa vigilância. Quando relata à resistência à participação da mesma em eventos políticos ela diz: “Ah, muitas vezes diziam assim: você está abandonando a família com isso, a minha mãe mesmo falava: onde já se viu, você ficar aí andando pela estrada, cansando?!<sup>233</sup>”.

Como já observado numa narrativa anterior, o obstáculo era fazer entender que o adentrar nesses espaços significava: “A partir do momento que você começa a ter reconhecimento, a partir do momento que vêem que você saiu e que está fazendo algo em benefício da sociedade, né? aí você começa a ter respeito. Era uma ação política<sup>234</sup>. Ao procurar justificar suas práticas ela aponta os benefícios sociais que sua atuação e de suas

<sup>232</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

<sup>233</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>234</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

companheiras acarretaram, a entrevistada dá sinais sobre a prescrição cultural do período, de grande peso e influência na militância das agricultoras<sup>235</sup>. Para ela, o ato de sair para os espaços de decisão representou, em certa medida, um deslocamento nas relações de gênero. O *sair de casa*, na sua concepção, era justificado pela perspectiva social, havia uma função para tal, e suas práticas não eram pelo benefício individual, de liberdade sexual, por exemplo, mas porque sua ação política beneficiaria o conjunto da sociedade, o fato de ser, nas suas palavras, uma *ação política*, legitimava a presença e as práticas das mulheres nesses espaços.

O sacrifício em prol de um bem maior e para todos é uma constante e motivo de orgulho na atualidade. Na narrativa abaixo, ela faz uma análise de sua trajetória.

P- Como eram os encontros que você participava?

R- [...] Eu participei de vários eventos, encontros. A gente tinha de viajar de ônibus, vir de lá a pé, carregando aquela bolsarada, de roupa para ir aos encontros, aqui e ali, sabe? Eu andava muito pela estrada, era um cansaço, sofrimento mesmo. Fui em muitos encontros em Santa Maria, tinha um grupo bastante grande lá, então, geralmente era final de semana, né? Tinha muitas críticas! Homaiada que parava na estrada oferecer carona, sabe? Então era difícil, tinha de ser bem pulso firme, senão não ia, voltava pra trás e ficava na casa. Tinha dias que eu chorava na estrada, de cansaço, sabe? Às vezes dias frios assim, e você vindo naquelas estradas e olhava, todo mundo dormindo, e você na estrada naquela noite fria, assim, sabe? Eu às vezes ficava até meio revoltada! Pensava: Que coisa, todo mundo dormindo e eu na estrada! Houve momentos assim, sabe? Mas eu não desisti!<sup>236</sup>

Ao falar do sofrimento das viagens, do assédio e das críticas que a entristecem, a entrevistada, logo em seguida, evoca a coragem, a persistência e a força por seus ideais, como motivos para não desistir da luta. Além de outras dificuldades, como cansaço, sofrimento nas viagens, o assédio sexual, como vimos, é comumente acionado como uma inconveniência e dificuldade para ela. O receio de ser uma *mulher falada*, por oposição à *mulher honesta*<sup>237</sup>, descortina evidentes sinais dos preconceitos que cercavam a vida das mulheres e também de uma sexualidade regulada e centrada na autoridade do homem.

*Ficar falada* na comunidade era uma sanção para uma conduta desviante, mesmo que isso não tivesse relação com uma ação sexual *desviante*, mas com uma subversão das normas vigentes quanto aos espaços prescritos socialmente e culturalmente para homens e mulheres. A política dos costumes procura prendê-las às práticas entendidas como de *mulheres direitas*

<sup>235</sup> Sobre a sexualidade da mulher camponesa em seus múltiplos desdobramentos, inclusive tratando de sexualidades camponesas, verificando a diversidade dessas sexualidades, ver Ferreira (2006).

<sup>236</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

<sup>237</sup> As expressões *mulheres honestas* e *mulheres faladas* fazem parte do título do livro de Joana Maria Pedro (1994), onde ela analisa papéis normativos de espaços sociais pré-definidos das mulheres de Desterro, Florianópolis, no final do século XIX e início do XX. Ela reconstrói papéis sociais femininos estereotipados e idealizados a partir do recorte de classes sociais.

(honestas), ligadas, portanto, à esfera íntima familiar. Ser reduzida a uma *mulher vadia* pelo fato de transpor em condutas os códigos que delimitam a definição de ser uma *mulher decente*, previamente definidos, isso, aparentemente, pesava sobre as trabalhadoras rurais. Desvencilhar-se dessas situações penosas é percebido como sinal de força e valentia. Na narrativa construída abaixo, sobre a questão da violência doméstica, Zenóbia evidencia essa percepção.

P- Você pode comentar sobre a violência doméstica nesta época?

R- Havia muitos casos de violência. Eu não presenciei, mas sabia que as mulheres sofriam, mas era uma coisa muito camuflada, muito camuflada mesmo. Até lá na minha comunidade, aconteceu uns casos assim, de estupro, mas ficou escondido. A gente não conseguia denunciar, sabe? Mas existia sim e muito. Só que não era como agora que vem e faz um boletim e tal, naquela época não, as mulheres, se acontecia, elas nem contavam, guardavam tudo porque sabiam que não iam ter respaldo, nem proteção nenhuma. Então eu falo assim: acho que as mulheres avançaram bastante [...] só que as mulheres eram muito fortes, sabe? Corajosas, levantavam de madrugada, para sair à pé, pegar um ônibus pra vim pra cidade participar de uma reunião e tal, sabe? Nos encontros de Mulheres, esses encontros que tem até hoje, em março, que começaram a surgir depois, se enchia caminhões de mulheres, caminhão! Porque era o transporte que tinha pra trazer. Hoje é mais difícil de reunir o povo, mas na época, até pelo sofrimento, né? Porque era muito sofrido, se buscava alguma coisa [...] <sup>238</sup>.

Freqüentemente ela evoca a coragem e a determinação das trabalhadoras para participar das reuniões do sindicato e de outras entidades. Segundo ela, esse forte espírito de resistência e mobilização era o resultado do muito que sofriam e pelo desejo de melhorias no campo. Sua fala permite afirmar que ela valoriza as mudanças ocorridas na vida dos trabalhadores(as) rurais a partir de suas mobilizações.

Sobre a violência sofrida pelas mulheres em casa, como vimos anteriormente, ao tratar sobre o posicionamento dos Círculos Bíblicos e do Sindicato sobre esta, era considerado algo íntimo, particular, algo que deveria *ficar em casa*. A violência sofrida por essas mulheres, no período, era considerada como algo privado, não público. Não tendo amparo manifesto e legal o caminho encontrado por elas era o silenciamento. Para Zenóbia, há uma associação entre o sofrimento e a ação política das trabalhadoras. O sofrimento pela violência física e moral, o assédio sexual, as práticas desqualificantes, cansaço nas viagens, eram traduzidas em luta e vontade de mudança para as mulheres e em outros âmbitos, como a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora rural.

---

<sup>238</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.



#### 4.4 “*Ah, a trabalhadora rural era vista como uma pobre coitada*”: a representação social das trabalhadoras rurais e a classificação a partir da categoria trabalho

Os relatos das experiências de vida da entrevistada vão evidenciando conflitos nas relações sociais e culturais, conflitos verificados na esfera familiar, cotidiana e no espaço social, de modo mais amplo. Assim as vivências relatadas apontam para o lugar das trabalhadoras na estrutura social do período e da região.

Ah, a trabalhadora rural era vista como uma pobre coitada, não tinha valor nenhum, era uma tristeza, se você viesse, assim, para a cidade, por exemplo, eu passei por isso, muitas vezes, de chegar numa loja e eles te olharem de cima embaixo, ficavam meio que recusando pra te vender, achando que você não ia ter dinheiro para pagar. Eu me lembro que a minha filha queria muito um vestido muito bonito que tinha numa loja e era final de ano, e ela gostou do vestido, era a formatura dela, aí eu falei: vamos comprar o vestido, então, aí eu vim na cidade, na loja, a mulher me olhou assim de alto a baixo e por azar era só naquela loja que tinha o vestido que a menina gostou e era caro, na época. Eu falei: Não, eu vou levar o vestido, aí ela perguntou: Mas como a senhora vai fazer? A senhora vai poder pagar? Então, a gente passava por situações humilhantes, sabe? Não tinha crédito, no banco então, nem se fala, era homem só que ia, capaz que a mulher ia, assinava a conta só depois, porque daí se o marido morresse a gente tinha de pagar, mas dizer que a gente tivesse autonomia de ir lá, pensar um financiamento, trocar uma ideia, fazer algo, isso não existia, de jeito nenhum, isso era em todos os setores<sup>239</sup>.

A representação social da mulher rural enraizava-se em questões simbólicas e materiais. Como o relato aponta, o fato de possuírem pequeno poder de compra e viverem em uma situação de dependência, faz com que elas sejam pré-julgadas no comércio. Tal percepção perpassa a idéia de trabalho que envolve diretamente as mulheres do campo. Segundo Tedeschi (2012), essa representação das trabalhadoras rurais precede sua aparição ou sua fala, através de narrativas históricas a imagem sobre o que é uma camponesa acompanha o imaginário social. Observa-se, nos relatos da entrevistada, que havia uma ligação entre a discriminação sofrida pelas mulheres do campo, ao virem para a cidade, com os aspectos físicos das mesmas.

Achavam que a gente não era nada, sabe? Quando vinha pra cidade as pessoas olhavam, porque a gente não tinha condições mesmo, nem de pagar um cabelo, um sapato, como hoje a gente pode comprar. Para você ter uma idéia, roupa, roupa a gente não comprava, se pegava e comprava fardos de roupa pra fazer roupa, desmanchar aquilo, fazer, porque não tinha condição de comprar roupa nova, e quando a gente conseguia, com muito custo

<sup>239</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

comprar, era para o ano todo, para sair, ou usava aquelas do fardo mesmo, então era bem difícil, a mulher pessoalmente sofria muito com isso, nossa!<sup>240</sup>

Ser mulher do campo já carrega em si uma série de estereótipos, relacionados inclusive à concepção freqüente que se tem do campo, como lugar retrógrado, marcado pelo conservadorismo, atrasado e marginal. Assim, as mulheres do campo, antes de aparecerem publicamente já possuem uma representação negativada: mulher submissa, desajeitada e principalmente, dependente (desprovida de renda), já que *não trabalhava*, isso remete à invisibilidade do trabalho das mulheres no campo<sup>241</sup>. Essa representação social das trabalhadoras rurais, enquanto *pobres coitadas*, evidenciada na narrativa, aponta para um quadro social que valorizava as pessoas pelo poder de consumo e pela profissão exercida, assim sendo, e segundo as palavras da entrevistada, “[...] isso acontecia por que a gente não tinha uma renda, não podia fazer financiamentos, a gente era vista como marginalizadas mesmo, na verdade, não tinha condições mesmo”<sup>242</sup>.

Discutida por Paulilo (2004; 2009), a categoria trabalho, nas propriedades rurais, é vista sob duas formas: o trabalho doméstico é considerado em contraposição ao que é denominado de trabalho produtivo. Sendo assim, a desvalorização do trabalho das agricultoras estava intimamente ligada às atividades desenvolvidas por elas no espaço dito doméstico, portanto, não remuneradas.

Essa visão dualista e falha do trabalho entre mulheres e homens é interpretada, aqui, não pelo caráter do trabalho em si, mas por quem a executa. Nas palavras de Tedeschi (2012, p. 296) “a divisão sexual do trabalho está, também, relacionada com a representação social do ser homem e do ser mulher nessa sociedade [...] o valor social do trabalho é dado a partir de quem executa e não pela natureza do trabalho em si”. Os estudos de Heredia, Garcia e Garcia Jr (1984) também apontam para um lugar social de cada membro nas unidades sociais camponesas, relacionados às atividades que desenvolvem. Apesar de que, e é importante evidenciar, as mulheres trabalhavam na roça desenvolvendo atividades ditas masculinas. Segundo Zenóbia Cedorak:

[...] as mulheres iam pra roça sim [...] a maioria das mulheres, praticamente no geral, elas enfrentavam a lida diariamente com os homens. Era carpir,

<sup>240</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>241</sup> Brumer (2004) relaciona o caráter secundário do trabalho das mulheres com a emigração e conseqüente inserção destas em atividades fora da agricultura. A partir de seus estudos no Rio Grande do Sul, ela demonstra que devido à posição subordinada das mulheres, principalmente das jovens, na unidade familiar camponesa, (cujo espaço oferece poucas perspectivas para as mesmas, no que diz respeito ao acesso à propriedade da terra, desvalorização do trabalho, entre outros) em relação aos homens, o campo oferece menos motivações para que as mulheres ali permaneçam.

<sup>242</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

roçar, *ajudar* nas colheitas, era muito feijão que se plantava, né? E elas iam junto, além da atividade doméstica elas tinham esse outro trabalho que era juntamente com os homens na roça, até tinha um grupo de mulheres que elas pegavam empreitada, carpida, né? carpiam por empreita, milho, feijão. Elas enfrentavam de cedo à noite [...] <sup>243</sup> (grifo nosso).

A entrevistada evidencia que as funções das trabalhadoras excediam as atividades da casa. É importante atentar para o caráter de ajuda do trabalho das mulheres na agricultura. Segundo Esmeraldo (2013), tal pressuposto ancora-se na construção social dos papéis que envolvem a transmissão de conhecimento das técnicas, práticas agrícolas e valores. A produção da autoridade masculina está ligada no domínio e controle do fazer-aprender e do saber-fazer camponês, segundo ela. O controle e o domínio do ciclo produtivo, das técnicas, dos instrumentos de trabalho e até mesmo das relações estabelecidas com o mercado produzem, constroem a autoridade masculina sobre o processo de produção. Sendo assim, o trabalho das mulheres na agricultura é considerado socialmente como um complemento, adquirindo caráter de ajuda e, portanto, sendo considerado secundário. Essa construção social dos espaços diferencia e hierarquiza o trabalho entre homens e mulheres no campo <sup>244</sup>.

A busca pela positivação do trabalho das mulheres na agricultura é evidente nas lembranças de Zenóbia, que excedem o plano individual, e adquirem um caráter coletivo. Essa autoridade masculina que requer e ancora-se na invisibilidade do trabalho das agricultoras e as secundariza nessas atividades, são evidentes quando se trata de estabelecer relações com o mercado, na esfera pública. São os homens que mediam esse contato. Segundo a entrevistada, apesar do trabalho árduo nas atividades agrícolas os homens é que negociavam na cidade.

A maioria deixava o trabalho de casa só para o final de semana, para o sábado e domingo, pra dar conta da roupa limpa, da casa, tudo. Enfrentavam de segunda a sexta o trabalho na roça. E o que era triste, era que no final quem ia vender o cereal eram os homens, mulher nem ia junto pra cidade, era o marido que ia negociar tudo [...] o homem que ia pra cidade vender, ele que negociava com a cooperativa, a mulher às vezes nem sabia quanto dava <sup>245</sup>.

---

<sup>243</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015. Grifamos a palavra ajuda pois, em muitos momentos da entrevista, Zenóbia acaba reproduzindo a idéia de que o trabalho daquelas mulheres era *ajuda*.

<sup>244</sup> A relação estabelecida pela unidade camponesa com a sociedade envolvente, o que Mendras (1978) definiu como uma das características básicas do campesinato, pode ser pensada no plano das esferas separadas.

<sup>245</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

Apesar de estas serem fundamentais no desenvolvimento das atividades agrícolas, as mulheres são excluídas do processo de comercialização<sup>246</sup>. Heredia, Garcia e Garcia Jr (1984) ao analisar a comercialização dos produtos agrícolas nas unidades domésticas camponesas do Nordeste, dizem que essa atividade cabe normalmente ao homem devido ao caráter de *chefe de família* que o pai (homem) possui, portanto, cabe a ele abastecer a casa e também pelo fato de que a atividade de venda dos produtos é realizada no espaço público, entendido como espaço do masculino, o pai de família é o mediador entre o espaço privado e o público. Boni (2004, p. 301) aponta para a construção social do ser mulher agricultora, para ela, “a mulher agricultora foi socializada no espaço privado e qualificada para os afazeres domésticos, o trabalho na lavoura, o cuidado e a educação dos filhos, a lida com animais [...]”. Por outro lado, segundo ela, aos homens foram delegadas tarefas que envolviam o espaço de *fora* da unidade doméstica, relacionando-se com cooperativas, bancos e até mesmo o sindicato, ou seja, estabelecendo contatos e atuando no exterior do estabelecimento agrícola<sup>247</sup>. A vivência das trabalhadoras rurais incorporava sentidos não restritos às questões biológicas, mas relacionando-se a aspectos de socialização das mulheres nos espaços sociais.

Nesse sentido, e considerando a venda dos produtos agrícolas como prolongamento do trabalho na roça, suposto masculino, a comercialização denuncia o caráter secundário do trabalho das mulheres. Apesar de desenvolverem as mesmas atividades que os homens seu trabalho era considerado como ajuda, mantendo um modelo de autoridade masculina. Paulilo (2004, p. 245) a partir de estudos sobre o trabalho das mulheres rurais em períodos e regiões diferentes do Brasil, conclui que: “a distinção entre trabalho ‘pesado’ feito pelos e trabalho ‘leve’ feito pelas mulheres não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido, mas ao sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho era considerado leve se feito

---

<sup>246</sup> Rosa (2004, p. 13), ao analisar o trabalho na maricultura no sul de Florianópolis-SC, a partir do recorte de gênero, verificando as dificuldades encontradas pelas mulheres numa atividade desenvolvida no mar, as tarefas determinadas pela divisão sexual do trabalho e o modo de conciliação do trabalho doméstico com tal atividade, diz que “a maior parte das mulheres não participa da comercialização da produção, esta é uma tarefa considerada masculina, tanto o pai como os filhos homens a realizam”.

<sup>247</sup> Essa socialização dos homens para fora e das mulheres para dentro é descrita de forma sintomática por Woortmann e Woortmann (1997), onde os sitiantes pensam a saída dos filhos homens para o *mundo* como uma representação da masculinidade. Antes do casamento, por volta dos 18 anos, os meninos devem viajar e aprender novos procedimentos e técnicas agrícolas e no retorno ensinar à família. A ação de sair, no plano simbólico, significa que a masculinidade já está plena e que ele está pronto para ser o chefe da nova família. Para as filhas, essa mesma lógica não se aplica, ao contrário, elas são retidas no sítio como força de trabalho, pois as filhas de sitiantes fracos (mais pobres/menos terras) que saem. Entendem que é vergonhoso para o pai de família por dois motivos: exporia publicamente sua pobreza; ao sair elas estariam submetidas às ordens de outros homens (que não seu marido), o que é vergonhoso para um pai de família. A lógica é de que o homem deve expandir o seu espaço social, começando do quintal, indo para a roça, mato, feira e por fim o mundo. Seu saber deveria ser sofisticado para que ele seja um bom pai de família. O mundo é inóspito, lugar de perigo, portanto, não propício para mulheres. Entende-se também, que o domínio do lar não necessita de aprimoramentos. A espacialização das mulheres refere-se o espaço de dentro, em oposição ao de fora, considerado de domínio masculino.

por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que seja. Vemos o mesmo fenômeno se repetir quando da divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. É simples: é doméstico se é atribuição das mulheres [...]”<sup>248</sup>. A superação da idéia do trabalho da mulher do campo como ajuda ou complemento é extremamente importante para a superação das desigualdades de gênero no meio rural.

Ao iniciar o estudo sobre as trabalhadoras rurais no município de Pitanga, há a constatação a partir de uma grande quantidade de documentos, da década de 1980 e anterior a ela, que a profissão das mulheres trabalhadoras rurais é apresentada como *do lar*, desconsiderando as múltiplas atividades desenvolvidas por elas nas pequenas propriedades rurais, não considerando, portanto, essas *funções* como trabalho produtivo.

Mas, no campo, o que é considerado trabalho produtivo e trabalho improdutivo? São conceitos antagônicos que se relacionam à atividades consideradas econômicas e não econômicas, separados por uma conjuntura capitalista que dissociou espaço doméstico de espaço de produção, procurando subordinar a sociedade ao mercado, e assim, segundo Paulilo (2004, p. 244), o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o despendido nas atividades consideradas econômicas, em que se extraem a mais valia. Para a autora não é fácil visualizar esse pressuposto no campo, visto que no campesinato a unidade familiar e de produção se confundem. Ela ainda aponta para o problema de se explicar a forma de produzir camponesa, pelos parâmetros de um modo de produção capitalista, o que faria sentido, se o entendimento do campesinato carregasse o sentido de extinção ou adequação à sociedade moderna. Entretanto, para as mulheres do campo, seja qual for o conjunto do trabalho que executem, o caráter de improdutivo ou reprodutivo acompanha-as. Seu trabalho é sempre secundarizado, considerado como complemento.

De todo modo, nessa análise a categoria trabalho precisa ser problematizada, visto que, entre outros pontos, fez parte de um amplo processo de visibilidade e valorização das mulheres trabalhadoras rurais, aliás, como apontado no capítulo I, a expressão *trabalhadora*

---

<sup>248</sup>Segundo Pedro (2000, p. 35), apesar de inúmeros estudos questionando a separação da esfera pública e privada, isso ainda é uma constante na sociedade em geral, ao problematizar esta separação que dita o lugar das mulheres ligadas à esfera íntima e familiar, aponta para uma grande contradição e para a necessidade de desnaturalizar essa construção social das esferas, ela, segundo a historiadora, ainda hoje, nas relações cotidianas, a responsabilidade das mulheres pelo espaço doméstico continua sendo mantida; aí os homens apenas *ajudam*. Por outro lado, por mais que trabalhem e recebam salários, atuando no mercado ou no setor público, considera-se que as mulheres mais *ajudam* que trabalham. Mulheres fisicamente exaustas são visualizadas como se não estivessem trabalhando ou, então que, aquilo que fazem é “trabalho leve”. Observa-se que há um grande esforço pela manutenção dessas esferas, pois mesmo que as mulheres procurem, com grande empenho, reeditá-las, seu trabalho ainda é considerado secundário.

*rural* é bastante recente, ligando-se à atuação política das mulheres do campo na busca pela afirmação de seu trabalho nesse espaço. Um grande passo para a superação do caráter de improdutividade das mulheres do campo foi a mudança no estatuto para *trabalhadoras rurais*, recusando a classificação estereotipada de suas atividades como *do lar*, garantindo assim, uma série de direitos, suportes financeiros e simbolicamente reconhecendo, o caráter produtivo de suas múltiplas atividades.

Essa conquista de mudar para agricultora foi uma luta das mulheres, nossa. O movimento de mulheres que puxou e conseguiu aprovar essa lei. Algumas companheiras que foram eleitas também, na época, para o senado e tal, aí conseguiram aprovar, reconhecer a mulher enquanto agricultora, enquanto profissão, para garantir os direitos, né? Daí melhorou bastante, nossa, deu mais autonomia pra mulher. Essa conquista foi muito importante, nós lá da comunidade, ajudamos muitas a se aposentar. Eu lembro daquelas velhinhas, como elas ficaram faceiras. Nossa, até moradia começou a melhorar, sabe? O aspecto físico das mulheres começou a mudar, a gente não precisava mais pedir dinheiro pra marido pra comprar um batom ou um esmalte<sup>249</sup>.

O direito das mulheres à aposentadoria por idade, aos 55 anos, e alguns outros benefícios, foi assegurado pela constituição de 1988. A fala da entrevistada sobre os significados que a mudança no estatuto representou para as trabalhadoras de sua comunidade torna evidente a associação com a conquista dos direitos trabalhistas, principalmente a aposentadoria. Isso evidencia o quanto é importante um alicerce financeiro no empoderamento das mulheres camponesas.

Paulilo (2004), ao analisar os pressupostos das mulheres do campo e os movimentos sociais, diz que é difícil falar em reconhecimento sem estabelecer uma ligação com qualquer forma de suporte financeiro. A desigualdade econômica da mulher reflete na subordinação diária no interior da unidade doméstica. Simbolicamente e materialmente a mudança conceitual para *trabalhadoras rurais* representou uma grande conquista para essas trabalhadoras<sup>250</sup>. Essa autonomia, apontada pela entrevistada, reflete numa transformação da sua imagem por si própria e perante a sociedade. O reconhecimento de seu estatuto profissional é considerado pela entrevistada como um passo na conquista por cidadania das

<sup>249</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>250</sup> A articulação e organização das mulheres ocorrem através de duas frentes: uma ligada ao ingresso das mulheres em movimentos sociais rurais, por intermédio dos sindicatos e/ou MST e outra através da criação de movimentos autônomos. Paulilo (2009, p.181) chama atenção para a importância dos movimentos autônomos de mulheres rurais, para ela a valorização do trabalho das mulheres no campo foi intensificada com o seu surgimento, no início da década de 1980. Segundo ela, no meio rural, a influência da ala progressista da igreja católica foi decisiva para a participação feminina nos grupos, pois a igreja, na sua concepção, é um dos poucos lugares que as mulheres são estimuladas a frequentar, porém, destaca a existência de uma postura predominantemente masculina e de uma moral conservadora, principalmente no que concerne à questão de contraceptivos e comportamento sexual.

mulheres do campo<sup>251</sup>. No depoimento de Zenóbia foi possível verificar que a conquista por direitos sociais, principalmente a aposentadoria, positivou o trabalho das mulheres e isso repercutiu, de certo modo, na relação familiar cotidiana, estabelecendo deslocamentos nas tradicionais relações de convivência, principalmente com relação ao companheiro/marido.

Reivindicar ou invocar o uso da nomeação *trabalhadoras rurais* vai além dos aspectos de direitos, simbolizou para as mulheres uma reinvenção das relações, havendo elevação da auto-estima, desenhando um quadro mais igualitário e reinventando estrategicamente uma nova forma de situar-se no interior da família camponesa e em esferas sociais mais amplas. A ação coletiva possibilitou a construção da afirmação de uma identidade antes negada ou invisibilizada.

Cordeiro (2006) ao problematizar os usos da categoria mulher trabalhadora rural no sertão de Pernambuco, diz que essa identificação enquanto trabalhadora rural insere-se numa trama mais ampla de complexos processos sociais, para ela há um conjunto de elementos e de práticas sociais que possibilitaram essa afirmação. Nas palavras de Cordeiro (2006, p. 220): “As instituições, os lugares, os profissionais, os procedimentos burocráticos e até o vestuário, ou seja, toda uma materialidade que é produzida e ao mesmo tempo produz a mulher como trabalhadora rural”. Nesse sentido, forças sociais, juntamente com a participação ativa das mulheres, fazem com que se construa essa positividade no uso da expressão.

A representação da trabalhadora rural e alguns outros aspectos relacionados à separação das esferas e dos espaços e suas definições sociais dos lugares, constituindo-se inclusive em classificações, serão problematizadas adiante a partir da análise fotográfica. A análise da fotografia ligada às reminiscências da memória da entrevistada fornece elementos que permitem uma análise da dimensão simbólica das práticas das trabalhadoras, além disso, possibilita uma compreensão das sensibilidades<sup>252</sup> das trabalhadoras, onde o medo e a coragem, no universo de relações do espaço coletivo, não se opõem, mas complementam-se.

---

<sup>251</sup> A realidade aqui analisada insere-se em uma luta mais ampla. Segundo Sales (2007) é na década de 1980 que ocorre o despertar para a luta coletiva em prol do reconhecimento do trabalho das mulheres no Brasil e no mundo, chegando ao campo. A partir daí um conjunto de eventos em todo o país marcou a busca pela conquista da cidadania da mulher rural, segundo ela, conferências mundiais, a aprovação da década das mulheres (1975-1985), o ano internacional da mulher em 1975, impulsionaram essas lutas por garantia dos direitos das mulheres. Quanto a luta das trabalhadoras rurais, é na segunda metade da década de 1980, que ocorre a abertura de novos espaços políticos e que suas falas começam a ser discutidas nesses espaços. No ano de 1985, vários encontros de trabalhadoras rurais foram realizados em todo o país, nos anos seguintes isso continua a acontecer. Assim, o processo de organização acaba por formar uma rede de comunicação e de significados que acaba por articular pequenos movimentos à mobilizações mais amplas.

<sup>252</sup> As sensibilidades denunciam um conjunto de representações sociais baseadas em experiências sensíveis dos acontecimentos. Segundo Pesavento (2007, p. 15), “as sensibilidades são sutis, difíceis de capturar, pois se inscrevem sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são mais os nossos”. Ela alerta para a necessidade de o historiador considerar as diferenças no tempo, visto que ele recria uma

#### 4.5 “*A gente sentia medo, mas tinha muita coragem de ficar ali*”: análise da ocupação da agência do Banco do Brasil de Pitanga a partir do recorte de gênero.

Em termos gerais, o ato de lembrar, enquanto um sistema aberto e coerente de construção de reminiscências é ativado por influências externas. A utilização da fotografia seguinte, de propriedade da entrevistada, forneceu fortes estímulos para o ato de lembrar. Assim como a memória, a fotografia é um produto social (CANABARRO, 2005); aliadas, fotografia e memória trazem expressões, percepções, sentidos mais amplos de realidades vividas em tempos passados. Segundo Canabarro (2005, p. 25):

[...] as imagens fotográficas possibilitam ampliar a visão do historiador, colocam em cena atores sociais em diferentes situações de atuação e permitem que se conheçam os cenários em que as atividades cotidianas desenvolvem-se, como também, a diversidade das articulações e das vivências dos atores sociais que atuaram em um determinado contexto sócio-cultural. Poderá, sobretudo servir como suporte para a memória coletiva desses atores, na medida que registram cenas de um tempo *continuum* que foram perenizadas no ato fotográfico, podendo ser transportadas para outras temporalidades, mediante uma mistura de passado e presente

A diversidade de informações da fotografia seguinte, articulada às sensibilidades de Zenóbia Cedorak, agricultora ali presente, possibilitam a construção de uma interpretação de realidades vividas por atores coletivos e individuais atuantes num contexto agrário excludente e de uma ordem social definidora de papéis e lugares para homens e mulheres. Lançar mão de uma representação visual analisando o caráter histórico, cultural e social da fotografia a partir da perspectiva de gênero, amplia a perspectiva de documento e fornece subsídios para a compreensão de representações sociais abordadas através desta categoria. Adianta-se, a centralidade da análise são as vivências e realidades das mulheres, abordando a problemática da visibilidade social sobre a atuação política/pública das agricultoras sindicalizadas.

Isso será abordado na fotografia seguinte:



Imagem 1: Ocupação da agência do Banco do Brasil de Pitanga pelas Trabalhadoras(es) – 1989



Fonte: Arquivo pessoal de Zenóbia Cedorak.

De propriedade de Zenóbia, a fotografia, datada de março de 1989, traduz uma tática de ação dos(as) trabalhadores(as) rurais. O prédio ocupado é a agência do Banco do Brasil, localizado, ainda hoje, no centro de Pitanga. Do lado esquerdo da fotografia vemos a bandeira CUT. Num dia bastante ensolarado, alguns manifestantes deixam escapar certas expressões de cansaço. Com pessoas de diferentes idades, com uma grande maioria de homens, as mulheres se fazem presentes. Seus corpos fazem um bloqueio, demarcam limites, são ao mesmo tempo empecilho para o acesso ao banco e um obstáculo entre a rua e os homens. Zenóbia, posicionada à frente do grupo, de camisa xadrez, de mãos dadas com outras mulheres, formam uma pequena barreira. Alguns passos atrás, de camisa vermelha, o fundador e presidente do STRP, no período, Osmano Soares dos Reis. Os manifestantes eram, em sua maioria, pequenos(as) proprietários(as) e trabalhadores(as) sem-terra. Sobre os motivos da ocupação, analisaremos a seguir, a partir das narrativas de Zenóbia.

Sem pretender retornar à problemática das lutas sindicais gerais, porém reconhecendo a necessidade de uma devida contextualização dos acontecimentos e motivos da mobilização visualizada na fotografia, o relato da entrevistada evidencia representações da realidade vivenciada.

Essa foto aqui é numa greve que foi feita, fechamento do banco para impedir a entrada das pessoas, por que o banco não tava liberando financiamentos pros pequenos agricultores. Tinha sido aprovada uma lei lá em Brasília; vinha verba e se financiava para as grandes propriedades e o pequeno não conseguia, então foi feito um movimento assim, acho que não só em Pitanga,

era meio que a nível de Brasil. Pressionamos o Banco do Brasil para liberar as verbas para os pequenos proprietários, por que *só os grandes conseguiam* e já existia a liberação do dinheiro do governo, só que não chegava nos pequenos. Aquele PROAGRO<sup>253</sup> a gente nunca conseguia, se perdia toda a colheita, às vezes não sobrava cereal nem pra alimentar os filhos; ia lá o agrônomo e dizia que não e não liberavam, enquanto que para os fazendeiros se vinha muito dinheiro. Os financiamentos, veja, até que os pequenos conseguiam já tinha passado o prazo do plantio. Então, era por isso<sup>254</sup> (grifo nosso).

Vivendo da agricultura, de onde tiravam, quase que exclusivamente, todo o sustento familiar, como já argumentado, os pequenos proprietários(as) rurais, incluindo grupos ligados ao MST, buscavam assegurar a sobrevivência da unidade camponesa, permanecendo em suas terras e fugindo da miséria. Expressando publicamente suas necessidades, estes homens e mulheres ligados ao sindicato rural, mobilizam-se pela liberação do crédito agrícola para os pequenos agricultores(as). Ao ajuntarem-se coletivamente, impedindo a entrada de pessoas no Banco do Brasil, o grupo social requeria para si a visibilidade pública e política<sup>255</sup>. A realidade agrária excludente e hierarquizada, onde os grandes proprietários eram privilegiados pelas políticas de crédito e estímulo agrícola, era exposta publicamente<sup>256</sup>.

Expressando uma alternativa diferenciada e viável de resistência, cuja força política vinha da CUT, o ato articulava-se aos pressupostos de organização política mais ampla, segundo o relato: “A CUT apoiava a gente, pode ver ali a bandeirinha vermelha! Ela, na verdade, que organizava esses nossos movimentos, dizia: foi discutido isso, tá surgindo isso, precisa da presença de vocês, aí ia todo mundo<sup>257</sup>”.

Sobre o possível fotógrafo, Zenóbia diz:

<sup>253</sup> Programa de Garantia da Atividade Agropecuária. Acionado em caso de ocorrência de fenômenos naturais, como pragas, doenças, períodos de secas, entre outros, que comprometam plantações e rebanhos das pequenas e médias propriedades, diante de tais catástrofes, os produtores tinham dificuldades no pagamento do crédito rural de custeio, através do PROAGRO eram exonerados dessa dívida.

<sup>254</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>255</sup> A estratégia de ocupação do Banco do Brasil ocorre também em setembro de 1997. Em ofício do STRP para a FETAEP, há a solicitação de interferência da federação nesse processo, tendo em vista que trabalhadores de três municípios (Pitanga, Boa Ventura de São Roque e Santa Maria do Oeste) haviam ocupado a agência do Banco do Brasil de Pitanga, fazendo exigências de custeamento do PRONAF para os trabalhadores assentados. **Prezados companheiros da Federação. Ref.: PRONAF custeio para assentados.** 15 de setembro de 1997, p. 1. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

<sup>256</sup> Segundo Houtzager (2004, p. 67) “O Estado efetuou uma inédita transferência de capital para a agricultura. O crédito agrícola triplicou, entre 1965 e 1970, depois cresceu 5 vezes nos anos 1970 (produzindo em média crescimento anual de 18%). Sua porção de crédito total elevou-se para 33%, em 1975. Os subsídios envolvidos não foram menos intensos. As taxas de juros reais para créditos rurais caíram 35% em 1979 [...]. Entretanto, essa política de crédito tinha destino certo: as mãos dos grandes proprietários rurais. O modelo de produção agroindustrial era favorecido pelo Estado, pois colheitas para exportação e indústria ia ao encontro do projeto agroexportador.

<sup>257</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

Acho que foi alguém ligado ao sindicato que tirou a fotografia, porque a CUT já fornecia os assessores, né? Então eles já contratavam ou arrumavam alguém para tirar. Ela ajudava muito na organização, sobre o que tinha de fazer, como era documentado isso, e uma das formas era a fotografia, fotos, documentos escritos, atas, tudo para ser documentado, mas provavelmente era fotógrafo de Pitanga<sup>258</sup>

Como analisado nos capítulos anteriores, a CUT fornecia subsídios políticos para que a organização sindical rural no município se fortalecesse e obtivesse êxito. E, como já dito, a configuração desse movimento na região encontrava-se articulada a um processo de resistência camponesa mais abrangente. O apoio para que as mobilizações ocorressem, como apontado no relato da entrevistada, era efetivado em forma de informação, ligando-os à conjuntura nacional ou regional. Entretanto, isso não implica dizer que a organização de trabalhadores(as) ligados ao sindicato rural eram dependentes ou submissas aos pressupostos cutistas. Havia consenso e as realidades da região e dos trabalhadores eram consideradas, inclusive através de reuniões regionais, onde os sindicatos expressavam suas necessidades, num movimento de baixo para cima ou de dentro para fora. Os atos de resistência eram amparados e fortalecidos pelo poder político já conquistado pela CUT, que de certa forma, legitimava o ato público e os questionamentos políticos.

Quanto às mulheres, apesar de estarem em menor número, elas fizeram-se presente. Mas afinal, quem eram essas trabalhadoras? Apontando com o dedo as poucas mulheres na fotografia, Zenóbia indica que a maioria eram ligadas ao MST<sup>259</sup>: “Eram todas ligadas ao sindicato, essa era também professora da nossa comunidade, ela nos ajudava. Eram pessoas de

---

<sup>258</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>259</sup> A relação das mulheres com a terra, no que diz respeito à posse da mesma, não é objetivo em nosso estudo, entretanto, ao verificar a forte presença e atuação das mulheres ligadas ao MST no sindicato rural, esses pressupostos precisam ser, mesmo que de forma indireta, abordados. Sobre a exclusão das mulheres da propriedade da terra. Sobre essa problemática, ver Paulilo (2004) e Deere e Léon (2002). Paulilo (2004), ao analisar a relação da mulher com a propriedade da terra, indica que o acesso das mulheres à ela não ocorreu em pé de igualdade com os homens, sendo menor para as mesmas. No sul do país, no que se refere à agricultura familiar, segundo ela, embora o padrão comporte variações, são principalmente os homens que herdaram as terras, as mulheres por diferentes razões, inclusive culturais, são excluídas da herança da terra, é pelo casamento elas acabam por acessar esse bem. Deere e Léon (2002) também abordam esse processo de exclusão das mulheres da propriedade da terra. Seja por uma reforma agrária falha ou pela exclusão na herança, o acesso das mulheres à terra é bastante dificultoso. Paulilo (2004, p. 234) indica que é difícil romper o silêncio sobre o assunto, doloroso para elas, porém ao falarem sobre essa discriminação, as mulheres apóiam suas reivindicações na questão do trabalho; o merecimento da terra, através da herança, é justificado por elas devido ao fato de terem trabalhado tanto quanto os irmãos na propriedade. Segundo ela, “elas não apóiam suas reivindicações na ideia de igualdade de gênero, nem no fato de serem filhas legítimas de seus pais, mas no fato de terem trabalhado para manter e mesmo aumentar o patrimônio familiar”. Tal pressuposto relaciona-se com a prerrogativa de que as múltiplas atividades realizadas pelas mulheres na unidade camponesa, inclusive na roça, não é considerado *trabalho*. A partir das lutas das mulheres, a constituição de 1988 garante o direito ao título da propriedade da terra, independente de ser solteira ou casada.

assentamento [...] tinha bastante mulheres assentadas aqui e elas eram forte dentro sindicato<sup>260</sup>. Ela também acrescenta outras informações.

P- E como você sentia-se nesse momento?

R- Nossa, eu estava com medo! Lembro que tinha vários policiais. Aqui não aparece, mas tinha policiais armados, bastante. A gente sentia medo, não vou dizer que não, de repente algo podia acontecer, uma violência e tal, mas a gente tinha aquela garra, aquela força, que aquilo ali era um ato que ia ajudar as pessoas, não só na nossa família, no caso, mas todo um conjunto de trabalhadores que precisavam. A gente sentia medo, mas tinha muita coragem de ficar ali<sup>261</sup>.

A espontaneidade da entrevistada e o aparente estranhamento quando o assunto refere-se aos seus sentimentos íntimos, destoando do comum *nós*, revela um deslocamento do sentido do coletivo, das representações de seu passado em comunidade. Sentir medo diante de determinadas experiências, tratadas como resistências, deslocam-se das prerrogativas de memória já institucionalizadas no espaço de resistências do sindicalismo rural, onde a coragem, o abandono ou adormecimento do individualismo são prerrogativas comuns. O medo desvelado na memória espontânea da entrevistada é contrabalançado com expressões de garra, coragem, força, ligadas a significados maiores, que excedem o plano individual, pessoal, que seguem o modelo sindical. Os sentimentos pessoais de medo, solidão, evidenciados ao longo da entrevista, são pressupostos que o movimento sindical evita, os resquícios de individualidade são abafados em favor de um *bem maior*. Portelli (2006), utilizando-se dos pressupostos de memória oficial e memória dividida, para análise de seu objeto de estudo, o massacre de Civitella Val di Chiana, demonstra que a memória dividida pode contrapor-se e até confundir-se com a memória oficial, alertando para a existência de uma multiplicidade de memórias, fragmentadas, divididas e mediadas.

A narrativa abaixo fornece mais elementos:

Aqui tava cheio de polícia! A gente ficava na frente para demonstrar que a mulher tinha coragem, né; Queria fazer parte da sociedade, mostrar que não eram só os homens os responsáveis pela família, que a mulher também tinha coragem de enfrentar, mas pode ver que tinham poucas mulheres ali, são mais homens, eles estão lá no fundo, as mulheres eram poucas. Os homens ficavam mais medrosos de ficar na frente, assim. Nós éramos meio doidas, não tínhamos medo (sorri). Porque homens, eles já tem mais facilidade de agredir ou alguma coisa, mulher eles pensam mais<sup>262</sup>.

<sup>260</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>261</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>262</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

Sobre essa configuração dos corpos e dos sexos no espaço de manifestação o relato abaixo elucida, indicando que não foi planejado ou pré-definido por elas, mas que ocorreu devido à trajetória em manifestações políticas de grupos ali presentes.

Nós fomos nos colocando ali, tinha o pessoal que era mais experiente que nós, né? O pessoal do sindicato mesmo, do Movimento Sem Terra, que já tinham participado de outros manifestos, de outros eventos. Eles automaticamente foram se posicionando atrás e nós acabamos ficando na frente. Nós nem ficamos pensando se estava na linha de frente dos tiros. Foi meio que automático, foi acontecendo<sup>263</sup>.

Vislumbrando brechas na ordem moral vigente, utilizando-se das representações sociais sobre as mulheres que as associavam à fragilidade, estrategicamente as mulheres são posicionadas à frente dos homens. Utilizando-se favoravelmente da premissa de seus papéis sociais de mães e esposas, a lógica da perspectiva das esferas é explorada. Segundo Pedro (2000, p. 35) “o que se percebe é [...] que a metáfora das esferas separadas tem sido usada, tanto para definir espaços limitadores, como para reivindicar e constituir direitos e proteção”. Esta tática utilizada em atos de resistência de grupos sociais que requerem a visibilidade pública, mas temem a violência por parte de policiais ou indivíduos ou grupos ligados aos latifundiários.

A perspectiva de escudo apela para uma representação social das mulheres como delicadas e frágeis. Woortman (1998), ao estudar as relações de gênero no espaço em transformação dos seringais, observa que a prática dos *empates*, enquanto movimento de resistência ao desmatamento que colocam em risco a sobrevivência dos modos de vida dos seringueiros no Estado do Acre, possui uma racionalidade que utiliza-se da frequente representação social das mulheres. Os empates consistem no posicionamento de pessoas frente às máquinas para impedir a derrubada. Nesses atos mulheres desarmadas são colocadas à frente do grupo, nas palavras de Woortman (1998, p. 193) “É a atuação das mulheres, pois, que conscientemente evita o derramamento de sangue entre os dois grupos de homens. Num aparente paradoxo elas exploram a ética masculina de que não se bate, ou atira, em mulher”.

A presença das mulheres na linha de frente, intermediando e simbolicamente impedindo a agressão física entre os policiais e os homens do sindicato, aparentemente havia consciência e consentimento por parte delas, a fala da entrevistada indica até certo orgulho, por serem fundamentais nesta tática; fica evidente certa satisfação pessoal por fazer parte de um movimento de resistência e contribuir para que as tão almejadas mudanças na política agrária ocorressem. Quando a entrevistada afirma que “mulheres eles pensam mais”, fica

---

<sup>263</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

evidente que havia a especulação de que não haveria agressão por parte dos policiais, devido a repercussão negativa que isso teria na sociedade do período, apesar disso havia uma desconfiança de que isso ocorresse, concretizada no sentimento de medo. Explorando essa racionalidade vigente da domesticidade das mulheres, que Pedro (2000) afirma que vinha acompanhada de virtudes emanadas do espaço privado, como a piedade, serenidade, submissão, pureza, e que, portanto, tornaria a mulher frágil, que deve ser protegida e não agredida, ao menos publicamente, consegue-se o objetivo intermediário, sentidas no alívio da expressão da entrevistada: “*Por sorte não houve nada!*”.

A gente ficou de mãos dadas para fazer barreira para que ninguém entrasse. Teve uma repercussão enorme na cidade, a partir daí que a gente ficava muito visada, muito visada, muito... até perseguida, as pessoas já olhavam meio assim [...] naquela época *lugar de mulher* era lá na roça, plantando, colhendo e cuidando dos filhos. O pessoal do comércio mesmo olhava pra gente assim, com um olhar de *nossa! você é uma bandida, uma malfeitora da sociedade*, porque a gente tava se mostrando, se expondo ali, né?”<sup>264</sup> (grifo nosso).

Não agredidas fisicamente pelos policiais, o relato acima aponta para uma agressão moral da sociedade do período, já que suas práticas nesse ato público não condiziam com o *papel de mulher* que se esperava delas. Mais uma vez recorre-se a perspectiva das esferas, cujas contribuições de Pedro (2000) são imprescindíveis. Historicamente, a esfera privada tem sido pensada como o *lugar* das mulheres, quando as práticas dessas agricultoras extrapolam esse espaço, há um estranhamento social que se concretiza, senão na forma de violência, através do que as lembranças de Zenóbia indicam os olhares reprovadores que, enraizados numa simbologia da diferença dos lugares para homens e mulheres, cuja representação social das mulheres, e indicam que sua função deveria estar ligada ao espaço doméstico.

Assim sendo, a presença dessas mulheres no espaço historicamente considerado inoportuno causava certo estranhamento e incômodo. Recorre-se as análises de Perrot (1998) para problematizar a presença das mulheres nos espaços públicos, segundo a historiadora, essa presença é considerada uma ameaça, que desafia a ordem divina e do mundo, já estabelecida. Essa modificação de papéis e espaços é assimilada ao desequilíbrio da ordem social vigente, nas palavras da entrevistada: “pensavam que a gente *não prestava*, por estar ali no meio dos homens”<sup>265</sup>. Na mentalidade social do período, a mulher havia sido criada para o lar, para as coisas domésticas, ser mãe e dona de casa conferia a elas respeitabilidade moral,

<sup>264</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>265</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

essas virtudes eram desligadas quando subvertiam a divisão racional dos papéis e dos espaços sexuais. O antagonismo construído entre as mulheres *que prestavam* e as que *não prestavam*, dizia respeito, entre outros pontos, à aparição delas nos espaços públicos de decisão, prescritas e proscritas como seus não lugares.

A incursão das mulheres nesses espaços de decisão e poder traziam indícios de rompimento das fronteiras e desvelavam suas contradições. Para as mulheres fotografadas pesava uma dupla reprovação: uma já discutida, que advém do desenho da mulher ligada ao lar, à família, distante do fazer social e da ação política/pública, entendida como o lugar dos homens; a outra é entendida como uma reprovação de classe, já que as identidades de gênero estão inseridas nas de classe social. Esta última, articulada às reminiscências da memória da entrevistada e suas percepções sobre a visualidade que sua presença pública adquiria “[...] havia muitos sem terras ali e isso pesava”<sup>266</sup>. A histórica representação social de ameaça, de baderna que acompanha o MST é evidenciada no relato da entrevistada, afinal, como demonstra Chalhoub (1996), historicamente as classes pobre são associadas à classes perigosas. Essa construção social que liga os sem terra à desordem social acabava por fortalecer a reprovação pública da presença feminina no ato político<sup>267</sup>.

O relato da entrevistada é carregado pelo peso da discriminação de classe, ela visualiza as desigualdades de gênero associadas a essas diferenças. Em suas memórias as discriminações de classe aparecem com mais naturalidade, os sentidos que envolvem essa perspectiva são mais bem visualizados e externados por ela. “Quando a gente ia negociar com o prefeito, essas coisas, tinha quatro policiais dentro da sala, um em cada canto, com baionetas, como se agente fosse um bando de baderneiros”<sup>268</sup>. Nisso também há uma historicidade específica.

A perseguição política após a sua ligação com o sindicato rural e o PT, segundo a entrevistada era, e ainda é um empecilho para a sua ascensão profissional, lembrando o evento registrado na fotografia, ela diz: “A gente sabia que ficar exposto ali, ia marcar muito, principalmente numa cidade pequena, você fica muito visado”<sup>269</sup>. A aparição pública que

<sup>266</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>267</sup> Esmeraldo (2013, p. 248-249), ao analisar a lógica dos movimentos rurais, enfocando as ações políticas dos trabalhadores sem terra, diz que: “Internamente, o que mobiliza o comparecimento das mulheres às manifestações e lutas no campo é a compreensão da necessidade da presença de toda a família nas mobilizações; é a expressão do sentido familiar que move o modo de vida e de produção da agricultura camponesa; é a representação das mulheres como membro da família camponesa nos seus papéis de esposas, mães, gestantes e filhas de camponeses na luta por terra e trabalho livre e os seus desejos e disposições em garantir a sobrevivência da família”. É o entendimento de *família* que orienta a saída das mulheres para os espaços de luta.

<sup>268</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

<sup>269</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

denunciava sua ligação com grupos políticos de esquerda trouxe algumas conseqüências, principalmente na perspectiva profissional como professora. “Ah, a questão profissional é o que mais judia, né? Eu já falei que...eu sempre brinco assim que eu tenho uma estrela que brilha na testa. Eu nunca vou conseguir um cargo, uma função porque nunca vão dar isso, porque me conhecem, né? Eu sofri bastante, muita discriminação, até de chefes<sup>270</sup>”.

No sindicato, como vimos, a centralidade eram as problemáticas de classes sociais, assim sendo, a visibilidade que se dava para tais questões, acaba conseqüentemente por estimular a construção de uma significância voltada para tais perspectivas.

Quanta às trabalhadoras rurais: existiam conflitos, disputas e fragmentações de idéias, valores, posturas, entre elas? Tal questão, levantada pelo receio de homogenizá-las, ao longo do texto, assim como outras questões, não puderam ser respondidas. Pesquisa futura, mais ampla, poderá abordar essas pontualidades.

---

<sup>270</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.



## Considerações finais

Os espaços onde situam-se os corpos de homens e mulheres são construídos historicamente. A presença de mulheres nos espaços públicos de poder, ainda hoje, causa desconforto. Pedro (2015), ao problematizar as discussões em torno da posse da presidente Dilma Roussef em 1º de janeiro de 2015, chama atenção para o grande alarido sobre a roupa e a aparência da presidente e os termos ofensivos utilizados para depreciá-la e desqualificá-la. Apesar dos avanços nos questionamentos sobre os lugares naturalizados como de mulheres e homens, ainda é comum práticas que procuram reafirmar o político como um não lugar para as mulheres.

O espinhoso caminho para a superação de um desenho político que associa os homens ao setor público e as mulheres ao doméstico foi analisado a partir da lógica e da simbólica das esferas. São estas que estruturam a configuração social dos corpos, associando o homem ao espaço *de fora* (exterior) e as mulheres ao *de dentro* (interior). Nossa proposta foi problematizar e visibilizar os esforços de mulheres do campo na reconfiguração dessa lógica, enfatizando o transitar das mulheres por espaços que não foram construídos socialmente para elas. Foi o pensamento dicotômico do *dentro* e do *fora*, do *privado* e do *público* que orientou essa análise.

Não entendemos o STRP como antagonista na luta das mulheres no seu interior, ao contrário. O que busquei entender foi o processo onde o mesmo era parceiro nessa luta e como, de certo modo, em alguns momentos essa entidade, mediatizada por diferentes discursos (políticos e religiosos), acabaram por reproduzir práticas discriminatórias. É importante ressaltar que o sindicato, enquanto entidade representativa da classe trabalhadora, é formado por homens, cujas individualidades, muitas vezes, descaracterizavam a proposta de uma democracia participativa.

Zenóbia exemplifica este argumento. Ao falar sobre a participação do sindicato nas discussões sobre a implementação da cota eleitoral de gênero (30% de representatividade das mulheres nos partidos políticos), diz que:

[...] foram as mulheres que puxaram essa discussão, é mais uma conquista, eu esqueci de falar aquele dia, mas essa questão surgiu dentro do partido como conquista das mulheres, elas que batalharam! Não veio assim, nossa, vamos deixar as mulheres participar, as mulheres que reivindicaram, nós, o movimento popular, a organização de mulheres, para se fazer dentro do partido, como uma forma de exemplo, né? De que, já que se valoriza as mulheres, que pelo menos tenha esse percentual. E daí, para depois se

estender para as comissões e outras organizações<sup>271</sup> [...] Na época o sindicato apoiou, inclusive, o sindicato falava que a mulher era importante, não só para ficar lavando prato dentro do sindicato, mas para participar das discussões e conversas, só que não eram todos dentro do sindicato que aceitavam isso, né? Tinha alguns que tinha rejeição, ainda hoje tem um pouco disso<sup>272</sup>

Zenóbia, além de ressaltar que a lei não foi algo dado, mas conquistado pela luta das mulheres (é sempre associada a algo benéfico), indica que, como entidade política representativa, o STRP apoiou essa reivindicação feminina, entretanto, essa postura não era unanimidade dentro da instituição. Alguns homens não concordavam e não aceitavam que as mulheres participassem ativamente das discussões sindicais e que tivessem asseguradas e reservadas esse percentual nos partidos e outras instituições políticas. Historicamente afastadas dos pleitos eleitorais, a cota feminina, instituída pela lei 9.504/97, representou uma importante ferramenta de incentivo à participação política das mulheres.

Para Pedro (2000), poucas mulheres tem se aventurado no espaço político; são poucas as que se candidatam para cargos públicos, estes ainda tem sido um espaço do fazer masculino. Para ela, a luta pela instituição de cotas para as eleições é algo positivo, visto que busca efetivar a participação das mulheres nessa esfera, porém essa participação ainda é secundária e, apesar de certa mudança nos padrões culturais, a superação da separação das esferas ainda é uma luta constante das mulheres e dos movimentos feministas.

Essa dificuldade de inserção das mulheres no campo político – até mesmo uma inserção marginal – reflete a concepção de que o espaço privado/doméstico ainda é considerado e desenhado como o lugar das mulheres e por isso é um caminho difícil para elas. Sustentamos, assim, que o espaço sindical, assim como os Círculos Bíblicos, representou um espaço de construção de cidadania para elas, fornecendo subsídios para a organização das mulheres na luta por direitos sociais, tornando-se base para suas ações. Inserindo-se, as agricultoras mobilizaram-se na busca por garantias sociais de toda a categoria de trabalhadores(as) rurais, entretanto, à medida que as discussões avançam, questões específicas das mulheres, relacionadas principalmente à demandas previdenciárias, começam a ser discutidas e reivindicadas no espaço sindical, ampliando-se para outros espaços de poder.

Na narrativa abaixo, Zenóbia fala dos resultados da atuação dela e das demais mulheres no espaço sindical.

P- Você pode comentar sobre os resultados da atuação política de vocês dentro do sindicato?

<sup>271</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

<sup>272</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 30/01/2015.

R- Ah, *as mulheres começaram a ter vez e voz, né?* Dessas conquistas, a questão da saúde é uma, essa questão da aposentadoria, depois veio o auxílio maternidade também para a mulher da roça, que não tinha antes. O auxílio doença também é outra conquista, né? Não só para as mulheres, mas para todos os trabalhadores rurais. *As mulheres conseguiram também, pois elas, porque não sei, Mari, mas parece que elas eram minoria, mas elas tinham mais coragem de reivindicar as coisas. Elas iam em busca...[...]* a questão também da representatividade política da mulher, a mulher inserida dentro dos partidos políticos, que até então não existia. E também o respeito, de uma forma geral, porque, como eu disse, quem saía de casa era vista como mulher que não prestava, vadia e romper com isso era complicado, demais<sup>273</sup> (grifo nosso).

Zenóbia expressa satisfação pelo de dever cumprido. É importante notar que ela explicita conquistas materiais para as trabalhadoras rurais, como aposentadoria, auxílio maternidade, auxílio doença e melhorias na saúde, mas também conquistas que possuem um valor simbólico para as mulheres, apontando como exemplos a representatividade política e o respeito conquistado por elas nesses espaços e perante a sociedade.

Para que a divisão sexual dos espaços seja deslocada, é preciso alterar a dinâmica das esferas, redefinindo os sentidos da esfera pública. Ao adentrarem em espaços públicos/masculinos as trabalhadoras rurais agem para que a definição de lugares e papéis sociais masculinos e femininos, constituídos pela separação das esferas, fossem ressignificados. A mobilidade dos corpos no espaço acaba por afetar os sentidos que acompanham a esfera pública e privada, entretanto, como vimos, houve uma reedição da configuração dos espaços, pois mesmo inseridas no espaço público, suas funções ainda, de certo modo, serão ligadas ao familiar/privado.

Nossa análise procurou interpretar os contextos da inserção dessas trabalhadoras nas discussões políticas sindicais a partir do núcleo para fora (a análise sindical por si só não possibilitaria uma compreensão mais estrutural sobre esse processo). De dentro para fora (*casa/roça/Círculos-Bíblicos/sindicato*), procurou-se compreender dinâmica do ordenamento das esferas. A partir da racionalidade camponesa, principalmente da lógica que orienta a divisão de tarefas no trabalho, buscou-se visibilizar a construção social da separação das esferas.

Para a saída ao espaço público, Zenóbia aponta que as dificuldades das trabalhadoras começavam em casa: os maridos, em muitos casos, não permitia que a esposa participasse do sindicato, espaço *de fora*. A normatização social dos corpos, ao que ela indica, era bastante rígida.

<sup>273</sup> Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida à Marisangela Lins de Almeida em 05/01/2015.

Quanto ao mercado, na lógica da distinção das esferas, é também espaço *de fora*, são os homens que são socializados para atuar nele. O mercado é de domínio público/externo e como tal é mais *propício* para a presença masculina. As mulheres, ao contrário, são socializadas para o interior, para o espaço privado, *de dentro*. Nessa perspectiva, apesar das trabalhadoras serem fundamentais no processo de produção agrícola, elas são excluídas do processo de comercialização da produção.

Ao que parece, a hierarquia nas relações de trabalho no campo refletiam-se no espaço sindical rural. Enquanto organização de trabalhadores incorporava grupos (sem terra, pequenos proprietários, arrendatários, boias frias) aos quais se aplicava a categoria *trabalho*, as mulheres situavam-se noutro plano: do não trabalho e/ou trabalho secundário, apesar de trabalharem, geralmente, numa dupla jornada. As narrativas da entrevistada, afirmando esse trabalho, denuncia a invisibilidade das atividades desenvolvidas por elas. Na configuração social dos espaços, é permitido que elas adentrassem o espaço da roça e trabalhassem em pé de igualdade com os homens, entretanto, considerado um local da autoridade masculina, ali seu trabalho era considerado apenas *ajuda*.

A perspectiva de que são os homens que trabalham no campo e as mulheres apenas ajudam dificulta a inserção das mulheres no espaço sindical. Antes de adentrar, elas precisam ser introduzidas na dimensão *trabalho*, serem consideradas trabalhadoras. Isso explica o esforço das mesmas para a mudança estatutária que as qualificava enquanto *do lar* para *trabalhadoras rurais* ou “agricultoras”. Como vimos, as práticas de reprodução social do campesinato e as distinções espaciais de gênero são, de certa maneira, atualizadas e reeditadas no sindicato rural.

Nesse sentido, podemos dizer que o sindicato não atua como produtor das distinções de gênero, mas como reprodutor de toda uma lógica que orienta as sociabilidades no campo. Os significados e as representações presentes na dicotomia *dentro* e *fora* orientam as concepções de espaço privado e público. O encadeamento de ações, que envolvem o entendimento camponês sobre a concepção de trabalho e que cria espaços de gênero evidentes, tem seus significados estendidos para o interior da entidade sindical rural. No período estudado, a representação das mulheres como ligadas naturalmente ao lar, significou uma dupla barreira para a inserção das mesmas no sindicato rural: negava o espaço político como seu domínio e indicava a prerrogativa do não trabalho. Socialmente, como já vimos, entendia-se o público como seu *não lugar*; como espaço de atuação de *trabalhadores*, o sindicato não era entendido como domínio das trabalhadoras.

A partir do recorte de gênero, a pesquisa demonstrou que o fato das trabalhadoras rurais inserirem-se no espaço sindical e em outras instâncias de poder (lugar do fazer político) não simbolizou um rompimento, mas uma ressignificação do espaço doméstico e político. Entretanto, essa presença e atuação acabaram, de certo modo, deslocando a configuração social das esferas.

Para as trabalhadoras rurais, o trabalho nas múltiplas atividades, incluindo o trabalho na agricultura, apesar de exigir tanto, não foram impedimentos para a participação nos debates e militância política no sindicato. Tradicionalmente cobradas pelas atividades relacionadas ao doméstico, considerado seu domínio, a conciliação dessas múltiplas atividades com a prática política no espaço público não era tarefa fácil. Essa dificuldade se dá também, pelo ordenamento das esferas que dificulta a mobilidade das mulheres por espaços políticos.

Reforça este pensamento o fato de serem raras as mulheres que participaram nos cargos de direção e diretamente na política do período. Atas referem-se à organização feminina na década de 1985, especificamente as reuniões, como um “*movimento de mães e esposas trabalhadoras rurais*”. As obrigações familiares e o trabalho doméstico deveriam estar contrabalançados com as reuniões do movimento sindical, vistos como fundamentais na afirmação de sua cidadania, mas sem “sacrificar” os afazeres domésticos. Há, portanto, um entendimento de uma atuação apoiada em papéis tradicionais, entretanto, isso não implica numa participação passiva.

Ao discutir sobre as demandas do movimento de mulheres, separando-as em reivindicações de classe e de Gênero<sup>274</sup>, chamo a atenção para as táticas de luta das mulheres do campo, táticas que adquiriam funcionalidade, evitando conflitos diretos. A desigualdade de gênero no campo não pode ser percebida como fator isolado, e sim como parte de um arsenal de outras desigualdades, pois os problemas sociais nas regiões mais pobres afetam a todos, porém as conseqüências mais profundas recaem sobre as mulheres.

Neste sentido, as mulheres desempenharam um papel fundamental na luta em busca de políticas afirmativas para as mesmas e para a garantia da manutenção da vida na comunidade rural de forma igualitária e justa, já que são as mulheres as mais atingidas pela exclusão social e vulnerabilidade. Portanto, esta mobilização é entendida como uma luta de valorização dos trabalhadores(as) do campo, marcando a prática do sindicalismo rural no país

---

<sup>274</sup> Reivindicações feministas específicas como: liberdade sexual, contracepção, aborto, entre outras não estavam na pauta de discussões destas trabalhadoras rurais (não diretamente), estando mais voltadas as questões trabalhistas e previdenciárias.

e introduzindo neste às problemáticas relacionadas às questões de gênero, reivindicando um olhar mais atencioso do poder público e da sociedade para as mulheres e o espaço rural.

Tais discussões foram pensadas a partir de concepções que consideram as relações de gênero e suas implicações no espaço rural, verificando o imaginário presente nas relações sociais entre homens e mulheres e percebendo as diferenças entre os sexos como construção. O que buscou-se foi uma desnaturalização da divisão social de funções e papéis sociais presentes no campo e estendidos ao espaço sindical e político. Assim, a participação das mulheres no movimento sindical rural e suas práticas, de modo geral, foram colocadas no campo do simbólico, pois representaram uma resistência às representações normativas impostas aos sexos.

Assim, o trabalho nas unidades camponesas é fundamental para a investigação sobre as desigualdades de gênero no campo e no sindicato. Nesse processo, outros estudos, datados e localizados, são relevantes para que se compreenda a realidade aqui estudada.

Woortman e Woortman (1997) ao estudarem a racionalidade do trabalho camponês, a partir das especificidades sergipanas, consideram este trabalho para além de suas dimensões técnicas, e sugerem que essa prática é ao mesmo tempo simbólica, marcando distinções de gênero. Nesse contexto cultural – os autores reconhecem que esse modelo ideológico e as concepções morais e éticas que o norteiam podem ser aplicados à campesinidade mais geral – a categoria trabalho aplica-se somente ao pai de família; no espaço da roça o trabalho das mulheres é definido como *ajuda*, como visto acima. Considera-se que as mulheres trabalham no âmbito doméstico, mas ainda assim esse trabalho é desvalorizado nesse universo de representações. Mulheres exaustas pela dupla jornada de trabalho (roça e casa) são vistas como se não trabalhassem.

Para Tedeschi (2012, p. 295) poucos estudos pensam a agricultura que envolve o trabalho familiar em sua função social. Segundo ele, predomina uma análise que não faz uma reflexão sobre as relações sociais e de poder que perpassam esse trabalho. Assim, ainda predomina a crença de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo reprodutivo, agindo no sentido de reproduzir e perpetuar os papéis sociais.

Ainda que estatísticas oficiais sigam ignorando o trabalho produtivo realizado pelas mulheres, considerando-o complementar e acessório, os estudos etnográficos têm mostrado como elas desenvolvem suas atividades produtivas em várias esferas da agricultura familiar, sejam no arado, na plantação, no leite, na coleta, pesca e principalmente, percebendo a casa como unidade doméstica que, ao incluir o quintal e a criação de animais, constitui um espaço produtivo e gerador de renda familiar (TEDESCHI, 2012, p. 296).

As diferentes valorações dadas às atividades realizadas por homens e mulheres no espaço rural contribuem, ainda hoje, para a invisibilidade das trabalhadoras rurais, pois considerando-se seu trabalho como não produtivo ele passa a ser desvalorizado, assim, permanecendo a divisão sexual do trabalho e a hierarquização presente nele.

Por isso, para Zenóbia, minha mãe e outras tantas mulheres do campo, a mudança na definição para *trabalhadoras rurais* representa tanto. Além de negar direitos sociais e a aposentadoria, a denominação do lar invisibiliza e desconsiderava as atividades realizadas por elas. A luta para incluir as demandas das trabalhadoras rurais na legislação de 1988<sup>275</sup> é um marco nas memórias de Zenóbia.

Os espaços de gênero, observados na região estudada, facilmente podem ser definidos a partir da lógica de Woortmann e Woortmann (1997, p. 134-135) nos sítios camponeses do nordeste brasileiro: “Nas construções ideológicas dos sitiantes existem dois circuitos de atividades, o masculino e o feminino. No plano mais amplo, tudo que diz respeito ao pasto e a roça é circuito masculino; o que diz respeito à casa é feminino”. Apesar de participarem de quase todos os momentos do processo de trabalho (exceto a derrubada do mato e a broca) no mesmo espaço que os homens, como o plantio, a limpa e a colheita, o trabalho na roça é considerado de domínio masculino. Na concepção desses pesquisadores, o trabalho no campo não é produtor apenas alimentos, mas também (re) produz ideias. É a partir desse trabalho que se consegue compreender a lógica camponesa da hierarquia de gênero. A subordinação da mãe e dos filhos ao chefe de família (pai) é baseada no saber-fazer, como vimos. É o pai que domina esse saber, governa o trabalho a partir de um saber técnico que produz um saber simbólico e que, portanto, justifica a reprodução da estrutura social de gênero. O poder exercido pelo pai de família legitima-se pelo domínio do saber-fazer, o seu saber técnico é fundamental para a reprodução da unidade camponesa. No caso estudado pelos antropólogos, as mulheres apesar de serem fundamentais no processo de produção agrícola, suas ferramentas de trabalho são menos produtivas (fracas) do que as ferramentas dos homens e recebem os alimentos (que elas mesmas administram) mais fracas. A distribuição desigual dos alimentos está relacionada ao que se entende por trabalho; a jornada feminina diária, ainda que exaustiva, não é incluída na categoria trabalho.

Essa perspectiva é discutida, quase que exaustivamente, para que se entenda o sindicato, não como produtor das distinções de gênero, mas como reprodutor de toda uma

---

<sup>275</sup> Segundo Brumer (2004) “A década de 80 registrou uma ampla mobilização das mulheres rurais, com a realização de diversos encontros locais e regionais”. Zenóbia e outras trabalhadoras de sua comunidade, sindicato e do país conseguiram, a partir de suas lutas, grandes avanços. Ainda assim, na região pesquisada, verifica-se a hierarquização do trabalho dos homens sobre o das mulheres.

lógica que orienta as sociabilidades no campo. Os significados e as representações presentes na dicotomia dentro e fora orientam as concepções de espaço privado e público. O encadeamento de ações que envolvem o entendimento camponês sobre a concepção de trabalho e que cria espaços de gênero evidentes, tem seus significados estendidos para o interior da entidade sindical rural. No período estudado, a representação das mulheres como ligadas naturalmente ao lar, significou uma dupla barreira para a inserção das mesmas no sindicato rural: negava o espaço político como seu domínio e indicava a prerrogativa do não trabalho. Socialmente, como já vimos, entendia-se o público como seu não lugar; como espaço de atuação de trabalhadores, o sindicato não era entendido como domínio das agricultoras: Elas somente ajudavam.

Para as trabalhadoras rurais, o trabalho nas múltiplas atividades, incluindo o trabalho na agricultura, apesar de exigir tanto, não foram impedimentos para a participação nos debates e militância política no sindicato. Tradicionalmente cobradas pelas atividades relacionadas ao doméstico, considerado seu domínio, a conciliação dessas múltiplas atividades com a prática política no espaço público não era tarefa fácil. Essa dificuldade se dá, também, pelo ordenamento das esferas que dificulta a mobilidade das mulheres por espaços políticos.

A perspectiva de que são os homens que trabalham no campo e as mulheres apenas ajudam dificulta a inserção das mulheres no espaço sindical. Antes de adentrar, elas precisam ser introduzidas na dimensão *trabalho*, serem consideradas trabalhadoras. Isso explica o esforço das mesmas para a mudança estatutária que as qualificava enquanto *do lar* para *trabalhadoras rurais* ou “agricultoras”.

Concluo, pois, com as palavras de Lobo (1991), que, ao analisar, as relações entre participação nos movimentos sociais e representação, no período de redemocratização do Brasil, afirma: “O gênero da representação permanece masculino na sua forma clássica, e a representação das mulheres na vida pública permanece periférica”.



## FONTES ORAIS

### ENTREVISTAS CONCEDIDAS À MARISANGELA LINS DE ALMEIDA

Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida em 05 de janeiro de 2015.

Zenóbia Cedorak de Godoy. Entrevista concedida em 30 de janeiro de 2015.

Osmano Soares dos Reis. Entrevista concedida em 14 de agosto de 2015.

## FONTES IMPRESSAS

A história da caminhada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga. *Pedido de Ajuda: prezados companheiros de luta da CERIS*. 01 de novembro de 1984. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores rurais de Pitanga.

ARRUDA, Marcos. *A formação que interessa a classe trabalhadora: que trabalhadores queremos formar?* Forma e Conteúdo, CUT, nº1, 1988. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Articulação do sindicalismo autêntico no Paraná. *Questões sindicais- legislação e prática: 53 perguntas sobre a fundação do Sindicato*. Setembro de 1985. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Associação de Integração dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. *Investimentos: Projeto Supermercado ASSITEC- Pitanga*, 1988. Disponível no Sindicato dos trabalhadores Rurais de Pitanga.

Ata relativa ao I Encontro dos jovens rurais. *Pastoral da Juventude Rural de Pitanga*. 17 de janeiro de 1988. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Ata da reunião da Câmara Municipal de Pitanga. *Nona reunião ordinária do primeiro período legislativo*. 01 de dezembro de 1989. Disponível na Câmara Municipal de Pitanga- PR.

AUGUSTI, Pe. José Eduardo. *O Agente Comunitário*. In: Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Balanco político-organizativo do DETR/CUT-PR: Estratégia de ação do DETR- Eleições 1998. *Texto para ser debatido na 5º plenária estadual do Departamento Rural da CUT*. 1997. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Balanco político-organizativo do DETR/CUT-PR: Histórico. *Texto para ser debatido na 5º plenária estadual do Departamento Rural da CUT*. 1997. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Balço político-organizativo do DETR/CUT-PR: Organização da produção e comercialização. *Texto para ser debatido na 5ª plenária estadual do Departamento Rural da CUT*. 1997. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Balço político-organizativo do DETR/CUT-PR: organização Sindical. *Texto para ser debatido na 5ª plenária estadual do Departamento Rural da CUT*. 1997. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

BOFF, Leonardo. *A Mística: o sentido Sócio- Político*. Jornal Sem Terra. Maio de 1993. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores de Pitanga.

BOMFIM, Antenor Ribeiro. *O Mutirão de Pitanga: exemplo a ser imitado*. In: Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

CÂMARA. D. Helder. *Palestra de Dom Helder Câmara*. Realizada em 14 de junho de 1984. In: Caderno de Assuntos Comunitários, nº 3, Curitiba, setembro de 1984. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Canto denominado *Bóia Fria*. Referente ao Encontro dos Trabalhadores (as) Rurais em 08 de Janeiro de 1988. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Canto denominado *Classe roqueira*. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Canto número 5, denominado *Aliança operário e camponês*. Referente ao Encontro dos Trabalhadores (as) Rurais em 08 de Janeiro de 1988. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

*Cantos de abertura do 1º Encontro de Agricultoras do município de Pitanga*, realizado em 12 de dezembro de 1987. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Carta aberta á população formulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Sem Terra ocupam o INCRA: hoje ocupamos o INCRA*. 18 de março de 1986. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

CARTA DAS MULHERES PARA A CONSTITUIÇÃO, 1987. Disponível em <[http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituente%201987-1988Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf)>. Acesso em 03 dez. 2015.

CEDI- Centro Ecumênico de documentação e informação. *Bispos apoiam a Reforma Agrária: Uso e propriedade dos bens na perspectiva do pensamento da igreja*. Dom Aloísio Lorscheider, 1985. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Comissão Pastoral da terra (CPT). *Festa de pentecostes: carta as comunidades de Curitiba e região*. Curitiba, 18 de maio de 1986. CPT-PR. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

CUT: Fórum sul dos DETRs. *Metodologia e subsídios para as semanas sindicais: rumo ao 4º grito da terra Brasil*. Janeiro de 1997. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

CUT: Fórum sul dos DETRs. *Metodologia e subsídios para as semanas sindicais: rumo ao 4º grito da terra Brasil*. Janeiro de 1997. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

*Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga*. Capítulo I: do sindicato. Seção II: Princípios. Artigo 03. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

*Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga*. Capítulo I: do sindicato. Seção I: Constituição. Artigo 02. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

*Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga*. Capítulo I: do sindicato. Seção II: Princípios. Artigo 03. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Histórico. Balanço político-organizativo do DETR/CUT-PR: Organização Sindical. *Texto para ser debatido na 5ª plenária estadual do Departamento Rural da CUT*. 1997, p. 1. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Informativo da CUT. Coordenação dos Rurais. Boletim de comunicação dos Sindicatos de Trabalhadores rurais Cutistas da região Centro do Paraná. *Quem somos nós?* Nº 1, novembro/ dezembro de 1995.

Informativo da CUT. Coordenação dos Rurais. Boletim de comunicação dos Sindicatos de Trabalhadores rurais cutistas da região Centro do Paraná. *Brasil, cai na real*. nº1, novembro/ dezembro de 1995.

Informativo da CUT. Coordenação dos Rurais. Boletim de comunicação dos Sindicatos de Trabalhadores rurais cutistas da região Centro do Paraná. *Política agrícola: pequenos agricultores se mobilizam pelo crédito agrícola*, nº1, novembro/ dezembro de 1995.

Informativo da CUT. Coordenação dos Rurais. Boletim de comunicação dos Sindicatos de Trabalhadores rurais cutistas da região Centro do Paraná. *Política agrícola: mural dos municípios*, nº1, novembro/ dezembro de 1995.

*Livro de atas: Reuniões nas comunidades do município de Pitanga*. Ata de 23 de janeiro de 1985. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Manifesto popular. *I Manifesto dos Sem Terra de Pitanga; a Reforma Agrária em Pitanga*. 12 de outubro de 1985. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Movimento Sem terra do Município de Pitanga. *Plano Nacional de reforma Agrária: necessidades de alteração*. Comissão do Movimento dos sem terra de pitanga. 20 de agosto de 1985. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

PARANÁ, José Richa - Mensagem a assembleia legislativa. Curitiba: Imprensa oficial, 1985. Disponível em:

<[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem\\_1985\\_Jose\\_Richa.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1985_Jose_Richa.pdf)>

Acesso em: 07 ago. 2014. p. 11.

Pedido de ajuda ao CERIS- Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais. *A História da caminhada do Sindicato dos Trabalhadores de Pitanga*. 01 de novembro de 1984. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

*Pela construção do departamento rural da CUT: o movimento sindical rural*. Proposta de atividade, lutas e reestruturação do DRC (Departamento Rural da CUT). Corresponde ao ano de 1989. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

*Porque ocupamos estas áreas: carta aberta à população*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- Paraná. Curitiba, 23 de outubro de 1987.

*Prezados companheiros da Federação. Ref.: PRONAF custeio para assentados*. 15 de setembro de 1997. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Projetos ASSITEC Pitanga. *Diagnóstico solo, município e caracterização social e econômica do município*. 1989. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Relatório ASSITEC. *História do Movimento Popular de Pitanga: histórico da ASSITEC*. Dezembro de 1989. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga.

Revista Paranaense dos municípios. *Canet instalou governo em Pitanga*. Edição especial. Agosto de 1978. Disponível na Biblioteca Municipal de Pitanga.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *IPEA* (texto para discussão) n. 702, 2000, 33p. Disponível em: <<http://www.ipea.br>>. Acesso em: out. 2014.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *Quebradeiras de Coco Babaçu: identidade e Mobilização*. São Luís: III Encontro Estadual das Quebradeiras de Coco babaçu. 1995.
- ALMEIDA, Marisangela Lins de; SANTOS, Rodrigo dos; SCHÖRNER, ANCELMO. Território e região: os faxinais e a ativação da noção de território. In: VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Jornada dos Pesquisadores sobre a questão agrária no Paraná, 2014, Ponta Grossa - PR. *Anais do VII SEET*. Ponta Grossa - PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014. p. 1-18. Disponível em: <<http://www3.uepg.br/seet/wp-content/uploads/sites/5/2014/08/Territ%C3%B3rio-e-regi%C3%A3o-os-faxinais-e-a-ativa%C3%A7%C3%A3o-da-no%C3%A7%C3%A3o-de-territ%C3%B3rio.pdf>>. Acesso em 13 de agosto de 2015.
- ALMEIDA, Marisangela Lins de; SHÖRNER, Ancelmo. Movimento de mulheres camponesas na região Central do Paraná nas décadas de 1980 e 1990: ervas Medicinais como espaço de visibilidade. In: Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 2014, Florianópolis- SC. Universidade Estadual de Santa Catarina, 2014, p. 1- 13. Disponível em: <[http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1404322692\\_ARQUIVO\\_EVEN TO2014TEXTOERVASPRONTOUFSC.pdf](http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1404322692_ARQUIVO_EVEN TO2014TEXTOERVASPRONTOUFSC.pdf)>. Acesso em 09 de dezembro de 2015.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, p. 145-151, 1995.
- ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do Babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e de gênero*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. O caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e de gênero*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- BAUMAN, Zgmunt. *Identidade*. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENATTI, José Heder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: Séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada). In: NEVES, Delma Pessanha. (org.).

*Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato.* São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento rural, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. *Coisas ditas.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de Gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 289-302, 2004.

BOSETTI, Cléber José. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. *Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro- RJ, v.5, n.2, p. 08-32, 2012.

\_\_\_\_\_. Movimento das Mulheres Camponesas: Identidade, Inclusão e projeto político. In: III SEMINÁRIO NACIONAL E I SEMINÁRIO INTERNACIONAL: MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, Florianópolis, 2010. *Anais...* Florianópolis: NPMS/ SC; Florianópolis: UFSC, 2010. p. 69-83.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adalto. *Tempo e história.* São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 205-227, 2004. (dossiê)

\_\_\_\_\_; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras no sul do Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 171-174, 2004.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio.* Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n.2, p. 23-39, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e Capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1979.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar?. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo. (Orgs.). *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares.* Rio de Janeiro: EDUR, 2008.

\_\_\_\_\_. Mulheres no campo: nota sobre sua participação política e a condição social de gênero. *Estudos sociedade e agricultura.* Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 11-22, jun, 1994.

CARRARA, Angelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: MOTTA, Márcia Menendes, OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.). *História Agrária: Propriedade e conflito*. Guarapuava, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná. As jovens rurais e a reprodução social da hierarquia. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e de gênero*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

\_\_\_\_\_. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. 2005. Tese (Doutorado em antropologia social), - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

CARVALHO, Horácio Martins de. Apresentação. In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

\_\_\_\_\_. *O Campesinato na dinâmica contraditória das classes sociais no campo*. Curitiba: 2007.

CEBOTAREV, Eleonora Agatha. A organização do Tempo de atividades domésticas e não domésticas de mulheres camponesas na América Latina. In: AGUIAR, Neuma. (org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: Análises qualitativas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a História entre incertezas e inquietações*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n.11, p. 173-191, 1991.

CHAYANOV, Aleksandr. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação Mulher trabalhadora rural no sertão de Pernambuco. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e de gênero*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

CORSO, João Carlos. A Comissão Pastoral da Terra e o uso de fundamentos bíblicos para uma construção discursiva. In: SOCHODOLAK, Hélio; OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.). *Ensino e pesquisa de História: abordagens e metodologias*. São Paulo: Canal 6, 2013.

\_\_\_\_\_. *Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Sem Terra nas décadas de 1980/1990*. 2012. 253 f. Tese (Doutorado em História)- Setor de Ciências humanas, letras e artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CRUZ, Valter do Carmo. Territórios, Identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAUJO, Frederico Guilherme de; HAESBAERT, Rogério (orgs.). *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos feministas*. Florianópolis, v. 12, n.1, p. 175-204, 2004.

\_\_\_\_\_; LÉON, Magdalena. *O empoderamento da mulher*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

EURICH, Grazielle. *O índio no banco dos réus: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na vila de Pitanga (1923)*. Guarapuava, 2012. 112 p.. Dissertação (Mestrado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta et al. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Movimentos sociais rurais no Paraná- 1978-1982. In: BONIM, Anamaria Aimoré; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; HELM, Cecília Maria Vieira, et.al (orgs.). *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Criar edições. 1987.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. Entre elas: afetividade versus complementaridade. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata. (orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e de gênero*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

GASPARETO, Sirlei; MENEZES, Marilda. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.



GAVIRIA, Margarita Rosa. Os posseiros e a arte da negociação política. In: NEVES, Delma Pessanha. (org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento rural, 2009.

GERARDI, Lúcia H.O.; SALAMONI, Giancarla. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: companhia das letras, 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRYNSZPAN, Mario. A questão Agrária no Brasil pós 1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. Campesinato. In: MOTTA, Márcia. (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUIMARÃES, Valdir Machado. *A história social da fotopintura cabocla no sertão de Pitanga, 1950 a 1975*. Irati, 2014. 138 p. Dissertação (Mestrado História)- Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR. Afrânio Raul. O lugar da mulher em unidades camponesas. In: AGUIAR, Neuma. (org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

HOUSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOUTZAGER, Peter P. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964 – 1995)*. São Paulo: Globo, 2004.

IURKIV, José Erondy. *Alguns olhares sobre o campo*. Florianópolis: Esboços, Ed. UFSC, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Revolta do Tigre (1955) Posseiros, proprietários e grileiros: uma luta de representação*. Florianópolis, 1999. 124 p. Dissertação (Mestrado em História)- Curso de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LINHARES, Maria Yedda Leite. História Agrária. In CARDOSO, Ciro Flamarion Santana de e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LOBO, Elizabeth Souza. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 17, ano 6, p. 07-14, 1991. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1399/souza\\_lobo.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1399/souza_lobo.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 01 de dezembro de 2015.

LUSA, Mailiz Garibotti. *Lutas sociais no campo e políticas públicas: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas*. Maceió: EDUFAL, 2011.

MAGALHÃES, Marisa Valle; KLEINKE, Maria de Lourdes Urban. Projeção da População do Paraná: tendências e desafios. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 98, p. 27-43, jan/jun 2000. Disponível em <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/98/marisa\\_mainha.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/98/marisa_mainha.pdf)> Acesso em: 25 de maio, 2014.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política*. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

\_\_\_\_\_; PAULILO, Maria Ignez Silveira. Formas de organização e representação política no campo. (apresentação). In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOTTA, Márcia. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil(1822-1850). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidades de conflitos ao longo da história*. Vol 1: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento rural, 2008.

NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Introdução. In: *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 1: formas tuteladas de condição campesina*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento rural, 2008.

NEVES, Delma Pessanha. Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Legado dos cientistas sociais. In: NEVES, Delma Pessanha. (org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento rural, 2009.

OKIN, Suzan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305- 332, mai./ago. 2008.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Terra, trabalho e crenças: Identidade e Territorialidade camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha. (org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento rural, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

OUTHWAIRE, Willian; BOTTOMORE, Tom. Campesinato. In: *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-107, 1989.

PAULILO, Maria Ignez. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

\_\_\_\_\_. *Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio*. Encontro Internacional fazendo gênero: cultura, política e sexualidade no século XXI. Florianópolis: UFSC, 2000. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. *O Peso do Trabalho Leve*. Disponível em: <<http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./ abr. 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por uma Geografia dos camponeses*. São Paulo: Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária: Generalidades e singularidades. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. (org). *Por uma Geografia dos camponeses*. São Paulo: Unesp, 2012.

PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. DHI/UEM, *Diálogos*, Maringá, v.4, n.4, p. 33-39, 2000.

\_\_\_\_\_. Meu corpo, minhas regras: segunda onda do feminismo queimou, junto com sutiãs, antigos padrões de beleza, de juventude e de sexualidade. *Revista de História da biblioteca nacional*. Feminismos: modos de pensar, modos de fazer. Ano 10, n. 113, p. 30-33, Fev. 2015.

\_\_\_\_\_. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: editora da UFSC, 1994.

\_\_\_\_\_. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (orgs.). *Sensibilidades na História: memórias, singularidades e identidades sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 17, n.1, p. 159-189, 2009.

PIRES, José Ariel. *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e a política social católica (1980-2000)*. 2001. Tese (Doutorado em História)-FCL- Universidade Estadual Paulista. Assis, São Paulo.

\_\_\_\_\_. O MST e sua inserção em um imaginário conservador: o caso da região Centro sul do Paraná. In: MOTTA, Márcia Menendes, OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

PITANGUY, Jacqueline. As mulheres e a constituição de 1988. s. d. Disponível em: <<http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>>. Acesso em 03 dez. 2015.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. São Paulo: contexto, 2012.

PRIORI, Angelo. A Revolta camponesa do Porecatu. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (orgs.). *Formas de resistência camponesa: Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, v2: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas*. São Paulo, 2000. 371 p. Dissertação (Mestrado História) – Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ROCHA, Maria Regina Teixeira. *A luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, pela libertação do coco preso e pela posse da terra*. In: VII Congresso Latino-Americano de

Sociologia Rural, 2006, Quito. *Anais do VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural*, 2006.

RODRIGUES, Marly. *A década de 1980*. São Paulo: Ática, 1992.

ROSA, Edenilze Pellegrini da. Trabalho feminino na Maricultura do Sul da Ilha de Florianópolis/SC. In: AUED, Bernadete Wrublewski; PAULILO, Maria Ignez Silveira. (orgs.). *Agricultura familiar*. Florianópolis: Insular, 2004.

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicato de trabalhadores rurais no pós 64. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SALES, Celecina de Maria Veres. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, mai./ago. 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

SANTOS, Leonilso Souza. *Pastoral Rural na diocese de Guarapuava: quando tecer regiões é uma questão de Munus (1974-1986)*. 2013. 152f. Dissertação (Mestrado em História e Regiões). UNICENTRO, Irati. 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Sindicalismo Rural. In: MOTTA, Márcia. (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHÖRNER, Ancelmo. *O Arco-Íris Encoberto: Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos-operários e faccionistas*. Joinville: Oficina de comunicações, 2000.

\_\_\_\_\_. *Paranaenses em Movimento: trajetória e travessias migratórias (1980-2000)*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, Marisangela Lins de. Sementes crioulas x sementes de empresa: faxinalenses versus agronegócio no faxinal do marmeleiro (Rebouças/Pr). In: II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO: Produção e Circulação do Conhecimento Histórico no Século XXI, 2015, Ponta Grossa-PR. *Anais do II Congresso Internacional de História*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015, p. 1- 11. Disponível em:

<[http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1429373771\\_ARQUIVO\\_textocompletouepgsementes.pdf](http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1429373771_ARQUIVO_textocompletouepgsementes.pdf)>. Acesso em 30 de julho de 2015.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Revista Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v.20, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SHIVA, Vandana. El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidad. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *La praxis Del ecofeminismo: biotecnología, consumo y reproducción*. Icaria: Barcelona, 1998.

SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: MICELI, Sérgio.(org.). *Temas e problemas em Ciências sociais*. São Paulo: Sumaré, 1992.

\_\_\_\_\_. Para que serve conhecer o campo. In: MICELI, Sérgio. (org.). *Temas e problemas da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1992.

SILVA, André Luis Corrêa da. “João Ferrador na República de São Bernardo”: o impacto do “novo” movimento sindical do ABC paulista no processo de transição democrática (1977-1980). 2006. 346f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

SILVA, José Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Osvaldo Heller. A gênese do sindicalismo rural no Paraná: Reflexões sobre as carreiras de dirigentes. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. Disponível em<[http://www2.fpa.org.br/porta1/uploads/feminismo\\_brasil.pdf](http://www2.fpa.org.br/porta1/uploads/feminismo_brasil.pdf)>. Acesso em 18 nov. 2015.

SOIHT, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Mulheres e a sociedade agrária: Representações sociais e relações de Gênero. SAECULUM- *Revista de História*, João Pessoa, p. 295-310, jan./jun. 2012.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In: PERELMUTTER, Daisy, ANTONACCI, Maria Antonieta (orgs.). *Ética e História Oral*. São Paulo: Educ, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato Brasileiro*. Disponível  
<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>> Acesso 17 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção*. 1995. Mimeo.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Família, mulher e meio ambiente no seringal. In: Niemeyer, Ana Maria de; GODOI, Emília Pietrafesa de. (orgs.). *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado de letras, 1998.

WEDIG, Josiane Carine; MENASCHE, Renata. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Lonilde Servolo de. (orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

WOLF. Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. A Teologia da Libertação e a reinvenção religiosa da América Latina (I). In: BENATTE, Antonio Paulo; CAMPIGOTO, José Adilçon. (orgs.). *Religião e Cultura: temáticas de história cultural das religiões*. Guarapuava: Unicentro, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE / PR  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE IRATI  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

Título

PROFESSORA ORIENTADORA- **Dr<sup>a</sup>. Beatriz Anselmo Olinto**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Esclarecimento: a mestranda Marisagela Lins de Almeida, CPF 057504359-89, está desenvolvendo uma pesquisa sobre as trabalhadoras rurais e sua relação com o espaço sindical rural de Pitanga entre as décadas de 1980 e 1990, e parte de seu trabalho envolve o recolhimento de depoimentos através de entrevistas. Estas entrevistas serão gravadas, transcritas e estudadas. O(a) candidato(a) a depoente é livre para concordar em conceder entrevista assinando este documento. Caso não concordar com qualquer questão explicitada pela entrevistadora, pode deixar de fazê-lo. Além disso, tem toda liberdade para recusar ou retirar seu consentimento sem penalização alguma. Garante-se também que a privacidade do depoente não será violada, a não ser que ele concorde expressamente.

**Termo de consentimento:** eu, \_\_\_\_\_ declaro estar consciente dos procedimentos acima descritos e concordo em prestar os depoimentos para os fins que me foram informados.

Assinatura da entrevistadora                      Assinatura Orientador(a)                      Assinatura da Depoente  
...../.../2015.

**Termo de concordância:** eu, \_\_\_\_\_ declaro estar consciente dos procedimentos acima descritos e concordo que meu nome seja utilizado em relatórios, artigos científicos, comunicações em eventos científicos ou publicações sobre o tema em questão.

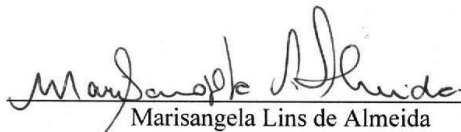
Assinatura da entrevistadora                      Assinatura da Orientadora                      Assinatura da depoente  
...../...../2015.



Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do  
PPGH/UNICENTRO

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do  
PPGH/ UNICENTRO

Irati (PR), 19 de dezembro de 2015

  
\_\_\_\_\_  
Marisangela Lins de Almeida